

MARCOS RAFAEL G. GONÇALVES

**A UTOPIA COOPERATIVISTA REGULADA PELO DIREITO: CRÍTICA PARA
UMA FILOSOFIA JURÍDICA TRANSMODERNA**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso
de Pós-graduação em Direito, Setor de
Ciências Jurídicas, Universidade Federal do
Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig.

**CURITIBA
2006**

À Rosana e à Aline.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos dessa pesquisa são destinados aos “sujeitos coletivos” que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta pesquisa:

Às *vítimas* da sociedade brasileira, que, ao pagarem direta ou indiretamente seus impostos, possibilitaram a mim o *privilégio* do estudo público e gratuito do ensino básico à pós-graduação;

À CAPES, pela bolsa de estudo;

À Cooperativa de Embalagens Brasil (COEMBRA), pelo convívio e pelos ensinamentos sobre a crença de se acreditar na utopia cooperativista;

À Ambiens Sociedade Cooperativa, por me dar a oportunidade de viver a minha utopia;

Ao Partido Acadêmico Renovador, por me despertar da letargia imposta pela hegemonia do pensamento único;

Aos professores que passaram pela minha vida, pelos ensinamentos repassados pelos seus bons e maus exemplos;

Ao Núcleo de Estudos de Direito Cooperativo, por me apresentar o tema do cooperativismo *popular*;

Ao Projeto Reinventar, pelo alento de saber que a busca de um *outro* direito está ainda nas mentes dos novos estudantes de Direito;

À minha família, especialmente aos meus pais, pelo amor incondicional;

Aos meus amigos, por tudo.

Não poderia deixar de citar, individualmente, os nomes de algumas pessoas que ajudaram a fazer de mim a pessoa que sou:

Vinicius, Domício, Luiz, Eloan, Flávia, Maika, Priscila, Raquel, Fernanda, João, Celso, Rodrigo, Maurício, Léo, Lui, Xandinho, Gabi e João Paulo.

Os Professores Celso, Liana, Gediel e Katya.

Para se poder captar o papel transformador do cooperativismo, deve-se antes de mais nada distinguir a ação-político-econômica cooperativa do enquadramento legal cooperativo. Isto é, não se deve confundir o continente com o conteúdo, Não se deve considerar como “cooperativa” uma instituição, apenas pelo simples fato da mesma estar enquadrada nos requisitos definidos em lei. A “casca” jurídica pode esconder uma ilusão sob as aparências dos registros burocráticos.

(...) por conta das origens elitistas do cooperativismo latino-americano, a legislação nessas condições não apenas legitima um tipo conservador de cooperativismo, mas também, automaticamente, exclui experiências cooperativas contestatórias e por isso mesmo marginais. A letra da lei cooperativista desconhece a prática cooperativista dos iletrados.

(Gilvando Sá Leitão Rios)

SUMÁRIO

LISTA DE ESQUEMAS E TABELAS	vii
RESUMO	viii
RÉSUMÉ	ix
Introdução	1
CAPÍTULO 0 – PREMISSAS METODOLÓGICAS: INDICANDO O PONTO DE PARTIDA	8
1. A analética na Filosofia de Enrique Dussel	13
2. A analética para a crítica do Direito Cooperativo: “saber-ouvir” a interpelação das vítimas	20
3. O testemunho: a pro-vocação da exterioridade como o momento original de uma nova etapa histórica	25
PARTE I – O QUE É O COOPERATIVISMO?	37
CAPÍTULO I – MOMENTO POSITIVO (EXTERIORIDADE): A DEFESA DO TRABALHO VIVO	40
1.1. O <i>pauper</i> como exterioridade	40
1.2. O trabalho vivo como exterioridade	43
1.2.1. Defesa do trabalho vivo: a negação do salariado (a missão do cooperativismo) ...	46
1.2.2. A passagem do trabalho vivo ao trabalho objetivado	47
1.3. Efeitos da lógica do capital: primeiras considerações sobre o momento negativo e a reação das vítimas em mais um testemunho	50
CAPÍTULO II – MOMENTO NEGATIVO: O TRABALHO OBJETIVADO E O ‘COOPERATIVISMO’ SUBSUMIDO AO CAPITAL	57
2.1. O trabalho objetivado em Marx: o “mal originário”	58
2.1.1. A teoria do valor trabalho	62
2. 2. A fratura no discurso cooperativista: produção vs consumo	69
2.2.1. O projeto clássico	75
2.2.2. O “cooperativismo” subsumido ao capital	82

2.2.2.1. A contribuição do pensamento marxista para crítica da “doutrina cooperativista”.....	83
2.3. Limites do “cooperativismo” hegemônico: a esfera da circulação.....	90
CAPÍTULO III – O COOPERATIVISMO COMO PRÁXIS DE LIBERTAÇÃO	98
3.1. A práxis desde os sujeitos concretos: o nascimento da cooperativa.....	100
3.2. A práxis de libertação em Enrique Dussel.....	109
3.3. O cooperativismo como práxis de libertação	117
PARTE II – CRÍTICA DA REGULAÇÃO DO COOPERATIVISMO	122
CAPÍTULO IV – UM OLHAR ANALÉTICO SOBRE O DIREITO	125
4.1. Por uma definição do direito: o “sistema de direito” em Enrique Dussel	125
4. 2. Os momentos positivos e negativos do direito	132
4.2.1. O momento positivo: filosofia jurídica da alteridade	132
4. 2. Momento negativo: subsistema da totalidade.....	141
4.2.1. O fetichismo jurídico e a reprodução do sistema capitalista	142
4.2.2. A crítica do Direito e da ideologia jurídica	150
4.3. A insuficiência do Direito moderno na regulação de fenômenos complexos como o cooperativismo	157
CAPÍTULO V - O DISCURSO HEGEMÔNICO DO DIREITO COOPERATIVO.....	162
5.1. O vício de origem dos “doutrinadores” cooperativistas brasileiros	164
5.1.1. O mito da gênese: as cooperativas de serviço como o “verdadeiro” cooperativismo	166
5.1.2. O discurso hegemônico no Direito Cooperativo brasileiro	171
5.2. O trabalho assalariado nas “cooperativas”: a questão central	184
CONCLUSÃO.....	191
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	198
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	202
Revistas.....	205

LISTA DE ESQUEMAS E TABELAS

Esquema 1. Análise do processo de do trabalho: a descoberta de <i>quem</i> produz do <i>valor</i>	p. 66
Esquema 2. Dinâmica do mercado de trabalho capitalista.....	p. 68-69
Esquema 3. Um modelo da práxis crítica-dialética de afirmação e negação da crítica.....	p. 113
Esquema 4. A gênese do direito na Filosofia Política crítica.....	p. 128
Tabela 1. Evolução do número de Cooperativas registradas na OCB.....	p. 70
Tabela 2. Elementos constitutivos da autogestão.....	p. 79

RESUMO

Em “A Utopia Cooperativista Regulada pelo Direito: crítica para uma filosofia jurídica transmoderna” propõe-se denunciar e criticar o sentido ideológico do discurso jurídico e do discurso do direito cooperativo pátrio. Na perspectiva do que orienta o método analético proposto pela Filosofia de Libertação de Enrique Dussel, procura-se apontar as múltiplas consequências do Direito Cooperativo brasileiro não salvaguardar a *essência*, o *projeto* e os *princípios* do cooperativismo popular (autogestionário), fundamentalmente quando *permite a presença do trabalho assalariado no interior das cooperativas*. Desde a *exterioridade*, trata-se já da crise e esgotamento do paradigma positivista do Direito, que por não ter outra função, senão a de “legalizar a injustiça”, deve ser transformado, analeticamente.

RÉSUMÉ

Dans "L'Utopie Coopérative Réglementée par le Droit : critique pour une philosophie juridique transmoderne" on se propose a dénoncer et critiquer le sens idéologique du discours juridique et du discours du droit coopératif du pays. Dans la perspective dont guide la méthode de la "vrai dialectique" proposée par la Philosophie de Libération d'Enrique Dussel, on se cherche à indiquer les multiples conséquences du Droit Coopératif brésilien ne pas sauvegarder *l'essence, le projet et les principes* du coopératisme populaire (autogestionnaire), fondamentalement quand il permet la présence du travail salarié à l'intérieur des coopératives. Depuis *l'exteriorité*, on s'agit déjà de la crise et de l'épuisement du paradigme positiviste du Droit, qui, par non avoir pas une autre fonction autrement ce que "légaliser l'injustice", doit être transformée.

Introdução

No início do ano letivo de 2003, ainda na graduação do Curso de Direito, comecei a fazer parte do Núcleo de Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania (Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR), lá fui apresentado ao fenômeno do cooperativismo *popular* e à sua problemática relação com o Direito Positivo pátrio.

Há época, apesar do meu parco contato com esse *outro* cooperativismo¹ e das insipientes leituras sobre Direito Cooperativo, desde o princípio ficava evidente que há muito que caminhar para compreender a relação das cooperativas com *esse* Direito posto pelo Estado. As coisas pareciam não se encaixar. O que o Direito (=lei) ‘dizia’ sobre o cooperativismo não encontrava referência no que se via na realidade concreta e no que se lia na literatura crítica sobre o tema. Durante meu estágio na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP-UFPR) essa impressão, ainda muito intuitiva, parecia se confirmar: o cooperativismo desenvolvido pelos *pobres* não encontrava qualquer aporte no sistema institucional brasileiro. Essas experiências me conduziram ao estudo mais aprofundado desse problema. Na vivência cotidiana da autogestão na Ambiens Sociedade Cooperativa (sou cooperado desde fevereiro de 2004) as coisas ficaram extremamente claras. Muito mais que constatar o descompasso da legislação vigente na *regulação* das organizações coletivistas de trabalho, o que ficava evidente era a incapacidade epistemológica do paradigma jurídico hegemônico (o Direito Moderno) em captar fenômenos que representem uma ruptura com a racionalidade moderna (capitalista e burguesa) – não tendo no individualismo, na exploração do trabalho e na acumulação do capital a sua razão de ser.

Foi a angústia de trabalhar com enunciados normativos sem referente na realidade concreta que motivou o estudo do tema proposto para esta dissertação. Constata-se dessa maneira a instrumentalidade teórica e prática da pesquisa, na perspectiva de dar um sentido para a atuação de ‘operadores jurídicos’ envolvidos na militância com o cooperativismo de base *autogestionária* (contra-hegemônica).

A proposta é, haja vista que o discurso do direito cooperativo *vigente* é determinado pelo seu *sentido ideológico*, trabalhar na elucidação do referente da legislação cooperativista hegemônica: um “cooperativismo” subsumido à lógica de produção e acumulação do capital em detrimento do cooperativismo como *práxis de libertação* levado à cabo pelo *pauper*.

¹ Até então só havia tido contato com a concepção do cooperativismo hegemônico.

Dessa forma, o Direito Cooperativo, portando-se como um *obstáculo à transformação social*, deve ser enxergado como injusto, ilegítimo, e gerador de *negativades* – devendo, por isso, ser transformado (analeticamente).

Assim, uma das principais premissas deste trabalho de pesquisa é a assimilação e a defesa de que o “não-ser” existe. É ele o nosso ponto de partida e de chegada.

Adotamos, pois, a proposta da Filosofia da Libertação desenvolvida pelo filósofo Enrique Dussel que vai introduzir o *método analético*². Como marco inicial desta pesquisa, a questão do método será exposta no primeiro capítulo da obra, naquilo que denominamos de Capítulo 0, intitulado de “Premissas Metodológicas: indicando o ponto de partida”. Nas páginas que seguem cooperativismo e Direito serão analisados *analeticamente*.

Essa base conceitual (metodológica) é de vital importância para que se possa compreender o âmbito científico em que se situa esta dissertação. Já que o “não-ser” existe, podemos afirmar que este trabalho está a meio caminho de lugar *nenhum* (o “não-ser”), e já demasiadamente longe de *algum* lugar (o ser da totalidade). Isso é muito importante (essa é uma, e talvez a maior, das pretensões da pesquisa).

Trata-se aqui de uma reflexão jurídica da *regulação* do cooperativismo pelo Direito: a denúncia do sentido ideológico da legislação cooperativista brasileira. Nosso âmbito de discussão é a ciência jurídica (a Filosofia do Direito), mas em uma perspectiva crítica (de *libertação*): mais uma tentativa de “juridificar a Filosofia da Libertação”, como vai nos dizer Jesús Antonio de la Torre Rangel. De fato, por não partir da lei para fazer um estudo sobre o direito, e fundamentalmente para a “comunidade científica”³ adepta do *paradigma tradicional do Direito*, as linhas a seguir poderão ser alvo da corriqueira crítica que refuta determinados estudos jurídicos sobre a fácil alegação de que “isso não é Direito”. De certo modo, a intenção é exatamente essa: não pensar o direito como determina o seu “senso comum teórico”. Por isso peço paciência aos leitores, até adentrarmos na discussão atinente à crítica do Direito Cooperativo um longo caminho deverá ser percorrido. Assim, em um estudo eminentemente interdisciplinar, estamos a meio caminho de uma filosofia, de uma sociologia, de uma

² Método que parte do *outro* enquanto livre, como além do sistema da totalidade e que assim vai afirmar a *exterioridade* metafísica do *outro* como condição originária e fonte do movimento metódico de *libertação*.

³ No sentido empregado por T. Kuhn.

Cf. KUHN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000 (Coleção Debates).

economia, de uma política e de um direito de *libertação*, e já demasiadamente longe de uma tradição positivista no tratamento da juridicidade.

Como tema por excelência da Filosofia do Direito algumas das questões que nos incentivava a empreender este árduo trabalho de pesquisa eram: Por que a legislação cooperativista brasileira é essa e não outra? Qual é o seu sentido e sua função? Que papel cumpre na sociedade? E quando aquilo que a lei descreve não tem aporte nenhum na realidade? Representa esses enunciados normativos algum interesse de classe, ou o texto de lei é neutro? Quem elabora as leis, e por que motivo o faz? O que leva homens e mulheres concretos a acatar uma determinação legal que nada tem que ver com a sua realidade histórica?

Como dito anteriormente, esta pesquisa, que procurar analisar o fenômeno da *regulação* do cooperativismo no Brasil (basicamente em relação à Lei Federal n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971), é fruto da necessidade – teórica e prática – de esclarecer e de denunciar a incompatibilidade da legislação cooperativista brasileira com um *certo* fenômeno cooperativista: o *cooperativismo popular*. Sendo invisível para o “mundo jurídico”, a práxis concreta dos sujeitos negados que optam, conscientemente, pelo cooperativismo como forma de organização coletiva está de certa forma ameaçada. Para a “Teoria Geral do Direito” o fato da “Lei” não qualificar adequadamente o ente que deveria regular também é eivado de significado: trata-se já da crise e esgotamento do paradigma positivista do Direito.

A constatação é que no nível do real-concreto existe um cooperativismo dos ricos e um cooperativismo dos pobres⁴, e que no discurso do direito (=lei) (im)posto pelo Estado Nacional brasileiro a referência deontica é atinente apenas ao primeiro. Há, pois, uma ruptura (ideológica), uma tensão que precisa ser explicitada. Concordamos que, teoricamente, não faria sentido diferenciar a existência de diferentes cooperativismos, ou mais especificamente, a existência de um “falso” e de um “verdadeiro” cooperativismo⁵. Se fazemos isso – e que isso fique claro desde o início –, é para demarcar *politicamente* a oposição entre diferentes campos no movimento cooperativo e, que a hegemonia pelo conceito de cooperativa está *ainda* em disputa. É assim que fazemos a oposição entre o “cooperativismo” hegemônico

⁴ A expressão é de Gilvando Sá Leitão Rios.

⁵ “Com efeito, os que conhecem e praticam essa doutrina, não sabem que existam um “verdadeiro” e um “falso” cooperativismo; para nós existe apenas “cooperativismo”. A verdade nele se encerra. Se alhures ele se desvirtua, já não será mais cooperativismo, pois que a idéia de um “falso cooperativismo” é negativa de sua conceituação dialética”. MOURA, Valdiki. *Diretrizes Cooperativistas* (notas e comentários). São Paulo: Editora Brasiliense, 194. p. 320.

(convencional) brasileiro e o cooperativismo popular (autogestionário), o primeiro tido como “falso”, o segundo como “verdadeiro”.

Não compreender a diferença ontológica entre essas diferentes relações sociais de produção e sociabilidade acarreta na incapacidade de elaboração de um juízo de valor válido (crítico) acerca da legislação cooperativista vigente no Brasil. Contra o racionalismo formalista, entender a *materialidade* (o conteúdo) do cooperativismo é condição de possibilidade para a análise de sua *regulação*.

Na medida em que se apreende o conceito de cooperativismo como *práxis de libertação*, a tese defendida nesta dissertação é extremamente simples: a legislação cooperativista brasileira apresenta-se como um obstáculo à transformação social na medida em que não salvaguarda a *essência*, o *projeto* e os *princípios* do cooperativismo, fundamentalmente quando *permite a presença do trabalho assalariado no interior das cooperativas*. Ou seja, sendo o cooperativismo uma reação às relações de produção características da sociedade capitalista – reação à exploração do trabalho – o direito que *regula* essas organizações coletivistas de trabalho jamais poderia supor o regime do *salariato* no processo de produção de riqueza. Se o discurso do direito vigente assim o faz é por algum motivo muito bem definido, mas aí já estamos no campo da ideologia e não mais da ciência jurídica⁶.

A crítica à legislação cooperativista brasileira poderia ser efetuada em vários âmbitos. Algumas mediações como o exame do viés heterogestionário e autoritário da atual legislação, facilmente, serviriam para se atingir os objetivos propostos nesta pesquisa. Optamos por comprovar a insuficiência da atual legislação por este que nos parece ser o “mal originário” em relação ao ‘verdadeiro’ cooperativismo: a questão do salariado.

Fica evidenciado, então, que a discussão acerca *do que é o cooperativismo?* é uma questão de vital importância para o nosso trabalho. Só após de descoberta a *essência* desse fenômeno social e identificado seu *projeto*, seus *princípios* e *fundamentos* é que se pode passar à análise de sua *regulação*.

Nesse sentido, é que passaremos toda a Primeira Parte da pesquisa na tentativa de elucidar a diferença entre esses distintos entes. Não é à toa que a Parte I do trabalho intitula-

⁶ Na esteira do que nos ensina Michel Mialle e Óscar Correias. MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao Direito*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. CORREAS, Oscar. *Crítica da Ideologia Jurídica* (trad. Roberto Bueno). Sérgio Antônio Fabris Editor: Porto Alegre, 1995.

se, despretensiosamente, *O que é o cooperativismo?* Para o estabelecimento de uma aproximação que viabilize uma resposta satisfatória à essa problemática fundamental, os argumentos serão apresentados em três capítulos cujas temáticas representam o desenvolvimento necessário do tema.

Materializando o nosso método, no Capítulo I trataremos da demarcação da *positividade* que orientará a razão de ser do movimento cooperativista, qual seja, a defesa do *trabalho vivo*. Nesta discussão, a figura do *pauper* como trabalhador livre (detentor do trabalho não subsumido ao capital) será demarcada – ético e filosoficamente – como a radicalidade da proposta de uma outra economia cujo processo de trabalho não seja comandado pelo capital. No capítulo II abordaremos o tema da *negatividade* em relação ao processo de produção de riqueza na sociedade capitalista, e a inserção do “cooperativismo” convencional nesta lógica de *totalidade*⁷. Trata-se da apresentação da crítica ética fundamental apontada por Marx contra o sistema capitalista de produção (a evidência do “mal originário” que nas fala Enrique Dussel), o regime do *salariato* como fundamento de um sistema de eticidade que naturaliza a exploração do homem pelo homem. No último capítulo desta Primeira Parte, evidenciados os momentos *positivo* e *negativo* necessários para o tratamento do tema proposto nesta dissertação, é que se passa a enfrentar *ana*-dialeticamente a complexidade destes fenômenos no tratamento do cooperativismo enquanto *práxis de libertação* – a negação da *negação* a partir da afirmação da *positividade* (*exterioridade*) das vítimas.

Apenas depois de cumprida a tarefa de consolidar um marco referencial de conteúdo material para o cooperativismo é que se passa a enfrentar o tema de sua *regulação*. Nos aproximamos da crítica à legislação cooperativista brasileira, notadamente à Lei Federal n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. A Segunda Parte da pesquisa leva como título a “Crítica da Regulação do Cooperativismo”, e tem como objetivo específico elaborar a crítica ao *sentido ideológico* do discurso do direito cooperativo na medida em que esse não qualifica adequadamente em seu *sentido deôntico* o cooperativismo popular de base autogestionária.

Mas, como nos orienta o método analético, importa antes de tudo evidenciar na ciência jurídica o âmbito da problemática que se impõe entre *negatividade* e *positividade*, *totalidade* e *exterioridade*. Esse é o tema do Capítulo 4, intitulado “Um olhar analético sobre o Direito”. A partir do conceito de “sistema de direito” proposto por Dussel iniciaremos a discussão acerca

⁷ Apresentação da fratura entre os projetos do cooperativismo de *serviços* defendido pela “doutrina cooperativista” e o cooperativismo de *produção* tal como arquitetado pelos clássicos.

do significado da existência de *vítimas* geradas pela “instância jurídica” capitalista (os *sem-direitos* e os que aos olhos desse subsistema de totalidade *não têm sido re-conhecidos como di-ferentes*) e da configuração do Direito Moderno como um subsistema do sistema-mundo de *totalidade* vigente. Identificados o sentidos de uma “filosofia jurídica da alteridade” e da existência do Direito hegemônico como instrumento de manutenção e reprodução do capitalismo, veremos, fica patente a constatação da insuficiência do atual paradigma normativo na regulação de fenômenos complexos como o cooperativismo.

No Capítulo V consubstancia-se o tema central da obra, a denúncia do abismo da *regulação* do cooperativismo pelo Direito Positivo pátrio na crítica à permissão do regime de trabalho assalariado nas cooperativas. Tudo o que será sustentado até este momento da argumentação tem a intenção de fundamentar o debate a ser travado neste capítulo, especialmente em seu último item (“O trabalho assalariado nas ‘cooperativas’: a questão central”). Tal como evidenciado no Capítulo IV, veremos que o Direito Cooperativo reproduz a lógica do “sistema de direito” *vigente* que tem como função essencial “legalizar a injustiça”. O debate sobre este assunto inicia-se pela identificação da vinculação do discurso jurídico hegemônico do Direito Cooperativo brasileiro ao paradigma positivista do direito e à “doutrina cooperativista” que enxerga as cooperativas de serviço como modelo de *todo* o cooperativismo. Assim, no discurso jurídico e do direito hegemônicos a contratação de funcionários por cooperativas é absolutamente permitida, e por isso, dizemos, incentivada.

Dessa forma, toda a legislação cooperativista brasileira, ao referir-se à bens ou serviços e não à defesa do *trabalho vivo*, é fruto não do cooperativismo, mas do próprio capital. Como instituição geradora de *negatividades*, o Direito Cooperativo, em específico, e o “sistema de direito” *vigente*, em geral, devem ser, analeticamente, transformados. Este é o tema da conclusão, que vislumbra apresentar muito mais perguntas do que respostas definitivas.

Para finalizar esta introdução gostaria de salientar a presença dos testemunhos de concretos “sujeitos cooperativos” neste trabalho de pesquisa, haja vista que eles contabilizam pelo menos um quarto de suas páginas⁸. Devido à riqueza das falas do “sujeito coletivo” que

⁸ É importante ressaltar que nem todos os testemunhos colhidos na pesquisa de campo realizado junto à Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA – compõem os textos constantes nesta dissertação. É vasto o material recolhido (são horas e horas de fita), bem como riquíssimos em subsídios para esta e outras pesquisas no campo das ciências sociais. Na certeza do que muita coisa importante deixou de ser relatada, o ideal seria inserir todos os testemunhos recolhidos – mais isso seria impossível devido aos limites deste trabalho. A seleção das entrevistas (ou trechos) que constam no corpo do texto é de responsabilidade exclusiva do autor. Os três testemunhos presentes no texto são de autoria de três diferentes cooperados, não houve em nenhum caso mescla de diversos depoimentos. Quando os testemunhos não foram transcritos em sua integralidade procuramos seguir

dá *vida* a uma organização coletiva de trabalho reconheço a subutilização das contribuições (práticas e teóricas) trazidas pelos cooperados ao longo do texto. É que desde o início a função da presença desses testemunhos era outra. Para efeito de fundamentação e defesa do argumento central da pesquisa, a presença destes textos pode, efetivamente, ser considerada secundária, mas tem toda a importância para o método que traz para o estudo da juridicidade um importante aporte material para se pensar o fenômeno da regulação. A justificativa para a presença dos testemunhos é, então, dupla: 1) já que a analética parte do diálogo do outro e não do “pensador solitário consigo mesmo”, acreditamos que esse rico instrumento de pesquisa aproxima o leitor da compreensão (material) da realidade *vivida* por esses homens e mulheres de carne e osso e explicam, assim, melhor que qualquer teórico da Academia, *o que é o cooperativismo*: saibamos-ouvir o que esses sujeitos tem a dizer; 2) dessa forma o “fenômeno social” deixa de ser apenas abstração para se afirmar como sujeitos concretos – é a narração da vida social desde o ponto de vista dos grupos sociais dominados e subalternizados.

Para que as “frentes de libertação” sejam vitoriosas e uma *nova totalidade* seja construída não se pode olvidar da luta a ser travada desde o “sistema de direito”. Na perspectiva da construção de uma Filosofia Jurídica e de uma práxis jurídica da *Alteridade* o *outro* (a *exterioridade*) deve ser demarcado(a) como o ponto de partida e de chegada de todo o pensamento e ação política. Por reconhecer no cooperativismo *popular* – sistema de autogestão dos trabalhadores – um gérmen desse *novo* mundo é que propomos uma reflexão sobre um *Direito futuro* que regulará as vidas de uma sociedade que se situa ideológica e politicamente em contraposição ao sistema eticidade vigente (que tem o capital como *essência*).

a ordem cronológica do discurso, de modo a ser o mais fiel possível ao relato exposto. Correções de linguagem e de estilo também foram evitadas, haja vista que não se quer maquiagem a “verdade” na fala daqueles que muito tem a nos ensinar (se correções foram realizadas elas são pontuais e com a finalidade de não expor o sujeito da fala ao crivo da crítica conservadora).

CAPÍTULO 0 – PREMISSAS METODOLÓGICAS: INDICANDO O PONTO DE PARTIDA

“É necessário saber situar-se no face-a-face, no *êthos* da libertação, para que se deixe o outro ser o outro”.

(Enrique Dussel)

Eduardo Novoa Monreal, em sua obra *O direito como obstáculo à transformação social*⁹, evidencia, no contexto latino-americano, a problemática do descompasso existente entre a *regulação* legal imposta pelo Direito/Estado Moderno e as condições materiais de vida na realidade concreta. Quando o discurso do direito¹⁰ não se refere mais ao sentido da *essência*¹¹ das relações sociais o Direito constitui-se como um sustentáculo de um *status* injusto. Perdendo o Direito a vitalidade¹² que lhe seria característica “os preceitos, esquemas e princípios jurídicos em voga vão se convertendo, gradualmente, não apenas em um pesado lastro que freia o progresso social, quando não chega, muitas vezes a levantar-se como um verdadeiro obstáculo à ele”.

A tese defendida pelo autor, na perspectiva de explicar a desvinculação da legislação estatal com as relações sociais concretas, é que o Direito Moderno (o Direito tradicional, codificado) é maculado por um vício de origem insanável, um “defeito inerente”, qual seja, a *estagnação*. Atestando a soberba da razão moderna responsável pela *codificação*¹³, que efetivamente vislumbra o caráter de perpetuidade da “boa lei”, enquanto a situação de fato a qual o discurso do direito visa regular altera-se¹⁴ sem o menor respeito à sua descrição legal, a lei expedida pelo ‘legislador’¹⁵, como norma *racional, geral, abstrata e imperativa* – vigente até derrogação ou modificação por novo ato de vontade –, prolonga-se indefinidamente no tempo, “de um modo inalterável”.

⁹ MONREAL, Eduardo Novoa. *O Direito como obstáculo à transformação social*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

¹⁰ CORREAS, Oscar. *Crítica da Ideologia Jurídica* (trad. Roberto Bueno). Sérgio Antônio Fabris Editor: Porto Alegre, 1995.

¹¹ No sentido utilizado por Marx mesmo. Para a compreensão do tema recomendamos a leitura das obras: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I* (trad. Reginaldo Sant’Anna. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 e DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. 3. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

¹² Monreal, *positivamente*, entende que “o Direito apresenta-se e vale como um instrumento de organização social que deve ser posto a serviço da sociedade, e dos homens que a integram, para facilitar e permitir uma forma de estrutura e de relações sociais que assegure a todos os indivíduos o mais pleno desenvolvimento humano, dentro de uma sociedade capaz de promovê-lo e assegurá-lo”. MONREAL, Eduardo Novoa. *op. cit.* p. 12.

¹³ COELHO, Luiz Fernando. *Teoria Crítica do Direito*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

¹⁴ Como “realidade social viva”.

¹⁵ Imparcial, onipresente e onipotente.

Publicada a lei, seu conteúdo obrigatório fica como que cristalizado ou fixado, sem qualquer alteração para um futuro sem termo, salvo o que prover de outra declaração legislativa. Poderíamos dizer que se assemelha a uma flecha que fere retilineamente o espaço temporal, sem desvio em sua direção (direção a representar seu conteúdo) malgrado o transcurso do tempo.

Se a vida social fosse imutável, nada teríamos que objetar¹⁶.

A mobilidade das relações sociais (inerente à toda sociedade humana), segundo o argumento do citado autor, faz com que os rígidos regramentos legais, por sua própria natureza, se apartem paulatinamente das realidades sociais nas quais as normas devem ser aplicadas – e dessa maneira nem mesmo a atualização legislativa poria fim a esse desequilíbrio¹⁷.

Essa discussão acerca da *regulação* proposta por Monreal pode ser resumida na “impossibilidade de a norma jurídica manter-se presa ou relativamente próxima ao curso variável dos fenômenos sociais, em face da necessária estratificação que nela se produz, quando cristaliza sua formulação em preceitos escritos permanentes”¹⁸.

Perfeito – de fato, não raro, com o passar do tempo, a descrição de uma realidade pela lei, como se fosse uma fotografia, já não existe mais, pois, como foi salientado, enquanto um tem a característica do *dinâmico* outro tem a marca *estático*. Todavia, devemos fazer um pequeno retoque na explicação da problemática exposta pelo jurista chileno, na certeza de que a causa do afastamento do Direito da realidade social pode ainda ser outra, e, assim, pois, precisa ser revelada. Veremos que a questão é ainda mais grave.

Nos parece que a premissa adotada pelo autor padece de um grave vício. Tal como em muitos manuais de “Direito” a tese é de que o Direito (= lei) quando da *regulação*, *efetivamente*, capta e retrata a realidade social que determina os fenômenos jurídicos em um dado momento histórico. Mas, *efetivamente*, é isso que acontece? E quando aquilo que a lei

¹⁶ MONREAL, Eduardo Novoa. *op. cit.* p. 28.

¹⁷ *Ibid.*, p. 28-32.

¹⁸ *Ibid.*, p. 32.

“Isso demonstra que o legislador somente pode caminhar por saltos, nos dados momentos em que põe em movimento seu aparato de produção legislativa, por mais motivado que esteja em manter sempre em dia a legislação. Em vez disso, a vida social evolui fluídica e constantemente, em permanente indiferença pelas suas formas pretéritas. Faz-se, assim, inevitável que a lei ande sempre à retarguada dos fatos sociais”.

descreve não tem aporte nenhum na realidade? E quando o conteúdo da lei em nada qualifica o ente que deveria regular? Tratamos, então, acerca da problemática desencadeada pelo monismo jurídico, de uma questão que é ainda mais grave do que o decurso da lei no tempo: *quando o Direito Estatal se refere a um sentido ideológico das relações sociais concretas.*

Também atento à ruptura engendrada pelo distanciamento entre a lógica do *ser* e do *dever-ser*, entre ontologia e deontologia, Lamartine José Côrrea de Oliveira vai defender que quando o Direito não qualifica adequadamente o *ser* que deve regular o sistema entra em crise.

Por maior que seja – e mais bem sucedido – o esforço de legislador em bem apreender a realidade, sempre existe margem para equívocos, ou, ao longo do tempo, para alterações de realidade social que façam tornar-se superada a descrição normativa adequada. Quando a *norma* não mais qualifica adequadamente o *ser* que regula, o *sistema* entra em crise¹⁹.

Além da comprovação da pertinência e importância do estudo da *regulação* para a ciência jurídica²⁰, na passagem acima transcrita pode-se observar que o Professor Lamartine vai além do argumento do decurso do tempo para explicar a inadequação da *regulação* jurídica – naquilo que ele denomina de ‘equívocos’²¹. Isso para a reflexão – jusfilosófica – que vislumbramos empreender acerca da problemática da *regulação* do cooperativismo pleo Direito Moderno (o paradigma positivista do Direito) é algo de extrema importância.

¹⁹ CORRÊA DE OLIVEIRA, José Lamartine. *A Dupla Crise da Pessoa Jurídica*. São Paulo : Saraiva, 1979. p. 607.

²⁰ Haja vista que o abismo que se coloca entre *ser* e *dever-ser*, em última análise, implica na *crise* do sistema, na *crise* e *esgotamento* do paradigma positivista do direito.

²¹ Identificamos aqui, em um nível reflexivo ainda básico (simples), que a *regulação* das relações sociais pelo direito não é chancelada pela onipotência e onipresença do “legislador”. Adiante, fundamentalmente com Michel Mialle e Óscar Correias, veremos que se constitui como regra e não como exceção a presença da *ideologia jurídica* nos discursos jurídico e do direito. *Vide infra* Capítulo IV.

Na literatura jurídica²², não são reduzidas as denúncias desses ‘equivocos’ empreendidos pelo discurso do direito²³. Tratamos, aqui, de denunciar os equivocos cometidos pelo ‘legislador’ no que se refere à *regulação do cooperativismo* pelo Direito.

Quando o conteúdo da lei em nada qualifica o ente que deveria regular a tarefa do jurista deve ser a denúncia deste estado de coisas, trabalhando na perspectiva de desconstruir o discurso jurídico e do direito que corrobora com essa situação, que via de regra (e esse é o caso) determina o favorecimento de interesse de classe bem específicos em detrimento da *justiça*²⁴.

É fundamentado nas observações desses dois autores latino-americanos que se passará a realizar um exame crítico da regulamentação das cooperativas constante na legislação cooperativista brasileira – o Direito Cooperativo tupiniquim – notadamente da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, também conhecida como a “Lei do Cooperativismo”.

O caminho metódico a ser percorrido consiste em trabalhar em uma perspectiva teórico-prático que garanta não só a compreensão da problemática em sua complexidade (dialética), mas também indique, *analeticamente*, estratégias e táticas (de libertação) para a superação de um contexto no qual é negada à humanidade a capacidade de produzir, reproduzir e desenvolver a vida concreta de cada sujeito humano. Nessa perspectiva devem ser encarados o exame de “o que é o cooperativismo” (Parte I) e a crítica à sua *regulação* (Parte II) a seguir desenvolvidos.

²² Evitaremos a utilização do termo “doutrina” para nos referirmos aos comentários realizados pelos comentadores dos enunciados normativos (lei), haja vista que este termo denota uma sacralidade e onipotência que o discurso científico não tem. Ao invés de “doutrina”, valeremos-nos da expressão *literatura jurídica*.

²³ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito*. 1ª ed., 4ª tiragem. Curitiba, Juruá, 2005. SHIRASHI NETO, Joaquim. *O direito das minorias: passagem do “invisível” real para o “visível” formal?* Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2004.

“Os advogados presentes refletiam apenas a perplexidade inusitada para um jurista brasileiro em 1980, da distância entre a realidade jurídica, individual e patrimonial, e a realidade indígena, coletiva e de valor não econômico (...) Porém, é incontestável que os grandes povos indígenas do Brasil mantêm uma jurisdição própria (...) A aparente e sofisticada separação entre civil e penal como ramos de direito somente tem sentido numa sociedade que se divide em público e privado, que se erige sob a sobre pilares do individualismo e contratualismo. Uma organização social que não acumula excedentes nem se divide em público e privado porque todos os lugares são praça e jardim não pode ter essa divisão”. SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *op. cit.* p.19, 160-161.

“As dificuldades encontradas por esses dois grupos [os quilombolas e as quebradeiras de coco babaçu] para lograrem seus direitos recolocam, todavia, a necessidade de uma análise acurada desses processos que importam no reconhecimento de uma situação jurídica complexa, na qual categorias “nativas” ou intrínsecas a esses grupos sociais colidem com as categorias jurídicas prevalentes. *Em síntese, o Direito não tem conseguido resolver de forma satisfatória os problemas que afetam esses grupos sociais*”. SHIRASHI NETO, Joaquim. *op. cit.* p. 8 (sem o grifo no original).

²⁴ Trataremos da questão da justiça na Introdução à Parte I da dissertação.

Nesse sentido a categoria *práxis de libertação* apresentada por Enrique Dussel será central para o desenvolvimento do argumento proposto na análise da legislação cooperativista. Teorizando uma ética e uma filosofia política de *libertação*, Dussel vai dizer que é necessário transformar, desconstruindo-as, as causas da vitimação²⁵. Se o cooperativismo for entendido como uma *práxis de libertação* como vislumbrar que o movimento cooperativista seja regulado por uma legislação forjada na perspectiva de garantir a produção e reprodução do projeto da modernidade burguês –capitalista?

Para o enfrentamento deste tema é preciso tomar cuidado com a abordagem a ser empreendida. Faz-se necessário um método de pesquisa.

Cooperativismo e sua *regulação* jurídica serão tratados em uma perspectiva analética, trabalhados a partir do binômio *totalidade-exterioridade*, *afirmação-negação*, na tentativa de superação da teoria crítica tradicional que tem a limitação de restringir o debate à relação conteúdo-forma²⁶.

Assim, na construção de um marco analítico apropriado para a crítica à legislação que desejamos empreender, faz-se fundamental consolidarmos um entendimento do quê seja o cooperativismo, esse *ser* que na *regulação* do Direito deve restar adequadamente qualificado. Isso será feito aos poucos²⁷, e talvez seja a tarefa mais árdua e importante deste trabalho.

Concordamos terminantemente com Dussel quando ele afirma que não se pode negar a *negação* pela afirmação do fundamento ou do ser do capitalismo, mas sim de um “outro lugar”, do “não-ser”: a *exterioridade*²⁸. Só a partir de definição do *projeto* do cooperativismo, que define seus princípios fundamentais, é que se poderá iniciar a análise da legislação cooperativista (aqui, reduzida à Lei do Cooperativismo), pois só assim restará claro que a *exterioridade* (o cooperativismo enquanto *práxis de libertação* na defesa do *trabalho vivo*) jamais poderá ser apreendida por um subsistema da *totalidade* (o direito moderno, que permite – e, assim, incentiva – a existência do *trabalho objetivado* no interior das

²⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*: na Idade da globalização e exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000. p.563.

²⁶ Determinar, pois, os momentos *positivos* e *negativos*, *exterioridade* e *totalidade*, é essencial para o esclarecimento do que seja e signifique uma transformação analética. Essa é uma tarefa obrigatória desta pesquisa – verdadeira condição de possibilidade para sua viabilização – haja vista que o Direito e o cooperativismo será tratados nesta complexa relação.

²⁷ A partir de agora neste capítulo inicial, mas principalmente nos capítulos seguintes – tarefa a qual se dedica toda a Primeira Parte dessa dissertação.

²⁸ Veremos na sequência o que isso significa.

“cooperativas”), haja vista que coloca em xeque (pois subsumido à lógica do capital) um projeto de libertação, a construção de uma *nova* totalidade onde caibam todos.

A práxis de libertação é a ação possível que transforma a realidade (subjéctiva e social) tendo como última referência sempre alguma vítima ou comunidade de vítimas (...) A práxis de libertação é o “perigoso” por excelência porque enfrenta o *poder* ilegítimo com a fraqueza da corporalidade indefesa (ou com meios sempre inferiores mas legítimos) das vítimas²⁹.

A partir da leitura da Introdução e dos argumentos acima expostos espera-se ter deixado evidente a complexa problemática que motiva a pesquisa – isso reclama uma abordagem inteiramente peculiar. É por este motivo que esse capítulo introdutório é dedicado especialmente para a tratamento da questão do *método*.

A partir da metodologia proposta por Enrique Dussel pensaremos a ciência do direito, convocando a *vítima* para a debate, e a partir da sua interpelação (e somente assim) analisaremos a legislação (im)posta pelo aparato estatal – e não o contrário como apregoa o “senso comum teórico dos juristas” que parte da lei para o enfrentamento da realidade concreta (em uma dialética involutiva, como veremos)³⁰.

Vamos ao método que orienta a exposição de todo esse trabalho.

1. A analética na Filosofia de Enrique Dussel

O movimento é *ana-dia-lético*. O ponto de partida é a *exterioridade*, na perspectiva de se estabelecer uma *práxis de libertação* que vislumbre uma postura ético-crítico de negação daquilo que causa *negação* de vida. Parte-se, assim, da *vida negada* (do pobre, do índio, do negro, da mulher, do trabalhador assalariado) como condição de possibilidade de uma crítica ética e radical ao sistema-mundo de *totalidade* vigente “a fim de esclarecer suas mediações, especialmente no que se refere a seu exercício hegemônico de poder e às formas de alienação

²⁹ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 558, 565-66.

³⁰ A proposta que apresentamos ao pensar o Direito Cooperativo é fugir do senso comum que nada explica a realidade concreta do cooperativismo exercido por aqueles trabalhadores afetados em sua base material pelos efeitos *negativos* gerados pelo modo de produção capitalista.

que ela engendra”³¹. Trata-se, pois, de um movimento metódico, de uma “verdadeira dialética”³².

Em *Método para uma Filosofia da Libertação*, Enrique Dussel procura explicitar o *método analético* e sua relação com a dialética. “Em síntese, pode-se entender que no propósito de reformular a dialética, a partir da perspectiva daquilo que se situa para *além* da *totalidade*, Dussel fala do *método analético* como *momento analético da dialética*”³³, *momento analético* do movimento metodológico como tal.

... o método ana-lético, vai mais além, mais acima, vem de um nível mais alto (*aná-*) que o mero método dia-lético. O método *dia-lético* é o caminho que a totalidade realiza em si mesma: dos entes ao fundamento e do fundamento aos entes. Trata-se agora de um método (ou do domínio explícito das condições de possibilidade) que parte do outro enquanto livre, como além do sistema da totalidade, que parte então, da sua palavra, da revelação do outro e que con-fiado em sua palavra, atua, atrapalha, serve, cria. O método dia-lético é a expansão dominadora da totalidade *desde si*; a passagem ao justo crescimento da totalidade desde *o outro* e para “servi-lo” criativamente³⁴.

Este momento analético da dialética vai afirmar a *exterioridade* metafísica do *outro* como condição originária e fonte do movimento metódico – alteridade irreduzível à lógica da totalidade. “O novo método consiste na afirmação da negatividade do outro, pois inclui o momento alterativo, desde uma *anterioridade* (é um movimento *ana-dia-lético*), movimento que indica a passagem da negação da negação de um *lugar* que está além do sistema, ou seja, do outro, do pobre, do oprimido, da excluído, da vítima”³⁵.

³¹ MANCE, Euclides André. *Uma introdução conceitual às filosofias de libertação*. IN: Revista Libertação – Liberación (Instituto de Filosofia da Libertação). Curitiba, Paraná, Brasil, n. 1, 2000. p. 46-47.

“A tarefa do filósofo, segundo o autor, é desconstruir as filosofias preexistentes [não como mera negação, mas como um tirar do ocultamento a serviço do desvelamento do original do ser], podendo então, ficar em silêncio, para escutar a voz do outro que irrompe no mais-além (isto é, como alguém situado para além dos horizontes ontológicos de nossa totalidade conceitual e que não é cabalmente redutível às nossas idéias), como exterioridade antropológica – como pessoa, uma família, um povo, uma cultura, etc. Historicamente trata-se de uma abertura à palavra interpelante de todo ser negado, como por exemplo, abertura à palavra dos setores populares que, promovendo uma práxis de transformação social e política, avançam na exigência da expansão das liberdades públicas e privadas. Neste quadro, Dussel afirma que “a filosofia é um magistério; é um pôr em crise que ensina ao discípulo mesmo (o outro) não o que lê já é (porque ele é história nova), mas sim lhe ensina criticamente o valor de seu gesto e permite teoricamente a abertura do caminho”. p. 47

³² DUSSEL, Enrique. *Método para uma filosofia de libertação: superação analética da dialética hegeliana* (trad. Jandir João Zonotelli). São Paulo: Loyola, 1986. p. 196

³³ LUDWIG, Celso Luiz. *Verbete: Filosofia da Libertação* (Mimeo).

³⁴ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 196.

³⁵ LUDWIG, Celso Luiz. *Verbete...*

O método analético parte, então, da palavra do *outro*, localizado em um *mais além* do sistema da *totalidade*. “A palavra do outro, exterior à totalidade, só é interpretável analeticamente”³⁶. Na lógica da *totalidade* o *outro* é “ouvido” pelo *eu* (moderno) como “si-mesmo”, como “algo”; é “em-coberto”, e assim negado como *outro*³⁷.

Para Dussel o movimento do método analético seria definido em cinco momentos³⁸: a) “... parte da cotidianidade ôntica e dirige-se dialética e *ontologicamente* para o fundamento”; b) “... de-monstra *cientificamente* (epistemática, apo-diticamente) os entes como possibilidades existenciais. É a filosofia como ciência, relação fundante do ontológico sobre o ôntico”; c) “realiza a passagem analética da totalidade ontológica ao outro enquanto outro”³⁹; d) “acolhe a revelação do outro que cria um novo âmbito fundamental ontológico aberto ao ético”⁴⁰; e) “julga-se o próprio nível ôntico a partir do fundamento ético em função de uma prática analética como serviço ao outro”⁴¹.

Tal como propõe Marx⁴², para a analética de Dussel, num primeiro movimento i) parte-se dos entes para o fundamento, para ii) em seguida “voltar” devolutivamente do fundamento aos entes; nessa “passagem”⁴³ iii) *negativamente*, comprova-se que desde o fundamento ontológico da totalidade sobressairá a impossibilidade de pensar o *outro* desde a própria

³⁶ MANCE, Euclides André. *Uma introdução conceitual...* p. 49.

³⁷ DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt (trad. Jaime A. Clasen). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p. 32.

“A Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas, em ob-jeto: lançado (-*jacere*) diante (*ob*) de seus olhos. O “coberto” foi dê-s-coberto”: *ego cogito cogitatum*, europeizado, mas imediatamente “en-coberto” como Outro. O outro constituído como o Si-mesmo. O *ego* moderno “nasce” nesta autoconstituição perante as outras regiões deminadas (...) O Outro é a “besta” de Oviedo, o “futuro” de Hegel, a “possibilidade” de O’Gorman, a “matéria bruta” para Alberto Caturelli: massa rústica “descoberta” para ser civilizada pelo “ser” europeu da “Cultura Ocidental”, mas “en-coberta” em sua Alteridade”. p. 36

³⁸ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 198.

³⁹ MANCE, Euclides André. *Uma introdução conceitual...* p. 50.

Nas palavras de Dussel: “Em terceiro lugar, entre os entes há um que é irreduzível a uma de-dução ou demonstração a partir do fundamento: o “rostro” ôntico do outro que, em sua visibilidade, permanece presente como trans-ontológico, metafísico, ético. A passagem da totalidade ontológica ao outro como outro é *ana-lética*: discurso negativo a partir da totalidade, porque pensa a impossibilidade de pensar o outro positivamente partindo da própria totalidade; discurso positivo da totalidade, quanto pensa a possibilidade de interpretar a revelação do outro a partir do outro”. DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 198.

⁴⁰ MANCE, Euclides André. *Uma introdução conceitual...* p. 50.

Na obra de Dussel: “Essa revelação do outro já é um quarto movimento, porque a negatividade primeira do outro questionou o nível ontológico que, agora é criado, com base num novo âmbito. O discurso se faz ético e o nível fundamental ontológico descobre-se como não originário, como aberto a partir do ético, que se revela depois (*ordo cognoscendi a posteriori*) como o que era antes (*o prius da ordo realitis*). DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 198.

⁴¹ MANCE, Euclides André. *Uma introdução conceitual...* p. 50.

Para Dussel: “Em quinto lugar, o próprio nível ôntico das possibilidades fica julgado e relançado a partir de um fundamento eticamente estabelecido, e estas possibilidades como práxis analética transpassam a ordem ontológica e se adiantam como “serviço” na Justiça. DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 198.

⁴² Conforme veremos adiante no tratamento do categoria *trabalho-vivo*.

⁴³ E aí Dussel, subsumindo o pensamento marxista, supera o pensamento de Marx.

totalidade, haja vista que o fundamento do ‘*rostro*’ *ôntico do outro* é trans-ontológico⁴⁴ e iv) *positivamente*, afirma-se que o outro deve ser pensado desde um outro lugar: a *exterioridade*, expressando uma nova (outra) possibilidade de fundamentação ontológica (aberta ao ético); e assim, v) este novo âmbito de fundamentação ética (que funda a *exterioridade*) permite o julgamento da esfera ôntica da *totalidade*, em uma práxis analética que tem na justiça sua razão de ser.

Com tudo o que foi até aqui exposto passamos a compreender melhor em que sentido Dussel propõe a reformulação da dialética. Para além do pensar “dialético ontológico” (que, desde Descartes, Kant, Fichte, Schelling e, principalmente, Hegel, bem como em Feuerbach, Kierkegaard, Heidegger e Levinas, colocam em questão o sistema *como totalidade*) o filósofo argentino procura mostrar a presença de um âmbito antropológico, ético, que abre para o método um novo panorama.

Na introdução de *Método para uma filosofia da libertação* o autor vai definir a dialética como um método ou um caminho, um movimento radical àquilo que as coisas são⁴⁵. O método dialético seria, então, o próprio início para a identificação do ser – e, ainda, tantas dialéticas existiriam quanto fossem os sentidos radicais do ser. Notamos como a problemática é complexa, assim, fundamental é saber do que se trata. Ainda que várias sejam as dialéticas um ponto capital elas têm em comum: todas as dialéticas partem de um fato (*factum*), de um limite *ex quo* ou de um ponto de partida. A partir daí é que passam a se diferenciar, e é isso que deve ser ressaltado.

A partir desse *factum*, a dialética se lançará numa ou noutra direção, de acordo com o sentido do ser (o sentido determina a direção) e por isso bem diferente será o ponto de chegada, o para-onde (*ad quem*) do movimento dialético (...) Compreendem-se as diversas dialéticas não apenas pelo ponto de partida (que será compreendido em diferentes graus de negatividades), mas também pelo para-onde se dirige o movimento dialético (...) De nossa parte (...) intentaremos uma nova formulação da questão dialética para recuperar uma “exterioridade” desprezada pelo próprio pensar existencial, que, por sua vez, já superou a modernidade subjetivista⁴⁶.

⁴⁴ Lembremos o que já foi anteriormente citado: “A passagem da totalidade ontológica ao outro como outro é analética: discurso *negativo* a partir da totalidade, porque pensa a impossibilidade de pensar o outro positivamente partindo da própria totalidade; discurso *positivo* da totalidade, quanto pensa a possibilidade de interpretar a revelação do outro a partir do outro”.

⁴⁵ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 17.

⁴⁶ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 17.

Alertando para a necessidade de se compreender o *sentido* da dialética, Dussel vai poder diferenciar a “falsa” da “verdadeira” dialética.

“Segundo Dussel, o método da falsa dialética é o próprio caminho realizado pela totalidade sobre si mesma⁴⁷ que vai dos entes ao fundamento e do fundamento aos entes; é a expansão dominadora da totalidade desde si como transição da potência ao ato mesmo”⁴⁸.

“... “a verdadeira dialética” (há pois uma falsa) parte do diálogo do outro e não do “pensador solitário consigo mesmo”. A verdadeira dia-lética tem um ponto de apoio analético (é um movimento *ana-dia-lético*); enquanto a falsa, a dominadora e imoral dialética é simplesmente em movimento conquistador: *dia-lético*”⁴⁹.

As implicações dessa discussão filosófica são várias. Vejamos como exemplo a questão atinente ao *para-onde* dos diferentes movimentos dialéticos, uma vez que dependendo da perspectiva adotada os “pontos de chegada” serão completamente diferentes. Propomos o debate acerca da diferença entre um projeto de *libertação* e uma de “mera” *emancipação*⁵⁰: aquele situado nos marcos de um movimento ana-dia-lético, enquanto este restrito aos limites da dialética ontológica subsumida ao sistema de totalidade. Expressão do caminho dialético progressivo na busca de um novo estado de coisas situado ainda nos marcos da totalidade estruturalmente injusta, a *emancipação* se revela insuficiente, haja vista que não rompe com a injustiça: exemplo da Independência política do Brasil em relação a Portugal com a subsequente dependência econômica em relação à Inglaterra, ou de Rigoberta Menchú que fugindo do trabalho extenuante na *finca* vai sofrer todo pesar de servir como empregada doméstica na casa de um rico *ladino*. “A emancipação como projeto revela-se insuficiente, porque consiste num movimento interno à lógica da totalidade, fundado em “o mesmo”: opera-se um eterno retorno ao mesmo”. A negação radical e definitiva de um sistema de *totalidade* injusto só é possível desde que afirmado um *novo fundamento*: “com novas bases históricas que surgem desde a exterioridade, como projeto libertador situado “além” da totalidade totalizada vigente”⁵¹ – aí o projeto de *libertação*.

⁴⁷ “Pois é próprio do método dialético situar o lugar ontológico de todo o sujeito que aparece onticamente”. LUDWIG, Celso Luiz. *Verbete...*

⁴⁸ MANCE, Euclides André. *Uma introdução conceitual...* p. 49.

⁴⁹ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 197.

⁵⁰ “Veremos adiante que a mera “reprodução” da vida humana não é critério suficiente para a ética, que exigirá, a partir da existência da vítima como critério, o “desenvolver” a vida. A “reprodução” é *conditio sine qua non*, mas não suficiente”. DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 167.

⁵¹ LUDWIG, Celso Luiz. *A alternatividade jurídica na perspectiva da libertação uma leitura a partir da filosofia da libertação de Enrique Dussel*. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 1993. p. 111.

Assim, o máximo que a dialética como método ontológico pode propiciar é o que a teoria crítica chama de dialética negativa, que tem como ponto de partida o ‘momento negativo’ e a *negação da negação* como a direção do seu movimento.

Diferentemente, como nos explica em longa passagem o jusfilósofo Celso Ludwig:

Para a Filosofia da Libertação o movimento de transformação se dá a partir da *afirmação da alteridade real* (o outro real), histórico, na condição de sujeito como modo de realidade. Este *momento* – que está e é *exterioridade* de toda totalidade – não é negatividade (negação de algum nível ou aspecto da vida, de maior ou menor profundidade, de maior ou menor dramaticidade), mas *momento positivo* que está e é para *além*, e por isso é *trans-ontológico*: momento inicial do movimento metódico. É este o momento *analético* do movimento *dialético*. Ponto ativo originário anterior a própria lógica de todo sistema e de toda totalidade. Esta anterioridade é o momento que indica que as *vítimas* contêm na estrutura de sua subjetividade - como modo de realidade -, de sua cultura, de sua economia, de sua sexualidade, de sua pedagógica, de sua política, de sua história, enfim, de sua *exterioridade*, a mola *trans-sistêmica* que permite a descoberta da condição de *oprimidas no sistema*. A afirmação analética de sua condição de sujeito livre e autônomo – afirmação de sua dignidade, liberdade, cultura, trabalho, etc. - é a fonte originária da própria mobilidade dialética. Dessa maneira, o movimento metódico e o movimento da realidade não começam pela negação da negação (dialética) – negação da opressão, por exemplo -, mas pela *afirmação analética* da exterioridade do outro (agora não como oprimido), a partir de onde se inicia a negação da opressão, por exemplo, negação da negação desde um *projeto de transformação* na direção do *novo factível*. O momento fundamental e primeiro, portanto, é o da anterioridade analética, momento de práxis alterativa, agora crítica de conteúdos, críticas de formas e crítica de factibilidades sistêmicas, responsáveis pelos efeitos negativos produzidos. Portanto, não se trata só de uma *dialética negativa*, mas de uma *dialética positiva* onde a exterioridade do outro é condição originária e fonte do movimento metódico⁵².

Para a ciência jurídica tradicional a analética não existe, muito pelo contrário, ainda preso à episteme moderna o “senso comum teórico dos juristas” realiza, como se natural fosse, uma dialética involutiva⁵³ que parte da faticidade para negá-la, rechaçando o mundo sensível. “A partir dessa negação inicial, o movimento dialético realiza-se involutivamente, em direção à consciência, à razão”. E a partir daí tudo será deduzido, algo magistralmente denunciado por Michel Miaille em sua *Introdução Crítica ao Direito* quando aponta o

⁵² LUDWIG, Celso Luiz. *Verbete...*

⁵³ Fortemente influenciada pelo pensamento de Descartes e Kant. SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Filosofia Jurídica da alteridade*. 1ª ed., 2ª tiragem. Curitiba, Juruá: 1999. p. 69 e ss.

idealismo como um dos desafios epistemológicos a serem superados para a consecução de uma ciência do Direito “verdadeiramente” científica.

Sob a égide das premissas e pressupostos do paradigma tradicional do Direito é impensável que a *regulação* do cooperativismo venha servir aos interesses dos sujeitos envolvidos na construção de um projeto de transformação social absolutamente factível como é o cooperativismo. Diversos autores, como Mialle⁵⁴, Monreal⁵⁵ e Wolkmer⁵⁶, irrefutavelmente já demonstraram que o Direito Moderno está geneticamente vinculado ao surgimento, manutenção e reprodução do modo de produção capitalista. O subsistema jurídico está, pois, subsumido ao sistema de *totalidade* gerador de *negatividades*. A legislação cooperativista brasileira, ao ser conivente com a existência de *trabalho objetivado* no interior das “cooperativas”, é exemplo cabal disso.

Com esta breve remissão acerca da funcionalização econômica do Direito (especialmente do Direito Cooperativo), que é a configuração do *campo jurídico*⁵⁷ como subsistema do sistema de totalidade, percebe-se a necessidade de uma formulação teórica que trate conceitualmente da necessidade e possibilidade da aproximação entre a lógica do *ser* e do *dever-ser*, da *necessidade* e da *normatividade*. Se o cooperativismo propugna um outro olhar sob a economia, numa nova sociabilidade, a regulação desse fenômeno social deve também ser encarado de forma diferenciada.

Pensar o Direito, em sentido amplo, e o Direito Cooperativo, em sentido estrito, desde *um outro lugar* é tarefa urgente. Há que se partir da *exterioridade*; pensar o direito num movimento *ana-dia-lético*.

Refletir sobre um meio de se pensar o direito desde o *outro* – fazer um *filosofia jurídica da alteridade* – é o que passamos a propor na seqüência.

⁵⁴ MIALLE, Michel. *Introdução crítica ao Direito*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

⁵⁵ MONREAL, Eduardo Novoa. *op. cit.*

⁵⁶ WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001.

⁵⁷ Para [Bourdieu], a noção de campo jurídico concerne a um espaço social específico, autônomo, no qual os "operadores" concorrem entre si pelo monopólio do direito de dizer o "Direito". A capacidade "reconhecida de interpretar e aplicar os instrumentos normativos, que impõem uma visão legítima do mundo social, permite que se possa dar razões à autonomia relativa deste campo organizado como um sistema de interações consoante com a pluralidade de instâncias de funções específicas, sistemas e "operadores do direito", que são definidos por sua posição, função e autoridade reconhecida nesta estrutura". SHIRASHI NETO, Joaquim. p. 87-88.

2. A analética para a crítica do Direito Cooperativo: “saber-ouvir” a interpelação das vítimas

A impossibilidade *teórica* de uma crítica radical à *totalidade* a partir da posição *prática*⁵⁸ articulada em sua práxis ao interesse ou ao *ser* do sistema de totalidade é algo já demonstrado pela Filosofia de Enrique Dussel (nos 5 momentos do movimento do método analético), bem como por diversos outros autores das Filosofias de Libertação.

Como visto, na vertente desenvolvida por Enrique Dussel, essa problemática é trabalhada desde a perspectiva da necessidade de se afirmar um novo âmbito para o pensar filosófico. Se a ontologia da totalidade “pensa ou inclui o outro (ou o declara intranscendente para o próprio pensar filosófico) (...) Propomo-nos mostrar como, para além do pensar dialético ontológico, para além da identidade divina do fim da história e do saber hegeliano (impossível e sumamente duvidoso: uma vez que intenta o impossível) encontra-se ainda um momento antropológico que permite afirmar um novo âmbito do pensar filosófico”⁵⁹.

Assim, escutar a palavra “pro-vocante” do outro torna-se tarefa fundamental. A passagem da totalidade a um novo momento de si mesma (uma totalidade nova, uma nova pátria), sendo realizada por um movimento dia-lético, segundo Dussel, só seria possível desde que estivesse presente uma “*verdadeira* dialética”, que teria um ponto de apoio ana-lético⁶⁰.

Na obra *Procesos de descolonización del imaginário y del conocimiento en América Latina*, a autora Carolina Ortiz Fernández vai definir um aparato teórico-metodológico fundamental para que se possa estabelecer nas ciências sociais processos cognitivos distintos ao hegemônico: a utilização do *testemunho*⁶¹ para se estabelecer as relações entre as diferentes formas de conhecimento popular com a proposta de construção de uma teoria social latino-americana⁶², dando voz aos “novos sujeitos”, aos “Novos Movimentos Sociais” (NMS), que assim deixam de ser apenas abstração para se afirmar como sujeitos concretos – é a narração

⁵⁸ Embora muitas vezes científica, como nos alerta Enrique Dussel. DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 282.

⁵⁹ Metafísico, ético ou alternativo. Ibid., p. 189.

⁶⁰ Por “ana-lética” queremos indicar o “*mais-além*” (em grego *ano-*) do horizonte ontológico. A negação da negação da totalidade (...) só pode partir da afirmação da exterioridade analética ou da capacidade de transcendentalidade que o homem sempre tem, por ser homem”. Ibid., p. 284

⁶¹ Embora defenda a utilização deste “produto sócio-cultural” para o estabelecimento de um pensar “descolonizado da tradição europeia” a autora, numa postura crítica necessária, reconhece que o testemunho (como qualquer produto sócio-cultural) pode ser utilizado também para estabelecimentos de processos de dominação. FERNANDÉZ, Carolina Ortiz. *Procesos de Descolonización del imaginário y del conocimiento en América Latina: poéticas de la violencia e da crisis*. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2004. p. 25 e 28.

⁶² Para se realizar a confrontação entre o real concreto e os discursos ideológicos criadores do “mito da Modernidade”

da vida social desde o ponto de vista dos grupos sociais dominados e subalternizados. Pois a ana-lética “parte do diálogo do outro e não do “pensador solitário consigo mesmo””⁶³.

Seriam nos testemunhos que “...aparecen en escena la memoria y los actos comunicativos de los grupos sociales subalternizados y marginalizados por la violencia histórico estructural, la violencia simbólica y política en las relaciones etno-sociales y de género que se intensificó en las dos últimas décadas en América Latina, tanto en la vida social como en el mundo simbólico configurado en cada <fala>”⁶⁴.

Na proposta desta dissertação, qual seja o de realizar um estudo sobre o Direito Cooperativo numa perspectiva crítica (de *libertação*), a utilização do *testemunho* para se definir ontologicamente o cooperativismo⁶⁵ (como *exterioridade*) é profundamente vital⁶⁶. Como já dito, o objetivo geral deste trabalho é denunciar o distanciamento entre aquilo que o *Direito diz* que é o cooperativismo e as práticas concretas de cidadãos “marginais”⁶⁷ envolvidos numa *práxis de libertação* cuja essência é a defesa incontestada do *trabalho-vivo*. Definir um referencial analítico que torne possível a demarcação de um conteúdo material - um *critério de verdade prática* - para o estabelecimento de um marco referencial adequado para se efetuar a avaliação da *regulação* desencadeada pelo Direito, é algo extremamente necessário. Larguemos, pois, a abstração idealista tão cara ao Direito e rumemos para a construção de uma *práxis jurídica* alternativa onde o conteúdo material tenha uma predominância sobre a forma.

Dando primazia para os encontros face-a-face, a ana-lética desponta como esse instrumental que a ciência jurídica necessita para superar o esgotamento e crise impostos pelo paradigma tradicional do Direito⁶⁸. Sendo o rosto do outro “a palavra primeira e suprema”, “o conteúdo de toda a significação possível em ato”, “o dizer em pessoa”, é urgente que se

⁶³ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 197.

⁶⁴ FERNANDÉZ, Carolina Ortiz. *Processos...* p. 17.

⁶⁵ Ente sobre o qual o Direito Cooperativo define suas normas de *dever-ser*.

⁶⁶ Até porque o Discurso tradicional do direito não está familiarizado com isso.

“En el testimonio aparecen los enheles, el mundo de la vida de la historia <<anônima>> de los hombres y mujeres; una historia muy distinta a la historia oficial y al de las elites. Esta diferencia nos/los libera del carácter muchas veces autoritario de la autoridad narrativa. Sería inexacto considerar al narrador del testimonio solo un testigo y no autor de <<su propia narrativa de los hechos y de negociar sus condiciones de veracidad>>”. FERNANDÉZ, Carolina Ortiz. *Processos...* p. 28.

⁶⁷ Sobre o sentido do termo “marginal” neste trabalho conferir a obra de Enrique Dussel intitulada *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt* (trad. Jaime A. Clasen). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. *Vide também infra* p. 24 e 44.

⁶⁸ Nesse sentido, elaborar bem o tema da exterioridade é tarefa fundamental.

aprenda o “*saber-ouvir*”: escutar a interpelação daqueles que têm a vida negada e saber situar-se no face-a-face para que se viabilize que o outro efetivamente seja o *outro*⁶⁹.

Nas últimas décadas têm se multiplicado a publicação de testemunhos⁷⁰ (mesmo em rádio e televisão esta forma de se expressar vem sem impondo), contudo deve-se ficar atento para a participação cooptada das testemunhas. Para Carolina Ortiz Fernández o testemunho deve ser entendido em sua complexidade como um gênero discursivo e um produto social heterogêneo⁷¹, de forma que constitui um discurso de ordem pública (político, nos termos arendtianos), pois as testemunhas são sujeitos⁷² de sua própria fala, diferenciando-se da biografia que tem um caráter marcadamente privado. A autenticidade do testemunho é condição de possibilidade para que se cumpra sua função dentro do contexto social⁷³, bem como para não ser reduzido quando do embate com a ‘palavra escrita do texto científico’; apenas o sujeito autônomo pode fazer com que a interpelação do sujeito negado seja ouvida.

Não surpreende a repulsa dos testemunhos no discurso científico nos marcos do paradigma da ciência tradicional. Na “ciência” jurídica isso é bastante evidenciado, haja vista que o Direito é comumente “pensado” desde a Lei ou dos “intérpretes autênticos”, no máximo desde o pensamento de um “notável”, jamais desde o grito dos excluídos⁷⁴.

A ciência tradicional tende a desprezar o discurso oral em primazia do escrito, do documento científico. Nessa tensão entre saber popular e ciência tradicional “a autoridade do eu coletivo do primeiro questiona a autoridade do eu profissional porque o discurso oral <<ultrapassa os parâmetros rígidos e inflexíveis que os impõem a palavra escrita>>”⁷⁵. Estabelecer a relação de complementaridade (e não de antagonismo) entre discurso oral e escrito, eis o desafio.

... desde o meu ponto de vista, sustento que o que está contribuindo para desestabilizar a narrativa moderna liberal e o discurso científico social em sua versão eurocêntrica são precisamente produtos sócio-

⁶⁹ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 197-198.

⁷⁰ A exemplo da obra. *Meu nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu em mim a consciência* de Elizabeth Burgos (trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993), utilizada por Enrique Dussel para descrever o processo de tomada de consciência das *vítimas* na arquitetura proposta por ele em sua *Ética da Libertação*.

⁷¹ FERNANDÉZ, Carolina Ortiz. *Processos...* p. 27.

⁷² Atores a autores de sua própria vida.

⁷³ É a interpelação do “bloco social dos excluídos” que deve ser fazer ouvido para a consolidação do processo de tomada de consciência das *vítimas* (razão ético-crítica).

⁷⁴ Isso não seria ciência!, diriam os conservadores de plantão.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 26.

culturais como os testemunhos, cujas características não só questionam a propriedade individual do autor, assim como subvertem o processo de produção dos discursos científicos e literários, ao liberar formas de ser e conhecer que estavam e ainda estão colonizados e subalternizados. Desta maneira, a oralidade e os saberes não acadêmicos convertem a escritura literária e a ciência social em um campo de diálogo e de batalha, de sedução e subversão da *cidade letrada*: pois configuram sujeitos enunciantes, geralmente heterogêneos, capazes de estabelecer e apelar a múltiplas vozes em um massivo interdiscurso que correspondem a densidades geo-históricas caracterizadas pelo que Quijano denomina a colonialidade do poder. Em acordo com Mignolo, considero que a modernidade e a pós-modernidade guardaram <<silêncio epistêmico>> frente a produção de conhecimentos que foram violentamente destruídos ou subalternizados”⁷⁶.

É exatamente essa inversão na produção do discurso científico que queremos provocar ao tratar do fenômeno da *regulação* do cooperativismo pelo Direito, ao pensar a “doutrina cooperativista” (os textos científicos)⁷⁷ e a legislação cooperativista⁷⁸, apenas depois de se ter estabelecido *o que é o cooperativismo* e o que *deveria ser* a legislação cooperativista desde a fala dos sujeitos concretos envolvidos na proposta de constituição de organizações coletivistas de trabalho.

A conversão ao pensar ana-lético (...) é exposição a um pensar popular, dos demais, dos oprimidos, do outro fora do sistema; é contudo um poder apreender o novo⁷⁹.

Na América Latina pensadores que adotaram a proposta da construção de um pensamento latino americano têm se dedicado “a escutar e conhecer as mensagens “dos de

⁷⁶ Ibid., p. 26 e 27.

“...desde mi punto de vista, sostengo que lo que está contribuyendo a desestabilizar la narrativa moderna liberal y el discurso científico social en su versión eurocéntrica son precisamente productos socioculturales como los testimonios, cuyas características no solo cuestionan la propiedad individual del autor, sino que subvierten el proceso de producción de los discursos científicos y literarios, al liberar formas de ser y conocer que han estado y aún están colonizados y subalternizados. De esta manera, la oralidad y los saberes no académicos convierten a la escritura literaria y a la científica social en un campo de diálogo y de batalla, de seducción y subversión de la *ciudad letrada*; pues configuran sujetos enunciantes, generalmente heterogéneos, capaces de establecer y apelar a múltiples voces en un massivo interdiscurso que corresponden a densidades geohistóricas caracterizadas por lo que Quijano denomina la colonialidad de poder. En acuerdo con Mignolo, considero que la modernidad y la postmodernidad guardaron <<silencio epistémico>> frente a la producción de conocimientos que fueron violentamente destruídos o subalternizados”.

⁷⁷ Primeira parte da dissertação.

⁷⁸ Segunda parte da dissertação.

⁷⁹ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 199.

baixo”; tirando do silêncio aqueles que a violência simbólica e política condenou a ser, como os denomina Martí, <<índios mudos>>”⁸⁰.

Mudos também são esses “sujeitos cooperativos”, o “sétimo rosto” da “outra face” da Modernidade como vai nos dizer Dussel⁸¹: os marginais, mulheres e homens que nem mais ao sistema do capital servem, uma vez que na periferia do sistema-mundo de *totalidade* o capitalismo não os consegue subsumir.

É por meio dos testemunhos dos concretos sujeitos empenhados em organizar a produção de forma coletiva que se evidenciará e consolidar-se-á o nosso ‘objeto’ de estudo, ainda que em verdade esse objeto seja mais um sujeito⁸², ou melhor, um conjunto de sujeitos uma vez que dotados de voz, de *vida*, de sonhos (são inegavelmente sujeitos utópicos) – algo que o paradigma tradicional do Direito não pode compreender.

Passemos, pois, a ouvir o testemunho de uma comunidade que desde 2000 se organiza de forma coletiva para garantir a sua sobrevivência, e, assim, flertar com a construção de um outro mundo possível: é o testemunho dos sujeitos que dão vida à *Cooperativa de Embalagens Brasil - COEMBRA*⁸³. Esse partir da *vida negada* comprova o que escreve David Sanchez Rubio⁸⁴ ao demarcar o direito ao trabalho como o mais fundamental dos direitos, uma vez que garante todos os demais, pois para ser ter direitos é necessário que se esteja vivo.

Saibamos ouvir a interpelação das vítimas, a sétima face descrita por Dussel, o pobre (o *marginal*) que, excluído do processo produtivo, não tem condições de satisfazer suas próprias necessidades, isto é, reproduzir sua vida. Saibamos ouvir como esses sujeitos conscientes de sua situação de excluídos, dominados, precisam e querem trabalho, *mas não qualquer trabalho*. Defendem o *trabalho-vivo*, o *seu* trabalho-vivo, defendem a si próprios como sujeitos de sua própria história, defendem uns ao outros, e assim defendem um outro mundo, uma nova sociedade, um outro processo civilizatório, uma nova *totalidade*: por isso o cooperativismo, a utopia cooperativista.

⁸⁰ FERNANDÉZ, Carolina Ortiz. *Processos...* p. 24.

⁸¹ DUSSEL, Enrique. 1492. p. 171-172.

⁸² Tal como afirma FERNANDÉZ. *op. cit.* p. 20.

⁸³ Sobre a história de constituição da COEMBRA recomendamos a leitura do belo trabalho realizado por LISNIEWSKI, Simone Aparecida. *Identidade de Grupo na Formação de uma Cooperativa Popular*. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2004.

⁸⁴ RUBIO, David Sánchez. *Filosofía, Derecho y Liberación en América Latina*. Bilbao: Desclée, 1999.

Isto quer dizer que a revelação do outro abre o projeto ontológico passado, da velha pátria, da dominação e da alienação do outro como “outro”, ao projeto libertador. Esse pro-jeto libertador, âmbito transontológico, da totalidade dominadora, é o mais-alto, o mais-além para o qual a palavra reveladora nos convida e pro-voca. Somente con-fiados no outro, apoiados firmemente sobre sua palavra, a totalidade pode ser posta em movimento; caminhando na libertação do outro alcança-se a própria libertação⁸⁵.

Privilegiando o encontro face-a-fece, a medida que nos admitimos ouvir a voz do outro e avançamos no sentido de saber interpretar o outro como *outro*, já não seremos também nós mesmos⁸⁶.

A discussão aqui é jurídica⁸⁷, mas só depois de cumprido todos os momentos desse movimento *ana-dia-lético* é que poderemos “voltar”⁸⁸ a encarar o Direito (a *regulação* do cooperativismo pelo Direito), e assim, por fim, inevitavelmente, trabalhar a normatividade desde um novo paradigma de produção normativa⁸⁹.

3. O testemunho: a pro-vocação da exterioridade como o momento original de uma nova etapa histórica

Os testemunhos que serão utilizados ao longo deste trabalho de pesquisa foram coletados no escritório da *Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA* em dia de plena atividade produtiva. A proposta era que a cooperativa, em processo autogestionário, acordasse a indicação de indivíduos capazes de falar em nome da Cooperativa, e assim apresentar e documentar a história do projeto coletivo por eles desempenhados. Dessa forma as entrevistas foram levadas a termo com quatro cooperados que aqui não serão nominalmente indicados,

⁸⁵ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 207.

⁸⁶ “A filosofia assim entendida não é uma erótica, nem uma política, embora tenha função libertadora para o Eros e para a política, mas é estrita e propriamente uma *pedagógica*, relação mestre-discípulo, no método de saber crer a palavra do outro e interpretá-la. O filósofo para ser o futuro mestre deve começar por ser o discípulo atual do futuro discípulo. Tudo depende disso. Por isso essa pedagógica *analética* (não somente dialética da totalidade ontológica) é da *libertação*. A libertação é a condição para o mestre ser mestre. Se é um escravo da totalidade fechada, nada pode realmente interpretar. O que lhe permite libertar-se da totalidade para ser a si mesmo é a palavra *analética* ou magistral do discípulo (seu filho, seu povo, seus alunos: o pobre)”. Ibid., p. 210.

⁸⁷ Que se acalmem os juristas conservadores, ainda vamos tratar das leis...

⁸⁸ Ou começar?

⁸⁹ “Diante da crise e ineficácia da legalidade positivista em um contexto de subordinação político-econômico-cultural (na qual povos clamam por direitos) a ruptura desse sistema de *totalidade* (um Direito idealista afastado das concretas relações sociais) se impõe como necessidade, flertando com a construção de alternativa de um novo paradigma de produção normativa”. GONÇALVES, Marcos Rafael G. *Da crítica ao Direito Cooperativo à crise do sistema: reflexões para uma práxis jurídica alternativa*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Preparatório para o XIV Congresso Nacional do CONPEDI: realizado em Marília/SP no dia 25 de maio de 2005.

haja vista que aqui sua fala, como dito, tem um caráter público, representam a COEMBRA, tentativa de conciliar o interesse do indivíduo com o da coletividade; não se intenta de maneira alguma negar o indivíduo, até porque são eles quem falam, são eles quem passam necessidades, quem sofrem e que têm esperanças, são ainda sujeitos, mas enquanto cooperativa (coletivo) faz necessário demarcar o projeto coletivo que perpassa a todos e por isso os unem, naquilo que aqui arriscamos em denominar de “sujeito coletivo” – essa capacidade, potência, que a unidade coletivista de produção dever ser capaz de dispor, isso é a cooperativa.

Nesta parte introdutória da dissertação, a escolha do primeiro testemunho a seguir transcrito é estratégico, na medida que concentra com absoluta verdade e delicadeza toda a complexidade da vida negada e sua luta pela *libertação*: temas que a partir de um juízo de verdade material serão trabalhados ao longo do trabalho com maior detalhamento teórico. A *interpelação* está feita, o recado será dado, saibamos agora ouvir a voz do outro, *analeticamente* compreender o que *é* (ou *deve-ser*), verdadeiramente, o cooperativismo, e saber posicionarmos no *campo jurídico*, hoje subsistema de *totalidade*.

Como (e por que) surge a idéia do cooperativismo na sua vida?

Na minha vida a cooperativa surgiu como uma tábua de salvação, estava aposentada e depois de aposentada, como tinha pouco estudo, não conseguia outro trabalho e, assim, acabou que o cooperativismo surgiu como uma salvação.

Foi então pela necessidade que você acabou entrando na cooperativa?

Foi, no começo foi mais uma necessidade, foi mais uma necessidade por que... foi como eu te falei ... eu estava aposentada né, não tinha muito de trabalhar, e então surgiu como uma necessidade. E então foi e eu gostei, comecei trabalhar como cooperativa e gostei. Sempre tive uma coisa ... uma vontade de trabalhar assim como se fosse a minha própria patroa, ter um negócio próprio né!; alguma coisa própria, porque meu pai nunca teve patrão, ele sempre foi seu próprio patrão, ele sempre trabalhou e nunca trabalhou como empregado, ele era um excelente profissional, mas não aceitava patrão, ela trabalhava por conta e não aceitava que tivesse um patrão determinando. Então ele já tinha essa coisa né...

E seus trabalhos anteriores à cooperativa? Como eram? Começou a trabalhar com o quê e com que idade?

No que eu me lembro comecei a trabalhar com seis anos – fora de casa né, porque dentro de casa sempre trabalhei (cuidar dos irmãos menores né!). Mas com seis anos já fui trabalhar de servente de pedreiro com o meu pai.

Para ajudar em casa...

Para ajudar em casa. Meu pai era construtor então ele punha todos nós, os filhos, para trabalhar. Quando eu tinha seis anos, um ano antes de ir para escola como toda criança normal, eu já trabalhava como pedreira, como servente de pedreira né, carregando massa, tijolo e ajudando meu pai.

E partir daí nunca mais parou de trabalhar...

Nunca parei de trabalhar... toda vida...

E o trabalho para a senhora nunca foi encarado como um problema...

Pra mim não. O trabalho é solução! Trabalho para mim é uma coisa que dá prazer sabe?!

Nunca tive problema para trabalhar.

Mas não importa que tipo de trabalho que a senhora tenha que desempenhar?

Olha Marcos, como te falei, já trabalhei como servente de pedreiro como o meu pai, trabalhei como doméstica em casa onde éramos protegidos (lá tinha que fazer os serviços domésticos, tinha que cuidar de uma horta enorme, tinha que tratar de porco, tinha que tratar de cavalos, tinha que carpi aquela horta, tinha que cuidar das galinhas, das crianças...). Meu primeiro trabalho assim, foi quando arranjei um trabalho na prefeitura; tinha uns treze anos, recém feito o quarto ano primário, e como a gente morava em cidade pequena ... Nem tínhamos carteira assinada, nosso apelido era “professoras rurais”. Porque nós íamos como “professores rurais” ensinar as pessoas de 8 a 80 anos a ler e escrever, a contar – aqueles que aprendiam a ler, escrever a contar tava bom. Esse foi meu primeiro emprego. Depois nós viemos embora para o Paraná, aqui nós trabalhamos na colheita de café, trabalhando como bóia-fria...(pausa)... sabe, era um trabalho muito divertido (risos), com muito sacrifício, tudo, muito trabalho, muito sacrifício, dava uma trabalhadeira, aquelas viagens com aquele caminhão caindo aos pedaços, com toda aquela gente que ia junto, para nós aquilo era tudo festa sabe!

E você tinha nessa época 13, 14 anos?

Não, nessa época eu já tinha mais. Eu tinha 16 para 17 anos quando vim para o Paraná. Depois, anos depois, foi que eu fiz o curso de enfermagem. Aí fui trabalhar como enfermeira.

E se aposentou nessa profissão?

Me aposentei como enfermeira.

Trabalhando para órgão público?

Primeiro trabalhei 12 anos no Hospital Evangélico e 20 anos no Hospital do Trabalhador. Num total de 32 anos na área de saúde. Me aposentei e daí surgiu a idéia da cooperativa...

Mais foi assim imediatamente a sua aposentadoria que a senhora passa a pensar na idéia de ser cooperada de uma cooperativa?

Não, foi um ano, um ano e meio depois. Me aposentei em 1998, e foi no final de 1999 que começaram as primeiras reuniões de onde surgiram a idéia da cooperativa (pausa). Aí ingressei, e estou até hoje né.

Então trabalhar na cooperativa tem muito mais um sentido de ainda se sentir jovem e querer trabalhar do que a necessidade de dinheiro para o sustento da sua família.

Não foi bem assim, no começo foi mais pela necessidade. Quando eu ouvi falar da cooperativa, então, a possibilidade de ganhar, e melhorar a situação – que a aposentadoria é muito pouco – era o que mais comovia, mas depois disso passou a ser mais uma coisa assim prazerosa e mais um desafio a vencer. E mais uma coisa: a gente saber, queria fazer uma coisa que jamais tinha feito.

E como foi o processo?

O dinheiro demorou a entrar. No início a gente trabalhou sem salário nenhum. Nós começamos a ter salário depois, depois de uns 3 anos ...

... nossa!

Então, depois desses três anos... depois do início, aquela cooperativa de necessidade foi dando lugar a uma outra coisa assim... como é que eu vou te explicar... como se eu tivesse de repente plantando o meu próprio terreno, edificando a minha própria casa, fazendo pra

mim mesmo as coisas, pois eu sempre tinha trabalhado para os outros. Trabalhado para mim eu nunca tinha sentido esse prazer.

Mas essa era uma proporção do trabalho que a senhora já previa ou foi no processo de construção da cooperativa que isso foi ficando mais claro?

Foi no processo de cooperativa. A medida que foi passando o tempo foi ficando mais claro, tanto que as pessoas que não estavam comprometidas saíram, desistiram. E aquelas que descobriram na cooperativa não apensa um jeito de ganhar dinheiro e melhorar na vida viram outras coisas. E aos poucos sentiram que vida foi melhorando em fatos diferentes, de maneira diferente. Por exemplo: a gente passava antes pela Universidade Federal e só olhava de longe (sabia da Universidade por causa dos meus sobrinhos e irmão que estudaram lá), eu mesmo nunca tinha entrado lá; então de repente eu tinha acesso, já tava lá dentro; e de repente comecei a conversar com pessoas bem cultas e isso foi dando para a gente confiança – isso é uma coisa tão boa sabe?! De repente não tem mais diferença: antes a gente chegava perto de uma pessoa, de um doutor assim, e ficava todo retraído e não sei o quê, tinha medo até de abrir a boca. Depois não, a gente viu que a gente só tinha o que aprender.

Qual era a visão de cooperativismo que a senhora tinha antes da COEMBRA?

Antes eu não sabia, eu não tinha noção assim... mas eu sabia das cooperativas, mas das grandes cooperativas, como a COAMO né, ou como a cooperativa de Minas Gerais que o meu pai fez parte, mas como produtores né, que é uma cooperativa diferente. Então lá, a pessoa tinha que ter dinheiro, tinha que ter um certo capital né. Mas de cooperativa popular assim eu não sabia não.

Foi com o Curso na Federal que a senhora teve uma clareza maior sobre o que é (ou que seria) o cooperativismo...

É, clareou bastante o entendimento da gente: em respeito ao cooperativismo e em respeito a comunicação e ao entendimento com as outras pessoas. E de repente a gente viu que não são dois lados, antes a impressão que a gente tinha é que há uma linha: de um lado estão as pessoas cultas e do outro lado estão as pessoas analfabetas ou semi-analfabetas né. De repente a gente descobre que essa linha não existe porque tanto o que tem neles passa pra cá, como o que tem aqui passa pra lá. É uma troca.

Há uma troca, realmente o ensino é uma troca...

Então isso foi um aprendizado muito bom o que a gente aprendeu. Por exemplo, eu não tinha a menor noção de como dirigir um negócio; agora eu já sei.

Mas isso devido a intervenção do pessoal da Universidade...

Sim, do pessoal da Universidade, do pessoal da Incubadora né.

A senhora percebia (ou percebe) alguma diferença entre aquilo que diziam o que era o cooperativo no Curso e a sua vivência concreta? Algum é mais rico que o outro?

Olha Marcos, no Curso a gente vive mais de ... como é que eu vou dizer.. no curso a gente cria muita expectativa e de repete no dia-a-dia simplesmente não sabe. A gente imagina sabe... porque no Curso a gente imaginava assim tudo muito fácil – é nosso, eu vou e eu faço! De repente a gente descobriu que a gente vai e faz, mas que é devagar e com calma, e com muito planejamento, que tem que estudar mais, que tem que aprender mais, que tem que observar mais. Não é aquela coisa que é simplesmente estalar o dedo, pois as vezes os professores fazem um conta na aula e dizem: puxa se vocês fizerem isso, se vocês conseguirem trabalhar com isso, podem ganhar tanto por mês cada um. Então aquilo enche muito a cabeça. Mas depois, no dia-a-dia a gente pode ganhar sim, mas é trabalhando, e trabalhando muito.

A realidade se mostra muito mais complexa que aquilo que se fala sobre o cooperativismo...

Exatamente a realidade se mostra muito mais complexa. E a convivência também na cooperativa com os cooperados é outra coisa: enquanto a gente está fazendo o Curso é uma coisa, mas quando a gente está trabalhando é outra, é diferente. Então é como você tentar colocar bastantes pedras pontiagudas num saco (risos) leva um tempo para elas se acomodarem (risos). Então, assim é com a gente, então é por isso que dá até uma diferença do curso para a realidade.

Falando então de relacionamento na cooperativa. A relação entre os trabalhadores da cooperativa é muito mais intensa, muito mais à flor da pele, vejo que vocês são quase que uma família aqui...

É, a gente se torna uma família... por um lado isso é muito bom, por outro lado a gente deve tomar muito cuidado.

Era exatamente isto que eu gostaria que a senhora comentasse, como é esse relacionamento face-a-face na cooperativa?

Pois é, com a pessoa estranha você mede as palavras que você vai falar sabe?!; com a sua família você é mais franco, mas aberto, você se acha com mais direito né. Então aqui na cooperativa é assim. E quando começa a se achar com mais direito, de repente a gente esquece a avança demais. E por isso é que dá muita briga. Por exemplo, eu tenho determinados hábitos, eu acho que como aqui é uma cooperativa eu até acho que posso fazer isso ou aquilo, mas não é assim não. O importante é que a medida que a gente vai trabalhando é como se fosse que aquelas pedras pontiagudas que a medida que vão se esfregando elas vão modelando sabe?! Então a gente vai aprendendo a conhecer os outros, e com o passar do tempo a gente aprende a medir as palavras. Não como a gente fazia com o estranho, mas como... bom, aí a gente percebe: “estamos juntos mas não é minha família, não é obrigado a escutar o que eu quero dizer, eu tenho que tomar muito cuidado com o que eu tenho que falar”. Então existem várias maneiras de falar uma coisa e eu não posso falar da maneira que eu quero, tenho que falar da maneira que é mais conveniente.

Mas a senhora diria que isso é um ponto positivo no processo de construção da cooperativa?

É um ponto positivo. É um aprendizado.

E se comparássemos esse tipo de relação que se tem na cooperativa com o que se tem em um “emprego tradicional”?

No emprego tradicional você é uma pessoa como se diz... é uma pessoa amarrada. Com o tempo você faz mais por obrigação do que por prazer.

Na COEMBRA você pode dizer que trabalha por prazer?

Aqui é por prazer né, é muita gente! É como se fala: não é o olho do dono que engorda o gado? Então aqui a gente sabe disso. Talvez fora a gente prega também muita boa vontade, mas não é aquela coisa prazerosa. Por exemplo, eu vou levantar de manhã e quando você é empregado você diz: “puxa, vou ter que levantar com esse frio”!; quando agora a gente é seu próprio patrão ao levantar a gente diz: “graças a Deus que eu tenho saúde pra levantar de manhã”.

É bem diferente...

É bem diferente...

Mas a senhora sentia sempre essa amarra que acabou de comentar quando exercia um trabalho assalariado?

Como empregada? Sentia sim...

Mas ainda assim afirma que o trabalho nunca foi um sofrimento para a senhora.

Eu sempre tive uma meta que “eu vou fazer da melhor maneira que eu puder”. Eu vou procurar fazer da melhor maneira. Mas mesmo assim a gente sente aquela coisa pendendo em cima da sua cabeça. Você tem medo de... a gente trabalha com medo de cometer erros. O medo está sempre presente. O medo de cometer um erro e o patrão achar ruim né, e aquela situação desagradável. Enquanto que aqui não. Estou trabalhando para mim, se eu cometer um erro eu vou corrigir esse erro e vou aproveitar, aprender (pois eu estou aprendendo né!), meus erros aqui então vão me ensinar. Vou aprender aqui com os meus próprios erros e vou em frente!

Esse medo que a senhora tinha nos antigos empregos era devido à que, a ser repreendida ou...
Não, não, não. No fundo o medo era de ser despedida. Acho que todo empregado, todo funcionário trabalha com esse medo.. trabalha com esse medo né, de ser despedido.

Qual o aspecto mais negativo em ser empregado: ter chefe, ter horários rígidos, receber pouco, o medo de ser despedido...?

Não, não, não...(pausa) ... receber pouco é um dos pontos que é ruim né. O horário não, o horário para mim nunca foi problema. A por coisa de ser empregado é você saber que o seu salário depende da vontade outra pessoa, depende da vontade de um patrão. Se de repente aquele patrão não vai com a sua cara, se o patrão resolve implicar com você, se aquele patrão quer empregar uma outra pessoa, ele simplesmente te tira e coloca uma outra pessoa.

E como isso muda na cooperativa, no cooperativismo?

No cooperativismo muda porque você sabe que não tem esse risco. Você pode trabalhar tranquilo, feliz. Você pode trabalhar feliz, rindo. É como se diz: “você pode trabalhar belo, lindo, formoso e feliz”. Rindo! Pois você sabe que aquele trabalho ali é seu. “Essa é minha obra, essa é minha glória, eu estou fazendo o que é meu!”. Eu estou trabalhando feliz, não estou correndo o risco de que de repente alguém me chame lá no escritório e diga: “Olha! A partir de tal dia você não precisa vir mais” ou “Pode assinar a sua advertência” ou qualquer

coisa assim sabe?! E você sabe que eu descobri que quanto mais medo você tem mais erros você comete, quanto menos medo eu tenho menos erros eu cometo.

Medo aqui dá para dizer que é nenhum...

Aqui não, aqui o medo é nenhum. Aqui a gente tem é preocupações. Por exemplo, um mês que não vende bem, um mês que não tem muito pedido né. A gente tem a preocupação de fazer um serviço bom para o cliente para que o cliente goste do trabalho, entregar o trabalho na data certa que a gente se comprometeu né. Mas o medo assim de perder o emprego não tem não...

Então as preocupações são outras...

As preocupações são outras, e são bem mais leves, mais suaves. Por um lado é muito mais responsabilidade, porque dirigir, cuidar do negócio dos outros é uma coisa e cuidar dos negócios da gente é outra. São responsabilidades diferentes sabe. Só que estas daqui são mais suaves. São mais suaves ou foi a gente que cresceu mais, não sei!

Você diria que em uma cooperativa a responsabilidade de dirigir o seu próprio negócio é maior? Até porque o projeto é coletivo, envolve outras pessoas, projetos de vida diferenciados...

Não é que seja maior. É que ela é... como é que vamos dizer ... mais complicado, porque não envolve só a cabeça de um, envolve várias cabeças. Até fazer todas essas cabeças chegarem num consenso demora muito. E também para dirigir a produção é complicado, porque uma pessoa gosta de fazer determinado trabalho e outra já não gosta, mais com isso você não se importa porque quem não gostar tem o direito de chegar para você e dizer: “oh! Vamos ter que fazer as coisas de maneira diferente por que assim não está bom. Tem que fazer diferente”. A pessoa chega aqui, simplesmente, e te avisa, e aí você conversa para mudar. Diferente de um negócio onde o patrão dá as ordens, e que se você não faz a coisa do jeito que ele gosta, você já não serve mais né.

E você voltaria a trabalhar como assalariada mesmo ganhando mais?

(Risos!) ... Não, não, não, não...(risos).

Não mesmo? (risos)

Agora não! (risos) Não... já tive convite de voltar a trabalhar no hospital 3 anos atrás. Já chamaram para voltar ganhando um bom salário viu?! Não... mas não quero mais não.

E o que mais motivou para a senhora tomar essa decisão?

A oportunidade de fazer uma coisa eu mesma, de estar criando, estar ajudando em alguma coisa. A oportunidade de poder ter um pensamento e poder estar levando este pensamento à frente. De ter uma idéia e levar aquela idéia à frente. Apresentar numa reunião um projeto meu, uma idéia que eu tive ... já no outro local não, são outras pessoas que fazem, você só faz o que o outro manda. É o patrão que determina o que você faz, então você vai e só deve fazer aquilo. Você não tem direito ficar pensando por você mesmo. Eu não tinha o direito de ficar pensando por mim mesmo. E aqui não. Aqui eu tenho. A sensação que eu estou criando, que eu ajudei a construir, é uma coisa que é importante!

A senhora chegou a comentar que esse processo decisão da cooperativa é complicado, porque tem muitas pessoas, cada um pensa de uma maneira, então ele é lento por necessidade...

É lento por necessidade. Não pode ser uma coisa que você vai e passa por cima. Não, é devagar. É devagar... até porque a gente entender a cabeça da gente já é difícil, imagina entender a cabeça de várias pessoas né. A gente tem esse processo lento, mas necessário.

É isso que a gente chamaria de um processo de autogestão. Como a senhora diria que é o processo de autogestão na cooperativa? Essas discussões são sempre abertamente travadas? Vocês conseguem chegar a um acordo?

Sim, sim, sim... tudo o que a gente vai fazer a gente conversa antes né, planeja, tem o planejamento. E tudo o que vai fazer é muito discutido... E as discussões as vezes demoram, as vezes tem discussões que saem até faíscas (risos). Mas a gente só faz aquilo depois que chega num consenso, depois que todo mundo concordou. Então é assim que vai ser feito. Você veja, a gente descobre que... como trabalhando, como empregado eu me sentia muito travada, me sentia com uma espada me apertando a cabeça. Na cooperativa não; você tem idéias, você tem planos.

E tem-se sempre a oportunidade de estar colocando isso para o grupo?

Sim, sim. Tem oportunidade. Todas sextas-feiras nas nossas reuniões a gente coloca, expõe isso pro grupo. A gente pega o nosso caderninho e todo mundo expõe os seus planos, idéias, algumas novidades alguma coisa né. E é respeitado, todo mundo presta atenção no que o outro está falando, todo mundo pensa, pondera, questiona...

A senhora afirmaria que domina então todo o processo produtivo da cooperativa?

(Pausa) Olha! Eu digo para você que eu estou aprendendo... que eu estou aprendendo. Como eu disse é complicado esse processo de autogestão, acostumar a ser minha própria patroa... Não posso dizer que eu sou uma expert, eu estou aprendendo...

E isso é algo impensável em uma empresa tradicional.

Mas é claro! É impensável em um empresa tradicional, ainda mais eu né, que tenho pouco estudo. Só tinha que ouvir, ficar com a boca selada. Só tinha que ouvir.

Mas nos seus antigos trabalhos você não tinha essas idéias que hoje você tem?

Eu tinha né, mas não tinha como... não podia expor. Não tinha para quem expor. Ninguém ia me ouvir. Tinha coisa que eu achava que era melhor então eu fazia, mas fazia aquilo sem levar à diante.

Percebe-se claramente então a grande mudança que a senhora teve em sua vida.

Foi uma mudança muito grande.

Largou o emprego formal que é o sonho de todo mundo, resolveu começar a trabalhar com algo que a senhora nunca tinha feito (reciclagem de madeira), ficou três anos sem receber, podia hoje estar ganhando mais, e mesmo assim aposta na cooperativa. Está realmente valendo a pena?

Está valendo a pena porque o cooperativismo... (pausa) olha, é uma coisa diferente, uma coisa que a gente mesmo está fazendo. O meu pai sempre falava assim: “trabalhar pelo salário é você plantar na terra dos outros”. De repente você planta, planta, planta, e está quase no tempo da colheita o patrão chega e diz: “eu quero a minha terra”. E você não tem nada.

Como se fosse roubado né?!

Então meu pai falava isso né. Então (longa pausa)... eu não conheci meu avô materno, mas dizem que ele falava assim: “o mundo só ia bem quando não houvesse mais nem empregado nem patrão”. Minha mãe falava isso pra gente mas eu nunca entendia. Eu só fui entender isso depois do cooperativismo.

Foi depois que começou a trabalhar na COEMBRA que isso ficou claro...

Foi com o cooperativismo que isso ficou claro pra mim. Eu sempre pensava: “mas como que não vai haver nem empregado nem patrão? Não tem jeito”. Aí eu entendi. Seu próprio patrão ganhando seu próprio sustento. Trabalhando para você mesmo. Com todas as garantias. Por exemplo, aqui a gente paga INSS, PIS, COFINS e essas coisas né, coisas que você ganha como assalariado. Então, se você está pagando essas coisas você pode ter direito, a gente pode ter direito a essas vantagens, essas coisas...

Entrando então nessa questão das garantias legais, vamos conversar um pouco sobre o que o Direito significa para vocês. Os trabalhadores têm as suas garantias definidas em lei como o FGTS, 13º salário, férias etc, algo que a princípio vocês não têm. Vocês se sentem protegidos, tutelados, pelo Direito sendo cooperados?

Mas escuta... eu me sinto mais garantida sendo cooperada do que como trabalhadora, como empregada. Porque quando o cooperativismo, quando a cooperativa, a nossa mesma, começar a se desenvolver bem, que ela pegar o caminho, que ela começar a crescer, nós podemos reservar o 13º, podemos reservar todas essas coisas necessárias.

PARTE I – O QUE É O COOPERATIVISMO?

A partir do testemunho dos sujeitos ético-críticos que dão vida à uma cooperativa, *analeticamente*, percebe-se a radicalidade da proposta de uma economia alicerçada na produção coletiva e na mutualidade, caracterizada pela gestão democrática e apropriação coletiva do resultado do trabalho. Um projeto de desenvolvimento não capitalista que efetivamente se inicia desde “os de baixo” – avancemos no sentido de demarcar, abstratamente, o significado desta questão.

A nova sociedade surgirá a partir das experiências, a partir dos momentos, a partir da cultura do “pleno nada”, a partir do “não-ser”, a partir do trabalho improdutivo, a partir do trabalho vivo, a partir dos “pobres”, a partir da afirmação da *afirmação da exterioridade*, e por orgânica conjunção *com a negação da negação* do capital⁹⁰.

Somente desde a *exterioridade* é que se perceberá a necessidade de se *afirmar* práticas que visem a negação daquilo que causa *negação* de vida do sujeito concreto, enquanto *vítimas* do sistema capitalista (a totalidade)⁹¹. Somente desde a *exterioridade* é que se entenderá o que é o cooperativismo - *práxis de libertação*, projeto de transformação social que não tem na rentabilidade do capital a sua lógica de funcionamento –, qualquer “cooperativismo” diferente disso é fraude, ou já uma firma (pois não pode ser uma simples roupagem jurídica que vai, formalmente, legitimar a cooptação de um projeto contra-hegemônico ao sistema de *totalidade*).

Está a se tratar, em última análise, de uma questão de *justiça*.

O *pobre*, o dominado, o índio massacrado, o negro escravo, o asiático das guerras do ópio, o judeu nos campos de concentração, a mulher objeto sexual, a criança sujeita a manipulação ideológica (também a juventude, a cultura popular e o mercado subjugados pela publicidade) não conseguirão tomar como ponto de partida, pura e simplesmente, a “estima de si mesmo”. O *oprimido*, o torturado, o que vê ser destruída a sua carne sofredora, todos eles simplesmente gritam, clamando por justiça:

⁹⁰ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 285.

⁹¹ “A totalidade é o capital, figurando o valor como seu momento essencial”. LUDWIG, Celso Luiz. *A alternatividade jurídica...* p. 100.

- Tenho fome! Não me mates! Tem compaixão de mim! – é o que exclamam esses infelizes⁹².

O conceito de justiça deve ser buscado a partir do conceito de injustiça. “[Franz Hinkelammert] concebe esse movimento desde a crítica de Marx quando este afirma que a produção capitalista só sabe desenvolver a técnica e a combinação do processo social de produção destruindo, ao mesmo tempo, as fontes originais de toda a riqueza, que são a terra e o trabalhador”⁹³. É justamente da *crítica* às relações de produção capitalista, que *nega* a subjetividade do trabalhador, que se trata: aí o cooperativismo.

Essa concepção de justiça define uma exigência e um critério para a sua consecução. “Dá o critério de orientação na constituição de instituições – sistema jurídico, por exemplo – e é um critério para criticá-las, mas é antes a exigência para que as instituições, sistemas, subsistemas, estrutura, microestrutura, etc, sejam constituídos e, assim, permitam que todos caibam. Esse é o direito fundamental”.

A concepção acima apresentada permite sustentar que a *injustiça* está nos mais diversos níveis de *negação* de vida concreta dos sujeitos e que a realização da *justiça* está na negação dessa *negação* (dialética) desde a *positividade* (momento analético). “A exigência de justiça surge da negatividade: existência empírica de vítimas – ou de negações nos mais diversos aspectos da vida das vítimas (Dussel)”⁹⁴. Trabalhar a problemática eleita como objeto de nosso estudo nessa perspectiva *analética*, de relação entre *positividade* e *negatividade*, é o caminho a ser seguido.

Nessa ótica, a exterioridade constitui-se como categoria fonte, reserva de fundamento último (ponto de partida e de chegada) da justiça. Além (fora) do horizonte da lógica da ontologia dialética de totalização, na qual a totalidade é fundante e constitutiva do sentido da justiça, situa-se a lógica analética. Neste a categoria de exterioridade é reserva de crítica que possibilita romper o sentido do que é justo na lógica da totalidade, mas que pode revelar-se injusto a partir de uma compreensão estribada na exterioridade. Ou

⁹² DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão* (trad. Georges I. Maissiat). São Paulo: Paulus, 1995. p. 18-19. (grifo nosso)

⁹³ LUDWIG, Celso Luiz. *Verbete...*

“Essa idéia de Marx é utilizada como indicativa da percepção do mundo hoje e para mostrar a crítica feita ao capitalismo atual”.

⁹⁴ Ibid.

então, a partir desse “novo lugar” pode revelar um “outro” justo, ou “outra” justiça: o não-ser como justiça⁹⁵.

Entender a real situação dos indivíduos que decidem como *novo* (outro) modo de vida a organização social em forma de cooperativa é fundamental, pois, como visto⁹⁶, não é qualquer organização coletiva, não é qualquer projeto (político!), que pode ser denominado cooperativa(o). Definir critérios e requisitos principiológicos que orientem, desde um “outro lugar” (desde fora do sistema de *totalidade*), a factibilidade de uma práxis de transformação social é condição de possibilidade para compreendermos o que é, verdadeiramente, o cooperativismo. Esse ente que o Direito Cooperativo deve adequadamente regular. Fixar adequadamente a categoria *exterioridade*, ponto de partida de toda a crítica, é a tarefa a ser desempenhada ao longo dos capítulos que compõe essa primeira parte da pesquisa.

Como prática de *libertação* que traz em si o elemento do novo, o cooperativismo deve cumprir os princípios que fundamentem uma transição. Ainda é cedo para afirmar que o cooperativismo garantirá por si só a construção de uma *nova totalidade*, até porque a forma de trabalho “cooperativo” ainda não é a preponderante – muito pelo contrário, o trabalho assalariado mostra-se crescente em vários países do globo. Nessa perspectiva de se pensar a transição, deve-se ter cuidado com o ‘novo’ que traga elementos do velho (Dussel diria: ainda subsumido à lógica da *totalidade*). Mas, indubitavelmente, um dos elementos do novo que o cooperativismo de produção nos apresenta é que a gestão democrática, o controle do processo coletivo pelos trabalhadores e a apropriação coletiva do resultado do trabalho: naquilo que pode ser resumido no conceito de *autogestão*.

⁹⁵ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 110.

⁹⁶ E nunca será demais repetir.

CAPÍTULO I – MOMENTO POSITIVO (EXTERIORIDADE): A DEFESA DO TRABALHO VIVO

“A *exterioridade* é *alteridade*: ser-outro enquanto distinto da totalidade estabelecida, dominadora, existente a partir de si e por si: o capital”.

(Enrique Dussel)

1.1. O *pauper* como exterioridade

Como momento *positivo* da analética, a afirmação do sentido da vulnerabilidade do ser humano⁹⁷ define (por exigência ética) *certos conteúdos* (limites) às ações da vida em comunidade – normas, atos, microfísica estrutural, instituições ou sistemas de eticidade. As necessidades da vida humana demarcam na vida do sujeito concreto certos limites necessários que não podem ser ultrapassados sob pena de morte do indivíduo.

A vida humana não é um fim nem um mero horizonte mundano-antropológico. A vida é o *modo de realidade* do sujeito ético (que não é o de uma pedra, de um animal irracional ou da “alma” angélica de Descartes), que dá o conteúdo de todas as suas ações, que determina a ordem racional e também do nível de necessidades pulsões e desejos, que constitui o marco dentro do qual se fixam fins. Os “fins” (relativamente à razão instrumental weberiana) são “colocados” a partir das exigências da vida humana. Isto é, o ser humano enquanto vivente constitui a realidade *como objetiva* (quer para a razão prática ou teórica) na medida exata em que a determina como mediação da vida *humana*⁹⁸.

Dessa forma, pela necessidade de se afirmar a vida humana, direção dada pela racionalidade prático-material⁹⁹, já não é mais qualquer norma ética, ato humano, microestrutura ou instituição que é válida, justa ou legítima. As normas éticas, os atos humanos, as microestruturas ou as instituições que venham a *negar a vida humana* em

⁹⁷ É a vida humana tratada como real.

⁹⁸ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 131.

Trata-se de “recuperar um sentido antropológico forte perdido pelo dualismo moderno (desde Descartes até Kant), de um humano definido em primeiro lugar a partir de sua corporalidade como ser vivo, vulnerável, e por isso dotado de “necessidades (needs)”. Ibid., p. 133.

⁹⁹ Ibid., p. 93-168.

qualquer um de seus níveis devem ser transformados – produzindo *práticas de libertação* que venham afirmar o movimento de negação da *negação*¹⁰⁰.

... a vida humana impõe limites, fundamenta normativamente uma ordem, tem exigências próprias. Impõe também conteúdos: há necessidade de alimentos, casa, segurança, liberdade e soberania, valores de identidade cultural, plenitude espiritual (funções superiores do ser humano em que consistem os conteúdos mais relevantes da vida humana). A vida humana *é o modo de realidade do ser ético*¹⁰¹.

Essa recuperação do sentido antropológico exigido para que se imponha uma ética de conteúdo, desde Marx, não se resume a um mero materialismo simplista. Quando se fala em produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana restam incorporados aspectos fundamentais da vida que vão muito além do meramente físico (ex: comer), haja vista que também trata-se da dimensão espiritual, cultural e histórica em seu conteúdo¹⁰².

Mas, como efeitos não-intencionais do sistema-mundo de totalidade vigente, haverá invariavelmente, situações em que determinados conteúdos da vida de um sujeito concreto (ou de uma comunidade) serão irremediavelmente negados. Eis aí uma vítima (ou comunidade de vítimas). Não se trata, pois, de um “juízo de valor”, de “gosto”, subjetivo”, trata-se de um juízo empírico de fato. Detectar empiricamente um vítima é constatar *negatividades*: pobreza, fome, traumatismo, dor, patologias e muitas outras dimensões da *negatividade*^{103, 104}.

Para identificar a *vítima* como *exterioridade* Dussel vai procurar dar-lhe um sentido metafísico, “se por metafísico entendermos o que se situa *para além* do horizonte ontológico de um sistema, como por exemplo do capitalismo *como totalidade*”¹⁰⁵. *Exterioridade*, construída desde um horizonte econômico-filosófico, tem então um sentido espacial de estar-*fora-do-sistema-de-totalidade-capitalista*. Esse é o nosso âmbito de discussão.

¹⁰⁰ DUSSEL, Enrique. *Ética...* No último momento da arquitetura por ele forjada – que nada mais é que a definição do momento analético por excelência.

¹⁰¹ Ibid., p. 131-132.

¹⁰² Ibid., p. 133.

“Esse critério material sobre a qual se funda a ética, a reprodução e desenvolvimento da vida humana, é universal, e além disso não é solipsista, mas comunitário. Trata-se de uma “comunidade de vida (*Lebensgemeinschaft*)”.

¹⁰³ LUDWIG, Celso Luiz. *Esquema de aula: paradigma da vida concreta de cada sujeito* (mimeo). p. 11

¹⁰⁴ Lembre: a *negatividade*, emerge, se apresenta, se descobre a partir da *positividade*.

¹⁰⁵ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 257.

No *Método para uma Filosofia da Libertação*¹⁰⁶ o filósofo vai dizer que o “mais além” do sistema¹⁰⁷ pode apresentar-se de diversas maneiras:

a) como anterioridade histórica: o *suposto* de sua existência no tempo, aquilo que por dissolução deu origem ao sistema hoje hegemônico;

b) por sua própria natureza (*ante rem*): a exterioridade propriamente dita, metafísica, como o *trabalho vivo* é o outro do capital, sempre, sincronicamente (e de qualquer forma é plenamente o outro antes do intercâmbio capital-trabalho); e

c) *post factum*: o trabalhador *pauper*, desempregado, que pela redução do tempo necessário de trabalho ficou “fora”, sem trabalho¹⁰⁸.

É com esta terceira face da *exterioridade* que estamos preocupados quando nos propomos em definir o cooperativismo – o *pauper* –, revelando em “carne e osso” (o *trabalho vivo* do trabalhador) a importância desta categoria de categorias que é a *exterioridade*, que tem como uma de suas determinações específicas exatamente a classe econômica e socialmente dominada (“como reserva de exterioridade – trabalho vivo”¹⁰⁹). Mas porque na tentativa de se definir o que é o cooperativismo devemos nos restringir apenas a uma das três maneiras pelas quais a *exterioridade* se apresenta? Em um contexto de hegemonia do modo de produção capitalista (no seu atual estágio de acumulação financeira) fica complicado¹¹⁰ vislumbrar, factivamente, o resgate contra-hegemônico de relações de produção historicamente anteriores às relações de produção comandadas pelo capital, haja vista que o próprio Marx já denunciava que na economia política as relações sociais mais avançadas

¹⁰⁶ Ibid., p. 255-261.

¹⁰⁷ Do ser ou fundamento do sistema (nesse caso, do capital).

¹⁰⁸ Daqui por diante, sempre que se falar em vítimas é ao *pauper* que estamos nos referindo. É acerca da articulação desses sujeitos negados que estamos interessados. É da articulação *libertadora* (razão libertadora) desse “bloco histórico” que emerge o cooperativismo, o resto é fraude, ou firma.

¹⁰⁹ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica* ... p. 111.

“A exterioridade é uma categoria de categorias, um conceito de conceitos. Pode dar-se ao nível abstrato ou geral: categorias de categorias, por excelência. E neste caso, na condição de abstração em geral, constitui-se filosoficamente na exterioridade em relação à exterioridade (lógica da exterioridade/lógica da totalidade). Pode dar-se também ao nível concreto. Neste caso, periferia real (América Latina), histórica e geopoliticamente em relação aos países centrais (Europa, Estados Unidos, Japão); ou trabalho vivo em relação ao capital (do capitalismo mundial); ou *trabalho vivo em relação ao capital (do capitalismo periférico subdesenvolvido)*; ou *ainda classe econômica socialmente dominada (com reserva de exterioridade – trabalho vivo) em relação à classe detentora de poder*; sexo dominado (com reserva de desejo, como fonte exterior de dominação) na totalização erótica machista; educando reduzindo à ignorância (como reserva do ainda-não, do “novo” sentido) na totalização pedagógica; excluído, alternativo (como reserva de justiça desde a exterioridade) na lógica de totalização do Direito dominante”. (sem o grifo no original)

¹¹⁰ Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

dominam as mais antigas – por isso a prudência de não adotarmos essa primeira tipologia como mediação necessária. Justifica-se, também, o abandono da “exterioridade propriamente dita” por sua fundamentação estritamente metafísica (embora fundamental¹¹¹), pois ainda que útil não se configura como a mais apropriada mediação para o cotejo do cooperativismo enquanto concreto movimento de transformação social – como *práxis de libertação* – atualmente proposto pelas *vítimas* do sistema.

Partamos do *pauper*, esse ser-outro¹¹² distinto da totalidade estabelecida, dominadora¹¹³.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista ao atingir o estágio da acumulação financeira desemboca na atual crise do trabalho, gerando o que o filósofo Enrique Dussel chama de “o sétimo rosto da Modernidade”, o *marginal*¹¹⁴, o pobre que, excluído do processo produtivo, não tem condições de satisfazer suas próprias necessidades, isto é, reproduzir sua vida¹¹⁵. Esses “cidadãos” *marginais* para continuar vivendo acabam não tendo opção para sobreviver que não seja a organização coletiva, é assim que passam a organizar a produção em unidades coletivistas de trabalho: as cooperativas.

1.2. O trabalho vivo como exterioridade

Acontece que, diante do quadro de crise social gerada pelo avanço capitalista, o *pobre*, a *vítima*, esse “cidadão” *marginal* que nos fala o filósofo argentino, é, *positivamente*, uma das determinações da *exterioridade*. “Isto quer dizer que ser posto “à margem (*ausser*)” das condições pelas quais o trabalhador pode viver, isto é, o salário, transforma, novamente o trabalhador “outro” do capital”^{116, 117}. Compreender o significado desse enunciado (que mais

¹¹¹ “A “exterioridade”, porém, propriamente dita, metafísica (enquanto é mais que ontológica ou “por sobre” o horizonte do ser do sistema), estabelece-se entre o capital já originado e o trabalho vivo. Com efeito, o trabalho vivo, o *próprio trabalhador em sua carnalidade disponível*, é o “outro” absoluto que enfrenta o capital a partir de sua própria exterioridade”. DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 258 (o grifo é nosso)

¹¹² Veremos adiante o que isso significa. Que fique por hora apenas demarcado intuitivamente: liberto (pois desprezado) do mando do senhor capital, isto é, do salário, o trabalhador transforma novamente em outro do capital.

¹¹³ Como demarcado na epígrafe que inicia este capítulo.

¹¹⁴ “Para terminar, não podemos esquecer “o sétimo rosto” da Modernidade: os marginais. Dissemos que o capital periférico é fraco porque transfere sistematicamente valor. Por isso não há uma só superexploração do operário assalariado, mas também uma enorme superpovoação relativa e absoluta, um “exército operário de reserva” que o fraco capital periférico não pode subsumir. O fenômeno contemporâneo da marginalidade – questão que nasceu sob o conceito de “lumpen” mas que alcança hoje uma gravidade muito maior – manifesta também o rosto mais injusto e violento do “capitalismo tardio”.

¹¹⁵ DUSSEL, Enrique. *1492...* p. 171-172.

¹¹⁶ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 259.

que mero discurso tem uma materialidade fática: é real) é de grande valia para os sujeitos negados e os intelectuais orgânicos¹¹⁸ envolvidos com a transformação do estado de coisas que impera atualmente.

E esta exterioridade configura o novo lugar do sentido determinante, do sentido fundante. Os entes (por exemplo, o trabalhador) têm sentido “iluminado” pelo fundamento que se encontra fora da totalidade e não a partir dela (...). A partir de uma fundamentação nova (categoria da exterioridade) o não-ser, o não sentido, o nada, são o *real*: “o ser é, o não-ser é *real*.” A afirmação da exterioridade, nunca aniquilada completamente (porque, no caso do trabalho, é sempre virtualmente pelo menos trabalho vivo, e portanto, exterior à totalização do capital), é o ponto de apoio para o rompimento da lógica da totalização em todos os níveis (na histórica, na política, na erótica, na pedagógica etc), e, seu sentido originário fundante é um *sentido de justiça*¹¹⁹.

A *exterioridade* do trabalhador é o ponto de apoio para o rompimento da lógica de totalização. Começamos a consolidar na *positividade* o que servirá de critério para o movimento de negação da *negação (práxis de libertação)* realizado pelas vítimas num contexto de globalização excludente: a defesa do *trabalho vivo*, da subjetividade, da corporalidade do trabalhador, do “sujeito vivo”.

Retomando a linha argumentativa que deu início a este primeiro capítulo, na definição de um critério ético-material que imponha certos *limites* às ações humanas, podemos, agora, enfaticamente, afirmar que o *trabalho vivo*¹²⁰ é um desses conteúdos que a vida humana de cada sujeito impõe que seja respeitado em comunidade. “Dessa maneira, será o conceito de *trabalho vivo* o eixo central da alteridade, a instância concreta do mais alto nível crítico do

¹¹⁷ “A totalização de uma totalidade como lógica de dominação (em nosso caso, o capital como totalidade) é denunciada a partir da alteridade (o pobre, concebido como trabalho vivo, despojado de “riqueza”, que se define e adquire sentido, no interior da lógica do capital – ente visto fundado na ser)”. LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 109.

¹¹⁸ No sentido utilizado por ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. *Direito Moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 1996. p. 60 e ss.

¹¹⁹ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica ...* p. 109-110.

“Arremata Dussel dizendo que “Pela categoria da ‘totalidade’ o oprimido como oprimido no capital é só *classe* explorada; mas no caso de constituirmos também a categoria ‘exterioridade’, o oprimido como pessoa, como homem (não como assalariado), como trabalho vivo não-objetivado, pode ser *pobre* (singularmente), e *povo* (comunitariamente). A ‘classe’ é a condição social do oprimido como subsumido no capital (totalidade); o ‘povo’ é a condição *comunitária* do oprimido como exterioridade”.

¹²⁰ Trabalharemos essa categoria ao longo do presente capítulo.

sistema”¹²¹, haja vista que é via o trabalho que o ser humano pode desenvolver sua personalidade e suas capacidades¹²²; e porque o trabalho não pode denotar uma realidade livre do domínio de outrem? Na perspectiva de que não é qualquer trabalho que serve ao homem, oriundo da concepção de justiça apresentada acima, pode-se afirmar que injustiça é produzir riqueza destruindo o trabalhador, e que, pois, o capitalismo é *injusto* – uma vez que a consequência do trabalho subsumido ao capital (*trabalho objetivado*) é a *negação*, objetivação do sujeito. Nessa perspectiva, Dussel, comentando os *Grundrisse* de Karl Marx, vai sustentar que a perversidade ética do sistema capitalista (da sociedade burguesa), a “causa da crise”, se situa no nível da produção, na organização do trabalho dos indivíduos¹²³.

Karl Marx classifica o trabalho em trabalho *objetivado* e o trabalho *não-objetivado*¹²⁴. Assinala que para além do trabalho objetivado, que é o trabalho já como capital, existe o trabalho não objetivado (*vivo*) que enquanto tal é “não-capital”, é capacidade e subjetividade criadora de valor¹²⁵.

Em passagem que revela toda a contradição da relação capital vs trabalho (pois o único valor que pode constituir uma contradição com o capital é o trabalho que cria valor, ou seja, o trabalho produtivo), Karl Marx vai revelar a questão da *exterioridade* do trabalhador: como o mais além do horizonte da *totalidade* que o capital constitui, como o absolutamente “distinto”, a situação em que o trabalhador não está subsumido ao capital (passagem essa que se impõe via contrato de trabalho), enfim, o trabalho enquanto mais absoluta autonomia¹²⁶. Como Dussel ressalta, a passagem é longa, pois fundamental:

“O trabalho, posto como não-capital enquanto tal, é: 1) Trabalho não-objetivado, concebido negativamente ... o trabalho vivo, existente como abstração destes aspectos de sua realidade real; este

¹²¹ RUBIO, David Sanchez. *Direitos Humanos, Ética da Vida Humana e Trabalho Vivo*. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). *Direitos Humanos e Filosofia jurídica na América Latina*: Editora Lumen Júris: Rio de Janeiro, 2004. p. 166.

¹²² Yvez Clot, desde a psicologia, vai trabalhar a função essencial do trabalho para a construção do subjetividade do sujeito. CLOT, Yves. *La fonction psychique du travail*. (Mimeo).

¹²³ DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. 3. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1998. p. 89.

¹²⁴ DUSSEL, Enrique. *La producción ...* p. 137. LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 100.

¹²⁵ Via de regra, na medida em que as relações de produção comandadas pelo capital são hegemônicas, o único trabalho diferente do objetivado é aquele que ainda está se objetivando, o trabalho não-objetivado (*vivo*). Estabelecer estratégias para a manutenção dessa potência da atividade criadora do ser humano é tarefa para o sujeitos empenhados em pensar o cooperativismo enquanto *práxis de libertação*.

¹²⁶ “Resumiendo, como ente intramundano, como cosa ante la consciencia, como mercancia posible pero actualmente no-mercancia, el trabajador, su trabajo es pura negatividad”. DUSSEL, Enrique. *La producción ...* p. 141.

*despojamento total, este desnudamento de toda objetividade, esta existência puramente subjetiva do trabalho. O trabalho como pobreza absoluta: a pobreza não como carência, mas como exclusão plena da riqueza objetiva ... Uma objetividade que coincide com sua imediata corporalidade ... 2) trabalho não objetivado: concebido positivamente ... como atividade ... como fonte viva de valor ... Não é, absolutamente, uma contradição afirmar, pois, que o trabalho é, por um lado uma pobreza absoluta como objeto, e por outro a possibilidade universal da riqueza como sujeito e como atividade; ou antes, que ambos os termos desta contradição condicionam-se mutuamente e derivam da essência do trabalho, já que este, como ente absolutamente contraditório em relação ao capital, é um pressuposto do capital e, por ele, pressupõe por sua vez o capital*¹²⁷.

Mais além do horizonte forjado pelo capital, encontra-se o “não-capital” como realidade histórica, a exterioridade, o outro (“como alguém, “sujeito vivo”): o trabalhador como capacidade e subjetividade criadora de valor. *Negativamente* concebido, então, o trabalho não-objetivado é não matéria-prima, não instrumento de trabalho, não produto, enfim, não processo de produção do capital: é o nada do capital, o não valor, é pobreza absoluta, pois representa exclusão plena de riqueza objetiva – é o trabalho dissociado de toda a objetividade da realidade dominadora, é o trabalhador como mercadoria disponível no mercado, mas não “consumido” como mercadoria (é abstração, e igualmente não-valor). *Positivamente*, é o não-valor, o ente (*Dasein*) absolutamente contraditório em relação ao capital, existência subjetiva do trabalho mesmo; “O trabalho não mais como objeto, mas sim como atividade; não como auto-valor, mas sim como fonte viva de valor”^{128, 129}.

1.2.1. Defesa do trabalho vivo: a negação do salariado (a missão do cooperativismo)

Uma vez identificado esse *outro* em relação ao capital, podemos perceber toda a contradição que existe na relação entre capital e trabalho. A categoria *trabalho vivo* proposta por Karl Marx, e evidenciada por Enrique Dussel, revela que existe, necessariamente, um

¹²⁷ Ibid., p. 336.

¹²⁸ Marx em os *Grundrisse* citado por Dussel. Ibid., p. 139.

¹²⁹ Toda essa problemática é resumida na passagem que segue. Atente para a importância ética que é dada à figura do desempregado na perspectiva de se definir a exterioridade em relação à totalidade do capital. “Como “fuera” (en la exterioridad) es no-objetivado, por ello no-capital, no-materia, etcétera. Es decir, en el “mundo” del capital (o lo constituido bajo su horizonte) el trabajador no es ningún ente: nada. Más allá del capital (y todavía no subsumido) es la no-objetividad (por cuanto no es objeto; o si es objeto en cuanto no-objetivado es no objeto: un obrero desempleado). Si la riqueza es el capital, el que está *fuera* es la “pobreza absoluta”. *Nada* de sentido absoluto, *nada* de realidad, improductivo, inexistente, “no-valor”. A esta posición de la persona la hemos llamado “el Otro”. Ibid., p. 140.

momento no qual o trabalho não está subsumido ao capital – mesmo em um contexto de hegemonia desse –, quer dizer, o trabalho originariamente é *exterior* (anterior) ao capital. Se acontece que um passa a ser fundamento do outro (o sentido dos entes se dá no e a partir do seu ser, o fundamento¹³⁰) é porque existiram (e existem) situações históricas concretas¹³¹ que permitiram que o processo civilizatório tomasse esse rumo da barbárie¹³². “Nesse momento dialético caracteriza-se o âmbito da exterioridade como fundamento originário do capital como totalidade. Portanto, antes de ser um ente (trabalhador assalariado, no capitalismo) do capital, é um sujeito vivo, fonte de trabalho enquanto atividade”¹³³.

Pero *antes* aun del intercambio, cuando el trabajador no ha trabajado todavía para el capital, en su exterioridad original es un “trabajo todavía no-objetivado”. En cuanto “no”-objetivado es *nada*; negatividad para el capital: “son fantasmas que quedan fuera de su reino (...) *antes* del intercambio, el trabajador (a diferencia del esclavo o del siervo del feudalismo) se firma como otro, como *persona*”¹³⁴.

Nota-se, pois, que a reação ao salariado tem uma significação (desde a metafísica) primordial para o projeto ético de transformação social a ser empreendido pela própria ‘comunidade de vítimas’. Nessa perspectiva, o salariado em cooperativas significa a negação de todo um projeto de construção de uma *práxis de libertação* que visa a instituição de uma nova (*outra*) totalidade¹³⁵.

1.2.2. A passagem do trabalho vivo ao trabalho objetivado

A categoria *trabalho vivo* revela que o trabalho não é valor, mas *criador de valor*, indicação do momento no qual o trabalhador não está subsumido ao capital. Mas como dito,

¹³⁰ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 102.

¹³¹ “Mas ao longo da história, os intercâmbios humanos, como a concretização de sistemas produtivos e práticos, foram, lentamente, crescendo, foram se sistematizando. Pouco a pouco se iam distinguindo uns dos outros até que, finalmente, foi o sistema capitalista que, por trás, de um complexo processo de desenvolvimento impôs-se. Os efeitos que sobre o ser humano recairão serão bastante negativos, como consequência de seus efeitos não intencionais e de tendência entrópica”. RUBIO, David Sanchez. *Direitos Humanos...* p. 167.

¹³² Para a compreensão do significado do modo de produção capitalista como verdadeiro processo civilizatório conferir a obra de Otávio Ianni. IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹³³ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 101.

¹³⁴ DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 140 e 142.

¹³⁵ Aqui está indicado o argumento central de nossa crítica. Voltaremos a essa discussão no momento oportuno.

no contexto de domínio do “senhor capital” que tem no *salariato* a forma predominante de trabalho, o trabalho não-objetivado é aquele que ainda está se objetivando – essa é a tendência e o grande desafio dos atores sociais comprometidos com a *libertação* das *vítimas*. No momento em que o trabalho (*vivo*) resta incorporado ao capital, o trabalho, de sua absoluta autonomia externa, é subsumido à essência do capital passando a apresentar-se como uma de suas determinações, tal qual o dinheiro e a mercadoria.

Assim, diferenciadas são as facetas sob as quais o trabalho pode se apresentar ao nossos olhos.

O trabalho *como trabalho* autônomo (a contradição absoluta do capital); o trabalho *como capital*, e, posteriormente, a aparição do capital *como trabalho* (o assalariado frente à máquina, por exemplo, no processo de produtivo da valorização do capital mesmo).

Tomando como referência o enunciado proposto pela citação acima, e admitindo como ponto de partida da crítica (de *libertação*) a corporalidade viva dos *marginais* em sua cruzada para a manutenção da vida, é certo que por hora tratamos, pois, da primeira forma de trabalho qual seja “o não-ser que permanece fora do intercâmbio”¹³⁶, o trabalhador não subsumido à essência do capital. No(s) momento(s) imediatamente anterior(es) à entrega da sua força de trabalho ao capital (na figura concreta do capitalista), em sua origem, o trabalhador é *nada*, o que comprova que na lógica da produção e acumulação capitalista ele “não se faz real durante todo o tempo no qual capital não o solicita, não o põe em movimento, já que a atividade sem objeto não é nada”.

Chegado a esse momento da argumentação é hora de tratar do “momento do intercâmbio”, a subsunção da *exterioridade* à lógica da *totalidade*. Tal como Marx, interessamos mostrar que o *trabalho vivo* (a capacidade de trabalho) ao enfrentar o capital como dinheiro (é o *salário*, estabelecido no contrato de trabalho como contraprestação à venda da *força de trabalho* do trabalhador) desemboca na injustiça ética do capitalismo que é a separação do sujeito do produto do trabalho que realiza.

¹³⁶ DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 140 e ss.

Marx denuncia a injustiça ética produzida no momento em que o trabalho vivo é deserdado do seu vínculo com o ser humano que produz o que necessita. A acumulação da miséria surge no preciso instante que o sujeito do trabalho é separado do produto que produz¹³⁷.

Ao tornar-se uma mercadoria posta no mercado, já como força de trabalho, ou melhor, como força produtiva, o “homem”¹³⁸ cria o valor que é a essência do capital. O trabalho como atividade criadora é a força produtiva que mantém e reproduz o capital – inserido no “mercado” o trabalhador é visto meramente como força de trabalho. Vendendo um certo tempo de sua capacidade produtiva – como força de trabalho – que é comprada pelo capitalista como mercadoria, cujo preço de sua (re)produção é o salário, o trabalhador passa da condição de não-ser do capital para a de *subjetividade possuída*, cujo trabalho em potência já deixou de ser do trabalhador¹³⁹.

El trabajo produce el capital (que no es sino “trabajo objetivado”), pero desde el intercambio por contrato de trabajo asalariado el ser del trabajador “presupone” ahora al capital, es un momento del mismo capital (el trabajo *como capital*, una de las *determinaciones esenciales* del capital y una de las *formas* de su aparición. Es ahora que desde su “plena nada” – como exterioridade todavía no objetivada – la su subjetividade del trabajo se torna “nada absoluta” (...) La “nada absoluta” del trabajador es ser, ahora del capital. Como subsumido en el ser del capital el asalariado es “la posibilidad universal de la riqueza como sujeto y como actividad”, pero no para ser gozado y usufructado por el trabajador, sino por el capital¹⁴⁰.

Fica comprovado que o trabalho assalariado pressupõe o capital; subsumido ontologicamente, esse tipo de trabalho representa a objetivação da subjetividade do trabalhador, isto é, a objetivação de sua vida¹⁴¹. Vendida em sua potência criadora de riqueza

¹³⁷ RUBIO, David Sanchez. *Direitos Humanos...* p.167.

¹³⁸ O trabalho como subjetividade.

¹³⁹ “Como la compra-venta, como contrato, da el título de propiedad sobre la mercancía, es en esse momento que se produce e acto ontológico de la subsunción: el trabajo del obrero es ahora “trabajo *como capital*”- há sido subsumido como um momento del capital mismo, que solo espera el comenzar a efectivarse en el momento que el trabajador inicie su jornada de trabajo. El trabajador, de “nada” exterior o alteriudad no-objetivada, pasa ahora a ser una *subjetividade poseída*, cuyo trabajo en potencia (*dynámi* como gustaba decir Marx en griego) ha dejado de ser del trabajador. En esto consiste “la disociación entre la propiedad y el trabajo” – con el que comienza Marx o texto largo que citamos (...) –, y ahora se entiende también aquello de que el trabajo “es um presupuesto del capital y, por outra parte, *presupone* a su vez al capital”. DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 146

¹⁴⁰ Ibid., p. 147.

¹⁴¹ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 103.

o trabalhador produz riqueza, mas dela não se apropria, na medida que isso será feito por outrem: o capitalista detentor dos meios de produção, do capital. Uma vez firmado o contrato de trabalho, juridicamente (formalmente), legitima-se a venda da capacidade de trabalho que passa ser agora propriedade do capital. “É o momento da negação da exterioridade, do trabalho vivo, e, sua afirmação como uma das determinações do capital. A totalização do trabalho consiste na *alienação* do trabalho, isto é, negação do trabalho vivo, e, sua constituição como trabalho assalariado”¹⁴². Essa é, como dito, a perversidade ética do capital, que transforma o homem livre e consciente, em coisa, em instrumento, constituindo assim uma relação social de exploração, de alienação.

Fica exposta aqui nossa tese fundamental na perspectiva de indicar o que seja o cooperativismo: é negação das causas da *negação* da subjetividade do trabalhador, é negação da subsunção do *trabalho vivo* à lógica do capital, é negação do trabalho assalariado nas relações de produção – enfim, cooperativismo, ainda neste nível de abstração que tratamos do tema, é *práxis de libertação* que contraria a lógica da totalidade do capital.

1.3. Efeitos da lógica do capital: primeiras considerações sobre o momento negativo e a reação das vítimas em mais um testemunho

É através da compreensão da dinâmica da produção e acumulação de riqueza no capitalismo que Dussel vai afirmar que “todo o trabalhador é potencialmente um pobre”, um desocupado, parte do “exército industrial de reserva”. E citando Marx em os *Grundrisse* vai concluir:

Não é senão no modo de produção fundado no capital que o pauperismo se apresenta como resultado do próprio trabalhador, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho¹⁴³.

Assim, “a superpopulação marginal” é efeito da lógica do capital. O desemprego crônico e estrutural na periferia do sistema capitalista tem sua explicação causal na dinâmica da acumulação capitalista, que com a mundialização financeira começa a afetar mesmo os

¹⁴² Ibid., p. 104.

¹⁴³ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 259.

trabalhadores dos países do centro do sistema-mundo. Marx já tinha desvendado que desigualdade é produto da própria racionalidade do sistema. O pobre é, então, produto da própria racionalidade do sistema. “O *pobre* por isso, e como fruto da exploração do próprio capital, é “o outro” por excelência”¹⁴⁴.

“O outro” *como pobre* é um indivíduo – individualmente que, tendo passado pela experiência do trabalho livre, desenvolveu-se ao máximo: é pessoa num sentido novo, mais maduro¹⁴⁵ que nos anteriores modos de apropriação –, é uma classe (a classe trabalhadora), uma nação”¹⁴⁶.

A exterioridade *post factum* é o produto necessário da lógica interna e auto-referencial da produção e reprodução do capital. O *pauper* é consequência da corrida insana dos capitalistas contra a crescente diminuição da taxa de lucro que remunera o capital, haja vista que para o acréscimo da taxa de exploração da mais-valia uma das atitudes a ser tomada é o aumento do investimento em capital constante¹⁴⁷ (em mais uma das várias contradições do sistema), fazendo com que o trabalho humano direto – dispêndio de nervos, músculos e cérebro¹⁴⁸ – seja reduzido, mais e mais, à uma parcela mínima no processo de trabalho. Diminuindo, no processo de trabalho, o tempo de trabalho socialmente necessário, o trabalhador passa a ser considerado descartável, aumentando ainda mais o exército de reserva – momento necessário do capital na exploração da sobre trabalho (mais-valia).

Expressando o movimento analético, então, toda negação da *negação* parte da afirmação da *exterioridade*¹⁴⁹. E se o trabalho não-objetivado (*vivo*) nada é no mundo das mercadorias (como “o outro” do capital), uma vez subsumido à lógica da *totalidade* (do capital) como contrato de compra e venda (o ato ontológico da subsunção) ele deixa de ser a potência que afronta o capital. “O trabalhador, de “nada” exterior ou alteridade não-objetivada, passa agora

¹⁴⁴ Ibid., p. 260.

¹⁴⁵ O testemunho apresentado no capítulo inicial desta dissertação comprova isso.

¹⁴⁶ Id.

¹⁴⁷ Que nada mais é que trabalho passado.

¹⁴⁸ Denominado de “trabalho vivo” em *O Capital*. Não confundir com a definição trabalhada em nossa argumentação.

¹⁴⁹ DUSSEL, Enrique. *Método...*

a ser uma *subjetividade possuída*, cujo trabalho em potência (...) deixou de ser do trabalhador”¹⁵⁰.

“Em resumo, pode-se dizer que a exterioridade é entendida como fonte criadora do valor desde o não capital, num processo que se dirige ao capital, que uma vez existente, tem na totalidade a categoria ontológica por excelência”¹⁵¹.

Em relação ao trabalhador é no salarizado (no contrato de trabalho) que se explicita a injustiça ética do capitalismo, uma vez que se configura no processo de trabalho determinado pelo capital. Configura-se assim a *injustiça* a ser combatida, já que no processo de produção e valorização capitalista se tem negado o momento positivo (o *trabalho vivo*), o que obriga a desconstrução real das causas da negatividade das vítimas, naquilo que Dussel denomina de *práxis de libertação*: libertação não é só quebrar as cadeias (o momento negativo descrito), mas “desenvolver” (libertar no sentido de dar possibilidade positiva) a vida humana ao exigir que as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam à mera reprodução como repetição da *totalidade*.

Com base no testemunho de outro sujeito envolvido na construção de uma cooperativa – a Cooperativa de Embalagens Brasil –, tentativa de fugir da lógica da *totalidade*, podemos verificar a validade da argumentação acima exposta, uma vez que a teoria que não dá conta explicar a realidade é falsa, é ideologia.

A senhora chegou que a comentar que durante quase toda vida o trabalho nunca faltou para a senhora. Mas antes de entrar na COEMBRA a senhora estava desempregada não é mesmo?
Aqui faltou, faltou sim o trabalho registrado. Devido ao que? À qualificação! Porque eu não tinha grau de estudo, por que os empregos estavam pegando quem tivesse pelo menos o primeiro grau. Por exemplo, na minha carteira tenho boa experiência de serviço, de trabalho, mas tenho qualificação, grau de estudo.

E a idade chegou a pesar também?
A idade sim. Já pesou! Estou com 53 anos né?!

Mas você sente que ainda pode trabalhar muito né?!
Sim, sinto que posso trabalhar!

¹⁵⁰ DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 146.

¹⁵¹ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 102.

“O trabalhador, enquanto corporalidade, enquanto pessoa, enquanto “não-ser” do capital, é a exterioridade. A totalidade-capital só é possível, desde e a partir da existência da “exterioridade” do trabalho vivo, do qual provém o valor, essência do capital. Dussel sustenta que o movimento dialético do discurso de Marx tem a direção que vai desde o trabalho vivo como não-capital (como *nada*, como *não-ser*, como *o outro* distinto do capital) e fonte criadora do valor, para o capital como totalidade: “*Crear-desde-la-nada* es una categoría radical, la primera la más originária, y para de la cual desarolará *todo su discurso*”.

E o quê é pior: trabalhar num serviço que te explora (física ou mentalmente) e ganhar pouco no fim do mês ou sentir essa sensação de ser excluída, desprezada. O que é pior?

É melhor trabalhar assim como você falou que se sentir desprezada. Você ficar como eu cheguei a ficar... por exemplo, um dia eu saí cedo de casa e vim pro centro com o dinheiro só para a passagem. Olha, eu fui em tudo que foi empresa, agência sabe? Fazia ficha tudo certinho. Quando foi de tarde ali em frente ao Guadalupe daí eu fui à uma agência ... e tinha que aguardar por que era duas horas da tarde. Daí eu comprei umas mimosas e fiquei esperando abrirem a porta para começar a atender. Daí eu fui lá e fiz... até hoje... Tinha bastante gente, menininhas... Eu mesmo eles não chamaram. Porque? Falta de qualificação, idade, tudo isso. E o que me irritou mais foi que daí eu saí cedo, e o meu filho, que é pedreiro, mais o amigo dele dormiram até o meio dia, foram de bicicleta na mesma agência que eu fui e conseguiram o serviço. Eles conseguiram o serviço e eu não (pausa).

Mas a senhora sentia isso, que para o mercado formal de trabalho já estava fora...

Sim. Já estava fora...

Se não fosse a COEMBRA, a senhora que estaria hoje trabalhando em algum lugar?

Não, eu vou ser sincera pra você. Às vezes eu falo lá em casa, pro meu esposo, pro meus filhos que hoje estão casados, que foi a coisa melhor que aconteceu na minha vida foi a cooperativa Ia fazer curso de corte de costura, cheguei a fazer estopinha, eu sempre me virei, sempre trabalhei... mas aí não tem a renda. Você não tem uma coisa assim de chegar no final do mês e você contar com aquilo né? E aqui não. Eu por exemplo quando o pessoal <do conselho fiscal> sobe no escritório para ver os cadernos às vezes eu subo junto e daí eu já sei mais ou menos ter, quanto de dívida ainda tem pra pagar e quanto vai sobrar.

Mas a senhora então participa da gestão, está sempre de olho na movimentação financeira.

Sempre de olho na movimentação.

Na cooperativa isto realmente é necessário...

Mas tem uns que não fazem. As vezes eles vêem o dinheiro que entra, mas eles não vêem o que sai. E eu não, eu vejo o que sai, o que entra, vejo as contas que tem pagar, tudo, desde o começo.

Por que a senhora acha que os outros cooperados não participam mais da gestão?

Um é porque falta, às vezes, preparação. Outros é porque não se interessam mesmo. Eu não, eu já levo tudo meio controlado. E sempre sei mais ou menos quanto que tem, quanto que não tem. Por isso não fico brigando se este mês não vai ter dinheiro, que não sei o quê. Vou levando...

Como a senhora diria que surge o cooperativismo na sua vida? Diria que foi uma necessidade, foi por acaso, foi a busca de um ideal?

Em primeiro lugar foi a necessidade, necessidade de trabalho mesmo. E aí em segundo lugar é a convivência, a esperança mesmo de ter uma coisa melhor. É uma coisa que eu luto pela cooperativa é que eu acho que ela foi um sonho que eles [os fundadores] plantaram né. Um sonho que eles tiveram que a gente não deve deixar morrer. Entende?

Mas a senhora acredita nesse sonho por você ou é mais por eles?

Por todos nós, mas eu acho que é mais por eles, não é por nada, pois você veja bem: se não fossem eles eu não estava aqui. Se eles não tivessem colocado a primeira pedra?

Mas a senhora entende a proposta. O que é o cooperativismo para a senhora?

Eu entendo. Cooperativismo é o que a gente faz aqui. Nós lutamos. É cooperar com o outro. Entender o outro né. É toda a convivência. Como eu quero dizer... eu acho que quanto mais a gente lutar para mais produzir, para mais movimentos, mais seria melhor né. Mas é que as pessoas não têm muita noção. Aqui dentro mesmo tem pessoas que assim que ganhando seus R\$ 500,00 por mês ele acha que está bom, ele fica contente. Eu acho que as pessoas deveriam querer mais. Se a gente consegue produzir R\$ 10.000,00 por mês, como já conseguimos chegar a R\$12.000,00, vamos chegar a R\$ 20.000,00. Só depende da gente.

A senhora consegue, então, visualizar isso: se todos trabalhassem com afinco a situação da cooperativa poderia ser outra.

É. Só depende da gente. Mas não falo isso só pelo dinheiro. É ver a força que o grupo tem. A necessidade das pessoas é, hoje em dia, grande. Então, é por isso que eu falo pra você, se a gente chegasse e tivesse mais cooperativas – como eu sei que já tem na Vila Verde – cada vez as coisas seriam sempre mais, bem melhor.

Queria que a senhora comentasse mais sobre isso que acabou de dizer: o cooperativismo é importante por que dá chance àqueles que não conseguem trabalhar ganhar dinheiro ou porque dá chance de viver essa experiência coletivista?

Pelos dois.

Isso é claro para a senhora. O cooperativismo não é válido apenas pelo dinheiro.

Não, não. De jeito nenhum. Porque você veja bem, às vezes eu mesma lá em casa quando um rapazinho me para na rua e pergunta se “na firma que eu trabalho tem algum trabalho para ele” eu penso: “se a gente tivesse condições de “contratar” ele não seria bom para ele?” E tem mulheres, como a minha vizinha, que tiveram a possibilidade de fazer o Curso na Universidade que hoje se arrependem.

A senhora falou em “ter condições de contratar”, mas a senhora sabe a diferença entre contratar e ser sócio da cooperativa...

Eu sei, sei disso. Aí que tá. Eles <pessoas de fora da cooperativa> pensam que é uma empresa, só que não é. Daí a gente tem que explicar pra eles que não é.

(...)

E quanto tempo demorou para você entender a lógica da cooperativa? Pois anteriormente a senhora mesmo falou que esperava que fosse uma coisa, mas é outra.

Olha, eu acho que foram uns 6 meses.

E o que mudou?

A partir que começa as coisas ficam mais claras. Mesmo sabendo o que era a cooperativa pelo Curso eu tinha o seu Vicente [o atual presidente da COEMBRA] como um... quase como se fosse patrão mesmo. Nas reuniões com a Incubadora eles puxavam a nossa orelha e diziam “aqui não é emprego, aprendam, vocês tem que agir, e agir como dono”. Hoje eu vejo que quando a gente não agiu assim foi quando demos com os burros n’água. Hoje quando as coisas estão meio assim eu já vou lá e digo.

Hoje é claro para a senhora que o presidente não é o seu patrão.

Hoje é claro. Ele não é um líder, não é um chefe, é uma pessoa que vai servir para dar uma ordem na coisa. Senão vira mesmo uma casa da mãe Joana.

(...)

Tem diferença entre ser empregada e ser dona de seu próprio trabalho?

Tem bastante. Porque... você veja bem ...

Aqui tem igualdade de serviço. A gente trabalhou a gente recebe, é dividido, não tem patrão, não tem empregado. Por exemplo, você pega a carteira de trabalho, a gente ganha R\$ 160,00 por mês, a gente não é considerado. Não tem nem comparação, pois aqui nós somos todos iguais e lá nas grandes empresas têm muita diferença.

A diferença para você é clara então entre o trabalho cooperativo e o trabalho assalariado.

Ah é sim!

Largaria a cooperativa?

Hoje Marcos eu não deixo por um porém: eu não tenho muita saúde mais, eu tenho sempre que está repetindo alguns exames. Este mês mesmo eu tenho umas consultas para serem feitas, consultas para exames que já fiz ... (pausa) ... A empresa, pra começar, se você começa a levar atestada pra empresa... Eu por exemplo tenho pressão alta, tenho diabetes, sou hipertensa, então empresa nenhuma me pega. Se pegar, eu garanto pra você, é descobrir isso e um mês, um mês e pouco está na rua. Perde o emprego. Então, pra falar a verdade a verdade pra você, eu não deixo a COEMBRA não.

Mas me diga uma coisa. Você defende essa posição pela instabilidade que teria em um emprego ou pela diferença do trabalho que vocês tem na organização do processo produtivo aqui na cooperativa?

Pela diferença. Tem essa coisa... assim ... eu gosto de ser honesta com as coisas. A gente quando entrou aqui assumiu as dívidas que a cooperativa tinha <<essa cooperada é a segunda geração da cooperativa>>, eu não acho justo eu abandonar aqui por R\$ 800,00 e deixar os outros aqui. Entendeu?

A opção da senhora é por um projeto que aqui é coletivo...

Exatamente. É isso mesmo. Eu não acho justo porque, se você... (pausa)... eu não acho justo porque é um compromisso que a gente assumiu, né?! Porque você veja bem, a gente assumiu uma dívida de 40 meses aí e agora mais outra, e a gente sai e larga todo mundo? Não, eu não faço isso não.

E os outros cooperados têm essa mesma postura? A senhora consegue enxergar isso na fala, nos olhos deles?

Não sei...(pausa)... as vezes um deles comentam. Não sei... mas para mim o que importa é que eu não tenho vontade de sair daqui não.

Mas os outros nem chegam mesmo a comentar sobre isso?

As vezes. Quando eles estão no serviço, assim... Agora mesmo, que a gente está com problema, pois estamos recebendo menos, as pessoas chegam a questionar se está valendo a pena. Tem gente que não se conforma com isso aí, aí eles reclamam. Mas eu acho assim, que a partir de agora que as coisas começam a mudar, que começa a aparecer cliente, a coisa volta até quase o mesmo nível que chegou. É aquela história, não tem aquele dizer que a esperança é a última que morre? E aqui é assim, sempre há esperança.

A esperança é uma palavra sempre presente no dia-a-dia de vocês.

Exatamente, sempre há. É por isso que eu acho que eles não desistem, eles vão na luta.

Firmado esse primeiro momento do movimento metódico – a *positividade* –, vejamos agora o processo de subsunção do *trabalho vivo* à lógica do capital – momento *negativo* – e o “ajuste” que se opera para, desde o ‘cooperativismo’, incorporar o trabalho de maneira permanente e estável na lógica de acumulação capitalista.

CAPÍTULO II – MOMENTO NEGATIVO: O TRABALHO OBJETIVADO E O ‘COOPERATIVISMO’ SUBSUMIDO AO CAPITAL

“O operário é mais pobre quanto mais riqueza produz”.

(Karl Marx)

Dando continuidade ao movimento metódico proposto para a pesquisa é hora de adentrarmos com maior profundidade teórica na questão da *negação*¹⁵², da causa da injustiça na práxis histórica das *vítimas*, da descoberta do “mal originário” no fenômeno da totalização do sistema-mundo (capitalismo) que se mostra indiferente à factibilidade da produção, reprodução e desenvolvimento da vida e da autodeterminação dos povos. Para Dussel é este o momento da crítica, a denúncia das causas da *negação*, o lugar por excelência das Filosofias de Libertação – naquilo que denomina de exercício da razão ético crítica¹⁵³.

Uma vez mais é preciso lembrar que o tema propriamente ético não se inicia tanto na *positividade* da vida humana, mas em sua *negatividade*: no não poder viver, questão que não obstante precisa do horizonte positivo¹⁵⁴.

Estamos no nível do descobrimento da “negação originária (alienação em sentido forte) real empírica das vítimas (a escravidão do escravo, a *subsunção efetiva do trabalho assalariado do operário no capital*, a mulher como objeto sexual do machismo etc), onde o sofrimento é o efeito real da dominação ou exclusão, material (e até formal) como contradição da afirmação do sistema de eticidade vigente (e desde a ação dominadora)”¹⁵⁵.

Continuaremos a tratar como o filósofo Karl Marx desenvolve sua descoberta acerca da essência do capital (item 2.1). Num segundo momento (item 2.2) intentaremos uma

¹⁵² “A negação da vida humana é agora nosso tema. O ponto de partida forte e decisivo de toda a crítica, como já vimos, é a relação que se produz entre a negação da *corporalidade* (*Leiblichkeit*), expressa no sofrimento das vítimas (...) e a tomada de consciência desta negatividade”. DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 313.

¹⁵³ Ibid., p. 299-414

¹⁵⁴ Ibid., p. 321.

¹⁵⁵ Ibid., p. 306. (sem o grifo no original)

argumentação que vai abordar como essa mediação pode, e deve, ser utilizada no que concerne ao “cooperativismo” convencional (hegemônico) – subsumido à lógica da totalidade (do capital) – que restrito à esfera da circulação mostra-se incapaz de enfrentar o regime de exploração do trabalhador e a de objetivação do *trabalho vivo*.

Na produção se objetiva a pessoa (*Person*); [no consumo] na pessoa se objetiva (*subjektiviert*) a coisa (...) Na primeira [a produção] o produtor se objetiva como coisa [*versachlicht*]; no segundo [o consumo], a coisa criada por ele se torna pessoa (*personifiziert*)¹⁵⁶.

Para o tratamento do tema proposto neste Capítulo faz-se imperativo, antes de tudo, alertar o leitor para a necessidade de se estar atento ao nível de abstração que se utiliza no movimento metódico que estamos realizando ao “descermos” do abstrato ao concreto, do “real pensado” ao “real concreto”, até chegarmos à denuncia do “cooperativismo” subsumido ao capital (hegemônico no cenário do cooperativismo contemporâneo). Após delimitada no nível abstrato a problemática da passagem do *trabalho vivo* à lógica do capital (o *trabalho objetivado*) passaremos à análise de como esse movimento se repete no discurso hegemônico do “cooperativismo” (a “doutrina cooperativista”) – que, veremos, ‘verdadeiro’ cooperativismo não é. Em uma atitude simplificadora da complexidade, quando o “cooperativismo” for tratado em sua concretude, via de regra estaremos tratando do caso brasileiro, uma vez que seria impossível (ou mesmo desnecessário) para a proposta de pesquisa desta dissertação uma análise comparativa de *todo* o movimento cooperativista. Dessa feita o título desse capítulo poderia muito bem ser denominado “O trabalho objetivado e o ‘cooperativismo’ subsumido ao capital: o caso brasileiro”.

2.1. O trabalho objetivado em Marx: o “mal originário”

Continuemos, então, a discussão ao nível do debate travado no capítulo anterior: como Marx nos alerta, antes de tratar o complexo-concreto deve estudar o simples-abstrato. É por isso que agora a categoria *trabalho objetivado* será tratada com maior consistência teórica,

¹⁵⁶ MARX, Karl. *Grundrisse* citado por DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 391 (nota de rodapé n. 145).

quando indicaremos a categoria *totalidade* em sua essência: o capital¹⁵⁷. Somente cumprido essa etapa é que se poderá iniciar o debate acerca do cooperativismo e, somente assim, estabelecer um juízo de valor sobre as organizações que se autodenominam “cooperativas” e reproduzem o “sistema sociometabólico de reprodução do capital”.

Assim, tratamos aqui da descoberta do “mal originário” como causa das *injustiças* geradas pelo sistema-mundo de totalidade (o capitalismo). É o tema da “negação originária”, ou seja, da alienação real empírica do trabalhador no processo produtivo comandado pelo capital: a subsunção do trabalho assalariado do operário no capital. Como vai nos dizer Dussel, esse “mal ôntico” “é descoberto¹⁵⁸ pela razão ético-crítica no fenômeno da “totalização” do sistema”¹⁵⁹.

A consciência ético-crítica (fundamental para o tratamento do próximo capítulo) aparece quando as *vítimas* passam a compreender que a “negação originária” não tem nada de natural, apresentando-se como a causa do sofrimento dos *pobres* e, por isso mesmo, como benesse para a classe dominante. Note-se, então, o quão fundamental é para os movimentos sociais críticos (de libertação) a compreensão do momento *negativo* do movimento metódico proposto pelas Filosofias de Libertação.

Para Marx esse “mal ôntico” que procuramos identificar tem sua expressão no *contrato de trabalho* assinado, coativamente, pelo trabalhador – que dessa maneira vende a sua corporalidade para o capitalista: é o regime do salariado. “O contrato tem (...) uma *forma aparente* de equidade: de liberdade, igualdade e propriedade. Na realidade existe coerção, desigualdade e pobreza constitutivas. Feito o contrato desigual, injusto, eticamente perverso (aqui começa a *não-verdade*, a *não-validade* de todo o mundo jurídico vigente), aparece o momento mais trágico descrito por Marx: a *subsunção* (conceito definitivo da intuição da “alienação” do trabalho do jovem Marx)”¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Foi quando Marx formulou seu descobrimento *essencial* na produção teórica de toda a sua vida: “A mais valia que o capital gera ao final do processo de produção ... significa ... que o tempo de trabalho ... objetivado no produto é maior que o existente nos componentes originários do capital”. MARX, Karl. *Grundrisse* citado por DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 13.

¹⁵⁸ “Em um nível abstrato último, fundamental, está a essência (o capital e suas determinações) (...): o capital em-si. Em um segundo nível, mais concreto – mas sempre “em geral” ou abstrato –, o horizonte do “mundo essencial” ou profunda da produção”. DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 19.

¹⁵⁹ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 305.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 325-326.

Essa passagem é reveladora. Além de ferir de morte o paradigma jurídico vigente¹⁶¹, atesta a subsunção do *trabalho vivo* à lógica do capital como o momento mais trágico da vida do trabalhador, pois condiciona a alienação real (“não só ideológica”) da sua corporalidade ao mando do “senhor capital”¹⁶². O interesse aqui não é demarcar uma classe – a operária – como “a classe a quem pertence o futuro”, mas sim que é sobre ela que toda a pressão do sistema recai, ou seja, que há uma classe que por meio de seu trabalho (*vivo*) produz riqueza para outrem, e assim se aliena, deixando de ser sujeito de sua própria história, pois não tendo condições de produzir e reproduzir sua vida tem a morte (própria ou de se seus pares) como limiar objetivo.

Em *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*, Enrique Dussel vai ensinar que é da contradição absoluta entre capital e trabalho que Marx revela a mais-valia. Segundo o filósofo argentino a essência do pensar teórico de Marx seria a questão do valor como fundamento do conceito da mais-valia¹⁶³. É sobre o desvendamento da teoria do valor trabalho e da mais-valia que iremos transitar para atingir os objetivos desse item.

Quer dizer, (...), a questão da “exterioridade” ou “transcendentalidade” do trabalho vivo por oposição dialética ao capital é a chave completa para decifrar o discursos marxista – e também a doutrina da mais-valia (...). Antes que o trabalho vivo seja valor de uso para o capital o trabalhador é corporalidade distinta, pessoa livre; pobreza absoluta e nudez radical pelas situações que o mesmo capital produz como condição de sua reprodução. Nos *Manuscritos de 1861-1863* a esse respeito encontra-se: “Esse trabalhador livre¹⁶⁴, e por ele o intercambio entre capital e trabalho, entre capitalista e trabalhador, é manifestamente o produto, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior”. “Por uma parte aparece a capacidade do trabalho como pobreza absoluta ... Ele é enquanto tal, o segundo seu conceito, *pauper* (pobre), como personificação e portador para-si dessa capacidade individual”. “A *separação da propriedade com respeito ao trabalho aparece como a lei necessária do intercâmbio entre trabalho e capital*. Como não-capital, não –trabalho objetivado...”¹⁶⁵.

¹⁶¹ Argumento que será recuperado no próximo capítulo quando tratarmos da crítica ao Direito Cooperativo brasileiro.

¹⁶² “Como tal, la explotación no es ni algo metafísico ni simplemente un juicio ético (y mucho menos “solo un ruido”) como algunas veces há sido considerada; es una descripción fáctica de una relación socioeconómica, tanto como lo es la adecuada caracterización que hace Marc Bloch del feudalismo como un sistema en que los señores feudales “vivían del trabajo de otros hombres”. DOBB, Maurice. *Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith*. Siglo XXI editores: Buenos Aires, 1976. p. 164.

¹⁶³ DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 11.

¹⁶⁴ Que deve vender sua corporalidade.

¹⁶⁵ DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 16-17. (grifo nosso)

O significado (ético) da crueldade (*negação*) que a relação de produção capitalista impõe aos trabalhadores que se vêem separados do produto de seu trabalho só é possível de ser compreendido na afirmação, anterior, do momento *positivo* (o *trabalho vivo*, do qual tratamos no capítulo anterior) – é nesse sentido que Dussel tem completa razão em sua ética da libertação quando critica e denuncia a limitação ontológica das éticas *tradicionais*. Assim, o significado do *trabalho objetivado* só é inteligível a partir da compreensão do *trabalho vivo*.

Como já tivemos oportunidade de comentar, com a transfiguração do *trabalho vivo* em *trabalho objetivado* (aí o trabalho assalariado) opera-se uma verdadeira inversão de valores no processo de produção, haja vista que a subjetividade do trabalhador é colocada como mero meio no processo de valorização do capital, que se firma como o fim último de todo o processo de trabalho. É essa inversão que Marx vai demarcar como expressão do fenômeno do fetichismo: na esfera da produção o homem passa a ser visto como coisa^{166, 167}.

O conceito de “subsunção” indica o momento *ético por excelência* da “alienação” ou “transubstanciação” – como Marx gostava ironicamente de expressar-se – do trabalho vivo como trabalho assalariado (a totalização a partir da exterioridade da subjetividade do trabalhador), *negação originária da vítima* do capital, como incorporação (intra-totalização) da “exterioridade” do trabalho vivo na “totalidade” do capital¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Rubin relaciona a teoria do valor em Marx estritamente vinculada com a teoria do materialismo histórico – “estreita relação conceitual entre a teoria econômica e sua teoria sociológica”. A teoria do materialismo histórico de Marx, e sua teoria econômica, giram em torno de um mesmo problema básico: e relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Dando ênfase na segunda define-se a Economia Política para Marx, social e histórica, sendo uma ciência das *relações entre as pessoas no processo de produção*. RUBIN, Isaak Il'ich. *A teoria marxista do valor* (trad. Jose Bonifacio de S. Amaral Filho). São Paulo : Polis, 1987. p. 13,15.

¹⁶⁷ Alienação é um dos conceitos centrais do marxismo. No sentido em que lhe é dado por Marx, é a ação na qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados 1) aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade a ela mesma), e/ou 2) à natureza na qual vivem, e/ou 3) a outros seres humanos, e – além e através de 1), 2) e 3) – também 4) a si mesmo (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). Assim, a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, a “auto-alienação” não é um conceito (descritivo), é em verdade um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação). In *Dicionário do pensamento marxista*. BOTTOMORE, Tom (org.). São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 5. Aí a *práxis de libertação*.

Para Marx a alienação se produz entre o homem e a sua “essência” ou sua “natureza” humana (aí a importância de ser demarcar o momento *positivo*), entre o homem e sua humanidade, isto é, alienação de si considerado como a perda de possibilidades humanas criadas historicamente, em especial a da capacidade humana de liberdade e criatividade. Assim, a idéia de alienação de si traz um clamor pela renovação constante e pelo desenvolvimento do homem.

¹⁶⁸ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 327..

Mas, se a subsunção do *trabalho vivo* à lógica do capital via contrato de trabalho – *salariato* – é *negação* real e não só ideológica, devemos mostrar como essa *negatividade* se opera. Como já salientado Dussel vai dizer que essa explicação só é possível “graças à descoberta (e construção) da categoria-chave de toda a análise teórico-explicativa a partir da crítica-ética do capital feita por Marx: a categoria profunda, essencial e simples de “mais-valia” (relativamente à categoria superficial, fenomênica e mais complexa de “lucro”)”¹⁶⁹.

Pois bem. É hora de adentrarmos ao pensamento marxiano: a teoria do valor trabalho e mais-valia.

2.1.1. A teoria do valor trabalho¹⁷⁰

O professor Avelãs Nunes, em sua obra *Introdução à História do Pensamento Econômico*, defende que a *teoria do valor* é “pedra angular da teoria ricardiana e também da Marx”¹⁷¹. E citando Maurice Dobb, para fundamentar sua assertiva, salienta: “só que Marx tomou o sistema de Ricardo despojou-o de sua armação de ‘lei natural’ e revolucionou o seu significado qualitativo”.

Antes de Marx a atenção dos economistas clássicos e de seus epígnos se concentrou no conteúdo do valor¹⁷², principalmente em seu aspecto quantitativo (quantidade de trabalho), ou no valor de troca

¹⁶⁹ Ibid., p. 327.

¹⁷⁰ Este item é inspirado na leitura da obra máxima de Karl Marx – *O Capital* (*op. cit.*) –, especialmente com relação aos capítulos I, II, III, IV, V, VII, XI, XII, XIII e XXIII

¹⁷¹ NUNES, A. J. Avelãs. *Introdução à história do pensamento econômico*. Coimbra: SASUC 2000. p. 348

¹⁷² “A economia política nasce com a responsabilidade de desvendar a “lei natural” que cimentava a uma sociedade econômica dilacerada pela busca permanente do ganho privado. Incumbia-lhe enunciar a “lei invisível” que guiava o particularismo dos interesses na direção do interesse geral.

Daí o conceito de valor surgir como pedra angular da investigação clássica. Adam Smith e Ricardo, quaisquer que sejam as diferenças entre eles, perseguem, através do conceito de valor, a essência da “naturalidade” da sociedade que viam nascer. A generalização da produção para a troca parecia-lhes um fenômeno crucial e essa constatação os levaram a investigar o *conteúdo natural* de troca generalizada e permanente, como forma de existência da sociedade econômica. Isto equivale a dizer que lhes parecia reiterada e, portanto, determinava as razões de troca entre as mercadorias produzidas. A determinação do valor de troca ou do valor relativo das mercadorias passaria, assim, a se constituir no passo mais importante da caminhada em busca da revelação do caráter natural da nova sociedade.

Smith e Ricardo, ao sustentarem que o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as classes de bens, estão afirmando que o trabalho é, na verdade, o *conteúdo natural* das relações sociais fundadas na troca. E que estas só podem ser explicadas a partir de uma equivalência estabelecida em termos de quantidade de trabalho. Assim, a teoria do valor trabalho, proposta por Smith e Ricardo, ao dar solução para o problema da determinação do valor relativo da mercadorias, cumpre simultaneamente o papel de assegurar o caráter “natural” da troca e da sociedade que se desenvolve a partir dela. A “ordem natural” reaparece na análise de Smith e Ricardo

relativo, quer dizer, nas proporções quantitativas da troca. Submeteram à análise os dois extremos da teoria do valor: o desenvolvimento da produtividade do trabalho e a técnica como causa interna da variação de valor, e as mudanças relativas do valor das mercadorias. Mas faltava a vinculação entre estes dois fatores: a forma do valor, isto é, o valor como a forma que caracteriza pela coisificação das relações de produção e a transformação do trabalho social em uma propriedade dos produtos do trabalho¹⁷³.

Em *O Capital* o elemento central da análise marxiana é o trabalho assalariado, pois esta seria a categoria de trabalho socialmente dominante, o que de forma alguma quer dizer que não existissem (existam) outras formas de trabalho. Partindo do *trabalho* é que Marx vai desvendar a essência do capital. Não seria exagero argumentar que a questão que direcionava as investigações do autor era descobrir em que condições o produto do trabalho humano assume a forma de valor: é na análise destas condições que Marx desvenda a forma de trabalho característica do capitalismo.

Expressão do pensar dialético, o filósofo alemão tinha clareza que a sociedade capitalista está assentada sobre uma contradição: capital vs trabalho. Para ele o capitalismo teria a grande característica de mascarar a essência das coisas. E nesse sentido criticava os economistas clássicos que, em nítida posição de classe, se contentavam com a aparência do fenômeno e assim criavam uma “ideologia” sem qualquer capacidade explicativa, e que dessa forma gerava como consequência a manutenção do *status quo*.

Ciente de que o real antecede a teoria Marx estava preocupado em expor para a classe operária¹⁷⁴ um discurso científico sobre as causas de sua condição de pobreza, subalterna. Assim, era constante (e mesmo paranóica¹⁷⁵) a preocupação com o desenvolvimento de um pensar que efetivamente desse conta de compreender e explicar o real. Estava preocupado em explicar o que é o capital.

metamorfoseada no “valor de troca”, enquanto expressão do trabalho, o eterno castigo dos homens”. Luiz Gonzaga Belluzzo. In: RUBIN, Isaak Il'ich. *op .cit.* Introdução.

¹⁷³ RUBIN, Isaak Il'ich. *op .cit.*

¹⁷⁴ “Marx desenvolve, não só nos *Grundrisse* mas também ao final de *O Capital*, uma ontologia do capitalismo desde uma metafísica da vida, a sensibilidade humana como necessidade, da pessoa do trabalhador como exterioridade”. DUSSEL, Enrique. *La producción...* p 19.

¹⁷⁵ Em carta a Engels o filósofo revela:

“Trabalho arduamente de noite na sistematização de meus estudos econômicos, a fim de que ao menos alcance clareza nos esboços fundamentais (*Grundrisse*), antes do dilúvio [que era a crise econômica vivida na Europa que pressionava os trabalhadores e flertava com a esperança de derrocada do capitalismo]”. DUSSEL, Enrique. *La producción...* p 16.

Com todo o rigor científico, Marx, então, em seu método, para poder fixar a diferença entre a essência de um fenômeno e sua aparência, vai abstrair as determinações fundamentais da realidade concreta que definem o capital e articulá-las abstratamente. É nesse sentido que as abstrações devem ser compreendidas como um nível diferente (superior) em relação ao “histórico-concreto” do real. Dessa maneira, é que se concebe que a essência se encontra em um plano profundo, enquanto que o que ‘aparece’ é o nível superficial – assim, a essência das coisas jamais será revelada pelos sentidos. Para se detectar a essência do capital (e assim desmistificar o produção de riqueza no capitalismo) há que se partir das determinações concretas e rumar para um nível mais profundo.

Ainda que a mercadoria seja o ponto de partida do pensamento marxiano (na medida em que esta é a primeira determinação do capital) a abstração central do pensamento marxista é o trabalho abstrato, categoria fundamental para a sua teoria do valor. Se ao nível do real concreto encontramos o trabalho assalariado como a forma de trabalho predominante, para a teoria essa determinação aparece como *trabalho abstrato*, substância da qual toda as mercadorias são feitas.

Essa identificação do trabalho abstrato como característica da economia capitalista é de extrema importância. Além de demarcar que o trabalho assalariado é uma marca histórica, afirma que no capitalismo o trabalho abstrato assume a sua forma de *valor*.

Para Marx, o valor de uma mercadoria expressa a forma histórica particular do caráter social do trabalho sob o capitalismo, enquanto dispêndio de força de trabalho social. O valor não é uma relação técnica, mas a relação social entre pessoas que assume uma forma material específica sob o capitalismo, e portanto aparece como um propriedade dessa forma. Isso sugere, em primeiro lugar que a generalização do trabalho humano como mercadoria é específica ao capitalismo e que o valor como conceito de análise é específico ao capitalismo. Em segundo lugar, sugere que o valor não é apenas um conceito com uma existência puramente mental, mas que ele tem existência real, constituindo as relações de valor a forma de particular assumida pelas relações sociais capitalistas. Como essa forma é a mercadoria, isto determina o ponto de partida da análise de Marx¹⁷⁶.

O caráter específico da obra de Marx sobre o valor consiste no fato de que ele explicou precisamente o *tipo* de trabalho que cria valor. Marx “analisou a propriedade de o trabalho

¹⁷⁶ *Dicionário do pensamento marxista*. p. 397.

produzir valor, e foi o primeiro a mostrar *qual* o trabalho produzia valor, e por que e como o fazia. Ele descobriu que o valor era *este* tipo de trabalho, cristalizado. É precisamente esta explicação do “duplo caráter do trabalho” que Marx considerava a parte central de sua teoria sobre o valor”¹⁷⁷.

Se na análise da mercadoria resta encoberto as condições de trabalho humano, e assim sobressai-se a esfera da circulação que tem na formula $M - D - M'$ sua expressão maior, é somente na análise do circuito $D - M - D'$ que chegamos no âmago da questão queremos abordar. É apenas na representação deste circuito que observamos como a riqueza abstrata é o fim do capitalismo, onde dinheiro gera mais dinheiro em detrimento da valorização do trabalho no processo do trabalho. O homem sob o capital não está posto, e sim pressuposto. Na organização capitalista quem está posto é o capital¹⁷⁸ – o homem não existe!

Pelo contrato de trabalho os trabalhadores, enquanto força de trabalho, se igualam aos meios de produção na medida em que todos pertencem ao capitalista: é aí que se libera a busca pela mais-valia. Nesse sentido a questão do tempo de trabalho é fundamental, pois passa a ser gasto na produção que gera riqueza para o capital (é o controle!).

É a forma da circulação $D - M - D'$ – onde D' é maior que D – que interessa ao capital, pois adstrito à esfera da circulação não se consegue desvendar o que gera esse mais-valor¹⁷⁹. Mas como explicar que D' seja maior que D ? Apenas se admitirmos que seja necessário para obtenção de D' a existência de uma mercadoria capaz de gerar ‘alguma coisa’: a mais-valia (que de sua parcela vai gerar o *lucro* do capitalista).

Quando o capitalista vai ao mercado com dinheiro para comprar uma mercadoria que quando realizada vai gerar o D' , estamos nos aproximando da transformação do dinheiro em capital. Estamos diante de um momento fundamental: quando o dinheiro se torna capital é o momento em que o detentor do dinheiro se torna capitalista. É a compra da força de trabalho – essa é a forma de obtenção do excedente.

¹⁷⁷ RUBIN, Isaak Il'ich. *op. cit.* p. 87.

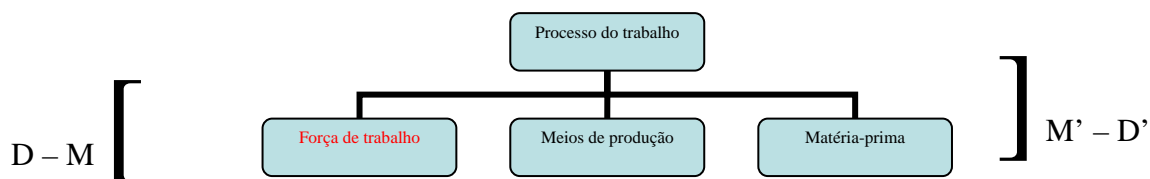
Assim o duplo caráter do trabalho reflete a diferença entre o processo *técnico-material* de produção e sua *forma social*. Esta diferença que remete à teoria sobre o fetichismo da mercadoria, é a base de toda a teoria econômica de Marx, inclusive a do valor. Esta diferença básica gera a diferença entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, que por sua vez expressa na oposição entre *valor de uso* e *valor*.

¹⁷⁸ O capitalismo é voltado para a posse da riqueza mais abstrata que é o dinheiro; diferente da economia cooperativista cujo fim é já outro: o homem, o trabalho.

¹⁷⁹ Se no capitalismo as trocas se dão entre equivalentes não é no valor de troca que se explicará esse mais-valor: existe algo que cria *valor*.

Na fórmula $D - M - D'$ estamos tratando da mudança da quantidade de dinheiro. Mas se dinheiro inicial gera mercadorias que transformadas gerarão mais dinheiro ($D - M - M' - D'$) fundamental saber o que faz M transformar-se em M' , pois existe “algo” que propicia essa transformação. Estamos nos aproximando do desvendamento do mistério que ocorre no processo de trabalho capitalista.

Esquemáticamente temos:



Esquema 1: análise do processo de do trabalho: a descoberta de *quem* produz o *valor*.

Graças à genialidade de Marx pela primeira vez na história da economia política a categoria força de trabalho foi inserida na análise econômica. Se Smith¹⁸⁰ e Ricardo¹⁸¹ já tinham percebido o conflito entre capital e força trabalho é Marx quem o desvende. Fala-se em capital, então, quando tratamos da passagem $D - M - D'$.

A compra da força de trabalho, que significa *controle* do corporalidade (e subjetividade) do trabalhador, em um processo de trabalho é orientada para um fim específico: o *lucro*. A utilização dessa força de trabalho no processo de produção para além do preço da reprodução da subsistência do trabalhador é a *mais-valia*. Sob o controle do capital o produto do trabalho dos operários é do capitalista, de modo que o processo de trabalho capitalista é a relação entre coisas que o capitalista compra¹⁸².

¹⁸⁰ SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (coleção Os Pensadores).

¹⁸¹ RICARDO, David. (1820) *Princípios de Economia, Política e tributação*. (terceira edição). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

¹⁸² O capitalista tem então dois objetivos no processo de produção: além do valor de uso produzir *valor*, ou melhor, *mais-valia*.

Sob o capital é difícil enxergar a libertação das vítimas pelo trabalho; sob as condições impostas pelo sistema de *totalidade* o trabalho é tido como castigo¹⁸³.

A questão se agrava nos dias de hoje. Com o progresso técnico (inelutável ao capitalismo) motivado pela busca incessante do aumento da produtividade pelos capitalistas que vêem crescente a queda de suas taxa de lucro, a classe trabalhadora vive uma situação insustentável. Precisando ainda mais de *escala, regulação e continuidade*¹⁸⁴ a aposta em máquinas (trabalho morto) determina um movimento que gera graves consequências para o trabalhador:

a) desvalorização da força de trabalho (ainda maior do que aconteceu quando do advento da manufatura);

b) prolongamento da jornada de trabalho (para usar a máquina o máximo possível e fazer valer o investimento da capitalista, já que com o progresso novas máquinas serão postas no mercado: é o que se chama de desgaste físico e moral da máquina);

c) produz a parcialização do trabalho e a decorrente alienação do trabalhador, que não têm o controle do processo produtivo;

d) aumenta o mercado de reserva, pois mulheres e crianças possam a poder ser utilizadas pelo capital.

Marx já indica todo o tema da “exclusão” do trabalhador no processo produtivo, substituído em parte pela máquina, inaugurando a figura do *pauper post festum*: o desempregado¹⁸⁵.

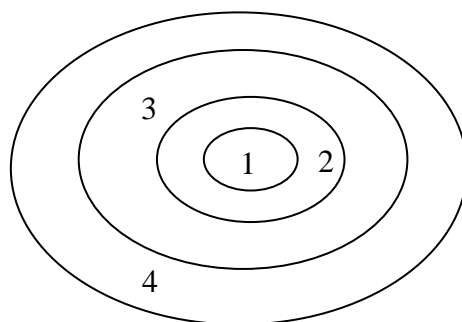
¹⁸³ Marx, ao contrário dos clássicos não toma o valor como a essência da *naturalidade* da sociedade, mas sim como expressão de uma sociedade em que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural. E esse processo de valorização do capital é, ao mesmo tempo, um processo de desvalorização do trabalho. Assim, a produção de valor de troca já inclui em si a coerção ao indivíduo. A atividade particular de cada produtor só adquire sentido quando sancionada pela forma geral do valor de troca, isto é, pelo dinheiro. A mercadoria só se confirma como *valor* no momento em que cada um se transforma em mercadoria geral, em dinheiro. E o trabalho concreto de cada um só é válido como trabalho social quando seu produto é acolhido pelo dinheiro como representante do trabalho em geral.

¹⁸⁴ Daí os ISOS 9000 para gerar igualdade nos produtos e a substituição de homens por máquinas já que a precisão daquele é muito menor.

¹⁸⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 391 (nota de rodapé n. 138).

Ao vivermos o exacerbamento da fase do desenvolvimento capitalista que Marx chamava de subsunção real do trabalho ao capital, que tem na maquinaria a *base técnica que interessa ao capital*, retira-se todo o saber técnico que restava ao trabalhador (na manufatura). É o mundo do “trabalho como prescrição”, onde predomina a categoria da *mais-valia relativa* e a tendência a extinção do processo do trabalho: é o desemprego estrutural. Fruto da concentração do capital nas mãos dos oligopólios multinacionais vivemos o terreno pleno e absoluto do capital, no qual todas as tendências do capitalismo se aguçam: dentre elas as suas contradições internas, a pobreza, o *pauper*, a *exterioridade*.

Quando olhamos toda a arquitetura do modo de produção capitalista em movimento (como a composição orgânica do capital não permanece a mesma, pois na gana por maiores lucros o capitalista aumenta as aplicações em capital constante (cc) em detrimento do capital variável (cv)) observamos a tendência do capitalismo para a produção de excedente da força de trabalho, naquilo que Marx denomina de *exército industrial de reserva*. Como no capitalismo o capital é a variável central – a “causação” –, as outras variáveis do processo de produção acabam se tornando secundárias. Nesse sentido existe apenas um núcleo de trabalhadores que o capital precisa (1. os assalariados formais), ao redor do qual transitam os trabalhadores desempregados como alguma perspectiva de emprego (2. os estagnados), havendo ainda posteriormente uma zona composta pelos trabalhadores eventuais com pouca possibilidade de entrar no núcleo do “mundo do trabalho” (3. os excluídos), até chegarmos nos trabalhadores disponíveis mais inapregáveis pelo capital (4. o *pauper*) – o que demonstra que a chance de migrar para o trabalho formal está cada vez mais difícil¹⁸⁶.



Esquema 2: Dinâmica do mercado de trabalho capitalista. Onde: 1. Núcleo necessário ao capital, os trabalhadores assalariados formais. 2. Os estagnados, trabalhadores

¹⁸⁶ Debate em aula da Disciplina Teorias Econômicas e Economia Solidária ministrada pela Professora Doutora Liana Carleial no primeiro semestre do ano letivo de 2004.

desempregados. 3. Trabalhadores excluídos, com pouca possibilidade de conseguir um trabalho formal. 4. Os *pauper*.

Desvendado o mistério do capital fica comprovado que a vítima – o trabalhador assalariado – sofre ao restar subsumido à lógica de trabalho e produção de riqueza comandada pelo capital.

Para concluir essa discussão, e passarmos para análise do “cooperativismo” que reproduz a lógica do desenvolvimento capitalista, ficamos com as palavras de Dussel:

A vítima sofre em seu não pagamento todas as riquezas acumuladas pelos beneficiários do sistema de eticidade vigente. No mais-tempo de mais-trabalho, o trabalhador cria “*do nada*” do capital - é o “fundamento (*Grund*)” do capital (o valor do salário), mas a própria criatividade da subjetividade da corporalidade da pessoa do trabalhador que, *objetivando sua vida*, nunca mais a recuperará (...) Esta conclusão permite a “compreensão” de realização do capital como des-realização do trabalhador, a acumulação como trabalho não pago: *juízo crítico ético negativo por excelência*. O capital, o sistema de eticidade vigente se inverte agora aparece como fetiche; o mesmo acontece com a economia política e suas filosofias éticas ou morais cúmplices, como a auto-afirmação de capital como autocriador do lucro¹⁸⁷.

2. 2. A fratura no discurso cooperativista: produção vs consumo

“Nunca o cooperativismo esteve em tanta evidência no Brasil. As cooperativas estão no campo, nas cidades, nos supermercados, nas estradas e, sem que você perceba dentro da sua casa, do seu trabalho, ajudando a administrar a sua vida e a de sua família”¹⁸⁸. São com essas palavras que o veículo de comunicação do braço paranaense da Organização das cooperativas do Brasil (OCB) – o “sistema” OCB, como gostam de referenciar os auto-intitulados “líderes” cooperativistas tupiniquins – abre o Editorial da edição de comemoração do Dia Internacional do Cooperativismo. Mas o que há para se comemorar em relação ao cooperativismo brasileiro?

Segundo o Presidente em exercício da OCEPAR, João Paulo Koslovski, há muito que comemorar haja vista que “Não somente aqui no Paraná, mas no Brasil e em várias partes do

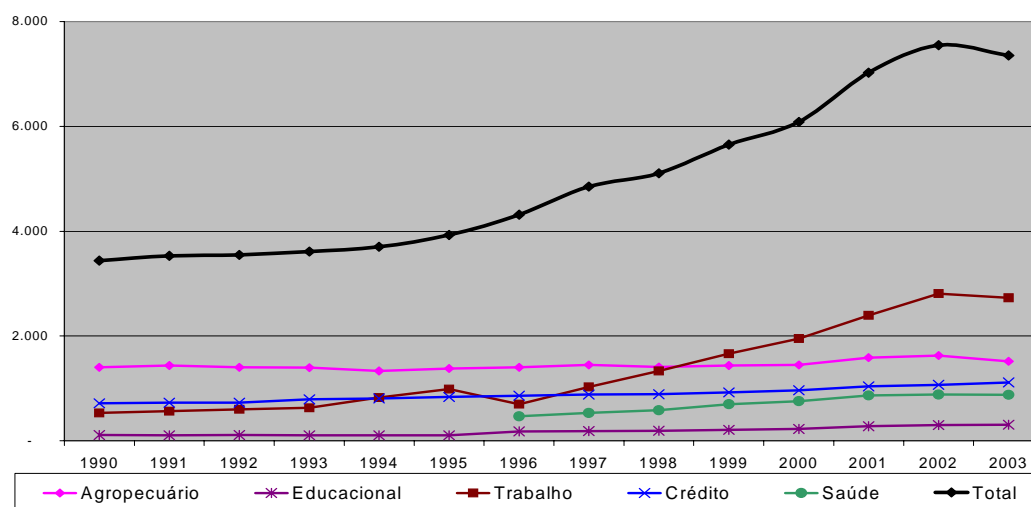
¹⁸⁷ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 327-328.

¹⁸⁸ Editorial: Referência e responsabilidade. Paraná Cooperativo. Ano I. N. 12. Jul/2005.

mundo o sistema cooperativo vem desempenhando um papel cada vez mais importante como instrumento de defesa econômica e social para milhões de pessoas”¹⁸⁹. Para confirmar sua assertiva, de acordo com dados oficiais, enumera que mais de 2.000.000 paranaenses, aproximadamente 20% da população do Estado tem algum tipo de relação com o cooperativismo, “seja na condição de cooperado, dirigente ou colaborador”¹⁹⁰. São mais de 350.000 mil cooperados nos 13 ramos de atividade propostos pelo “sistema” OCB¹⁹¹.

O crescimento do número de “cooperativas” e de “cooperados” no Brasil também é um dado bastante ressaltado pela própria OCB. Com base nas informações fornecidas pela entidade que *monopoliza*¹⁹² a representação do cooperativismo nacional, observa-se que efetivamente o número de cooperativas nela inscrita aumentou ao longo da última década (veja o gráfico abaixo). Mas qual o significado disso para o movimento cooperativista brasileiro?

Tabela 1. Evolução do número de Cooperativas, dos principais ramos, registradas na OCB, desde 1990



Obs.: 1.) de 1990 a 1995 as cooperativas médicas faziam parte do ramo de trabalho. A partir de 1996, elas foram excluídas daquele ramo.
2.) Ano 2002 - As cooperativas de transporte estão incluídas no Ramo Trabalho, apesar de ter sido criado o Ramo Transporte em julho/2001.
Fonte : Núcleo Banco de Dados - elaboração : GETEC/OCB

¹⁸⁹ KOSLOSKI, João Paulo. *Dia Internacional do Cooperativismo*. In: Paraná Cooperativo. Ano I. N. 12. Jul/2005. p. 03.

¹⁹⁰ Essa figura do “colaborador” é citada ao lado dos consumidores e familiares em outras revistas da entidade como entes que ativamente fazem parte do “sistema”, embora jamais fique claro o quê é ou quem seja.

¹⁹¹ “Outro número expressivo diz respeito à riqueza gerada pelas cooperativas. No ano passado, as 210 sociedades registradas na Ocepar apresentaram um faturamento global de R\$ 18 bilhões, um crescimento de 177,35% no período 2000/2004. Em 2000 as cooperativas representavam apenas 9,84% do PIB. Hoje, elas representam 18,2%. Quando falamos do agronegócio esse percentual é ainda maior. As cooperativas somam 55% do PIB do setor”. KOSLOSKI, João Paulo. *op. cit.* p.3

¹⁹² Lei n. 5.764/71, em seu artigo 105.

Pesquisadores brasileiros da Rede Universitária das Américas em estudos cooperativos e associativismo (Rede uniRcoop), em publicação recente, comprovam que a partir da década de 90 o cooperativismo brasileiro vem apresentando um crescimento efetivo no número de organizações. Segundo eles, em 1990 podia-se constatar 4.666 cooperativas registradas no Departamento Nacional de Registro Comercial (DNRC), saltando para 20.579 cooperativas em 2001. “Isso equivale a um crescimento de 331% no número de cooperativas no Brasil em uma década”¹⁹³. Além de mostrar que o número de sociedades cooperativas no Brasil é muito maior que o registrado na OCB¹⁹⁴ o quê esses dados querem dizer?

Dados da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) da Prefeitura de São Paulo na gestão 2000-2004, na apresentação de sua política pública de inclusão social denominado Programa *Oportunidade Solidária*, que tinha como estratégia a criação de cooperativas e empreendimentos coletivos para trabalhadores desempregados, apontam que “há hoje no Brasil milhões de pessoas organizando-se em variadas formas de trabalho não tem mais na relação capital-trabalho de tipo assalariado a sua centralidade”¹⁹⁵. A despeito da veracidade dos dados, é inegável que o número de miseráveis que optam pela organização da produção em unidades coletivistas de trabalho cresce, e muito, nos centros urbanos como uma nova faceta da luta pela sobrevivência, um movimento que alguns autores, como Paul Singer, vão chamar de *novo cooperativismo*¹⁹⁶. O que esses indivíduos têm a comemorar?

Para responder às questões acima levantadas valemo-nos do posicionamento de um dos poucos pensadores do cooperativismo em nosso país. Valdiki Moura ao reagir ao discurso hegemônico do cooperativismo na primeira metade do século passado, que da mesma maneira insistia em enaltecer o aumento no número de cooperativas, vai nos deixar um valioso ensinamento atinente ao que é o cooperativismo, o movimento cooperativista.

¹⁹³ PIRES, Maria Luiza Lins e (org.). *Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro*. Recife: Bagaço, 2004. p. 39

¹⁹⁴ Constatação que de certa maneira possibilita que se coloque em xeque a legitimidade da representação da OCB em relação ao desqualificado movimento cooperativista brasileiro.

¹⁹⁵ *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. Marcio POCHMANN (org.). São Paulo: Cortez, 2003. p. 139.

“Segundo dados sobre a dinâmica do mundo do trabalho no Brasil analisados pela PMSP/SDTS, ao contrário da tendência observada entre as décadas de 1940 e 1980, quando para dez postos de trabalho abertos oito eram assalariados, sendo sete com carteira assinada, a partir de 1990, somente três a cada dez postos de trabalho abertos são assalariados, sendo um com contrato formal (legal) e dois informais (ilegais). Os outros postos de trabalho abertos, na proporção de sete para cada dez, não podem ser caracterizados nem como legais nem como ilegais, uma vez que não são ocupações assalariadas. São formas “alegais”, pois a atual regulação pública, por inadequada, não sabe como tratá-los”.

¹⁹⁶ Sobre o tema do “novo cooperativismo” recomendamos a leitura das obras do professor Paul Singer na Bibliografia Consultada.

É lirismo, senão inobjetivismo, supor que possuímos um movimento cooperativo de expressão porque (...) cresceu o número de cooperativas (...) *Ter cooperativas (...) não é ter um movimento cooperativo*. No primeiro caso o problema é simplesmente aritmético, questão de números. No segundo, trata-se de algo profundo e significativo: da expressão filosófica, social, econômica e política de uma campanha¹⁹⁷.

Ressaltemos isso: ter cooperativas não significa necessariamente ter movimento cooperativo. É necessário separar o joio do trigo. Saber do que se trata, o que se deseja, onde se quer chegar. O que é cooperativismo? Qual o significado de ser cooperado? O que é uma cooperativa? Para que serve? Quais os seus propósitos? Seus princípios? Seu projeto? Qual a sua razão de ser? O que a diferencia de outras unidades produtivas? Qual sua diferença de uma associação, ou mesmo de uma sociedade limitada? O critério é meramente formal? Por que o Estado deve incentivar o cooperativismo? Cooperativismo para quem? Ou para o quê? Quem é contra? Quem é a favor do cooperativismo? Cooperativismo empresarial? Cooperativismo popular? E o trabalhador? E o *trabalho vivo*? E o ser humano? E o capital? Se frios dados e qualquer juízo descritivo nos mostram que o número de cooperativas formalmente constituídas cresce ao longo das últimas décadas, seja no meio urbano ou rural, devemos aprofundar o debate e termos clareza do significado desses números. Subsumir os ensinamentos da teoria do valor trabalho acima expostos, no sentido de clarear o que seja a essência do capital, é fundamental para a realização dessa tarefa. Dessa maneira pode-se comprovar que um “cooperativismo” é forjado desde o *mesmo* da totalidade, enquanto *outro* se constitui desde a práxis concreta de sujeitos negados desejosos de *justiça*. São, pois, não só diferentes; são antagônicos. Um é o ‘verdadeiro’ cooperativismo, outro é fraude a esse *projeto* de transformação social – e não é a máscara de uma figura jurídica que vai ocultar essa problemática.

Para se poder captar o papel transformador do cooperativismo, deve-se antes de mais nada distinguir a ação político-econômica cooperativa do enquadramento legal cooperativo. Isto é, não se deve confundir o

¹⁹⁷ “Efetivamente não é a mesma coisa ter ‘cooperativas’ e possuir um ‘movimento cooperativista’”. MOURA, Valdiki. *Diretrizes Cooperativistas* (notas e comentários). São Paulo: Editora Brasiliense, 1946. p. 290-291. (sem o grifo no original)

“Teremos um movimento que desperte a consciência nacional? Teremos a nosso lado partidos políticos? As ligas cívicas? (...) Quais os filósofos, os educadores, os sociólogos, os homens de pensamento fora da esfera do cooperativismo oficial, que se têm empenhado no desenvolvimento dessa campanha?”. Idem. Ibidem.

continente com o conteúdo. Não se deve considerar como “cooperativa” uma instituição, apenas pelo simples fato da mesma estar enquadrada nos requisitos definidos em lei. A “casca” jurídica pode esconder uma ilusão sob a aparência dos registros burocráticos¹⁹⁸.

Em virtude da frágil condição de inserção do país no “capitalismo global” o ‘cooperativismo’ brasileiro se apresenta às avessas, como farsa. “O cooperativismo “decalcado”, copiado do figurino europeu, não é exatamente a sua cópia, como toda imitação, é uma caricatura”¹⁹⁹. Como demonstra Daniele Pontes em seu estudo acerca das configurações contemporâneas do cooperativismo no país, no caso brasileiro, o que deveria ser rechaçado constitui-se como regra, de modo que as *cooperativas sob o comando do capital* e as *cooperativas sob o comando do trabalho precarizado* povoam um cenário que deveria ser ocupado hegemonicamente pelas *cooperativas sob o comando dos produtores diretos*²⁰⁰.

Se na Europa o cooperativismo surge (como veremos adiante) como uma reação proletária aos problemas sócio-econômicos criados pelo capitalismo, no Brasil o “cooperativismo” tem sua origem a partir da iniciativa das elites – os “donos do poder” como nos diria Raimundo Faoro – e com um viés conservador vai se localizar, sobretudo, no meio rural, ligado ao setor agro-exportador²⁰¹. “Não se trata, pois, de um movimento vindo de baixo, mas imposto de cima. Não é o caso pois de um movimento social de conquista, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal. Não ocorreu a criação de uma fórmula associativa, mas apenas sua importação e adequação aos interesses das elites políticas e agrárias”²⁰². Mas, ainda que não se possa falar na existência de um capitalismo pleno em nosso país, com a industrialização, com o agro-*business* e toda a reprodução estrutural dos efeitos *negativos* do sistema de eticidade vigente na periferia da sociedade, uma *outra* racionalidade começa a se formar desde as ações conscientes (ético-crítico) desses sujeitos *marginais*. Para combater as causas da *negação* de vida é que os *pobres* vêm se organizando

¹⁹⁸ RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo?* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 59.

¹⁹⁹ Ibid., p. 47.

²⁰⁰ PONTES, Daniele Regina. *Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro: da economia ao direito*. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2004.

Sobre um interessante trabalho sobre a tipologia das “cooperativas” existentes no Brasil e sua relação com o Direito Positivo pátrio, conferir essa obra citada.

²⁰¹ A referência feita ao discurso da OCEPAR – braço da OCB no Paraná – comprova esta afirmação.

²⁰² RIOS, Gilvando Sá Leitão. *op. cit.* p. 24.

em cooperativas, em oposição frontal às “cooperativas” convencionais (reprodutoras da lógica de acumulação capitalista).

Na medida em que se configura no Brasil um cenário no qual duelam “cooperativismos” e cooperativismos, para a regulação desse complexo fenômeno social – verdadeira expressão da luta de classes – os entes precisam ser adequadamente qualificados, isto é, não se pode confundir as coisas. Nesse cenário de complexidade e confusão, onde são raras, e ainda pouco paupáveis, as pistas para se desvendar a transição para o *novo*, uma conclusão preliminar pode desde já ser estabelecida: o cooperativismo aparece no Brasil sob uma dupla e contraditória realidade, quer dizer, entre o “cooperativismo” representado pelo “sistema” OCB e o cooperativismo que toma vida desde a reação de sujeitos negados nas periferias do sistema do capital há uma diferença (ontológica) gritante. Nesse sentido, de forma alguma podem ser confundidos, ou mesmo tratados como semelhantes. De semelhante apenas a figura jurídica sob a qual, atualmente, a organização ganha personalidade jurídica²⁰³. Portanto formal. Mas a crítica que propomos aqui é, fundamentalmente, de conteúdo (material).

É o bloco histórico que conforma essa segunda vertente citada no parágrafo anterior que, indubitavelmente, por ser pensada e construída a partir das *vítimas* – enquanto *exterioridade* em relação à lógica do capital (o não-ser do capital) em uma *práxis de libertação* –, é a legítima representante do cooperativismo.

Na realidade, longe de superar [a diferenciação das classes sociais], a diferenciação classista se reproduz no cooperativismo, contradizendo a ideologia niveladora. *A cada classe a sua cooperativa*. Existe, pois, um cooperativismo dos ricos e um cooperativismo dos pobres. Isto significa que, ao invés de as diferenças entre as classes diminuírem, ao contrário, se acentuam. Isto ocorre pela concentração da riqueza, do prestígio social e do poder político aumentada pelas cooperativas das classes dominantes.

(...)

No Brasil o cooperativismo, como movimento de elites, conservador, vai se localizar sobretudo no meio rural. O aparente caráter reformista do movimento se esgota nas pretensões de modernização agrícola. Não toca (sic), entretanto, no problema da propriedade da terra, dos trabalhadores rurais, questões que entrariam em conflito com os interesses das classes dominantes agrárias. É por isso que o cooperativismo

²⁰³ Gilvando Rios vai dizer:

“De fato as coisas precisam ser qualificadas, isto é, não se deve confundir a comum identidade jurídica das cooperativas com as suas mais diversas inserções econômicas e sociológicas”. Ibid., p. 12.

agrícola brasileiro é, sobretudo, um cooperativismo de serviços, não propriamente um cooperativismo de produção²⁰⁴.

Passemos a investigar o significado da cooptação do cooperativismo ao longo da história da experiência “cooperativista” brasileira.

2.2.1. O projeto clássico

Uma das grandes causas que contribuíram (e contribuem) para a atual configuração do cooperativismo brasileiro, na qual o “cooperativismo” empresarial ou, mais recentemente, o “cooperativismo” de precarização do trabalho apresentam-se como hegemônicos, é o fato do cooperativismo no país ressentir da ausência de uma base teórica consistente para orientar e explicar o movimento cooperativista no plano do real concreto²⁰⁵. Na perspectiva de remediar essa falha (na “grande aventura de buscar a verdade no cooperativismo”, como nos diria Palmyos Carneiro) recuperar historicamente o nascimento do movimento e definir seus princípios fundamentais é tarefa urgente a ser enfrentada²⁰⁶.

Nessa linha argumentativa o interesse é mostrar que, e como, ao longo do desenvolvimento do cooperativismo houve uma fratura no projeto inicial (clássico), de modo que o quê se perpetua e é apresentado para o grande público como cooperativismo em nada (ou pouco) se refere ao que ele *é* (ou melhor, ao que o cooperativismo *deveria ser*). Pela necessidade de se recuperar a verdade no discurso acerca do cooperativismo é que nos dirigimos no sentido de desconstrução do pensamento hegemônico desde uma perspectiva teórico-crítica (de *libertação*).

²⁰⁴ Ibid., p. 10, 25.

“A cooperativa presta serviços aos associados em função de seus estabelecimentos individuais, de maneira isolada. Trata-se de um modelo adequado à concentração da propriedade fundiária”.

²⁰⁵ Palmyos Carneiro, citando Johannen Uwe em *A problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico* (Fundação Friederich Naumann. São Paulo: 1973), escreve:

“A pesquisa sobre a realidade do cooperativismo na América Latina, tanto no setor das ciências econômicas como no campo da sociologia deve, ainda, ser considerada pouco desenvolvida”. CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Co-operativismo*. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981. p. 11.

²⁰⁶ Gilvando Rios concorda com essa metodologia:

“O exame do surgimento do cooperativismo deverá situar concretamente o papel conservador ou renovador das cooperativas e do cooperativismo através da história”. *op. cit.* p. 12.

No texto de introdução da obra que debate as estratégias não-capitalistas de organização produção por cidadãos *marginais* ao redor do planeta, Boaventura de Souza Santos vai deixar claro que o capitalismo tem sido constantemente confrontado e desafiado²⁰⁷. Na verdade, a própria “história do capitalismo, desde o seu aparecimento (...) é também a história das lutas de resistência e crítica a esses valores e práticas”.

Na obra *Uma utopia militante*, Paul Singer, propondo um exame histórico do processo de difusão do capitalismo e da reação que a “revolução social capitalista” provoca entre os trabalhadores, vai deixar claro que o verdadeiro projeto dos operários atingidos em sua base existência pelo desenvolvimento das forças produtivas conduzido pelo capital é a reação, em diferentes níveis, aos *fundamentos* desse modo de produção. Desse processo de reação ao mando do capital destaca-se a luta pela democracia e o desenvolvimento de “formas próprias, potencialmente *anti-capitalistas*, de organização social – o sindicalismo – e de *organização da produção e distribuição* – o cooperativismo”²⁰⁸.

Atento ao fato de que não seria qualquer proposta por parte dos trabalhadores que garantiria a superação da realidade de pobreza de exclusão em que viviam, Phillipe Bouchez, um dos grandes teóricos do cooperativismo de produção, ratificando os corolários de Robert Owen, vai definir como “Meio de melhorar a condição dos assalariados das cidades” a *distribuição coletiva do produto do trabalho* como uma das principais características do cooperativismo, verdadeiro princípio. *Verdadeira negação da causa da objetivação do sujeito no processo de trabalho* – o salariado.

Na mesma linha, Gilvando Rios defende que o cooperativismo é fruto do movimento operário, e como movimento de massas resultou na criação de um modelo de associação que tinha como características principais a “propriedade cooperativa, gestão cooperativa e a repartição cooperativa”. “A primeira característica significa que estamos diante de uma associação de pessoas e não de capital (...) A segunda característica, gestão cooperativa, significa que o poder de decisão último é competência da assembléia dos associados. Finalmente, a terceira característica (...) indica que a distribuição das sobras no final de um

²⁰⁷ SANTOS, Boaventura de Souza e César Rodriguez. *Introdução*: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002. p. 23 e ss.

²⁰⁸ SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 68. (grifo nosso).

ano de trabalho deve ser feita de uma maneira diversa do que ocorre numa empresa capitalista”²⁰⁹.

José Ricardo Vargas de Faria – que com sua pesquisa pretende contribuir para a compreensão das formas da ação coletiva nas organizações coletivistas de trabalho e das relações entre estas ações e os princípios da autogestão –, na tentativa de conceituar o que seja uma cooperativa e definir os princípios que lhes sejam característicos, buscou aporte na Teoria da Administração e na Economia Política para a partir da categoria “organização coletivista de trabalho” dispor de um marco analítico que lhe permitisse fazer a mediação com o fenômeno contemporâneo do cooperativismo: o que nos disponibilizam instrumentos valiosos para avaliar qualitativamente o tipo de empreendimento do movimento social que estamos analisando²¹⁰.

... a organização coletivista de trabalho²¹¹ será definida (...) como uma *associação produtiva autogerida pelos seus trabalhadores*. Neste tipo de organização os trabalhadores exercem o papel central na coordenação das atividades produtivas e a lógica de acumulação simples e ampliada, típica do modo de produção capitalista, não constitui o sentido essencial das relações de produção²¹².

Dessa forma as cooperativas, que necessariamente devem ser unidades produtivas autogestionárias, se distinguem das tradicionais empresas capitalistas (heterogestionárias). São realidades opostas.

Em vista da característica dual das unidades produtivas autogestionárias, nas quais ressaltam os elementos econômicos e político-sociais, os princípios da autogestão em tais empreendimentos coletivistas podem ser definidos:

²⁰⁹ RIOS, Gilvando Sá Leitão. *op. cit.* p. 13

²¹⁰ Sendo a expressão “organização coletivista de trabalho” uma generalização conceitual utilizada para abarcar várias manifestações de unidades produtivas coletivistas historicamente identificáveis, algo interessante para o estudo em tela é possibilidade de se analisar as cooperativas como expressões dessas organizações coletivistas (algo como espécie da qual as organizações coletivistas de trabalho são gênero).

²¹¹ “É importante ressaltar que o que está sendo denominado aqui de organizações coletivistas de trabalho é uma generalização conceitual criada a partir da análise de várias experiências históricas, como por exemplo, as cooperativas de Robert Owen, as associações operárias de Charles Fourier, as cooperativas modernas, diferentes tipos de organizações coletivistas americanas, entre outras. Neste estudo serão utilizados como sinônimos desta definição os termos “coletivos” e “cooperativas”.

²¹² FARIA, José Ricardo Vargas de. *Organizações coletivistas de trabalho: Autogestão nas unidades produtivas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas: Curitiba, 2003. p. 22.

- (i) na gestão democrática;
- (ii) no efetivo controle do processo de produção pelos trabalhadores; e
- (iii) na distribuição do resultado proporcional ao trabalho realizado.

Deve-se ficar claro que cada princípio não se refere a apenas uma inspiração. Da mesma forma, estes três princípios não são independentes, o que significa dizer que o desenvolvimento pleno de um somente é possível com o desenvolvimento dos outros.

Daí a definição: *autogestão na unidade produtiva ocorre quando a organização é democraticamente gerida pelo conjunto dos trabalhadores, que exercem o controle efetivo sobre o processo de produção e distribuem o resultado proporcionalmente ao trabalho realizado*²¹³.

O quadro a seguir resume bem os princípios da autogestão nas unidades produtivas e seus elementos constituintes:

Princípios	Elementos Constitutivos			
Gestão democrática	Participação na gestão (Planejamento, Decisão e Controle)	Grau de participação, Questões nas quais participa e Nível organizacional onde ocorre a participação.		
		Reprodução da configuração organizacional		
	Responsabilidade na gestão (Planejamento, Decisão e Controle)	Grau de responsabilidade		
		Questões sobre as Quais é responsável		
		Nível organizacional sobre o qual é responsável		
	Informação	Acesso	Grau de acesso	
			Nível organizacional da informação	
		Domínio	Grau de domínio	
Nível organizacional da informação				
Controle do processo de produção	Propriedade real: relações técnicas e sociais de produção	Relações de propriedade econômica: controle sobre o que é produzido, inclusive sobre a capacidade de dispor dos produtos.		
		Relações de posse: controle sobre como é produzido	Agentes da produção: trabalho manual e trabalho mental	
			Meios de produção: meios de trabalho e objetos de trabalho	
	Propriedade legal: cotas de participação no patrimônio			
Distribuição do resultado proporcional ao trabalho realizado	Tempo de trabalho			
	Natureza do trabalho social			
	Participação no aumento do patrimônio			

²¹³ Ibid., p. 41.

Tabela 2: elementos constitutivos da autogestão²¹⁴

Como empreendimento autogerido, a cooperativa de produção seria a célula sob a qual se criaria uma cultura autogestionária capaz de efetivar uma “mudança radical e a instauração de outra maneira de viver em comum, inteiramente nova”, haja vista que fundamental é estabelecer uma *cultura* autogestionária por meio de instituições “que instaurem uma ordem mediante a qual as noções de dirigentes e de executantes não mais teriam razão de ser”²¹⁵. Seria no próprio seio do “processo” de organização da associação não-capitalista (enquanto *exterioridade*) que se precisa desenvolver o esforço com vistas a uma autogestão efetiva.

Guillerm e Bourdet, cumprindo o objetivo de situar o pensamento autogestionário na tradição marxista – compatibilizando-os –, vão nos deixar um legado de suma importância para o estabelecimento de critérios para avaliação do movimento cooperativismo enquanto realidade concreta. Com aporte nos escritos do próprio Marx vão defender que para o autor de *O Capital* as cooperativas não têm valor enquanto não forem “criações autônomas de trabalhadores” e não “estivessem protegidas, nem pelo governo, nem pelos burgueses”: isso é importante para se pensar o cooperativismo brasileiro que é marcado por um forte intervencionismo, seja sob o comando do Estado seja pelos donos do poder local, sobretudo no âmbito rural. “Com essa condição, as cooperativas podiam (e deviam) abrir *uma brecha* no sistema capitalista. Marx escreveu, com efeito, no Livro III do *Capital*: ‘Quanto às cooperativas obreiras, elas representam, no interior do sistema a *primeira brecha* nele feita, conquanto produzam necessariamente e por toda parte, em sua organização real todos os defeitos do sistema existente. Todavia, nas cooperativas, o antagonismo entre o capital e o trabalho foi sobrepujado, mesmo que de forma ainda imperfeita: organizados em associação, os trabalhadores são o seu próprio capitalista, isto é, utilizam os meios de produção em lugar do valor de seu próprio trabalho’”²¹⁶.

Se hoje é sabido, e a citação da obra de Marx comprova o fato, que restrito a experiências pontuais o cooperativismo tende a se mostrar incapaz de contrariar a dinâmica global do sistema-mundo de *totalidade*, é importante que se fique demarcado nos *princípios*

²¹⁴ Ibid., p. 121.

²¹⁵ GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical* (trad. Hélio Pólvora). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 14-15.

²¹⁶ MARX, Karl. *O capital*. Livro III. t. II, Bibliothèque de la Pléiade, p. 1.178 *apud* GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *op. cit.* p. 28.

da autogestão a potencia de ruptura com o sistema existente: lembrem que o movimento é *ana-dialético*. A *idéia de cooperativa em si não deve ser condenada, apenas as suas deformações*. Como organização produtiva autogerida pelos próprios trabalhadores que tem na cooperação (autogestionária) a negação do trabalho assalariado²¹⁷, mas ainda inserida nas estruturas determinadas pelo modo de produção capitalista, a cooperativa representa “uma vitória preliminar da economia política da classe trabalhadora sobre os proprietários”. No contato com a economia de livre mercado, as dificuldades (contradições) que as cooperativas enfrentam no seu dia-a-dia, antes de justificar o abandono do seu *projeto*, devem assinalar efetivamente a necessidade de se apostar na gestão democrática e na distribuição coletiva dos resultados no processo produtivo.

Nesse sentido, criticamente, Marx enuncia uma “*condição fundamental* (que jamais foi realizada)”²¹⁸, qual seja, a da *generalização* do movimento, ou seja faz necessário que o movimento cooperativista tenha ampla capilaridade social expressando-se em escala nacional e internacional, generalizando o sistema de cooperativas.

Por excelente que sejam seus princípios, e por mais útil que se mostre na prática, a cooperativa dos trabalhadores, se circunscrita a um círculo estreito, se apenas alguns trabalhadores fazem esforços em proveito de sua pequena felicidade e em seu benefício, então essa cooperação jamais será capaz de deter os monopólios que crescem em proporção geométrica; não será capaz de libertar as massas, sequer de aliviar de maneira perceptível o fardo de sua miséria (...) Para que as massas trabalhadoras sejam alforriadas, *a cooperação deveria adquirir amplitude nacional*, e em consequência seria preciso favorecê-la com *meios nacionais*²¹⁹.

É somente nesse sentido que o cooperativismo pode ser encarado como um movimento. Com essa perspectiva de generalização o movimento cooperativista passa a ser visto como um movimento de *autogestão* da vida social. Acrescentando elementos à ressalva exposta por Valdiki Moura quando assevera que existir cooperativas não significa necessariamente tratar de um movimento cooperativista, Guillerme e Bourdet vão defender que a autogestão generalizada não é o simples aumento do número de cooperativas, haja vista que essa

²¹⁷ *Dicionário do pensamento marxista*. p. 20.

²¹⁸ GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *op. cit.* p. 28.

²¹⁹ MARX, Karl. *Oevres de Marx*. Bibliothèque de la Pléiade, t. I, p. 467 *apud* GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *op. cit.* p. 28-29.

dinâmica não ocasionaria por si só a destruição das estruturas repressivas de poder reinantes no atual sistema-mundo. Autogestão significaria, a partir das práticas das organizações coletivistas de trabalho, em última análise, “a transformação de todas as estruturas econômicas e sociais em um imensa cooperativa, ou para retomar os termos de Marx, a conversão da “produção social em largo e harmonioso sistema de trabalho cooperativo”²²⁰. Cooperativismo e autogestão se relacionam intimamente.

Vê-se assim que, *no princípio*, não há diferença entre cooperativa e autogestão; mas que, *historicamente*, aparece uma diferença de natureza: a extensão ou, antes, a generalização do sistema cooperativo não se pode fazer sem abolir o Estado, substituindo por uma *nova organização nacional de tipo radicalmente novo*²²¹.

Por excelência o movimento político da classe operária deve contestar seriamente o sistema capitalista. “Autogerir não é democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos”²²².

A autogestão destrói a noção de economia atrelada ao lucro, à exploração e à dominação e rejeita a noção comum de política como uma função reservada a uma casta de políticos, para propor uma noção de economia a partir do que é necessário produzir e uma noção de política enquanto manipulação em todos os níveis – e sem intermediários – de todos os interesses dos homens²²³.

Uma análise histórica e teórica do enfrentamento da classe trabalhadora em face do ‘senhor capital’ confirma que a *negação* do salariado (que tem como critério e princípio a afirmação do *trabalho vivo*) em vistas da autogestão social é condição de possibilidade para a geração de uma *nova* totalidade. Reformas pontuais, que não alteram a essência do sistema (o sistema de reprodução sócio-metabólica do capital²²⁴) mostram-se inócuas, pois subsumidas à lógica da *totalidade*. Por isso a necessidade de se partir de um outro lugar, da *exterioridade*,

²²⁰ GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *op. cit.* p. 30.

²²¹ *Ibid.*, p. 30.

²²² FARIA, José Henrique. *Relações de Poder e Formas de Gestão*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985. p. 76.

²²³ FARIA, José Henrique. *Relações de Poder...* p. 75.

²²⁴ “Sistema de sociometabolismo do capital”. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital* (trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa). São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Introdução.

da *vítima*. A falta de um movimento cooperativista em nosso país, a aceitação por parte dos trabalhadores do “cooperativismo” de elites, é o sintoma de que é a confusão que domina mente e corpos dos sujeitos envolvidos na proposta. O papel do Direito nesta dinâmica é especialmente importante.

Alguns empecilhos bem nítidos têm marcado a expansão do cooperativismo. Lá fora, como aqui, a sua *descharacterização*, mas aqui com um cerceamento que impede ou degenera a sua evolução, principalmente no que se refere à legislação e às implicações com o capital alienígena²²⁵.

Então, na medida em que se fica claro que o surgimento e razão de ser do cooperativismo liga-se geneticamente ao movimento operário em sua luta estrutural face ao desenvolvimento do modo de produção capitalista – gerador de *negatividades* (exploração, desemprego, alienação etc)²²⁶ –, como admitir que um “cooperativismo” a-crítico (e assim subsumido ao capital) desponte hegemonicamente e influencie tanto a legislação cooperativista vigente?

É para responder a essas indagações que passamos ao próximo item.

2.2.2. O “cooperativismo” subsumido ao capital

Até o presente momento da argumentação esperamos que reste comprovado que é apenas com o nascimento do movimento operário que o cooperativismo (enquanto aspiração autogestionária de uma *mudança radical*) se impõe no cenário da história. Não podemos confundir, jamais, cooperativismo, com cooperação²²⁷.

Cooperativismo e operariado – em sua luta pela *libertação* – se relacionam intimamente. É ação consciente dos trabalhadores que atingidos em sua base existencial intentam negar a causa da *negação* de suas vidas. É luta contra os fundamentos do modo de produção

²²⁵ CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 12 (sem o grifo no original)

²²⁶ “O cooperativismo europeu surge, pois, como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo, como parte de uma estratégia de sobrevivência, *constituindo também uma projeto político*. Não se pretendem superar apenas os males do capitalismo: pretende-se eliminar o próprio regime econômico que os provoca”. RIOS, Gilvando Sá Leitão. *op. cit.* p. 21.

²²⁷ Marx, ao tratar da manufatura, deixa muito claro que a cooperação em nada contraria à lógica de acumulação capitalista – muito pelo contrário. Para mais *vide* a obra *O Capital*.

capitalista, condição de possibilidade para a construção de uma *nova* totalidade onde caibam todos. Cooperativismo, como *práxis de libertação* e pensada em termos de generalização como nos adverte Marx, tenta negar a heterogestão, o salariado, a noção de economia atrelada ao lucro, a exploração e dominação do trabalhador, o submissão do trabalho ao capital, a enfim, é destruição da sociedade capitalista (burguesa).

Anteriormente ficou apenas indicado que o cenário atual do cooperativismo é caracterizado por empreendimentos que negam sistematicamente o projeto (necessário) de *libertação* do movimento operário, denotando uma dinâmica de cooptação do “cooperativismo” à lógica de acumulação capitalista. É sobre essa *negação* (investigando o discurso teórico da “doutrina cooperativista”) que passamos a discorrer, valendo-se das mediações propostas por Karl Marx e expostas no primeiro item deste Capítulo.

2.2.2.1. A contribuição do pensamento marxista para crítica da “doutrina cooperativista”

A variedade de cooperativas é tão ampla quantas são as necessidades humanas possíveis de serem atendidas em uma economia determinada por uma sociedade complexa, seja em um modo de produção capitalista ou socialista. Se até o momento demarcamos a centralidade das cooperativas de produção em um projeto de transformação social é porque 1) a *práxis* de transformação deve ser factível e 2) o discurso hegemônico acerca do cooperativismo insiste em negar ideologicamente a primazia da produção sobre a esfera da circulação. Para o discurso hegemônico (a “doutrina cooperativista”) as cooperativas de serviço assumem o papel que em realidade deveria ser ocupado pelas cooperativas de produção, de modo que não são os princípios da autogestão – i) a gestão democrática, (ii) o efetivo controle do processo de produção pelos trabalhadores e (iii) a distribuição do resultado proporcional ao trabalho realizado – que formatam o imaginário cooperativista.

O debate acerca da definição dos princípios cooperativistas é uma questão teórica e política da maior importância, pois representa, em última análise, a expressão da luta de classes existente no seio da sociedade moderna e da hegemonia do poder político nas mãos dos capitalistas. A luta pela definição dos princípios iria tomar conta da Aliança Cooperativa Internacional desde o Congresso de sua fundação, em 1895, em Londres, até os dias atuais. Embora desde 1937, no Congresso de Paris, a definição dos princípios que auferem a

autenticidade de uma cooperativa já tenha sido definido em favor do cooperativismo de serviço²²⁸ – o que gera uma falsa idéia do movimento.

Diante da hegemonia das cooperativas de serviço no cenário do cooperativismo brasileiro e mundial é essa determinação do cooperativismo que é descrita como a matriz da qual decorrem os demais tipos de cooperativas – a OCB e a legislação cooperativista brasileira apenas vão legitimar isso. O que não passa de uma falácia. As passagens a seguir transcritas representam a soberba dessa espécie de argumentação que no Brasil tem na obra de Diva Benevides Pinho uma das suas principais defensoras.

... a *cooperativa* (...) é sociedade de fins econômicos e sociais, mas sem intuito lucrativo, ou melhor, com base nos Princípios dos Pioneiros de Rochdale, *visa suprir seus membros de bens e serviços* e também cumprir determinados programas educativos e sociais.

(...)

A *combinação* de algumas características dessas associações com a estrutura cooperativista firmada com os Pioneiros de Rochdale, *deu como resultado* as cooperativas de produção, quer agrícolas ou agropecuárias, quer industriais²²⁹.

Palmyos Carneiro é certo quando vai questionar o “por quê” de Rochdale ser o marco histórico do cooperativismo. Se é amplamente sabido que uma infinidade de cooperativas precedem a experiência dos pioneiros, e as iniciativas de Robert Owen e Phillipe Buchez apenas comprovam essa constatação, “por que Rochdale, com o correr do tempo, seria autofagiada?”²³⁰.

Segundo o citado autor, as idéias precursoras do cooperativismo (expostas no item anterior) foram sendo modificadas por uma série de influências nos debates e decisões que precederam a constituição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), e que prosseguiram

²²⁸ “Em 27 de agosto de 1930, reunido o Congresso da A. C. I. Em Viena, a Federação Nacional Francesa de Cooperativas de Consumo apresentou um “memorandum” interpretado por Auguste J. Clenet, tendo em vista o uso excessivo da referência aos princípios, através da seguinte resolução: “O Congresso da ACI solicita ao Comitê Central designar uma Comissão para pesquisar as condições nas quais são aplicados os princípios de Rochdale nos diversos países para, eventualmente, apreciá-los”.

(...)

Apesar do Congresso de Londres, em 1934, insistir que “*não é necessária nem desejável nenhuma modificação nos princípios de Rochdale*”, nenhuma solução foi apresentada sobre os princípios até que em 1937, em Paris, a Comissão, ao anunciar os princípios considerou “*que seria preciso dar ao princípio familiarmente enunciado – “retorno sobre as vendas” – uma formulação mais geral, tal como: repartição dos excedentes aos cooperados “pro rata” de suas transações*”. CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 57.

²²⁹ PINHO, Diva Benevides. *Que é cooperativismo?* São Paulo: Buriti, 1966. p. 76 e 25. (sem o grifo no original)

²³⁰ CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 49.

com ela²³¹. Em verdade, uma certa interpretação dos “princípios” de Rochdale (que na experiência dos pioneiros nunca tiveram esse estatuto axiológico: eram apenas leis internas da Sociedade) foram içadas ao *status* de “princípios do cooperativismo”. O que quase ninguém sabe é que o sentido dado aos “princípios” de Rochdale destoam não só de todo o projeto clássico do cooperativismo, como também do projeto inicial da própria Sociedade Equitativa dos Probos (gestão democrática e remuneração do trabalho “pro-rata”, sem a intermediação do salário e lucro) – o que comprova que mais uma vez a história é contada pelos vencedores, onde via de regra o passado é interpretado a partir dos olhos do presente, um presente viciado pelo mando do capital.

Como experiência histórica que é, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale não teve geração espontânea; inspirada pelos valores de proteção do trabalho (*vivo*) sua constituição foi fortemente influenciada pela proposta do cooperativismo integral, de base oweniana, na qual o consumo se completava com a produção. Tanto isso é verdade que a determinação das regras que deveriam orientar a organização da cooperativa, naquilo que os pioneiros denominavam de “Extratos de leis e objetivos da sociedade dos equitativos pioneiros de Rochdale”²³², em seu artigo primeiro vai dizer:

Que tão breve seja viável, esta sociedade deverá proceder para organizar os meios de *produção*, distribuição, educação e governo, ou em outras palavras, estabelecer um próprio suporte de colônia doméstica de interesses unidos, ou construir outras sociedades em estabelecimentos, tais como colônias²³³.

Assim, a Sociedade Cooperativa de Rochdale nasce como uma proposta de cooperativismo integral. Na literatura do cooperativismo pode-se encontrar referências que apontam para o fato de que os pioneiros não vislumbravam a diferenciação entre produtores e consumidores, haja vista que coadunavam com o modelo de empreendimento proposto por Owen para quem essa distinção não fazia sentido, pois produtores e consumidores integrariam econômica e indistintamente a cooperativa.

²³¹ Ibid., p. 27 e ss.

²³² “No *plano axiológico*, é importante que se destaque que os pioneiros, ou cooperativistas de Rochdale, não usaram o nome de princípios. Em 1844, época da fundação da Sociedade, eles classificaram suas normas como “Leis e Objetivos” [“Laws and Objects”], que em 1860 foram transformados, no almanaque anual de Cooperativa de Rochdale, em regras de conduta”. Ibid., p. 36.

²³³ Ibid., p. 37 (sem o grifo no original).

Para cumprir os objetivos estabelecidos em suas leis internas os pioneiros se esforçaram no sentido de dar vida à cooperativas de produção. É assim que a história se depara com as iniciativas de “The Corn Mill Society” e “The Rochdale Co-operative Manufacturing Society”. Ainda que a primeira efetivamente não fosse uma cooperativa de produção, esta configurou-se como um importante passo para a concretização do ideal do cooperativismo integral rochdaleano. Mas a sociedade iria se desvirtuar²³⁴.

Quando a “The Rochdale Co-operative Manufacturing Society” atinge o objetivo ao qual foi constituída, qual seja o de alimentar a Cooperativa de Rochdale, o propósito original vai sendo desvirtuado, graças à política cooperativista do consumo. “O cooperativismo de consumo, iniciado na Inglaterra por J. T. W. Mitchell [um dos pioneiros de Rochdale (e responsável pela promoção da cooperativa de produção rochdaleana)], que viria a modificar toda a estrutura de Rochdale, transformando o cooperativismo integral na poderosa CWS, deveria se estender a todo o mundo como um reflexo da política econômica da lei de oferta e da procura de Adam Smith. Na França, Charles Gide e a Escola de Nimes foram seus intransigentes defensores”^{235, 236}.

A partir daí, Rochdale tinha seu caminho interrompido quanto à linha mestra do cooperativismo. O grupo ligado às cooperativas de serviços incentivou a criação de novas cooperativas da mesma linha econômica, até o poderoso grupo de consumo ser fundado em 1863 e denominado “Cooperative Wholesale (CWS), e tendo destaque também a “Union Co-operative”²³⁷.

Por isso quando se fala na cooperativa de Rochdale, tal qual em relação a todo o cooperativismo, fundamental é saber do que se trata. Notadamente a experiência dos pioneiros pode ser dividida em duas fases: projeto original, ligado à proposta do cooperativismo integral, e segunda fase, orientado pelo cooperativismo de serviço. É esse segundo momento que vai

²³⁴ “A princípio, a sua origem e a sua família definiam os seus propósitos de uma sociedade democrática, que beneficiava o trabalho de cada cooperado, na proporção de suas contribuições, *transformando-se em uma sociedade lucrativa a ponto de seus cooperados serem chamados de “pequenos capitalistas”*. Ibid., p. 47 (o grifo é nosso).

²³⁵ Ibid., p. 27.

²³⁶ “O aparecimento do primeiro modelo de cooperativas como instituição de fins econômicos e sociais, verificou-se na Inglaterra, com a obra dos *Pioneiros de Rochdale*, em 1844, data considerada a do “nascimento oficial do cooperativismo”. Mas o enquadramento dessa sociedade no contexto de uma doutrina econômica - a doutrina cooperativista, que visa reformar o meio social através de vários tipos de cooperativas - é posterior, tendo se iniciado em 1886”. PINHO, Diva Benevides. *Que é cooperativismo?* p.17-18.

²³⁷ CARNEIRO, Palmyos. *op. cit.* p. 47-49.

influenciar a definição dos “princípios cooperativistas” pela Aliança Cooperativa Internacional²³⁸ e orientar a vigente legislação brasileira.

A interpretação de Rochdale, através de seus “princípios”, não tem feito jus a sua história, nem justiça às suas intenções. Assim é que tantos nos “princípios” de Paris (1937), como nos de Viena (1966), não foram incluídos os propósitos de um cooperativismo integral, conforme preceituava o item primeiro das “Leis e Objetivos” decidida pela Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

Se verificarmos os fatos históricos que precederam e sucederam a Sociedade de 1844, não é difícil concluir que, se suas intenções de constituir uma cooperativa de trabalho ou de produção não passaram à história, não foi porque se omitiram, pelo contrário, as mesmas forças que desvirtualizaram o cooperativismo de trabalho – ou produção – na Inglaterra, atuaram, através da economia política do próprio cooperativismo, em todo o mundo²³⁹.

Essas “forças” que descaracterizaram o projeto clássico do cooperativismo articularam²⁴⁰ para que na ACI o cooperativismo tivesse uma cara bem definida, qual seja o cooperativismo de serviço. Como demonstra a própria história da tão aclamada cooperativa de Rochdale, o embate entre os defensores das cooperativas de produção e das cooperativas de consumo como agente da transformação social é algo desde sempre presente. Está a se tratar, fundamentalmente, de uma questão de projeto político: *libertação* ou manutenção do *status quo* dominante?

Para evidenciar a interesse de classe que subjaz a essa problemática, Gilvando Rios na densa obra *O que é cooperativismo* vai alertar para o fato de que se distingue no cooperativismo duas perspectivas para o alcance dos fins desejados pelo movimento no que o autor qualifica de “perspectiva ascendente” e “perspectiva descendente”.

²³⁸ “Os estatutos da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale continham os princípios a respeito da estrutura e do funcionamento da cooperativa de consumo. Completados dez anos, passaram a constituir os fundamentos da doutrina cooperativista, sistematizada mais tarde por Charles Gide”. PINHO, Diva Benevides. *Que é cooperativismo?* p. 22.

²³⁹ CARNEIRO, Palmyos. *op. cit.* p. 46.

²⁴⁰ Palmyos Carneiro comentando o debate acerca da reformulação (ou não!) do princípios no Congresso de Viena, em 1964, deixa isso claro na passagem transcrita na sequência, que evidencia a opção política desse cooperativismo na base da ACI:

“Por outro lado, a Comissão deveria “*não só esclarecer mas reafirmar os princípios transmitidos ao Movimento desde a época dos pioneiros*”. A própria Aliança Cooperativa Internacional não contava com tantos aderentes e, financeiramente, ela dependia, sobretudo, dos movimentos cooperativos de consumo da Europa, fato que deveria forçosamente influenciar o Comitê e o centro de seu interesse”. Obra citada. p. 60.

“Chamo de ascendentes as experiências que, partindo de uma comunidade agrícola e passando pelo beneficiamento da produção, pretendiam atingir os setores de serviços, educação inclusive. Nesta categoria identifico o pensamento do socialista utópico Robert Owen, o qual além de ter lutado pela multiplicação de cooperativas operárias de produção e de consumo, militou também a favor do movimento sindical único”²⁴¹.

“Com a perspectiva descendente o roteiro é inverso: partir do consumo para se chegar ao setor agrícola. Nessa corrente ressalta-se a figura de Willian King que, entre 1827 e 1830, chegou a fundar cerca de 300 cooperativas de consumo. *Nesta mesma perspectiva foi fundada Rochdale, em 1844, uma cooperativa de consumo que veio a ser considerada a fonte do cooperativismo*”²⁴².

Claramente se observam duas propostas divergentes: uma preocupada fundamentalmente pelo controle do processo produtivo pelo trabalhador *livre* como condição de possibilidade para adiante se efetuar a transformação na esfera da circulação, e outra que cria que pelo controle do consumo iria se acabar com o lucro e fortalecer os trabalhadores, para somente assim se arriscarem no domínio do processo produtivo.

Veremos adiante como essas duas perspectivas favorecem ou se contrapõem àquilo que Marx denomina de essência do capital. Por ora é suficiente que fique demarcado a existência de dois campos diferenciados, duas lógicas contrapostas: que aqui, categorialmente, denominamos de cooperativismo de *produção* e cooperativismo de *serviços* (o primeiro contestatório, e segundo nem tanto).

No Congresso Britânico de 1869, quando a idéia de uma entidade internacional de representação do cooperativismo não estava ainda consolidada, o embate pela hegemonia do conceito de cooperativa já existia. Forte aceitação tinha a tese de que a “doutrina maior segundo a qual a cooperação de *produção*, que se apóia nos trabalhadores com seu corolário de participação nos benefícios, era a única forma autêntica de cooperação”²⁴³. Ou seja, o princípio da autogestão era resguardado. Contudo, naquela ocasião, tal tese não foi aceita pelos delegados cooperativistas.

Antes da fundação da Aliança esse conflito mais uma vez é revelado. Em 1892, no Congresso realizado em Rochdale, enquanto uma ala defendia os benefícios dos trabalhadores

²⁴¹ RIOS, Gilvando Sá Leitão. *op. cit.* p. 21-22.

²⁴² Ibid., p. 22. (sem o grifo no original)

²⁴³ WATKINS, Willian Pascoe. *L'A.C.I.* p. 25 apud CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 53. (sem o grifo)

(de todos os trabalhadores!) sob a produção, outra sustentava “que os operários como tais não tinham direito nos benefícios”²⁴⁴ da cooperativa.

Na reunião de fundação da Aliança Cooperativa Internacional, em 1895, em Londres, a resolução aprovada pelo Congresso tinha ao seguinte conteúdo: “Está criada uma Aliança Cooperativa Internacional entre associações e pessoas físicas (...) tendo em vista promover a cooperação e a participação nos benefícios sob todas as formas”. Contudo “apesar da resolução ser explícita quanto as regras (...) até hoje não foram inseridos nos denominados “princípios” da Aliança Cooperativa Internacional”²⁴⁵.

Efetivamente é de causar estranhamento o fato do cooperativismo integral, a defesa do trabalho (*vivo*), não ser incorporado como matriz teórico-política do cooperativismo. Desvendar os subterfúgios (formais!) para o encobrimento do cooperativismo de produção no discurso oficial da ACI é uma atividade bastante reveladora. Nesse sentido ganha toda a importância o “mistério” ocorrido quando do I Congresso da ACI, realizado em Londres, cujo documento final asseverava que as resoluções aprovadas naquele momento deveriam servir de guia para a preparação dos estatutos da Aliança e de seus trabalhos.

Os doze artigos preliminares, denominados “resoluções preliminares”, votados unanimemente pelo Congresso, foram alterados posteriormente para quatorze, quando da redação final, bem como foram adulterados grosseiramente em sua essência. Esse inominável atentado, previsto no calor das discussões por Miss Web, foi recebido com revolta pelos defensores da idéia de participação dos trabalhadores nos resultados da cooperativa.

(...)

Em vários congressos da A.C.I. procurou-se debater, para um ponto de vista comum, o problema de interpretação de Rochdale, para um modelo de princípios cooperativistas onde as idéias das cooperativas de serviços não chocassem com aquelas dos produtores. Assim, a divergência parecia de produtores e consumidores, mas na verdade, era, e ainda o é, entre aqueles que procuram agir em nome da mercadoria, da terra e do próprio dinheiro, em nome dos consumidores, esquecendo-se que no cooperativismo integral o produtor era, também, consumidor²⁴⁶.

²⁴⁴ WATKINS, Willian Pascoe. *L'A.C.I.* p. 27 apud CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 54.

²⁴⁵ CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 54

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 56.

“... Henri Desroche analisa o problema com maiores detalhes, não só relatando os textos originais, como, também, as razões da amputação. Mas, resumindo a parte mais importante da adulteração da 6ª (sexta) resolução,

Na abordagem dialética que propomos para esse capítulo, somente agora fica evidenciado o nó que explica e fundamenta o conflito existente entre a proposta do cooperativismo consubstanciado nas cooperativas de produção e nas de consumo: comprova-se, pois, que são ontologicamente dis-tintos. Em verdade esses dois entes são determinações de relações sociais de poder e conflito de classe subjacentes ao debate acerca do que é o cooperativismo: demarcando interesses não só diferenciados, mas antagônicos. De um lado o interesse do operariado na sua *libertação* – o cooperativismo de produção; de outro o interesse alienado (ou cínico) de reproduzir à lógica do capital para (via mercado) promover a inserção na sociedade de consumo – o cooperativismo de serviço. Quando se fala em cooperativismo de serviço como o “cooperativismo” hegemônico, no cenário contemporâneo, refere-se, pois, às relações sociais de produção de riqueza que se baseiam em nome da mercadoria, da terra e do próprio dinheiro – enfim, do *capital*.

Em um derradeiro nível de abstração passamos a descrever como se configura o cooperativismo brasileiro. Inserido no contexto que tentamos evidenciar ao longo deste capítulo, o “cooperativismo” desenvolvido no Brasil na verdade é expressão da lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

2.3. Limites do “cooperativismo” hegemônico: a esfera da circulação

No Brasil o debate acerca do cooperativismo é confuso e descaracterizado. Prova disso é o fato de que o “cooperativismo” oficial tupiniquim está permeado dos preceitos e premissas (hegemonia do cooperativismo de serviço) que em nada coadunam com o projeto original dos trabalhadores na luta contra a subordinação do trabalho em relação ao capital (hegemonia do cooperativismo de produção). Tal concepção de “cooperativismo” é a concepção da ACI/OCB, naquilo que defendem e denominam de “doutrina cooperativista”.

proposta por C. Robert e aprovada por unanimidade, tanto o texto francês, quanto o inglês, dispunham: “*O Congresso acrescenta que, em sua opinião, para ser fiel ao princípio cooperativo, as organizações cooperativas de toda natureza que empregam trabalhadores devem, por uma disposição dos estatutos, lhes dar justa parte nos benefícios*”.

Entretanto, no relatório final essa parte foi amputada com a desculpa esfarrapada de que essa resolução não era principal. Estranha coincidência essa de recair exatamente sobre os trabalhadores e, precisamente, sobre o tema mais discutido pelo Congresso...”

O aparecimento do primeiro modelo de cooperativas como instituição de fins econômicos e sociais, verificou-se na Inglaterra, com a obra dos *Pioneiros de Rochdale*, em 1844, data considerada a do “nascimento oficial do cooperativismo. Mas o enquadramento dessa sociedade no contexto de uma doutrina econômica - a *doutrina cooperativista*, que visa reformar o meio social através de vários tipos de cooperativas – é posterior, tendo se iniciado em 1886²⁴⁷.

A teorização de Diva Benevides Pinho reflete muito bem essa problemática. Segundo essa autora a “doutrina cooperativista” simboliza a “solução pacífica” das questões sociais – “solução pacífica”? pura ingenuidade que desconsideram os conflitos de classe que caracterizam do mundo moderno: a estratégia de transformação social por parte do cooperativismo convencional de forma alguma se coaduna com o fim estabelecido.

A doutrina cooperativista propõe-se a corrigir as injustiças sociais, os males do ambiente econômico-social, através da associação dos consumidores em cooperativas.

O consumidor é o objetivo último da doutrina cooperativista e, também, o instrumento de reforma da sociedade. De fato, enquanto o capitalismo dá primazia ao capitalista e o socialismo ao proletariado, o cooperativismo coloca o consumidor como fim de toda a atividade econômica, afirmando que assim como na ordem política a economia pertence ao cidadão, na ordem cooperativa a hegemonia cabe ao consumidor²⁴⁸.

A “doutrina cooperativista”, assumindo o equívoco de considerar as cooperativas como uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo, acaba servindo unicamente para a manutenção do atual estado de coisas, na qual o trabalhador é expropriado do produto de seu trabalho e a acumulação da riqueza se dá de forma individual. Essa “doutrina”, como já relatado, pauta-se nos princípios de organização definidos pelo cooperativismo de consumo, que elege a experiência de “sucesso” da Sociedade de Rochdale como marco inicial de todo o cooperativismo. Desvinculados do seu contexto original, hoje em dia, os sete princípios do cooperativismo atestam a “fossilização” do cooperativismo em uma rígida “doutrina”²⁴⁹.

²⁴⁷ PINHO, Diva Benevides. *O que é o cooperativismo?* p. 17-18 (grifo nosso)

²⁴⁸ Ibid., p. 31. (grifo nosso)

²⁴⁹ RIOS, Gilvando Sá Leitão. *op. cit.* p. 51.

“A ‘doutrina cooperativa’ é habitualmente apresentada como ‘teoria’. Ora, isso não é verdade, pois uma teoria é a cristalização de observações e vivências. A teoria deriva, pois, da prática, dela se enriquece, com ela se

Esse cooperativismo de “macaqueação” compreende um aspecto aparentemente inofensivo e inócuo, folclórico mesmo: a chamada “doutrina”. Trata-se da mera transposição mecânica de normas adotadas por uma *única cooperativa de consumo* inglesa (...) O exame da “doutrina cooperativa” como ideologia e a função dessa ideologia mostram o papel de “controle social” da mesma²⁵⁰.

Essa “doutrina” cooperativista, segundo o discurso hegemônico do cooperativismo, teria por objeto a “correção do meio econômico e social”²⁵¹, e utiliza as cooperativas como instrumento indispensável para conseguir essa correção. Mas o que é significa essa “correção” prolatada pela elite cooperativista? De modo algum significa a ruptura com os fundamentos do capitalismo – isto é fato (tanto é assim que o máximo que o discurso de transformação social do “cooperativismo” convencional alcança é o que o “sistema” OCB chama de *responsabilidade social da empresa cooperativa*²⁵²).

Mas voltemos ao nível da investigação dos fundamentos dessa problemática. Fundamentando os “princípios cooperativistas” vigentes na Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está o pensamento de Charles Gide e de toda a tradição da Escola de Nimes. “Foi Gide, o mais destacado líder do cooperativismo de consumo, quem moldou os conceitos que lideraram o cooperativismo mundial”²⁵³ com destaque para o seu “Programa em três etapas”²⁵⁴ proclamando a soberania do consumidor através de uma “República Cooperativa”. Todavia, a experiência prática comprova que as cooperativas de consumo jamais ultrapassam o primeiro estágio do “programa” haja vista que são absorvidas pela economia de mercado monopolizada pelo capital. Mas efetivamente é intenção do “cooperativismo” convencional cumprir tal “programa”?

modifica e transforma. Ora, uma “doutrina” é exatamente o oposto disso, pois não deriva da observação sistemática da prática, se impõe a ela. Não se adapta, é fixista, Não fertiliza a prática, a esteriliza. Apesar disso é conveniente apresentar-se a ‘doutrina cooperativa’ como ‘teoria’, pois isso justifica e enobrece a prática ou as práticas do cooperativismo. Trata-se apenas de uma perspectiva falsamente teórica justificar uma perspectiva pragmática do cooperativismo, isto é, o cooperativismo ‘fácil’ e ‘seguro’ para os interesses das classes dominantes. A ‘doutrina cooperativa’ é uma falsa teoria, na medida em que consiste num corpo de princípios abstratos, sem referência a situações históricas e concretas de classe” (sem o grifo no original).

²⁵⁰ RIOS, Gilvando Sá Leitão. *op. cit.* p. 47-48.

²⁵¹ PINHO, Diva Benevides. *O que é o Cooperativismo?* p. 45.

²⁵² Disponível em <<http://www.ocb.org.br/>>, acesso em 12 dez. 2005.

²⁵³ CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 108.

²⁵⁴ “Em uma primeira etapa vitoriosa, fazer a conquista da indústria comercial.; em uma segunda, conquistar a indústria fabril; em uma terceira, enfim, aquela da indústria agrícola. Tal deve ser o programa da Cooperação”. GIDE, Charles. *L’École de Nimes* citado por Palmyos Carneiro em sua obra citada. p. 108.

Ao analisar a política de consumo de Gide uma questão fundamental nos vem a mente: onde e como ela contradiz a economia da capitalista? Diferentemente do cooperativismo de produção que propõe a negação do salariado, à moda dos economistas burgueses o cooperativismo de serviços trabalha com a aparência do fenômeno deixando a raiz do problema intacta – qual seja a subsunção do *trabalho vivo* à lógica do capital. Ideologicamente, operam como se os diferentes tipos de consumo e prestação de serviços se sobrepujassem à produção e ao trabalho. Não é demais lembrar que Gide é um “cooperativista liberal”, e dessa forma, apesar de todos os seus esforços, não consegue romper com a economia política clássica. Apesar de toda a sua influência (de fato Gide desenvolve e orienta toda uma ‘Escola’ dentro do pensamento cooperativista) não conseguiu estabelecer o princípio pelo qual o “cooperativismo” alcançaria os objetivos prometidos. Comprovando toda a insuficiência desse pensamento, é o próprio Charles Gide quem diz em seu *Programa Cooperativista*²⁵⁵:

“Se os economistas de escola liberal não gostam dos cooperativistas, a recíproca não é verdadeira. Nós pensamos dela muito bem. É uma grande página histórica econômica a escola liberal. Mau grado todas as críticas que ela nos dirige, nós lhes rendemos homenagem”...

.... “A escola cooperativa tem o mesmo fim, em suma, que a escola clássica liberal: a abundância de riquezas, o mercado farto, todos os meios próprios a dar a cada indivíduo o máximo de satisfação”...

(...)

“A escola cooperativista não pretende ensinar uma nova ciência econômica. Ela reconhece a existência de todas as grandes leis de economia política clássica: o princípio hedonista do qual eu falo a todo o momento, o homem procurando realizar o máximo de satisfação com o mínimo de esforço; a lei da oferta e da procura determinando os preços e a lei da renda”.

Depois de toda a contribuição do pensamento marxiano exposto ao longo dessa pesquisa fica difícil não criticar a falta de solidez da teorização da “doutrina cooperativista”. Se Gide deixa clara a sua descrença no retorno ao trabalho (essa foi a tônica das discussões de constituição da ACI) em primazia da esfera da circulação²⁵⁶, nada melhor que uma teorização

²⁵⁵ Citado por CARNEIRO. *op. cit.* p. 111

²⁵⁶ “Gide critica as cooperativas de produção citando M. Thiers – “*que elas seriam sempre incapazes de dirigir empresas*” – e, embora recuse o desprezo burguês pela classe operária, contido no bojo da frase, ele reconhece a

que atesta a centralidade do trabalho – e ao fazer isso evidenciamos o caráter ideológico daquela.

Marx de forma irrefutável demonstrara a co-determinação dos diversos momentos da economia: produção – consumo – distribuição – intercambio. “Produção, distribuição, intercambio e consumo formam assim um silogismo: a produção é o elemento universal; a distribuição e o intercambio são o elemento particular; e o consumo é o elemento singular com o qual o todo se completa”²⁵⁷. Cada um dos elementos não se limita a ser o outro de maneira imediata, nem tampouco o mediador do outro, senão que, realizando-se, cria o outro e se cria o enquanto outro.

Contudo, na análise ontológica da relação dialética entre esses diferentes momentos Marx dará preeminência ao momento material por excelência da produção²⁵⁸, mostrando que o problema deve situar-se em ‘nível mais profundo’, invisível à consciência, e não em um plano superficial ao fenomênico, ou seja, o da circulação. Passando do superficial para o profundo é que o filósofo desvenda uma nova teoria do dinheiro. No início dos *Grundrisse* Karl Marx já fazia uma pergunta fundamental: “¿es posible cambiar las relaciones de producción existentes y las relaciones de distribución a ellas correspondientes mediante una transformación del instrumento de la circulación, es decir, transformando la organización de la circulación?”²⁵⁹.

Todas as propostas de transformação social que resumem a problemática ao nível da circulação acabam por deixar intacta o caráter individual concreto do trabalho do produtor, perdendo de vista se o trabalho do produtor de riqueza é *vivo* ou *objetivado* – e isso é grave, pois, viu-se, o primeiro é eticamente justo, o segundo injusto. O mecanismo teórico do discurso ideológico da ciência burguesa (e, também, como vemos, da “doutrina cooperativista”) parte da mera relação simples de intercâmbio, em verdade uma simplificação da realidade, cujo resultado é o contentamento com a mera aparência do fenômeno²⁶⁰ e o escamoteamento da realidade concreta.

dificuldade de direção da classe operária, o que realmente não é verdade, uma vez que capital não vai à escola”. Ibid., p. 117-118.

²⁵⁷ DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 40.

²⁵⁸ Ibid., p. 71.

²⁵⁹ Ibid., p. 67.

²⁶⁰ “Es decir, se trata de un manejo ideológico por el que se oculta la dominación ética del sistema, y, partiendo solo de las relaciones (un productor con su producto, otro productor con el suyo, simple intercambio de ambos productos para las necesidades del otro) el capitalismo recibe una justificación “científica”. Para ello es

Para a ciência burguesa, denotando todo o seu “estatuto ideológico”, é “normal” que o indivíduo *A* troque seu produto *a* com o indivíduo *B* pelo seu produto *b*, já que por definição *A* e *B* não têm diferença, sendo seus produtos considerados perfeitamente equivalentes (só se diferenciando pelo fato de terem sido produzidos por indivíduos diversos). Mas as relações econômicas ao nível do *real concreto* não são caracterizadas pela igualdade, muito pelo contrário, elas são oriundas da diversidade e desigualdade entre os indivíduos. Assim, “do que se trata, é evidente, é de que se se abstrai todo condicionamento ou oposição nas relações de produção, cada indivíduo (seja *A* ou *B*) *é igual*; são iguais por definição. Mas construir sobre dita igualdade abstrata qualquer discurso *concreto* é uma construção puramente ideológica”²⁶¹. Aqui o mito da economia política capitalista: a igualdade de condições entre os sujeitos. Isso o cooperativismo não pode admitir. Mas é isso que a “doutrina cooperativista” faz.

Essa abstração a-histórica do discurso hegemônico da economia política permite camuflar as posições já determinadas dos sujeitos no processo produtivo, tal como a acumulação de dinheiro (enquanto capital) por uns e a total falta de acesso aos meios próprios de produção por parte de outros. No contato face-a-face entre trabalhador e capitalista, ambos os sujeitos “aparecem” como iguais sendo que em realidade são desiguais, determinados por uma história de captura do produto do trabalho do outro e sua conseqüente acumulação privada.

“Marx indica que a ‘ciência’ que só restringe nessas ‘determinações abstratas’ que são ‘as primeiras a aparecer’, esquece inúmeras determinações concretas (...) Não se vê que já na determinação simples do valor de troca e do dinheiro se encontra latente a contradição entre o trabalho assalariado e o capital”²⁶². Não é o dinheiro que compra a força de trabalho como valor de uso?

Então, para a economia política clássica (e assim para a “doutrina cooperativista”) o “mundo das mercadorias” – o nível fenomênico da circulação – seria o nível “essencial” da economia. Para Marx este seria apenas o nível accidental, o nível profundo da realidade do capital seria o da *produção*. “Em seu duplo sentido: fruto da produção, instrumento de produção; e ao mesmo tempo síntese: processo auto-reprodutivo desde sua permanência como

necesario realizar “adecuadas” abstracciones justificatorias de hecho, aunque no en la conciencia del economista” Ibid., p. 111.

²⁶¹ Ibid., p. 112

²⁶² Ibid., p. 116.

“relação social”. Quer dizer, a mera circulação manipula as mercadorias, mas não as produz. Na circulação simples o *valor* circula, mas não se faz aumentar. Isso se dará no interior do processo de trabalho com a objetivação do *trabalho vivo*: é a “morte do sujeito”, é o desvendamento da *mais-valia*.

*“Para Marx la “forma” del objeto es la objetivación de la vida. Es una cuestión antropológica fundamental. El producto porta parte de ser del hombre – como si fuera miembro objetivado y autonomizado de su vida. Esto es esencial para comprender dos cuestiones: el sentido ético del robo del producto (se roba vida humana), y la acumulación del valor del producto en el capital como acumulación de vida humana (es el fetiche que vive de la muerte del trabajador): la objetivación de la subjetividad en el proceso de trabajo no se consume como subjetivación igual de la objetividad en el salario. He allí la injusticia ética del capitalismo: sua perversidade desde el trabajador”*²⁶³.

A “conformação ideal” do capitalismo é a idealização abstrata da circulação simples na qual os sujeitos e as mercadorias são iguais e equivalentes. A “doutrina cooperativista”, e, veremos adiante (na segunda parte da obra), também o Direito Cooperativo tupiniquim, comprovando a crença nesse mito, aceita essa falácia sem questionar, impondo essa ficção de tal modo que a essência das “cooperativas” passa a ser definida simplesmente nos ‘produtos e serviços’ a serem prestados por essas organizações aos seus associados – *o que se passa como causa desses bens é simplesmente ignorado* (contenta-se, então, com a aparência do fenômeno). Segundo a determinação da “doutrina” não importa, assim, se para a materialização desses bens e serviços o *trabalho objetivado*, assalariado, foi o principal fator de produção. Exemplo: nas grandes cooperativas agrícolas, que funcionam como receptora dos produtos realizados “pelos cooperados” (soja, arroz, milho etc), o serviço prestado pela cooperativa aos associados é a venda dessa produção “coletiva” no mercado nas melhores condições possíveis (que individualmente não se poderia alcançar) – é essa a grande função do cooperativismo proposto pela Lei n. 5.764/71. Restrito à aparência do fenômeno a relação parece justa. Mas ora, a produção entregue pelo “cooperado” é produzida por quem? E em que condições? Os produtos são entregues sem qualquer vergonha pelos “cooperados” como se eles fossem efetivamente os donos da mercadoria, quer dizer, donos eles são, pois na sua fazenda se comportam como empregador de uma infinidade de trabalhadores rurais que da

²⁶³ Ibid., p. 149.

“cooperativa” nada são (quer dizer, às vezes são empregados formalmente contratados). A engenhosidade é assustadora, pois sob a aparência (máscara) da legalidade o processo de produção e valorização do capital ocorre sem nenhum questionamento, e via de regra sem pagamento de direitos trabalhistas e encargos sociais, sendo que na verdade é a carne e sangue dos trabalhadores assalariados que fazem de tais mercadorias serem o que são - o *capital* coopta um instrumento de crítica ao sistema para se retro alimentar.

A “doutrina cooperativista” ao eleger a prestação de serviço aos cooperados como a essência da cooperativa determina um de seus maiores equívocos²⁶⁴. Ideologicamente esse pensamento se restringe a descrever a aparência do fenômeno, sem qualquer capacidade explicativa, permitindo a exploração do trabalho (o trabalho assalariado) no interior das “cooperativas” – que assim se apresentam como verdadeiras empresas capitalistas.

Para finalizar o capítulo valemo-nos de uma passagem reveladora acerca do porquê o cooperativismo de serviço foi adotado como modelo do “cooperativismo” convencional, que como vimos se presta apenas para garantir a produção e reprodução do padrão de acumulação capitalista.

Não é à toa que tomou como modelo justamente uma cooperativa de consumo. Por que não de produção, por exemplo? É fácil compreender que uma cooperativa de consumo não interfere com a propriedade da terra, com a organização do trabalho, com a oposição entre os patrões e empregados, etc. Isso já indica que as elites (...) fizeram uma seleção bem conveniente para seus interesses (...) O modelo cooperativista de serviços é o modelo escolhido por não interferir com a organização social da produção²⁶⁵.

Fixados esses pontos fundamentais podemos passar para a próxima etapa quando finalizaremos o estudo acerca do que é o cooperativismo e proporemos uma definição: o cooperativismo enquanto *práxis de libertação*.

²⁶⁴ Se bem que na lógica do capital não há erro nenhum, as coisas vão muito bem, obrigado!

²⁶⁵ RIOS, Gilavando Sá Leitão. *op. cit.* p. 48.

CAPÍTULO III – O COOPERATIVISMO COMO PRÁXIS DE LIBERTAÇÃO

“É necessário transformar, desconstruindo-as, as causas da vitimação. A existência de vítimas mostra a necessidade de fazer novas (transformadas) normas, atos, microestruturas, instituições, sistemas de eticidade por meio dos quais seja “possível” o desenvolvimento da vida humana (na reprodução da vida das vítimas) e da discursividade (na participação simétrica das vítimas)”.

(Enrique Dussel).

O que tentamos desenvolver até aqui, como apregoa a “verdadeira dialética”, é elaborar o tema do *cooperativismo* desde uma perspectiva crítica (de libertação) – é o uso da razão ético-crítica. Seguindo os marcos da Filosofia da Libertação consideramos que o ponto de partida da crítica é a relação que emerge da *negação* que coloca em xeque a possibilidade de produzir, reproduzir e desenvolver a vida de cada sujeito concreto e a *tomada de consciência* desta negatividade. A tomada da consciência das vítimas e a definição de uma ação estratégica que tenha como orientação a negação das causas da *negação* é o tema que agora nos ocupa. Quando a *vítima* toma consciência da sua própria situação ocorre uma inversão, uma “transfiguração prática, ética, não só teórica”, pois o estado de coisa que era tido como natural e legítimo passa a aparecer aos olhos do sujeito autoconsciente como falso, ilegítimo.

Parte-se de um “fato empírico” de conteúdo, material, da corporalidade, da negatividade no nível da produção e reprodução da vida do sujeito humano, como dimensão de uma ética material. Mas “aprende-se” (da consciência ético-crítica dos velhos) que a afirmação dos valores do “sistema estabelecido” ou do projeto de *vida boa* “dos poderosos” é negação ou *má vida* para os pobres. E, por conseguinte, isto é julgado *negativamente* como o que produz a pobreza ou a infelicidade das vítimas, dominados ou excluídos. A “verdade” do sistema é agora negada a partir da “impossibilidade de viver” das vítimas. Negada lhe é a verdade de uma norma, ato, instituição ou sistema de eticidade como totalidade”²⁶⁶.

²⁶⁶ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 314.

Tratamos a partir de agora de uma questão eminentemente política – a *práxis de libertação* –, ainda que em um grau de reflexão eminentemente teórico.

Em nossa tentativa de estabelecer os critérios e uma principiologia que nos possibilite demarcar *materialmente* o que seja o cooperativismo – este *ente* que o Direito (Cooperativo) deve adequadamente qualificar –, neste Terceiro Capítulo, adentraremos, como um último nível do debate, na análise da *práxis* concreta do *pauper* para garantir condições mínimas (dignas?) de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana: a organização coletiva em moldes cooperativos.

Trata-se de pensar o cooperativismo como legítima *práxis de libertação*. Mas o que isso significa? Quais os critérios que dão validade a essa afirmação?

Analisaremos o desenvolvimento, a partir das *vítimas*, dessa estratégia proposta pelos sujeitos ético-críticos (os cooperados) que conscientes das *negatividades* geradas pelo processo de produção capitalista propõem a desconstrução das negações sistêmicas (referente à defesa do *trabalho vivo* como momento *positivo* do processo de produção), e assim, real e empiricamente, constroem, desde a *exterioridade*, “novos momentos (normas, ações, instituições) em que consiste estritamente a *práxis de libertação*”²⁶⁷.

Como veremos, agora libertação cobrará uma precisão que nunca antes vislumbrara. “Libertação” será uma *práxis* com factibilidade ético-crítica ou transformadora, que se oporá tanto ao conservadorismo (que acha possível só o vigente, e que nega como impossível o possível), como ao utopista (anarquista, por ex., que acha possível o impossível). A libertação é *práxis* que acha possível o factível eticamente para além da factibilidade do sistema de dominação vigente²⁶⁸.

O objetivo geral deste Capítulo que encerra a primeira parte da pesquisa é definir os termos nos quais o cooperativismo pode (na verdade deve) ser definido como uma *práxis de libertação* (item 3.3). Para tanto duas tarefas deverão ser anteriormente desempenhadas (que

²⁶⁷ Ibid., p. 309.

²⁶⁸ Ibid., p. 294 (nota de rodapé n. 206).

“A possibilidade de uma transformação (de uma norma, ato, instituição, sistema, desde a ação cotidiana crítica até a extraordinária ação de uma revolução) deve ser “factível”, mas esta factibilidade pressupõe uma utopia (nem anarquista [por ser impossível], nem conservadora [por ser antiutópica ou antitransformadora]) que abre um âmbito de possibilidades, embora este utopia como tal seja impossível (como idéia reguladora). Isto supõe uma “crítica da razão utópica”, como mostra Hinkelammert”.

em verdade significam um pensar *ana*-dialético sobre a práxis de transformação, já que a “verdadeira dialética” parte do diálogo do outro e não do “pensamento solitário consigo mesmo”²⁶⁹): 1) definir no real-concreto o porquê das *vítimas* optarem pela cooperativa como estratégia de manutenção da vida, e 2) formatar, abstratamente, um instrumental teórico que nos permita compreender e explicar essa complexa realidade. Assim, como o real antecede a teoria e a teoria nada vale se não tem capacidade de explicar o real, é exatamente nesta ordem que os temas serão enfrentados. Dessa maneira, no item 3.1 será exposto o último *testemunho* do sujeito coletivo que inspira esse trabalho – a Cooperativa de Embalagens Brasil (COEMBRA) – quando teremos oportunidade de ouvir (“saber-ouvir”) os motivos que os levaram a criar a cooperativa (e, aprendendo-a-ouvir, compreender os motivos que os levam a continuar na *luta*). O item 3.2 é destinado à demarcação teórica desse movimento, que tem na categoria *práxis de libertação* de Enrique Dussel uma grande capacidade explicativa (item 3.2).

3.1. A práxis desde os sujeitos concretos: o nascimento da cooperativa

Gostaria que você me contasse o motivo que a motivou a apostar no projeto da cooperativa. Sem querer forçar a barra, gostaria que me dissesse fundamentalmente como, quando e porquê vocês decidiram a dar vida à COEMBRA?

Eu trabalhei quinze anos em serviço de carteira assinada, trabalhava como operadora de máquina. Só que chegou um tempo em que eu estava assim (pausa) que eu estava stressada com aquilo, e no ano de 2000 surgiu a idéia de uma cooperativa ... que tinha o curso e tudo para a gente aprender, então eu pensei: eu vou sair do meu emprego registrado porque eu quero merecer mais, eu não quero ter alguém que manda em mim entendeu, eu quero fazer o meu serviço sabendo que eu comando aquilo sem ter ninguém que mandasse em mim. E quando a gente começou a fazer o curso eu fui me interessando mais ainda, porque eu vi aquilo lá não ia só ajudar a só um, pois a gente se juntando ia ajudar várias pessoas né?!

Conta um pouco sobre a situação de vida dos fundadores da cooperativa. Qual a situação vivida pelos integrantes desse grupo inicial que os motivaram a fazer o Curso de Cooperativismo com a Incubadora?

²⁶⁹ Vide Capítulo 0. p. 16.

No meu caso, eu estava insatisfeita em trabalhar com alguém mando em mim. Mas a maioria era porque tinha passado da idade pra trabalhar. A maioria era desempregado e já fora do mercado de trabalho. E daí eu achei essa idéia legal né?!.

E da onde surge ... quem trouxe a proposta do cooperativismo para o grupo?

Olha, a proposta do cooperativismo foi através da Incubadora.

Da Incubadora?

Da Incubadora, que trouxe e nós estudamos tudo assim. Eu, tive uma hora que ... e até no decorrer do trabalho assim ... tem uma diferença grande de você trabalhar registrado e trabalhar na cooperativa. Porque ali você está sabendo que está ajudando a comunidade. Todo mundo quer ajudar a favor da comunidade né?!.

Qual o ponto mais positivo que você pode identificar no trabalho na cooperativa?

Ah, é ajudar um ao outro assim....trabalho junto, as pessoas ajudando um ao outro. Isso é o que eu mais acho interessante na cooperativa.

Mas voltando na história de vocês, como esse grupo do qual você fala se formou? Como vocês se organizaram em grupo? Vocês já tinham uma vida comum no bairro...?

A gente tinha uma associação de moradia. Então, foi através dessa associação de moradia que surgiu. Nessa associação tinha um partido político que defendia a questão da moradia e foi através desse Partido que veio a idéia de cooperativa. Porque no começo a idéia era fazer entre os filiados do Partido, mas daí foi indo e não deu certo, e foi feito com as associações de moradia que participavam, daí vinham a nossa lá e as associações que moravam mais próximo, e aí nos juntamos, pois a maioria deles estavam desempregados, não conseguiam arrumar serviço né?!.

Mas ali ninguém tinha clareza do que era o cooperativismo!

Não ninguém tinha. Mas depois foi fazendo o curso e foi entendendo o que era né, porque antes você só tinha idéia do que era – que nem, no lugar onde eu nasci tinha uma cooperativa, mas era totalmente diferente do que essa, era a cooperativa lá de... agrícola né?! É uma idéia que eu tinha de cooperativa era aquela, mas depois, fazendo o curso, eu vi que era totalmente diferente.

E depois do curso e de viver a experiência da cooperativa [lembre que ela é uma das fundadoras], mudou ainda mais a visão do que é o cooperativismo, ou curso conseguiu explicar realmente o que é cooperativismo?

Os dois são importantes. Não digo assim que em 100% o curso ajudou – mas foi muito –, mas depois trabalhando a gente foi vendo que cada dia que passava a gente ia aprendendo coisa nova né?!

Retomando uma questão anterior. Você disse que de certa forma você optou por trabalhar de forma cooperativa, o que tanto te causa mal na relação do trabalho assalariado e que te levou a essa tomada de decisão?

Ah, porque a gente trabalhava e trabalhava e na realidade o lucro não ia para gente, ia para o patrão lá. Então ... na cooperativa é diferente, quanto mais você trabalha mais você ganha né.

Mais essa exploração do trabalho sempre foi algo que você teve clareza, ou foi com o passar do tempo você foi tomando essa consciência?

Olha, foi ... eu vou te dizer: eu tinha uma clareza. Desde o começo eu tinha essa clareza que era assim né?!.

E porque demorou tanto para acontecer a tomada de decisão de você acabar com essa exploração?

No meu caso?

Isso.

Porque até então eu não tinha como chegar a... saber como montar uma cooperativa para trabalhar. Entendeu?

Você não sabia o que fazer para sair daquela condição.

Isso mesmo, não sabia o que eu podia fazer. Aí quando surgiu a oportunidade eu agarrei né. E falei assim: agora, pois sempre o meu sonho foi trabalhar assim sem ter ninguém que me mandasse e eu trabalhasse sem nenhum medo. Então é isso!

Dá pra dizer que se houvesse a cooperativa antes você tinha largado o seu emprego.

Ah, com certeza. Se existisse cooperativa bem antes de eu ter trabalhado ... que eu trabalhei quinze anos né ... com certeza teria entrado antes.

Mas você acha que todo mundo que trabalha na cooperativa tem essa clareza?

Olha (pausa), eu acho que não, não é todo mundo não! Algumas pessoas sim, mas tem algumas que não tem essa clareza não!

Mas você acha que tem diferença no comprometimento das pessoas essa consciência do porquê do cooperativismo? O cooperativismo contra as formas de emprego. Você acha que isso tem relação com o comprometimento dela com a cooperativa?

Eu acho que já vai do Brasil mesmo... as pessoas acho que parecem que já são acostumadas a ter alguém que mande né?! Então é por isso que eu falo pra você que tem pessoas que ainda pensam que (pausa) não está muito claro ainda né?!

E essa cultura do trabalho subordinado atrapalha muito o desenvolvimento da cooperativa?

Atrapalha, atrapalha bastante né?! Se fosse diferente eu acho que seria melhor ainda né?! Não digo que está ruim, está bom né, mas se fosse diferente melhoraria mais ainda.

Mas assim (pausa), dá para ver que as dificuldades são muitas na cooperativa...

São bastante.

... mas mesmo assim está valendo a pena?

Ah, para mim está. Pra mim está valendo a pena.

O que mais influi para que você tenha esse tipo de sentimento: de que está valendo a pena?

Ah, eu acho que o que mais influi é aquilo o que eu te falei: saber que estou trabalhando aqui para mim.

Mesmo o retorno financeiro sendo menor que no trabalho assalariado?

Mesmo que se seja. Porque eu sei que o que faço aqui é para mim. Entendeu?E ajudo as outras pessoas né, que também... Então eu vejo assim. E hoje em dia se fosse para eu voltar a trabalhar registrado eu não gostaria, eu não quero mais.

Mesmo recebendo um salário maior?

Mesmo recebendo mais eu não voltaria.

Mas as pessoas não têm esse mesmo entendimento que o seu.

Nem todas. Algumas não têm.

Mas vocês não trabalham isso aqui dentro? A conscientização? Que o cooperativismo representa uma forma de trabalho diferente do salariado?

Ah, muito pouco. Não são todas as pessoas que entendem assim. E é uma pena porque se a maioria entendesse junto seria bem melhor essa cooperativa.

Você acha que o grupo inicial [os fundadores, haja vista que já existem diferentes “gerações” de cooperados] tinha essa clareza?

Quando a gente iniciou não tinha.

Não tinha? Era mais uma associação...

Como eu mesmo te falei. Eu mesmo tinha uma noção de cooperativa igual aquela que eu conhecia, a agrícola lá, no sítio lá e tal.

Não entendo então como você decidiu entrar na cooperativa!

Como assim?

Você largou o seu emprego para trabalhar na cooperativa...

Fazia tempo que eu queria sair. Quando surgiu a idéia de fazer o curso para montar a cooperativa aí eu combinei com o serviço lá e eles me mandaram embora.

O Everaldo estava me contando anteriormente que vocês começaram a trabalhar na cooperativa antes mesmo de tê-la formalizada.

É, a gente começou bem antes. A gente fazia banquetas, cadeira, mesa.

E como foi esse processo? Vocês fizeram o curso e começaram a trabalhar.

Foi fazendo o curso e fazendo isso junto.

Então a cooperativa começou no mesmo período do curso.

Sim, no mesmo período, praticamente. Porque quando a gente começou o curso – abril de 2000 – a gente teve três meses de curso e já começou a se mexer e fazer os eventos para comprar as máquinas para ir fazendo os banquinhos e tal. Então mesmo meio junto.

Volto novamente na questão. É possível identificar um projeto inicial desse grupo dos fundadores? Qual era o principal motivo dessa cooperativa? Era dar trabalho e renda para os cooperados?

Eu acho que eram duas coisas. Era dar a renda para os cooperados e também ajudar a comunidade, porque não eram só aqueles que estavam, depois entrou mais gente e tal. Pelo mesmo motivo de que quem estava desempregado e não conseguiam arrumar emprego...

Desde o começo existe então essa questão de auxílio à comunidade?

Isso, com certeza.

E aí o foco eram pessoas que não tinham mais condição de emprego no mercado de trabalho formal?

Exatamente. Porque é a maioria né?! A maioria eram pessoas que não tinham mais como empresas pegar no mercado de trabalho né?! Por causa da idade, e até mesmo por causa de estudo. Tem bastante gente que é por causa de estudo também.

(Pausa longa) Estava pensando aqui. Você é exceção à essa regra: você é nova, tem estudos, podia estar trabalhando em outra coisa...

(Risos) Tá, mais é igual eu falei para você. Eu sempre tinha... eu nem sabia que eu podia chegar a ter uma cooperativa, mas a minha idéia era simples: trabalhar com que eu pudesse... eu sabia que sozinha não poderia abrir um negócio para eu trabalhar né?! Mas em grupo assim...

Esse sempre foi um sonho seu então, ser dona do seu próprio nariz.

Ah, sempre foi. Quando eu era criança e via essa cooperativa no meu lugar lá eu achava estranho né, porque lá era diferente, totalmente diferente do que agora eu vejo aqui. Eu não tinha (apesar de se criança né?!) ... não me interessava assim muito em trabalhar daquele jeito né. Mas assim como é essa...

Mas hoje você conhece então enxergar a diferença da sua cooperativa dessas cooperativas de fachada!

(Risos) Ah, com certeza!. É muito claro, vixi, muito claro!

Então diga para mim: qual é a principal diferença?

A principal diferença é essa, porque essa cooperativa do meu lugar lá tinha um presidente que era dono da “cooperativa”, né?! Depois, os “cooperados”, no caso, seriam as pessoas que trabalhavam na lavoura lá, mas não é, não tinham nada pela “cooperativa”. Entendeu? Então eu acho que é errado... e agora mais ainda, porque ... depois que eu aprendi tudo [veremos adiante o que esse aprendi tudo significa] e trabalhando assim eu acho totalmente errado e ainda tem até hoje.

Então para finalizar a conversa, quais que são os pontos que você acha que falta para a cooperativa crescer tal quanto vocês desejam. Que tipo de apoio falta para vocês puderem dizer que a cooperativa é verdadeiramente um sucesso, é questão interna ou apoio externo vindo Estado ou outras entidades?

Eu acho que é mais apoio interno. Mais apoio interno pelo motivo que eu falei que têm pessoas que não entraram no que é cooperativa ainda, não entendem muito bem o que é cooperativa. Não pelo motivo de não terem aprendido o que é, mas pelo motivo de não tirarem da cabeça que ali você é dono, que tem que fazer.

Mas o que vocês fazem internamente para superar essa barreira?

Ah, a gente faz de tudo o que é forma... fazendo reunião para conversar com as pessoas, verbalizando a produção. Assim. No dia-a-dia fazendo as coisas para dia-a-dia melhorar mais.

Mais isso surge da postura individual de pessoas como você que tem consciência de que isso é importante ou é uma política da cooperativa, uma estratégia dela?

Acho que são as pessoas que devem por nas suas próprias cabeças que ali elas são donas e têm que fazer, e não esperar que ninguém mande. Elas é que têm que ... eu acho isso.

Quanto vocês acham que ainda devem percorrer para que a cooperativa seja tudo aquilo que vocês sonharam?

Acho que já percorremos uns 50%.

E quais são os outros 50%?

Ah... é a mesma coisa que eu te falei. Falta as pessoas se conscientizarem mais.

Mas vocês não diriam que eram conscientes na hora de montar a cooperativa?

(Pausa) Eu acho que ... a gente era unido, tinha bastante força de vontade.

Mas consciente você não afirmaria.

Conscientes para montar a cooperativa talvez as pessoas fossem, mas assim para tocar a cooperativa vem muito o problema da não sair da cabeça que eles são autônomos, sempre esperam que alguém venha mandar.

Minha preocupação é efetivamente compreender a motivação que vocês tinham para montar a cooperativa.

A cooperativa surge como meio para fazer as pessoas que estavam fora do mercado de trabalho voltar a trabalhar.

E falando em nome do coletivo da cooperativa, vocês largariam a proposta da cooperativa se tivessem possibilidade de voltar para o mercado formal de trabalho?

Ah eu acho que não!

Mas por que, pela instabilidade do trabalho lá fora ou pela satisfação com o trabalho aqui dentro?

De repente pela instabilidade lá fora.

Mas no seu caso é diferente...

É. No meu caso, como eu falei pra você, eu não voltaria. Para entrar na cooperativa eu pedi para ser mandada embora para trabalhar na cooperativa né. Não é agora que... a não ser se todo mundo desista, daí eu não posso ficar sozinha. Mas no caso contrário eu vou levando...

Enquanto tiver um grupo você continua.

Ah, com certeza.

Mas qual a sua motivação? O que te motiva a “andar para frente”? Fugir de um passado que está atrás de você ou a atingir um “sonho” que pode estar na sua frente?

(Pausa) Eu acho que é pra fugir da lá [trás] e chegar em um outro lugar. Porque voltar lá eu não quero mais não.

Mas me diga. O que era tão ruim antes que te leva a fugir disso e querer “andar para frente” na cooperativa?

Porque você ficar também muito tempo em serviço é stress. É muito estressante. É estressante e é frustrante.

Mas tem gente que passa vinte, trinta anos em um emprego sem qualquer problema...

Mas é assim. O que mais me estressava era saber que eu estava fazendo as coisas ali e o lucro não ia para mim. Que ia alguém lá e ia pegar tudo. Lógico, eu ficar com alguma coisa, mas não era tudo aquilo que eu fazia né.

(Pausa!!!) Você sabia que produzia muito mais...

É, exatamente isso!

Mas você tinha noção de quanto era essa diferença?

Olha, tinha noção sim! Não totalmente, onde eu trabalhava... nossa! Eu acho que eu fazia muito mais e não recebia tanto pelo que eu trabalhava. Eu sei que fazia muito mais e não recebia por aquilo.

Então é isso que te motivava a não querer mais essa vida!

É!

Não era “pentelhação” de chefe, isso até era suportável...

Não, um pouco também porque tinha ali que... aí! Eu não suportava isso!

(Risos)

Mas mais porque eu sabia que aquilo ali dava lucro pra caramba e nem a sexta parte ficava com a gente.

É interessante você me dizer isso. Para mim o cooperativismo é um movimento que vai exatamente contra tudo isso que você me dizendo.

Então, eu mesma quando fiquei sabendo né ... porque eu era filiada do partido lá né...quando eu fiquei sabendo disso aí, nossa!, aí eu falei: Ah, eu vou sair fora, vou encarar isso e montar uma cooperativa.

Ah, essa conscientização começa dentro do partido então.

É, foram eles que falaram esse negócio de montar uma cooperativa né. Daí já tinha um convênio com a Incubadora, com a Universidade, para dar os cursos tudo. Eu não pensei duas vezes. Eu pensei: vou encarar. Porque era a minha oportunidade né, sempre sonhava de um dia poder trabalhar assim, trabalhando sabendo que estava fazendo a coisa para mim. Não só pra mim né, também tem as outras pessoas. Né?!

E mudando de assunto, hoje ainda existe aquela associação que deu origem à cooperativa?
Existe, até... ela foi montada em 1991, mas é agora que eles estão legalizando.

E vocês continuam participando?

Participamos.

E vocês levam o debate do cooperativismo para dentro da associação?

(Pausa) Olha que não!

Mas assim a proposta de ajuda de ajuda à comunidade não fica prejudicada?

Pois é. A gente só tem se reunido para discutir a questão da terra.

Mas vocês não acham que poderiam estar contribuindo com a experiência vivida aqui na cooperativa?

Sim, algo que temos que fazer mesmo.

3.2. A práxis de libertação em Enrique Dussel

Na arquitetura forjada por Enrique Dussel em sua *Ética da Libertação*²⁷⁰ (momento propedêutico de uma Filosofia da Libertação²⁷¹) a problemática da *práxis de libertação* é

²⁷⁰ Obra citada.

“... sendo intencionalmente uma obra de síntese, não se propõe a descobrir em detalhe a temática abordada, mas só indicar um “processo” (em seis momentos), situar a “lugar” da questão tratada na arquitetura geral, pois se

tratada, apenas e necessariamente, naquilo que o filósofo denomina de o “terceiro nível” da Segunda Parte da sua *Ética*: o princípio-libertação²⁷².

São seis os momentos necessários da ética, desde o momento material ou de conteúdo (1º), articulado com o momento formal ou procedimental (2º), até alcançar o momento da factibilidade ética como processo efetivo (3º), – isso na ordem dos *fundamentos*. Só então, metodologicamente, o *ponto de partida* aparece no momento da crítica material (4º) do sistema como dominador; abrindo passagem para o momento da crítica formal (5º) na condição de nova validade consensual anti-hegemônica desde as comunidades das vítimas, para enfim, enfrentar a construção da nova factibilidade, agora crítica (práxis de libertação), como momento final²⁷³.

Não exporemos aqui toda a fundamentação do filósofo em seu movimento metódico para uma ética da libertação. O que importa ressaltar, por ora, é que cada momento proposto na arquitetônica co-determina os demais. Assim, como último momento da *Ética*, a *práxis de libertação* deve observar rigorosamente as determinações (*princípios*) dos momentos anteriores como condição de possibilidade para que ação política das *vítimas* seja qualificada como tal (de *libertação*).

Indicativamente devemos expor que os três primeiros momentos da arquitetônica, a Primeira Parte da *Ética*, tratam dos *fundamentos*, que têm a função de ser a pedra angular sob a qual se construirão os *princípios* que são temas fundamentais da Segunda Parte da arquitetônica. A Primeira Parte dedica-se ao tratamento do tema *positivo* da verdade (1º momento: material²⁷⁴), da validade (2º momento: formal²⁷⁵) e da factibilidade do “bem”, o “bom, ou “bondade” (3º momento: factibilidade²⁷⁶). “Todavia, é só na Segunda Parte que começa a *Ética da Libertação* a desenvolver as suas teses próprias (...) [Apenas com a Primeira Parte,] Poderia parecer que já mostramos tudo que ética deve expor. Contudo, a partir das próprias entranhas do ‘bem’, da ordem social vigente, aparece um rosto, muitos

fosse uma exposição analítica exigiria espaço muito maior – o que não é o propósito do presente trabalho (...) «assim» numerosos temas ficaram em aberto para serem tratados no futuro”. Ibid., p. 16.

²⁷¹ Ibid., p. 391 (nota de rodapé n. 132).

²⁷² Ibid., p. 501 e ss.

²⁷³ LUDWIG, Celso. *Da Ética à Filosofia Política Crítica na Transmodernidade*: reflexões desde a filosofia de Enrique Dussel. In: Repensando a Teoria Geral do Estado. FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Belo Horizonte: Fórum, 2004. p. 288.

²⁷⁴ O momento material da ética: a verdade prática.

²⁷⁵ Momento formal da moral: a validade.

²⁷⁶ Momento de factibilidade ética: o “bem”.

rostos, que a beira da morte clamam pela vida. São as vítimas não intencionais do ‘bem’”²⁷⁷. Assim, em decorrência da descoberta da *negatividade* do sistema de totalidade vigente, como exercício da razão ético-crítica²⁷⁸, os momentos subsequentes tratarão da crítica material (momento 4^{o279}), da crítica formal (momento 5^{o280}) e da factibilidade e princípio libertação (momento 6^{o281}).

Embora a fundamentação ética seja o ponto de partida proposto por Dussel, não seria exagero ressaltar que a ética não é o objeto principal da sua proposta: é que a ética vem possibilitar (como marcos teóricos) a fundamentação teórica que se procura para colocar em evidência o “bloco histórico dos oprimidos” e negar o sistema de *totalidade* que destrói e empobrece tantos indivíduos nesse início de século XXI. Inspirada pela meta-ética da libertação, a *práxis de libertação*, enquanto categoria do pensamento, tem como objetivo fundamentar e legitimar a luta das *vítimas* “que operam *transformações* em diversas “frentes de libertação (...) podendo dar uma certa orientação, a partir de critérios e princípios éticos, no dia-a-dia, para o exercício da práxis (...), sem ter de esperar o tempo das revoluções quando essas são impossíveis”²⁸².

Em *The architectonic of the ethics of liberation*²⁸³ podemos constatar que a questão atinente à *práxis de libertação* é tratada como o tema central da proposta apresentada pelo autor²⁸⁴. Se o critério material é a reprodução e a reprodução da vida humana de cada sujeito e, em um primeiro momento, ao nível do real-concreto, constata-se a impossibilidade do cumprimento desse critério (aí a *negatividade*, a presença de *vítimas*), então a *práxis de libertação* indicaria o segundo momento, qual seja, o do desenvolvimento da vida em *novos* horizontes que transcendam a mera reprodução da vida como repetição do “mesmo”²⁸⁵. Assim, *práxis de libertação* é entendida como uma transformação crítica que, fundamentada

²⁷⁷ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 12 e 301.

²⁷⁸ Comprovamos, com o leitura do testemunho acima transcrito, que efetivamente com a tomada de consciência por parte da *vítima* o sistema de eticidade vigente passa a ser visto como injusto, ilegítimo e inválido – e por isso deve ser transformado: via frentes de libertação.

²⁷⁹ A partir da negatividade das vítimas.

²⁸⁰ A validade anti-hegemônica da comunidade das vítimas.

²⁸¹ Frentes de libertação e questão dos novos sujeitos.

²⁸² DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 13.

²⁸³ Texto que trata da arquitetura para Ética da Libertação publicado antes do desenvolvimento do assunto de forma mais completa e consistente por Enrique Dussel.

²⁸⁴ DUSSEL, Enrique. *The architectonic of the ethics of liberation*. In: *Philosophy and Social Criticism* (London). Vol. 23, 3 (1997). p. 20.

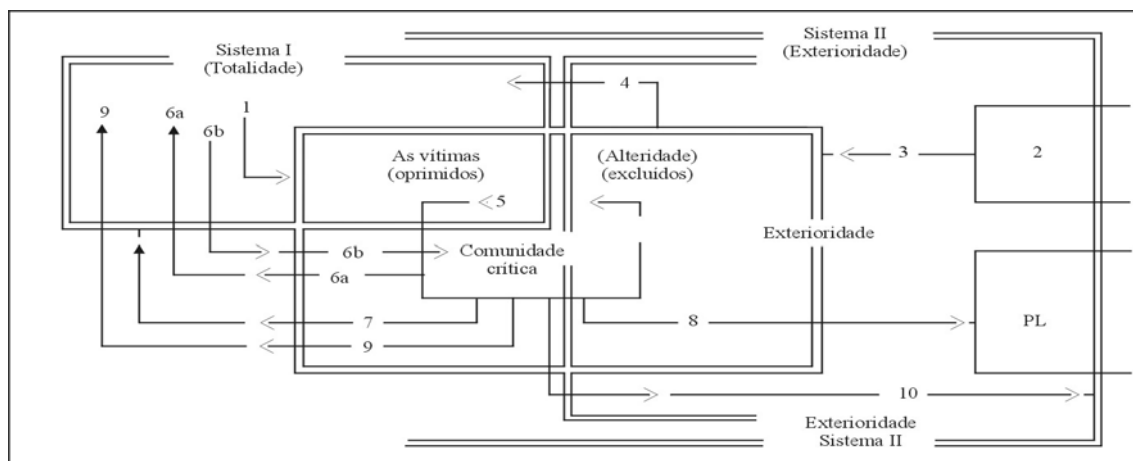
²⁸⁵ “The pure reproduction of “the Same” – as Levinas might say – can be fixation, stabilization, repetition, domination”. DUSSEL, Enrique. *The architectonic...* p. 20.

na radical negação das estruturas do sistema de *totalidade* vigente, impulsiona a desconstrução das ações, normas, instituições e sistemas de dominação e de exclusão.

Mas como se origina a práxis de libertação? (Isso para o nosso estudo é fundamental, pois explica, abstratamente, o porquê dos trabalhadores *marginais* decidirem se organizar de em cooperativas de produção – já vimos no campo da faticidade o quê motiva os cooperados em organizarem-se de forma coletiva²⁸⁶).

Para explicitar esse tema, que tem a complexidade como característica maior, valemos de um esquema do próprio filósofo que trabalhando o processo dialético de *afirmação-negação* vai propor um modelo da práxis crítica (de libertação).

Esquema 3: Um modelo da práxis crítica-dialética de afirmação e negação da crítica²⁸⁷



Comentários ao esquema: (...) Sistema I: afirmação da eticidade vigente; 1) negação originária (subsunção ou exclusão alienante); 2) afirmação ética radical dos princípios material e formal; 3) consciência ético-crítica da própria negatividade da vítima; 4) juízo ético negativo do sistema I; 5) auto-interpelação na comunidade das vítimas; 6.a) interpelação aos membros dominantes do sistema I; 6.b) compromisso militante do "intelectual orgânico"; *Comunidade crítica*: o sujeito sócio-histórico emergente; 7) compreensão dialético-hermenêutica ou explicação científica das "causas" da negação; 8) construção ou afirmação dialética de alternativas; PL: projeto de libertação antecipado; 9) negação (des-construção) da negação real do sistema I; 10) afirmação construtivo-libertadora do sistema II.

Esses dez níveis apresentados por Enrique Dussel em seu modelo para uma práxis crítica explicitam (e explicam) toda a sua arquitetônica para uma *ética da libertação*. Repare como a questão da tomada de consciência das *vítimas* e a tomada de atitude por parte desse "bloco histórico" estão intimamente relacionadas – bem como a práxis real que vislumbra a negação do sistema aparece somente em um último momento.

²⁸⁶ Motivação bem diferente da que origina o "cooperativismo" convencional.

²⁸⁷ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 308.

Em verdade, no contexto da arquitetônica proposta por Dussel, esse modelo (esquema 3) é a descrição atinente especificamente à Segunda Parte da *Ética* na qual a preocupação concentra-se nos *princípios* para a construção de um *outro* mundo. Explicando esse *processo* com mais acuidade podemos dizer (os algarismos arábicos referem-se ao esquema citado acima)²⁸⁸:

I) Em um primeiro nível produz-se, real e empiricamente, 1) a *negação originária* das vítimas (em nosso caso trabalhador desde a *subsunção do trabalho assalariado do operário no capital*, mas também é a situação vivida pelo escravo na escravidão, pela mulher objeto sexual no machismo, pela criança submetida à “pedagogia bancária”, pelos povos indígenas que têm a sua cultura negada pela Europa, etc) cujo efeito é a dominação ou exclusão, material (e até formal), como contradição da *afirmação* do sistema de eticidade vigente (e desde agora dominadora). Essa contradição fica demarcada radicalmente a partir 2) da *afirmação* da vida negada nas vítimas – é o exercício da razão ético-crítica – que 3) emerge como *consciência* ético-crítica em um desejo de viver uma vida digna, desejo de luta. Assim, e só neste momento, 4) às normas, instituições ou sistema de eticidade vigente, por serem as causas das *vítimas* como tais, são descobertos como perversos, injustos e ilegítimos – é o anúncio do juízo ético-crítico *negativo*

II) Em um segundo momento desse processo – de descoberta das causas da *negação* ao crescente desejo de mudança – deparamo-nos com a constituição simétrica de uma “comunidade das vítimas” que em intersubjetividade formal discursiva anti-hegemônica interpelam: 5) as próprias vítimas que ainda não adquiriram consciência (“interpelação intersubjetiva originária que cria solidariedade”) e que assim vão adquirindo consciência crítica, e 6) os que poderiam solidarizar-se com elas embora pertençam a outros estratos do sistema (“interpelação posterior [6a] que cria co-laboração militante como co-responsabilidade [6b]”), ampliando-se a *comunidade* com os que adotam uma nova posição prático-crítica diante do sistema. As próprias vítimas e os co-laboradores ao 7) tomarem progressivamente consciência (“conscientização teórico-prática progressiva”²⁸⁹) da natureza da causas na *negação* das vítimas do sistema – em nosso estudo: a natureza do capital que

²⁸⁸ A descrição é dada por Enrique Dussel na sua *Ética para uma filosofia da libertação*. Ibid., p. 306-309. Essa passagem será recontada aqui sem maiores preocupações metódico-científicas.

²⁸⁹ “... isto é, o momento teórico que se articula a um processo integral de libertação das vítimas: desde que estas tomam consciência (*momento 3*) até que pela práxis se “transforma” (ou se liberta) a realidade (*momento 10*), criando um novo sistema onde lhes seja possível viver e participar livremente. É uma atividade teórica sobredeterminada a partir de um momento prático ético. É o exercício da razão ético-crítica: enquanto “ética” é prática”. Ibid., p. 388 (nota de rodapé n. 82).

objetiva o *trabalho vivo* –, 8) partem para a construção de alternativas dialeticamente possíveis (“com factibilidade antecipada e *afirmativamente*”), como exercício da razão utópica.

III) No terceiro e derradeiro nível 9) desconstrutivamente se negam real e empiricamente as negações sistêmicas (“referentes ao momento 1”) das vítimas por *ações transformadoras* factíveis eticamente e 10) constroem-se realmente, segundo critérios de factibilidade ética, a partir de alternativas, o que consiste estritamente a *práxis de libertação*²⁹⁰ propriamente dita.

“O problema de saber se ao pensamento humano se pode atribuir uma *verdade objetiva* não é um problema teórico, mas um problema prático. É na prática que o homem tem que demonstrar a *verdade*, isto é, a *realidade*” (...) Assim poderíamos comentar o sentido do que significa “práxis transformativa” (...); (...) “o que se deve fazer primeiro é *compreender* (*verstanden*: a análise exigida no momento 7) esta [base terrena] em sua contradição [já que gera vítimas] e depois transformá-la praticamente eliminando a contradição... Depois de descobrir [as causas da negação da vítimas]... é preciso criticar teoricamente [momento 7] e revolucionar aquela” [momentos 9 e 10]²⁹¹.

Trata-se, pois, da emergência dos novos movimentos sociais – dentre eles o cooperativismo autogestionário. Nesses termos, qualitativamente (a partir da exterioridade das vítimas, que conscientes²⁹² passam a figurar como sujeitos de sua própria história), o “bloco histórico dos excluídos” tem um importante papel para cumprir no desenvolvimento das forças produtivas que faz mudar as relações sociais de produção. Não são poucos os teóricos que afirmam que são as vítimas, e somente elas, quando irrompem na história, que criam o novo. “A partir da exterioridade das vítimas a totalidade é subsumida (negada e assumida) e transformada”²⁹³.

Dussel procura situar a *práxis de libertação* nos marcos de uma razão que demarca os horizontes da vida: a *razão libertadora*, que tem na *factibilidade* uma importante

²⁹⁰ “Através da práxis de libertação (momento 10) “nasce” o Sistema II (do esquema referido). Ibid., p. 388 (nota de rodapé n. 77).

²⁹¹ Ibid., p. 388 (nota de rodapé n. 83).

²⁹² “A Ética da Libertação ressalta que a consciência ou o saber “afetado” (quando se é excluído) é já fruto de um processo de “conscientização” libertador”. Ibid., p. 422.

²⁹³ Ibid., p. 416.

determinação²⁹⁴. Essa razão representaria a síntese final da ação crítico-desconstrutiva e da ação crítica estratégico-prática. Essa razão não é a razão instrumental denunciada e criticada pela Escola de Frankfurt e por Hannah Arendt²⁹⁵, mas seu foco está inteiramente relacionado com as mediações do nível prático, pois, como razão estratégica, visa o êxito²⁹⁶ – haja vista que a ação política das vítimas deve ser vitoriosa, sob pena de manutenção do *status quo*.

A razão estratégico-crítica em seu exercício último ou concreto *realiza a ação transformadora*, partindo do exercício dos princípios críticos da razão prático-material e discursivo-formal, de teorias científicas críticas, dos projetos alternativos formulados, do uso da razão instrumental técnico-crítica, na realidade empírica tendo em conta o “diagramas” das “relações de poder” – para falar como Foucault, mas, em nosso caso incluindo também a macrofísica do poder²⁹⁷.

Como luta estratégica, a *práxis de libertação*, travada por excelência no campo da macrofísica do poder, exige clareza tática e precisão teórica. É nesse sentido que Marx – para isso vide o *Manifesto do Partido Comunista*²⁹⁸ – demarca o assalariado como *vítima* específica do sistema. Tal como salienta Sun-Tzu²⁹⁹ em sua *Arte da Guerra*, na luta é fundamental – verdadeira condição de possibilidade – conhecer o inimigo. Para os sujeitos ético-críticos (e co-laboradores) empenhados no desenvolvimento de cooperativas como estratégia de negação da *negatividade* do *pauper* essa discussão tem toda a importância. Ter ciência das causas que produzem a miséria da maior parte da população é necessário – é necessário ter ciência das causas que produzem a miséria dos assalariados, dos

²⁹⁴ Ibid., p. 505 e ss.

²⁹⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *A Condição Humana* (trad. Roberto Raposo, posfácio Celso Lafer). 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

²⁹⁶ “O “êxito” da razão estratégico-crítica já não é do “meio-fim” formal do sistema vigente (por exemplo a “valorização do valor” no capitalismo), mas o pleno desenvolvimento da vida (especialmente das vítimas)”. DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 506.

²⁹⁷ Ibid., p. 506.

²⁹⁸ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista* (trad. Sueli Tomazzini Barros Cassal). Porto Alegre: L&PM, 2002.

²⁹⁹ TZU, Sun, *A Arte da Guerra*. Lisboa: Editorial Futura, 1974.

desempregados, para, assim, no âmbito do movimento cooperativo evitar erros³⁰⁰ e saber superar os engodos que o utopismo e conservadorismo impõem.

Nesse sentido os *princípios* na ação militante vão ganhar toda a importância. São eles “– condições de possibilidade ética da norma, ação, subsistema, instituição ou sistema de eticidade, e *marcos* que enquadram essas “possibilidades” – que impõem à nossa atividade prática limites estritos – limites de referência³⁰¹. Dessa maneira, a *práxis de libertação* está limitada (e é efetivamente estreito esse limite) à orientação dos *princípios* que determinam as suas ações táticas e estratégicas, está limitada, pois, não só na definição dos seus fins como também dos meios a serem utilizados.

Quer dizer, não se pode fazer “qualquer ação” – nem usar qualquer meio, nem escolher qualquer fim, etc. – mas só podem ser decididos, fundamentados discursivamente, “aqueles” que sejam “possíveis” (fundados ou aplicáveis) dentro dos estreitos limites dos (...) princípios (...) Se se trata de liberar as vítimas, o “êxito” (sua libertação efetiva) dependerá, evidentemente, do cumprimento de suas condições de possibilidades e, por isso, não se pode ter “as mãos livres, quer dizer, separar a *práxis* da teoria para agir independentemente dela”³⁰².

Com essa demarcação da importância dos *princípios* – verdadeiros critérios cujo cumprimento é condição de possibilidade para a negação da *totalidade* – encerramos a nossa discussão acerca do significado da categoria *práxis de libertação*. A necessidade e a possibilidade de *libertação* das vítimas são os fundamentos desse projeto. A transformação tem como referência a observância dos princípios que determinam a *práxis* concreta, bem como o cálculo prático feito para determinar o possibilidade de transformar o sistema³⁰³. Como confrontação do *pauper* ao processo de produção comandado pelo capital, que causa a negatividade do desempregados, o cooperativismo é contemporaneamente retomado nas vias de seu projeto clássico carregado de uma principiologia que tem na reação contra o *salariato*

³⁰⁰ “Marx, tendo muito claro que a libertação dos operários será fruto da autolibertação dos próprios operários, começará a ir definindo um longo caminho para ir definindo, *no caminho*, uma estratégia que não se perca no emaranhado de posições ambíguas”. DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 510.

³⁰¹ Ibid., p. 510.

³⁰² Ibid., p. 511-512.

³⁰³ É o critério da factibilidade, que vai nos dizer que temos três temas a considerar:

“a) o juízo empírico-estratégico de fato sobre o exercício do poder histórico-concreto do sistema dominador (cujo momento mais fraco como crise acontece quando se manifesta exteriormente sua impossibilidade intrínseca

seus fundamentos: a gestão democrática, o controle do processo produtivo por parte dos trabalhadores e a repartição coletivas das sobras dos resultados do trabalho. Uma *práxis de libertação*, o cooperativismo enquanto *práxis de libertação*, deve saber integrar todos os princípios que a determina na escolha de fins, meios e métodos³⁰⁴.

Com tudo o que foi dito espera-se que fique claro que os responsáveis pela “aplicação” da *práxis de libertação* “é a própria comunidade constituídas pelas vítimas que se auto-reconhecem como dignas e afirmam como auto-responsáveis por sua libertação”^{305 306}.

No próximo item passemos a analisar como essa categoria do pensamento proposta por Enrique Dussel explica o cooperativismo de base popular (autogestionária e anti-capitalista), bem como diferencia esse fenômeno social típico da era do capitalismo financeiro com o “cooperativismo” convencional vigente no Brasil – que é legitimado pelo Direito.

3.3. O cooperativismo como *práxis de libertação*

Ao defendermos a importância da categoria *práxis de libertação* para clarear a definição do que seja o cooperativismo não é o nosso interesse resumir e simplificar a questão à mera oposição entre teoria e *práxis*. Se o entendimento feito pelo leitor até aqui foi esse deve-se ficar patente que das duas uma, ou houve um equívoco na compreensão do argumento exposto (e assim propomos que se releia o item anterior) ou falhamos na definição e exposição das mediações necessárias para a exposição dessa tão importante questão. Se a falha foi nossa queremos aqui saná-la por completo. Falar em *práxis de libertação* é situar-se no horizonte do complexo, de um movimento ana-dialético que tem a “utopia futura” como “pólo afetivo, tendencial, que mobiliza a ação. O oprimido, alienado, subsumido no capital, tem assim um “projeto de libertação” que cria o fundamento de uma *práxis revolucionária de libertação*”³⁰⁷.

Uma das principais tarefas dessa categoria é demarcar sua diferenciação da proposta utopista e do reformismo, cujas estratégias e táticas não proporcionam a *libertação* efetiva das

³⁰⁴ Mas note: não queremos ser ingênuos. Como o próprio Dussel observa (*Ética...* p. 558) a *práxis de libertação* como tática e estratégica caminha sempre sobre o fio da navalha: entre o anarquismo antiinstitucionalista e o reformismo integracionista. Com o cooperativismo não é diferente. Mas há que se sujar as mãos, ter consciência de que tal prática promove transformações *positivas* que progressivamente vão realizando a utopia possível, o projeto de libertação.

³⁰⁵ Ibid., p. 383 (grifo nosso).

³⁰⁶ “A “emancipação” é responsabilidade das próprias vítimas (“Chamo-me Rigoberta Menchú...”), com a colaboração da teoria crítica”. Ibid., p. 388 (nota de rodapé n. 205).

³⁰⁷ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 277.

vítimas, por não serem *verdadeiras, válidas e nem criticamente factíveis*. Pois é nesse estrato que se encontra o “cooperativismo” oficial brasileiro – conservador ao extremo.

No debate entre reforma e revolução a *práxis de libertação* vai representar a ruptura com essa dicotomia. Refutando o “reformismo”, e ensinando que o termo “revolucionário” não é a única possibilidade de uma *práxis crítica* – haja vista que a revolução é um momento excepcional –, a Filosofia de Libertação de Enrique Dussel vai ensinar que a *transformação* é o verdadeiro foco da *práxis concreta* das vítimas.

Quando se “transforma” uma norma, ação, subsistema ou instituição, e não somente uma situação revolucionária (que é excepcional), pode-se, de qualquer modo, exercer um critério *crítico* (ético, como veremos). A ética da libertação não propõe necessariamente e sempre *hic et nunc* a “revolução” – que é um acontecimento que se dá uma vez a cada muitos séculos num sistema de eticidade –, mas exige a “transformação” em todos os níveis, desde o mais cotidiano e em cada ocasião, sempre a partir de *um mesmo critério e princípio ético* (...), válido ainda no caso de uma revolução³⁰⁸.

Além de comprovar, mais uma vez, a importância dos princípios e critérios para a configuração de uma ação transformadora, a passagem acima transcrita é importante na medida em que evidencia que a *práxis de libertação* é uma *ação cotidiana* – uma tarefa política concreta – a ser levada a cabo pela comunidade das vítimas (com vigilância crítica).

Efetivamente a questão situa-se em um nível de complexidade maior daquele definido pela dicotomia teoria e *práxis*. “Quer dizer (...) estrategicamente, não é só necessário explicar teórica e cientificamente as “causas” da negatividade da vítima, mas também de explicar a “impossibilidade” *in the long run* do sistema dominador no tempo (...) A presença massiva de vítimas na periferia mundial e mesmo no centro, sem possibilidade de ser assumida (a miséria crescente), indica a impossibilidade do sistema”³⁰⁹.

Essa impossibilidade *in the long run* denota as contradições inerentes à lógica de produção e reprodução do sistema. Desta feita, as fraturas e a finitude da *totalidade* ficam irremediavelmente expostas. É, então, por entre as fraturas do modo de produção vigente e desde a *exterioridade* que o movimento social organizado deve insurgir e mostrar sua força,

³⁰⁸ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 578 (nota de rodapé n. 578).

³⁰⁹ Ibid., p. 562.

confrontado o sistema. “A impossibilidade que o sistema dominador não tenha contradições deve (seria perfeito, eterno) deve encorajar [a vítima] a encontrar tais fissuras por onde deverá penetrar com factibilidade objetiva a práxis de libertação”. Nesse contexto é que aparece o cooperativismo como solução dos *marginais* para continuar vivendo.

No *Método para uma Filosofia da Libertação* o nosso filósofo vai nos fornecer subsídios que nos permitem efetivamente pensar o cooperativismo como práxis de libertação. Atente para passagem a seguir.

A nova sociedade surgirá a partir das experiências, a partir dos momentos, a partir da cultura do “pleno nada”, a partir do trabalho vivo, a partir dos “pobres”, a partir da *afirmação da exterioridade*, e por orgânica conjunção *com a negação da negação* do capital³¹⁰. A nova sociedade não será pura e simplesmente realização plena do capitalismo, nem sua absoluta negação. Será novidade, pela afirmação da alteridade, e a continuidade, pelo desenvolvimento do já humano (...) do capitalismo³¹¹.

Na perspectiva do cooperativismo, esse já humano, como visto, é a exterioridade *post factum* do capital – o *pauper*, analisado no Capítulo I, enquanto desempregado, aquele que ficou de “fora” do “mundo do trabalho”. Aí a diferença do cooperativismo de base popular e o “cooperativismo” oficial do Brasil. Enquanto o primeiro representa um *novo* horizonte ontológico o segundo operar nos ditames da lógica da totalidade.

³¹⁰ DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 285.

³¹¹ *Ibid.*, p. 285.

Para Dussel a “realização plena” do conceito de Modernidade exigirá a “superação” do sistema-mundo de eticidade vigente, em um projeto que o filósofo denomina de “Trans-Moderno” (“ou de inclusão da Alteridade negada: a dignidade e identidade das outras culturas, do Outro previamente en-coberto; para isso será preciso matizar ou negar a própria premissa maior, o “eurocentrismo”). Assim, Dussel na obra *1492*, ao esclarecer o significado da *trans-modernidade*, vai nos deixar um ensinamento de grande valia: a diferenciação entre o projeto transmoderno e pós-moderno na crítica à modernidade. A citação abaixo é esclarecedora:

“Portanto, não se trata de um projeto pré-moderno como afirmação folclórica do passado; nem de um projeto antimoderno de grupos conservadores, de direita, de grupos nazistas ou facistas ou populistas; nem de um projeto pós-moderno como negação da Modernidade como crítica de toda razão, para cair num irracionalismo niilista. Deve ser um projeto “transmoderno” (e seria então uma “transmodernidade” por *subsunção real* do caráter emancipador racional da Modernidade de sua Alteridade negada (o “Outro” e não a Modernidade), por negação de seu caráter *mítico* (que justifica a inocência da Modernidade sobre suas vítimas e por isso se torna contraditoriamente irracional)”. DUSSEL, Enrique. *1492...* p. 78-79, 187.

Desde a exposição do método analético ficou demarcado que a crítica à *totalidade* só pode ser efetuada desde a *exterioridade*, de modo que não fazer isso é ideologia³¹². Se (com Dussel) estamos corretos, e a negação da totalidade (*a negação do trabalho assalariado como subsumido a capital*) só se pode dar a partir da afirmação da exterioridade analética, o único movimento coletivista digno de receber a alcunha de práxis de libertação é o cooperativismo que surge desde a práxis concreta dos afetados pela *objetivação do trabalho vivo*.

O *sujeito da práxis de libertação*³¹³ é o sujeito vivo, necessitado, natural, e por isso cultural, em último termo a vítima, a comunidade das vítimas e os co-responsavelmente articulados a ela. O “lugar” último, então, do discurso, do enunciado crítico, são as vítimas empíricas, cujas vidas estão em risco³¹⁴.

Inserido na lógica da reprodução e acumulação capitalista, o “cooperativismo” representado pelo “sistema” OCB e legitimado na Lei do Cooperativismo ao situar-se *dentro* do horizonte do capital – pois determinação da “doutrina cooperativista” acima criticada –, coloca-se como incapaz de proporcionar a promessa por ele declamada, qual seja a de “correção do meio econômico” e a “promoção de um sistema não lucrativo de produção e substituição”³¹⁵.

Ora, quando tratamos da mutação sofrida pelo *trabalho vivo* quando o trabalhador torna-se força de trabalho (via sujeição ao contrato de trabalho) esperamos ter deixado qual é a causa a ser negada pela ação das vítimas no movimento de negação da *negação*. É insuficiente (em verdade, ideológico!) pensar que o mero “self-help” vai garantir a construção de uma *nova* totalidade onde caibam todos, é necessário um sem número de outras mediações para a “cooperação” seja considerada como instrumento da transformação: ser *práxis de libertação*.

³¹² “Marx, repetidamente, mostra a impossibilidade *teórica* de uma subjetividade teórica de uma crítica a partir da posição *prática* de uma subjetividade teórica (...) articulada em sua práxis ao interesse ou ao *ser* do capital”. DUSSEL, Enrique. *Método...* p. 282.

³¹³ Essa discussão acerca dos novos sujeito históricos é também central.

³¹⁴ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 530.

³¹⁵ Baseado no “self-helf”. PINHO, Diva Benevides. *Cooperativas e Desenvolvimento Econômico: o cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil* (Boletim n. 289. Cadeira de Economia Política e História das Ciências Econômicas n. 7). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: São Paulo, 1963. p. 25.

PARTE II – CRÍTICA DA REGULAÇÃO DO COOPERATIVISMO

Iniciamos aqui a segunda parte da pesquisa. O objetivo agora é estabelecer, ainda nos marcos da Filosofia da Libertação, um exame crítico da regulamentação das cooperativas constante na legislação brasileira – o Direito Cooperativo tupiniquim –, notadamente da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, também conhecida como a “Lei do Cooperativismo”: trata-se, em última análise, de colocar em xeque a ordem jurídica vigente, na medida em que esta, como subsistema da lógica da *totalidade* capitalista, tem como única função garantir a “legalidade da injustiça”. O ponto central de nossa argumentação será defender que *regulação* do cooperativismo pelo Direito Positivo brasileiro não qualifica adequadamente³¹⁶ o *ente* que deveria regular: o cooperativismo proposto pelos trabalhadores enquanto *exterioridade* (trabalho *vivo*) organizada ético-criticamente em uma *práxis de libertação* que nega o salariado no processo de trabalho – verdade que comprova (mas em um nível de complexidade maior do que denuncia Lamartine Côrrea de Oliveira³¹⁷) a crise do paradigma jurídico hegemônico e aponta para a necessidade de construção de um *outro* paradigma normativo. O “sistema de direito” *vigente* ao invés de constatar o que *é* a realidade social (explicando-a) insiste em situar-se na ordem do *dever-ser* (ideológico), refugiando-se em uma torre inalcançável de um velho castelo alicerçado em mitos que servem precisamente para a manter e reproduzir o *status quo*.

Um sistema de direito é uma disposição ordenada, coerente, dotada de uma lógica própria de regras chamadas normas. Esta ordenação jurídica distingue-se por uma característica fundamental: dizer o que se deve fazer, o que se deve ser e não constatar o que é. Assim se encontra a norma jurídica inteiramente num domínio que escapa à ordem do ser para se situar na ordem do dever ser, de acordo com o uma classificação célebre [de Hans Kelsen em *Teoria Pura do Direito*]³¹⁸.

³¹⁶ Lembre dos ensinamentos do Professor Lamartine exposto nas primeiras páginas desse trabalho.

³¹⁷ Sobre a regulação das relações sociais pelo direito trataremos com mais detalhe no item 4.2, quando convidaremos para o debate Michel Mialle com a *Critique du Droit* e Óscar Correias com a *Crítica do Direito*.

³¹⁸ MIAILLE, Michel. *op. cit.* p. 87.

Tal como todo o processo de tomada de consciência por parte das *vítimas*, haja vista a constatação da falta de legitimidade do “sistema de direito”³¹⁹ *vigente* aos olhos dos *sujeitos sem-direito*, é hora de empreender um pensar *analético* sobre o tema da *regulação* na Filosofia do Direito.

Cumprida a tarefa mais árdua dessa pesquisa³²⁰, qual seja a definição de um apropriado marco analítico (*material*) para identificação do cooperativismo enquanto tal (*popular*) – ganhando destaque os sujeitos concretos envolvidos com o movimento (o *pauper*), os *princípios* da autogestão e o entendimento do cooperativismo enquanto *práxis de libertação* –, podemos, com todo o rigor científico, iniciar a tecer juízos de valor acerca do tratamento efetuado pelo discurso jurídico e do direito hegemônicos no Brasil em relação ao *ente* que o Direito (Cooperativo) deve adequadamente regular. Veremos que aquilo que o discurso do direito vigente (ou mais precisamente, o *sentido ideológico* do discurso do direito³²¹) diz que é o “cooperativismo” em nada se assemelha ao que o cooperativismo *é* de fato: o argumento, pontual e específico, é que a atual legislação permite (e assim incentiva) a presença do assalariado no interior das “cooperativas” brasileiras. O regime do *salariato* nas organizações coletivistas de trabalho fere de morte o *projeto* cooperativista, enquanto *exterioridade*.

Iniciaremos a discussão (Capítulo IV) tratando o Direito desde uma perspectiva analética – dialética entre *positividade* e *negatividade*. Essa mediação tem propósito de, na esteira do que orienta o método proposto para esta pesquisa, definir o movimento que dirige a *práxis de libertação* no “campo jurídico”³²²: a negação da *negação* a partir da afirmação da *positividade*. Não é o nosso intento aqui “inventar a roda”, em essência essa discussão há tempos já é travada pela já ampla tradição dos pensadores críticos do Direito como Antônio Carlos Wolkmer, Michel Miaille, Óscar Correas, Roberto Lyra Filho, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, etc na cruzada empreendida contra a sobrevivência das teses do positivismo jurídico. A proposta de “juridificar a Filosofia da Libertação”³²³ também não é nova como comprova os trabalhos de Celso Ludwig, José Carlos Moreira da Silva Filho e, mais uma vez, Antônio Carlos Wolkmer, para citar apenas pensadores brasileiros.

³¹⁹ Veremos o que essa categoria significa para Enrique Dussel (in *Hacia una Filosofía Política crítica*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001).

³²⁰ Parte I – *O que é o cooperativismo*.

³²¹ Trataremos de enunciar esta categoria adiante.

³²² Naquilo que Celso Ludwig denomina de “práxis jurídica alternativa”. LUDWIG, Celso. *A alternatividade...*

³²³ A expressão é proposta por José Antônio de la Torre Rangel (*Unnaturalismo, Personalismo y Filosofía de la Liberación: una visión integradora*. Sevilla: Editorial MAD, 2005).

Determinado o significado do Direito, em geral, enquanto *negatividade*³²⁴, passaremos a identificar o Direito Cooperativo, em específico, como tal; é assim que passamos a discorrer sobre a complexa e problemática relação que se impõe entre o discurso do direito das cooperativas hegemônico³²⁵ (lógica formal, subsumida ao sistema de *totalidade* vigente) e a prática concreta do movimento cooperativista (lógica material, as *vítimas* organizadas enquanto *práxis de libertação*), na qual o segundo é terminantemente negado pelo primeiro: o Direito deixa de cumprir sua função social atestando sua crise e apontando para a necessidade da superação do paradigma normativo hegemônico (Capítulo V). Como objetivos específicos deste capítulo procuraremos demonstrar o limite da atual legislação cooperativista brasileira que com seu discurso cogente nega em vários níveis os princípios do cooperativismo, fundamentalmente quando permite o trabalho assalariado no interior das cooperativas.

Por fim, e já como Conclusão dessa pesquisa, a partir da constatação do Direito Cooperativo como subsistema da *totalidade* que é o capitalismo, retomaremos a discussão acerca do significado da configuração das *negatividades* do/no Direito. Constatada a *negação*, e explicada teórico-criticamente as causas do “mal originário” no “campo jurídico”, torna-se urgente a elaboração, por parte das vítimas e de seus co-laboradores, de estratégias e táticas que real e empiricamente vislumbrem a negação da *negação*, na construção de um *novo* (outro) paradigma normativo que tenha como compromisso ético e fundamento definitivo a consecução da *justiça*; trata-se da construção de um *Direito futuro* que de uma vez por todas deve ser para todos.

³²⁴ Subsistema da lógica de *totalidade*.

³²⁵ Bem como dos comentários acerca dos enunciados normativos.

CAPÍTULO IV – UM OLHAR ANALÉTICO SOBRE O DIREITO

“... o Direito vigente é muito mais expressão de injustiça e opressão que de justiça (...) a injustiça instalada em nossa sociedade latino-americana não é porque não se aplica o Direito, mas sim resultado da própria aplicação do Direito vigente”.

(Jesús Antonio de la Torre Rangel).

4.1. Por uma definição do direito: o “sistema de direito” em Enrique Dussel

É questão complexa delimitar os momentos *positivo* e *negativo* em relação ao Direito. Temos a exata noção do terreno movediço no qual propomos adentrar. Em última análise tratamos da nada simples questão, que há tempos é empreendida pelos maiores pensadores da humanidade, de refletirmos acerca do tema: *o que é o Direito?*

Sem querer polemizar este assunto, que não é nosso objeto de estudo imediato, mais uma vez nossos aportes serão as categorias filosóficas propostas por Enrique Dussel em sua Filosofia da Libertação, que proclama uma opção pelas *vítimas* desde o âmbito filosófico, na negação do eurocentrismo que caracteriza o pensamento da Modernidade³²⁶ – e que caracteriza, assim, também, o Direito *Moderno*.

O Direito no pensamento de Enrique Dussel vai merecer um tratamento sistemático³²⁷ quando o filósofo propõe-se a teorizar o político³²⁸ (“que subsume o ético como suas condições de possibilidade e constituinte originário em quanto político”). Graças a íntima relação com o ético, o político também vai ser tratado pelo filósofo em uma complexa arquitetura que tem como finalidade demarcar os seus diversos níveis de generalidade. Aquilo que Dussel denomina de “sistema de direito” é inserido em um segundo nível (*nível B*) dessa arquitetura, naquilo que se denomina de os “sistemas formais procedimentais do exercício legítimo do Poder político” na ordem das *mediações sistêmicas*³²⁹.

O surgimento e a manutenção do “sistema de direito” estabelece uma função específica dentro do sistema político, qual seja a de constituir a referência formal ou a

³²⁶ Sobre o tema recomendamos a leitura da obra DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt* (trad. Jaime A. Clasen). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

³²⁷ Ainda que em um grau de generalidade demasiadamente amplo, como observa o próprio autor.

³²⁸ Cf. *Hacia una filosofía política crítica...* p. 145 e ss

³²⁹ Cf. *Ibid.*, p. 148.

institucionalização das regras do jogo democrático (os direitos e deveres = leis) de uma determinada comunidade política³³⁰. A ciência jurídica é tratada desde uma perspectiva de “desenvolvimento”, marcada pelo diálogo³³¹ entre os “diversos direitos”. Diferente do que certos setores da teoria crítica do direito advogam³³², para a Filosofia da Libertação o “sistema de direito” em uma sociedade futura (uma *nova totalidade*) não desaparecerá. Trabalhar a juridicidade em muita perspectiva crítica (de *libertação*) não implica em uma postura antinormativista. Não. Uma filosofia jurídica de libertação tem um importante papel a cumprir quando, orientada pela Ética e pela Política de libertação, refunda a normatividade (o corpo do direito e das instituições do Estado), tornando-a responsavelmente “aberta” para o reconhecimento da interpelação das *vítimas* que clamam por *justiça*, por “novos direitos”³³³. Mas, é verdade, ainda estamos muito longe dessa realidade na qual a transformação do “sistema de direito” *vigente* e a incorporação de *novos direitos* ocorram pacificamente, e não por meio de luta e enfrentamento entre os movimentos sociais e o *stabilishment*. O conflito de classe é ainda uma das características fundamentais da sociedade capitalista³³⁴, com grande expressão na esfera jurídica. Em relação à configuração do “sistema de direito vigente”, para Dussel, o problema seria que esse sistema está pautado em uma pretensão de legitimidade na qual as leis, já que (supostamente) decididas em comum acordo, valem indistintamente para todos. Como salienta o filósofo latino-americano isso é problemático, haja vista que “Evidentemente está a se tratar de um problema de ‘validez’ (*Gultigkeit*) formal, e não de ‘verdade’”³³⁵.

Tal como já esclarecido, é desde a *negatividade material* que se descobre igualmente a *negatividade formal*, ou de Direito. Quando o juízo de verdade material constata a existência de *vítimas* geradas pelo “sistema de direito” *vigente*, aos olhos desses sujeitos negados – no exercício da razão ético-crítico – esse subsistema de *totalidade* passa a ser enxergado como injusto e ilegítimo, e por isso precisa ser transformado. As vítimas do “sistema de direito”

³³⁰ Ibid., p. 150.

³³¹ Ainda que marcado pelo conflito e carregado de *negatividades*.

³³² Wolkmer vai nos ensinar que para a teoria jurídica marxista (cuja figura maior é Pashukanis) “o Direito burguês é ‘o único Direito possível no verdadeiro sentido da palavra’, uma vez que não se poderá falar em ‘(...) Direito socialista proletário no período transnacional da ditadura do proletariado’”. WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 157.

³³³ Um Direito “aberto”, responsável dialógica e diacronicamente pelo *outro*.

³³⁴ Cf. HADDAD, Fernando. *Trabalho e Classes Sociais*. (Mimeo).

³³⁵ DUSSEL, Enrique. *Hacia una filosofía política crítica...* p. 150

existente seriam os *sem-direitos* e os que aos olhos desse subsistema de totalidade *não têm sido re-conhecidos como di-ferentes*³³⁶.

Ao experimentar e tomar consciência da condição em que vivem – o estado-de-não-direito – essas *vítimas* passam reclamar a inserção de “novos” direitos ao “sistema de direito vigente”, que nesse movimento se transforma em *antigo*, dando passagem a um *novo sistema de direito* cuja instituição é fruto exclusivo das suas reivindicações e lutas enquanto movimento social organizado³³⁷.

A incorporação de “novos” direitos ao “sistema de direito”, ou a eclosão do “sistema de direito” *vigente*, que agora se transforma em “antigo”, por um *novo sistema de direito* é fruto, não tanto da explicitação de um direito natural todavia não descoberto, senão que a institucionalização de um “novo” direito descoberto pelas vítimas “sem-direito” fruto da maturidade histórica própria ao desenvolvimento da realidade humana (e da consciência política), do processo civilizatório da comunidade política particular ou da humanidade em geral. Tal “descobrimento” não é fruto nem de um estudo teórico nem de um voluntarismo de certos movimentos messiânicos. É fruto da consciência crítico-política dos grupos que sofrem em sua dor os efeitos negativos de estado-de-não-direito de uma dimensão humana cuja maturidade histórica desenvolveu *mas que o direito não inclui* como exigências que demandam tutela pública. A negatividade material (a miséria, a dor, a humilhação, a violência sofrida, etc.) indica o “sem-direito” como um “buraco” negro dentro do “sistema de direito”³³⁸.

Mais uma vez resta comprovado que é somente a partir da *exterioridade* das *vítimas* que está o gérmen do novo. Essa máxima não escapa ao Direito.

Haja vista o *princípio da imperfeição*, a bipolaridade entre o “sistema de direito vigente” e a necessidade de inclusão de “novos direitos” pelas vítimas (que faz surgir o *novo* direito),

³³⁶ Ibid., p. 165.

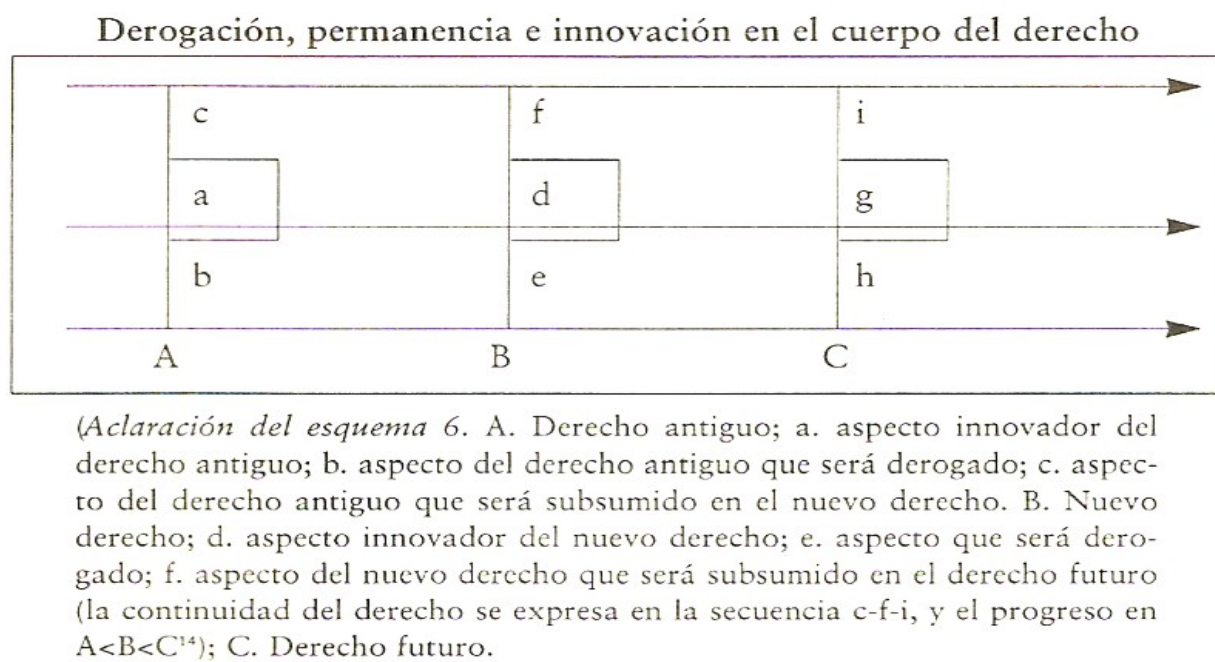
³³⁷ “A comunidade das vítimas – entre as quais os Novos Movimentos Sociais como o feminismo, o ecologismo, etc; e os antigos Movimentos Sociais como os sindicatos operários, Movimentos Políticos com os dos países pós-coloniais, os Movimentos culturais das grandes civilizações negadas pelo processo de globalização, etc. – toma progressivamente consciência da não existência institucional de certos direitos que começam a sentir como possíveis em sua práxis emancipatória. A *transformação* do sistema de direito em que os sujeitos excluídos, oprimidos, ou simplesmente as vítimas, ao alcançar a maturidade suficiente passam de objetos dominados a sujeitos, subjetivação que os fazem aparecer na história como *atores* de movimentos sociais transformadores (as vezes revolucionários)”. Ibid., p. 166.

Sobre a importância dos Novos Movimentos Sociais (NMS) para a construção de um *outro* paradigma normativo conferir a interessante obra de José Carlos Moreira da Silva (*Filosofia Jurídica da Alteridade*. 1ª ed., 2ª tir. Curitiba: Juruá, 1999).

³³⁸ DUSSEL, Enrique. *Hacia una filosofía política crítica...* p. 153. (sem o grifo no original).

vai gerar o que o Dussel denomina de “*proceso de deslegitimación e nova legitimación*”³³⁹, que seria a dinâmica característica de toda a tradição da história do direito. Tal como as rupturas paradigmáticas propostas por Thomas Kuhn em sua explicação acerca das revoluções científicas, para Dussel a passagem de um direito antigo (A) para um novo direito (B) – e no limite para o direito futuro (C) – não se processa de forma meramente mecânica, mas sim por uma total reconstrução de sentido do Direito. Tal dinâmica opera-se (como indica o esquema abaixo) em três lógicas: a da *derrogação*, da *permanência* e da *inovação no corpo do direito*. Dessa maneira, quando o processo de legitimação do novo direito vigente estiver terminado conclui-se igualmente a deslegitimação do sistema de direito antigo, e nessa relação o novo direito vigente subsume todos os direitos que na ordem anterior não tenham perdido a sua validade neste processo de legitimação causada pelas *frentes de libertação* desenvolvidas pelos indivíduos e grupos “sem-direitos”.

Esquema 4: a gênese do direito na Filosofia Política crítica. – derrogação, permanência e inovação no corpo do direito



Essa contribuição trazida pela Filosofia da Libertação é importante, pois nos auxilia a compreender o que é o Direito – o “sistema de direito” –, a sua dinâmica e o papel dos

³³⁹ Ibid., p. 155 e ss.

(que por ser auto-referencial aparelha o Estado contra os interesses e ações dos novos movimentos sociais: constituindo uma conjuntura marcada pela *ilegalidade ilegítima*) (que por ser um processo de deslegitimação derroga o direito antigo por serem claramente contraditórios)

movimentos sociais na configuração deste sistema formal que instrumentaliza o exercício do poder político: fundamentalmente para a compreensão de inovação no corpo do direito.

Definindo a juridicidade como um processo histórico, e por isso, necessariamente, mutável, faz-se necessário situar a correlação de força existente entre o *pauper* em sua *práxis de libertação* (o cooperativismo) no progressivo processo de legitimação dos novos direitos descobertos por esse “bloco histórico dos excluídos” (a vida digna na defesa do *trabalho vivo*); direitos que ao serem impostos como luta pelo re-conhecimento irão acarretar no processo de deslegitimação do “sistema de direito” *vigente* (capitalista), que desde o passado é sustentado unicamente pelo Poder comandado pelo capital.

Este nos parece ser um caminho seguro para pensar a *regulação* do cooperativismo pela legislação vigente. A “juridificação da Filosofia da Libertação”, segundo nas fala Jesús Antonio da la Torre Rangel, é a mais original e inovadora proposta de epistemologia crítica no âmbito da ciência jurídica³⁴⁰ uma vez que permite à comunidade científica³⁴¹ (dos juristas) a ampliação e o enriquecimento da compreensão atinente ao fenômeno da juridicidade no atual momento histórico – notadamente nos países da periferia do sistema, cuja marca é a vitimização de maior parcela da população e a existência de um direito que fomenta a injustiça. A tradição do pensamento jurídico crítico latino-americano incorpora paulatinamente o pensar analético; e, assim, desde a perspectiva de inclusão da alteridade negada, na medida em que se desvenda no “campo jurídico” o valor da dimensão política na definição do “sistema de direito” (que tem como função “legalizar a injustiça”), vem-se conseguindo negar o domínio reduzido e limitado que o Direito oficial mantém³⁴². Desde uma “práxis jurídica da alteridade” vislumbra-se uma mudança de sentido ideológico e orgânico da juridicidade, que passa a ser compreendida e aceita desde a formação social de onde é produzida. É o anúncio de um “Direito futuro”³⁴³ que primando pelo *pluralismo* deve ser capaz de denunciar todas as *totalidades* objetivas geradas como efeitos não intencionais do sistema-mundo vigente.

³⁴⁰ WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. p. 62.

³⁴¹ No sentido trabalhado por Thomas S. KUHN (in *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000 (Coleção Debates).

³⁴² David Sanchez Rubio, José Maria Seco Martínez e Juan Carlos Suárez Villegas. *Estudio preliminar*. In: *Unaturalismo, Personalismo y Filosofía de la Libéracion: una visión integradora*. Sevilla: Editorial MAD, 2005. p. 17.

³⁴³ Que deverá estabelecer-se como procedimento formal receptor do justo. David Sanchez Rubio, José Maria Seco Martínez e Juan Carlos Suárez Villegas. *Estudio preliminar*. In: *Unaturalismo, Personalismo y Filosofía de la Libéracion: una visión integradora*. Sevilla: Editorial MAD, 2005. p. 18.

Se a Filosofia da Libertação propõe um repensar de toda a filosofia (lógica, ontológica, estética e politicamente) desde o *outro* – do oprimido, do pobre, do “não-ser” –, a incorporação deste pensar pelo Direito irá desencadear um processo de crítica radical aos fundamentos do sistema jurídico vigente, que desde a *exterioridade* passa a ser enxergado como parte integrante da totalidade instrumental – subsistema do sistema de *totalidade* vigente, pois gerador de *negatividades*. “O direito objetivo, a justiça, a lei, a normatividade, é parte da totalidade instrumental, integra um subsistema”³⁴⁴.

O conflito começa quando vítimas de um sistema formal vigente não podem viver, ou foram excluídas violenta e discursivamente de tal sistema; quando sujeitos sócio-históricos, movimentos sociais (p. ex. ecológico), classes (operários) marginais, um gênero (feminino), raças (as não brancas), países empobrecidos periféricos etc., tomam consciência, se organizam, formulam diagnósticos de sua negatividade e elaboram programas alternativos para transformar tais sistemas vigentes que se tornaram dominantes, opressores, causa de morte e exclusão. Para esses novos sujeitos sócio-históricos a coação “legal” do sistema vigente (que causa sua negação e os constitui como vítimas) deixou de ser “legítima”. E deixou de sê-lo, em primeiro lugar, porque tomam consciência de não terem participado do acordo original do sistema (e por isso começa a deixar de ser “válido” para eles); e, em segundo lugar, porque em tal sistema essas vítimas não podem viver (por isso deixa de ser uma mediação factível para a vida dos dominados). Ante a consciência ético-comunitária crítica da comunidade de vida e comunicação das vítimas dita coação se torna *ilegítima*. Todo uso de força *contra os novos direitos*, que se vão manifestando histórico-progressivamente aos próprios olhos das vítimas, agora já não será para eles “coação *legítima*” mas estritamente violência: uso de força contra o direito do Outro, sem validade nem consistência objetiva (será a força destruidora da “exclusiva reprodução” do sistema vigente, mas não a reprodução e desenvolvimento da vida humana)³⁴⁵.

Em nossa argumentação tratamos a *negatividade* do “sistema de direito” *vigente* mais na perspectiva de apontar que em tal sistema as vítimas não podem viver, do que criticar a falta de participação dos sujeitos negados na constituição do acordo original do sistema que instrumentaliza a exercício do poder da comunidade política.

Em que consistiria a exigência ético-filosófica que tem na *exterioridade* a fonte originária para um projeto de vida onde caibam todos? O que fundamenta a construção de um

³⁴⁴ RANGEL, Jesús Antônio de la Torre. *op. cit.* p. 144.

³⁴⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 546-547.

“Direito futuro” encarado como instrumento de luta e mudança social? Trata-se de uma exigência de justiça, fundada na alteridade³⁴⁶.

E se o Direito ainda tem como finalidade a obtenção da Justiça devemos aqui reforçar o critério de justiça invocado por Franz Hinkelammert, para quem o conceito de justiça deve ser buscado a partir do conceito de injustiça³⁴⁷. Dessa maneira o Direito deve ser voltado para quem não o tem, ou seja, por aqueles que sofrem injustiças, pelo pobre, pelos *sem-direitos* e por aqueles que aos olhos desse subsistema de totalidade *não têm sido re-conhecidos como diferentes*.

Dizíamos que o outro provocava a justiça exigindo seus direitos, pelo simples fato de ser outro. Na alienação a totalidade não respeita o direito do outro, só o Direito que ela mesma definiu. Para o sistema totalizado *a justiça não é senão a habilidade de dar ao poderoso aquilo que é retirado do débil sob uma aparência de legalidade..* É como diria o próprio Dussel em outra de suas obras: “a legalidade da injustiça”. *Para o bem ético do centro que era Kant, a legalidade era a concordância objetiva do ato com a lei, e sua moralidade o querer cumprir a lei pelo dever... Que são os valores de um Scheler, e suas hierarquias, senão mediações de um projeto ocidental que os fundava...?... As éticas da lei, da virtude, dos valores, do fim (seja télos, finis ou a constituição nacional kelseniana, é dizer; teológicos ou positivos) são encobridores de seu próprio mundo e sistema*³⁴⁸.

No subsistema de *totalidade* que é o Direito as *vitimas* são consideradas os sujeitos *sem direitos* (os que não têm direitos institucionalizados, reconhecidos, vigentes) e os indivíduos ou grupos que *não tem sido re-conhecido como di-frente* pelo discurso jurídico e do direito hegemônicos, certos cidadãos que são excluídos do exercício de *novos direitos* que o “sistema de direito” *vigente* não vai jamais incluir.

Firmado esse marco conceitual podemos iniciar o debate acerca do que seja o momento *positivo* e *negativo* do direito, ou seja, aquilo que representa o *aspecto inovador do direito futuro* e o *aspecto do direito antigo que será derogado*. Pensar o direito analeticamente é compreender esse movimento de transformação e contribuir para a entrada em vigor do *novo* Direito.

³⁴⁶ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...*

³⁴⁷ *Vide infra.*

³⁴⁸ RANGEL, Jesús Antônio de la Torre. *op .cit.* p. 147

4. 2. Os momentos positivos e negativos do direito

4.2.1. O momento positivo: filosofia jurídica da alteridade

O professor José Antônio de la Torre Rangel³⁴⁹ defende que o Direito possui, pelo menos, duas facetas: 1) dependendo da capacidade ou incapacidade de proteção aos direitos dos grupos humanos menos desfavorecidos ele pode apresentar-se sobre a faceta da *utilidade*, como instrumento de luta; 2) quando serve de instrumento de legitimação do sistema de *totalidade* estabelecido (e, portanto, serve aos interesses das classes, dos atores e dos grupos mais poderosos) sua marca característica é da *inutilidade*.

O mero juízo descritivo de verdade material, que atesta a existência de *negatividades* vivenciada pela maior parcela de habitantes do planeta, comprova que a faceta predominante do Direito Moderno é a segunda, “*porque o Direito vigente é muito mais expressão da injustiça e opressão que da justiça (...) a justiça instalada em nossa sociedade latino-americana não é decorrente da não aplicação do Direito, mas sim resultado da própria aplicação do Direito vigente*”³⁵⁰.

Em virtude da *inutilidade* com que o Direito hegemônico aparece aos olhos da *vítima*, Antônio Carlos Wolkmer, constatando que o puro formalismo jurídico (o monismo estatal centralizador) desconsidera o funcionamento de uma sociedade concreta, vai denunciar a “crise e (...) esgotamento do modelo jurídico liberal-individualista, que não oferece respostas satisfatórias (eficazes) aos reclamos político-sociais de segurança e certeza no atual estágio de evolução das sociedades complexas e conflitivas de massas”³⁵¹.

Eduardo Novoa Monreal deixa claro, em *O Direito como obstáculo à transformação social*, que o Direito (como “ciência” que é), por ser elaborado sobre a base de postulados que correspondem à uma etapa histórica que se mostra superada (pois fracassada) – o individualismo e o patrimonialismo burgueses – mostra-se inteiramente incapaz de perceber a sua obsolescência e de reagir³⁵². Sob as bases *desse* Direito atualmente existente, forjado pelo paradigma do positivismo jurídico, é impossível vislumbrar a “juridicidade” como um instrumento de verdadeira *utilidade* para a construção de uma sociedade onde caibam todos.

³⁴⁹ Obra citada.

³⁵⁰ Ibid., p. 13. Citado por David Sanchez Rubio, José Maria Seco Martínez e Juan Carlos Suárez Villegas.

³⁵¹ WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. p. XVI.

³⁵² MONREAL, Eduardo Novoa. *op. cit.* p. 55-56.

O Direito dos Estados Nacionais, e isso notadamente nos países da periferia do sistema, tem a tarefa de manter intacta as estruturas de controle sobre os indivíduos.

O Direito vigente apresenta-se como discurso de poder, em um mundo marcado pela crença na autoridade racional-legal. Transforma-se, facilmente, em instrumento manipulável que frustra as aspirações dos menos privilegiados e permite o uso de técnicas de controle e dominação acessíveis apenas a uns poucos especialistas. À frente desse emprego perverso (para o povo) do mecanismo jurídico, vamos encontrar a figura do Estado, titular do *poder de coerção* e controlado por uma “elite” dominante – minoria privilegiada herdeira da vontade de dominação do conquistador, e protegida pelo “Direito” contra a ação da massa despossuída. Esse *monopólio da violência legítima*, sempre se apresentou supostamente legitimado por um *ordenamento jurídico* (autoridade racional-legal) comprometido, bem como por uma plêiade de “juristas” que, por malícia ou ingenuidade, colocaram-se (e ainda se colocam) como verdadeiros parceiros da injustiça institucionalizada³⁵³.

Óscar Correias concorda com essa posição. Para ele “o estado nunca produziu normas que tenham como objetivo a melhoria do nível de vida dos setores desprotegidos e empobrecidos de nossos povos. Portanto, toda a tentativa de fazer acreditar que o estado – esta ficção a que atribuímos “vontade” – produz normas para beneficiar os pobres, é uma apologia do poder que atua sempre em proveito dos setores beneficiários da pobreza da maioria”³⁵⁴.

Radicalizar o processo deslegitimação do “sistema de direito” *vigente* tendo em vista a negação das *negatividades* das *vítimas* e a defesa de sua *exterioridade*, eis o desafio.

As *negatividades* geradas pelo paradigma jurídico hegemônico denotam que a “instância jurídica”³⁵⁵ *vigente* está subsumida á essência do sistema de *totalidade* – o *capital* –, já que as leis, como regras sociais ditadas pelo Poder Público³⁵⁶, são a cabal expressão dos interesses de

³⁵³ ALMEIDA, Dean Fábio Bueno de. *América Latina: Filosofia Jurídica da Alteridade*. In: Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina. Antônio Carlos Wolkmer (org.) São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001. p. 78.

³⁵⁴ “Isso não quer dizer que o *uso* destas normas não possa ser benéfico para os setores dominados”. CORREAS, Óscar. *op. cit.* p. 260.

³⁵⁵ Veremos com Michel Miaille mais adiante o que esta categoria do pensar significa.

³⁵⁶ É o monismo estatal criticado por Wolkmer em sua obra *Pluralismo jurídico...*

classes dominantes. Neste sentido tem razão Dussel³⁵⁷ quando define o “sistema de direito” *vigente* como um sistema de “legalidade da injustiça”.

Sendo a marca o Direito Moderno a *injustiça*³⁵⁸ – é o Direito como subsistema de uma lógica de *totalidade* geradora de *negatividades*! – nos orienta o movimento *ana*-dialético que um *outro* paradigma normativo deve ser construído desde um “não-lugar”, um “não-ser” que é a *exterioridade*.

Trata-se, pois, de indicar, desde a *exterioridade*, quais os aspectos *inovadores* que devem ser subsumidos ao “sistema de direito” vigente, transformando-o em *novo* (outro) – e assim negar as *negatividades* geradas por esse (dessa forma, antigo) subsistema.

Esse percurso teórico-prático vem sendo empreendido no Brasil por autores como Celso Ludwig, Antônio Carlos Wolkmer, Dean Fabio Bueno de Almeida e José Carlos Moreira da Silva Filho. Todos autores críticos que pensam a epistemologia jurídica desde um *outro* lugar, dos excluídos que clamam por justiça – da *exterioridade* como *fonte axiológica de existência de justiça*.

Celso Ludwig deixa expressamente clara a necessidade de transformação do direito vigente quando, ao questionar-se acerca de *quem* se situa na exterioridade do sistema (e quem *no sistema* é alienado e oprimido), conclui que “A libertação implica, portanto, partir de um novo sujeito histórico, o “bloco social dos oprimidos” (pois não tem lugar na Totalidade dominadora), mas tem realidade”³⁵⁹. Para ele a afirmação da *exterioridade* (o momento positivo) como ponto de partida da reflexão no âmbito do discurso jurídico e do direito é condição de possibilidade para, analeticamente, constituir uma alternatividade que propicie o uso do ordenamento jurídico voltado para o atendimento dos interesses dos menos favorecidos. O desenvolvimento teórico-prático de uma “filosofia jurídica da alteridade” representaria, epistemologicamente, um avanço em relação à teoria crítica tradicional, na medida em que o Direito pensado em uma perspectiva de libertação teria mais a contribuir para um “movimento” que vislumbre a insurgência de um *novo* direito.

A opção pelas temáticas da *alternatividade* e *exterioridade* atinente ao fenômeno da juridicidade não tem outra razão de ser que não o favorecimento da emancipação das classes

³⁵⁷ Na obra *Hacia una filosofía crítica*, citado por Rangel. *op. cit.*

³⁵⁸ E lembre-se do conceito de justiça aqui utilizado.

³⁵⁹ LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 115.

populares através do direito. Essa postura ético-crítica-teórico-filosófica vai acarretar na proposta de se organizar um discurso que situe a opção pelo pobre/oprimido (no nosso caso, especificamente o *pauper*), que tem em sua reserva de *exterioridade* a possibilidade de distinção em relação ao *mesmo* que é *totalidade*, e por isso mesmo afirmar a possibilidade de transformação. Para Ludwig “o alternativo, aqui caracteriza-se como o “alter” do direito oficial³⁶⁰, mesmo que em conflito com esse, a partir das lutas das comunidades (...) visando a construção de um caminho de libertação”³⁶¹.

Outro pensador que nos dá algumas pistas para a refletirmos o processo de transformação entre o *antigo* e o *novo* direito é Antônio Carlos Wolkmer. Sua contribuição teórica é fundamental para podermos compreender, e assim favorecer, o processo de derrogação do aspecto *negativo* do direito (–antigo) que será revogado e a subsequente instituição do *novo* “sistema de direito”. Com ele, na perspectiva de construção de um Direito pensado desde e para a América Latina, continuamos avançando na tarefa de desmistificação das velhas estruturas alienantes e na viabilização do avanço de alternativas democráticas e libertárias³⁶².

Irrelutante na defesa da identidade cultural e da autonomia existencial da América Latina, na mais perfeita tradição do que apregoa a Filosofia da Libertação, para o autor que agora comentamos a reconstrução de um projeto latino-americano genuíno é tarefa obrigatória a ser empreendida, pois somente essa manifestação de saber é capaz de instrumentalizar a ruptura com as práticas de poder hegemônicas. É a inserção do fenômeno da juridicidade (crítica, de *libertação*) neste processo histórico que nos interessa apreender. “Trata-se de buscar concepções e estratégias que, rompendo com a cultura opressora, partam da resistência e dos valores dos oprimidos; dos excluídos que, agora libertos de toda servidão, tornam-se agentes que assumam ‘seu próprio objetivo de vida’”³⁶³.

Inspirada na “práxis concreta” das *vítimas* do sistema que são os latino-americanos, o “critério” fundante do *novo* “sistema de direito” deve ser “a defesa dos princípios básicos de

³⁶⁰ Citando Amilton Bueno de Carvalho, Ludwig vai dizer o “Direito que vigora busca perpetuar a dominação, enquanto a alternatividade é o outro lado da moeda: luta pela emancipação da maioria da população. É alternativa contra a opressão que o jurídico tenta (e tem conseguido) impor”. LUDWIG, Celso. *A alternatividade jurídica...* p. 132.

³⁶¹ Ibid., p. 133.

³⁶² WOLKMER, Antônio Carlos. *Fundamentos da Crítica no Pensamento Político e Jurídico Latino-Americano*. In: Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina. Antônio Carlos Wolkmer (org.) São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001. p. 2.

³⁶³ Ibid., p. 4-5.

vida humana, da liberdade e da justiça”. E aqui algo importante deve ser ressaltado: esse *Direito futuro* tem como tarefa histórica contribuir para o desenvolvimento de mecanismos concretos de atuação que impliquem na mudança das micro e macro estruturas de poder vigentes. Trata-se, pois, de um Direito que tem sua raiz no ser humano, da juridicidade como um potente instrumento de uma *frente de libertação* que se legitima na exata medida em que anuncia a luta dos excluídos por seus direitos *desde-sempre* negados. Pautado nessas premissas Wolkmer pode falar, então, de uma “filosofia jurídica da alteridade” que ao incorporar a alteridade negada das *vítimas* “possibilita a verdadeira descoberta do Outro, um Direito que revela acima de tudo a dignidade do Outro, que o respeita e o protege. O Direito voltado para a libertação deixa de legitimar e assegurar o interesse dos setores sociais dominantes ‘(...) para transformar-se no instrumento vivo da humanização da sociedade latino-americana (...)’”³⁶⁴.

É (...) imprescindível ter como ponto de partida para qualquer reflexão sobre o direito e justiça a inclusão do paradigma da vida humana. Na óptica das premissas norteadoras da ética da libertação, Enrique Dussel adverte a imperatividade da vida humana para o desenvolvimento e a instauração de uma realidade social, justa, que venha a restaurar “(...) a dignidade da vida da vítima, do oprimido ou excluído”. Essa perspectiva da alteridade, que prioriza o ser humano concreto, manifesta-se na fundamentação crítica de uma outra juridicidade e na condição real de emergência de novos direitos essenciais. Desse modo, diante dos grandes paradigmas da tradição ocidental (ser, conhecer e comunicação) Dussel apresenta, na transposição da totalidade excludente e na dimensão, agora, da exterioridade libertadora, elementos críticos de uma ética centrada no “outro”, base para repensar a questão de justiça e dos direitos humanos³⁶⁵.

Tal como Antônio Carlos Wolkmer, reconhecendo o quão necessário para a reflexão acerca do direito é a inclusão do *princípio material*³⁶⁶ enunciado pela Filosofia da Libertação de Enrique Dussel – que afirma a produção, reprodução e desenvolvimento da vida concreta de cada sujeito com o conteúdo ético de toda a práxis e de toda o projeto de vida futuro –, Dean Fábio Bueno de Almeida vai desenvolver a proposta de construção de um Direito genuinamente latino-americano a partir da ruptura com a *práxis jurídica da dominação*, ou seja, da superação dos esquemas formalistas tradicionais e do paradigma juspositivista, que

³⁶⁴ Ibid., p. 35-40.

³⁶⁵ Ibid., p. 36-37.

³⁶⁶ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 143.

faz com que o Direito se configure como uma instância completamente distanciada da realidade concreta, “incapaz de compreender a complexidade do ‘Outro’ enquanto absolutamente o ‘Outro’”³⁶⁷.

Em virtude da gênese de constituição (conquista!) da América Latina (que explica o fato do Direito latino-americano optar por servir aos interesses do poder hegemônico em detrimento da defesa dos direitos da vida humana do *ser* latino), é que o autor propõe uma reorganização do fenômeno jurídico, “permitindo a transposição de uma *práxis* jurídica da dominação para uma *práxis* jurídica da libertação”. Está a se tratar da superação da condição de *exterioridade negada* da América Latina, do Direito latino-americano. Não é isso o movimento analético?

Amparada na necessidade de se pensar o Direito a partir da realidade concreta vivenciada pelos sujeitos negados, uma nova racionalidade passa a orientar a compreensão da juridicidade na América Latina. Dessa maneira, no sentido da favorecer as diferentes *frentes de libertação*, a ciência jurídica deve abandonar uma visão do Direito vinculada ao “discurso da absoluta legalidade [que] proscree o pensar, [e] reprime o saber e o fazer”³⁶⁸ (a racionalidade do ‘dominador norte-atlântico’ faz a lei em desprezo a um discurso que diz o direito³⁶⁹); deve-se abandonar um concepção de “sistema de direito” na qual se acredita que “todas as soluções” encontram-se gravadas na lei como se fosse possível toda a riqueza e complexidade social estar descrita em um mero texto elaborado pelos homens³⁷⁰.

Conseqüentemente, qualquer tentativa de se propor uma alternativa ao modelo de Direito vigente na América Latina deve partir de uma profunda reformulação epistemológica, uma verdadeira ruptura com o paradigma clássico moderno. Nesse sentido, não é suficiente a mera reinterpretação ou descoberta, impondo-se a presença de uma sincera disposição de *criar novos pressupostos*³⁷¹.

³⁶⁷ ALMEIDA, Dean Fábio Bueno de. *América Latina: Filosofia Jurídica da Alteridade*. In: *Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina*. Antônio Carlos Wolkmer (org.) São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001. p. 47 e ss.

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 71.

³⁶⁹ *Id.*

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 77.

“... os conceitos jurídicos passam a constituir formas de redução simplificadas da realidade, ou seja, impõe-se uma inversão metodológica onde se passa do conceito para a realidade, abandonando a riqueza desta última. Implanta-se um positivismo dogmático e estático e comprometido exclusivamente com os interesses de uma elite bem relacionada com o poder, onde sua legitimidade mais do que nunca depende da manipulação da “crença” (fé) da sociedade em uma suposta autoridade racional-legal”.

³⁷¹ *Id.* (grifo nosso)

Pensado analeticamente, um Direito de Libertação nega o formalismo juspositivista, recusa a identidade ideológica do Direito reduzido à Lei, e assim flerta com uma proposta do *pluralismo jurídico* como um *novo* paradigma normativo. É o direito comprometido com o bloco histórico dos excluídos, rompendo com as amarras da burocratização em prol de uma autogestão social. É uma verdadeira revolução paradigmática que vislumbra o “sistema de direito” “responsável-por”³⁷², “rompendo com a ordem vigente, enquanto ordem injusta, excludente, destruidora”³⁷³. São os “diversos direitos” existentes na realidade social que caracterizam a complexidade do fenômeno jurídico. A juridicidade não pode ser reduzida na forma da lei ditada pelo Estado. Respeitar a alteridade negada é respeitar o direito do outro, ou melhor, o *outro direito* – não fazer isso é reproduzir a lógica da totalidade que enxerga o *outro* como *o mesmo*. Um Direito de Libertação deve estar “aberto” diante da complexidade dos fenômenos sociais para assim proteger as *frentes de libertação* que clamam pelo reconhecimento e pela eficácia dos direitos exigidos por cada comunidade concreta na exigência ética de produzir e reproduzir a vida humana de cada sujeito.

Essa visão de uma filosofia jurídica da alteridade, que tem no pluralismo jurídico um porto seguro para o reconhecimento dos processos de legitimidade dos movimentos sociais em sua luta pela incorporação de *novos direitos* ao “sistema de direito”, é trabalhada por José Carlos Moreira da Silva Filho em sua obra *Filosofia Jurídica da Alteridade*.

Em sua obra citada, o referido autor propõe, desde os referenciais teóricos propostos por Dussel, em uma rica e valiosa discussão de filosofia e sociologia jurídicas críticas, explorar a conexão existente entre as ações concretas dos Novos Movimentos Sociais (NMS) – em suas lutas pela *satisfação das necessidades humanas fundamentais* – e o “pluralismo jurídico comunitário-participativo”³⁷⁴. “Aproximar especificamente o direito extra-estatal produzido no âmbito dos Novos Movimentos sociais ao aporte filosófico de Dussel, seja através do

³⁷² “Aquele que ouve o lamento e o protesto do outro é comovido na própria centralidade do mundo: é descentrado. O grito de dor daquele que não podemos ver significa para alguém mais do que algo. O alguém significado por seu significante: o grito nos exorta, exige que assumamos sua dor, a causa do grito. O “tomar sobre si” é fazer-se responsável. Responsabilidade tem relação não com responder-a (uma pergunta), mas com responder-por (uma pessoa)”. DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação* (trad. Luiz João Gaio) 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999. p. 66. Citado por ALMEIDA, Dean Fábio Bueno de. *América Latina: Filosofia Jurídica da Alteridade*. p. 82-83.

³⁷³ Ibid., p. 81.

³⁷⁴ De Antônio Carlos Wolkmer.

sujeito (o “povo”) ou das necessidades humanas fundamentais, é uma tarefa relativamente inédita”³⁷⁵.

Dessa forma, buscou-se demonstrar a pertinência das reflexões que procuram aproximar o direito ao instrumental filosófico desenvolvida pela Filosofia da Libertação dusseliana, no sentido de buscar um postulado ético que determine como critério preferencial não a rentabilidade do capital, mas a satisfação das necessidades humanas fundamentais (...) ou a preferência pelo reconhecimento do direito ao trabalho, que permita a todo o homem o acesso aos bens que saciarão as suas carências fundamentais (...) ³⁷⁶.

Chamando a atenção para que o fenômeno da juridicidade seja observado desde os fenômenos sociais concretos, o jovem jurista denuncia a importância de se considerar a exigibilidade de direitos subjetivos mesmo se opostos à norma legal estabelecida pelo ordenamento jurídico estatal³⁷⁷. Na perspectiva de um “pluralismo jurídico comunitário participativo” ganha importância o critério de que são os grupos sociais que afirmam os direitos que querem ver efetivados³⁷⁸ (na medida em que *a*) esses direitos são fundamentais para a satisfação das necessidades humanas e, *b*) os próprios sujeitos se sintam possuidores dos mesmos). Falamos assim dos direitos que, via de regra, além de não serem reconhecidos pela lei positiva são ainda negados por uma ordem (formal!) de “legitimação” da injustiça.

Na perspectiva de indicar o *novo* no processo de transformação qualitativa do “sistema de direito” *vigente* (é a descoberta do *momento positivo* do direito), da proposta apresentada por José Carlos Moreira da Silva, podemos ressaltar a importância de se respeitar os movimentos sociais como fonte de direito. Apostando nos ensinamentos sugeridos por Jesús Antônio de la Torre Rangel³⁷⁹ o autor vai dizer que os movimentos sociais – como novos sujeitos de direito – geram o pluralismo jurídico, na medida em que são criadores de uma juridicidade distinta daquela que se produz desde a emanção da legislação e do julgo estatal.

³⁷⁵ SILVA, José Carlos Moreira da. *op. cit.* p. 266.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 265.

³⁷⁷ Haja vista que desde a necessidade (ética) de afirmação da *exterioridade* os critérios de exigibilidade dos direitos passam a ser erguidos em um horizonte que ultrapassa a mera exigência legal.

³⁷⁸ “... ao se defender a juridicidade dos Novos Movimentos Sociais, afirmar-se que o critério de definição de necessidades será em função do contexto localizado, de cada grupo em questão, de cada movimento social”. *Ibid.*, p. 244.

³⁷⁹ “Desde mi punto de vista, la importancia de este uso de la juridicidad por los pobres, lo constituye el hecho de presentar alternativas a la lógica del Derecho dominante, porque lo desmitifica y prefigura un nuevo tipo de relaciones sociales. Implica la maduración de ciertos sectores de la sociedad civil, que van gestando una rede de relaciones sociales distintas, a la formación social imperante de dominantes y dominados. RANGEL, Jesús Antonio de la Torre. *Los pobres...* p. 6 (citado por SILVA, José Carlos Moreira da. *op. cit.* p. 224).

A passagem a seguir transcrita descreve bem a radicalidade da proposta em relação ao paradigma jurídico hegemônico, naquilo que se denomina de a “reapropriação do poder normativo pelos pobres” (processo detonado pelas diferentes *frentes de libertação*):

Os pobres são o objeto a que se refere a juridicidade como direito insurgente, e isso em dois sentidos: como uso alternativo do direito, seja fazendo efetivas muitas disposições jurídicas vigentes que beneficiam os pobres, seja interpretando-se alternativamente a norma (em que se procura eliminar o sentido ideológico originalmente atribuído à norma); e como reapropriação do poder normativo, no qual se questiona o monopólio pelo Estado na produção de normas, reconhecendo a sua “criação” pelos pobres³⁸⁰.

Contrário à ordem jurídica que se identifica com a *totalidade* – e assim instrumentaliza a dominação³⁸¹ – insurge o *novo direito* como expressão da reação organizada desde “os de baixo”, o “bloco histórico dos oprimidos”. Essa juridicidade pautada pelos movimentos sociais deve ter a função única e fundamental de organizar a dissidência quando denuncia a injustiça e propõe um (*novo*) “sistema de direito” cujas fórmulas possam ser materializadas institucionalmente para realizar o justo³⁸².

Na medida em que a *exterioridade* passa a ser o ponto de partida e de chegada da Filosofia do Direito – uma “filosofia jurídica da alteridade” – as lutas empreendidas pelos diferentes movimentos sociais reivindicatórios (*práxis de libertação*) são re-significadas filosófica e juridicamente; somente assim é que se afirma o reconhecimento dos direitos produzidos no espaço do enfrentamento desencadeado pelas *vítimas* em movimento “como via de acesso à exterioridade representada pelas pessoas que padecem da carência na satisfação de necessidades humanas fundamentais”³⁸³.

Essas diferentes abordagens acerca de um Direito de Libertação mostram como, contra-hegemonicamente, o Filosofia do Direito pode contribuir para a transformação do “sistema de direito” *vigente*. Temos demarcado, assim, o aspecto *positivo* do Direito. Como ensina a

³⁸⁰ Ibid., p. 224.

³⁸¹ “O paradigma científico que instrumentaliza a legalidade instrumental-individualista e formal positivista, encontra-se ultrapassado e incapaz de abranger a complexidade social inerente ao final do século XX, caracterizada pela multiplicidade de conflitos classistas e inter-classistas. Nesse sentido, sobressai a pertinência da discussão acerca dos fundamentos de uma nova cultura no direito, que admita e compreenda a produção jurídica extra-estatal”. Ibid., p. 251.

³⁸² Cf. FILHO, José Carlos Moreira da. *op. cit.* p. 241.

³⁸³ Cf. FILHO, José Carlos Moreira da. *op. cit.* p. 260.

analética de Dussel esse é um passo importante, mas ainda insuficiente. Agora, abordar e descobrir as *negatividades* atinentes ao tema que debatemos é a tarefa urgente a ser empreendida. Rumamos para o desvendamento do “mal originário” no Direito, e a elucidação do movimento da *práxis de libertação* a ser empreendido, que tem na negação da *negação* a partir da afirmação da *positividade* a estrutura genética da qual não pode fugir.

4. 2. Momento negativo: subsistema da totalidade

Passamos agora a discorrer sobre o *momento negativo* do direito, a configuração do “sistema de direito” *vigente* como subsistema da *totalidade* geradora de negatividades. Trata-se de desvendar como (e porque) o “sistema de direito” *vigente* é caracterizado pela soberba de enxergar os fenômenos sociais concretos desde o *mesmo* que é a *totalidade*. É verdade que em várias passagens dessa pesquisa tal assunto já foi abordado. Empreenderemos agora uma reflexão mais profunda e elaborada e respeito desse tema: o esclarecimento da função precisa que o *fetichismo jurídico* e a *ideologia jurídica* cumprem na produção e reprodução das relações de troca que permitem lógica de acumulação capitalista³⁸⁴.

Não podemos perder de vista o que já foi discutido na primeira parte da pesquisa, tratamos do mesmo movimento metódico quando agora estudamos a ciência jurídica: a *analética*. Como assevera Dussel o pensar crítico por excelência refere-se à descoberta e ao desvendamento das causas da *negatividade*. No direito são várias as abordagens desse tema. As contribuições que expomos aqui de autores como Jesús Antônio de la Torre Rangel, Carlos Antônio Wolkmer e Celso Ludwig (só para citar alguns) comprovam a existência dessa corrente crítica no estudo da ciência jurídica. A importância da demarcação do momento *negativo* está em apontar aquilo que deve ser transformado por uma *práxis de libertação no direito*.

Neste item, optamos por tratar a crítica do Direito – a descoberta do “mal originário” – desde as reflexões propostas por dois autores: Michel Mialle e Óscar Correias. Ao nosso entender as obras *Introdução crítica ao Direito* e *Crítica da Ideologia Jurídica* são duas obras fundamentais para o estudo ora proposto, na medida em que são certeiras em *evidenciar o “sistema de direito” vigente* – o paradigma jurídico positivista-formalista (e seus a-críticos

³⁸⁴ Óscar Correias vai falar que a ideologia jurídica e do direito – que são a expressão do direito capitalista – tem como gênese e função a salvaguarda das relações capitalistas de produção. *op. cit.*

meta-discursos) – *como parte integrante do mecanismo de produção, reprodução e acumulação da riqueza no modo de produção capitalista*. Com a identificação do aspecto a ser revogado no direito hegemônico avançamos no sentido de trabalhar o fenômeno da juridicidade desde uma perspectiva analética (de *libertação*).

Começemos com Miaille.

4.2.1. O fetichismo jurídico e a reprodução do sistema capitalista

A despeito do abandono das teses iniciais sustentadas por Michel Miaille no que diz respeito à defesa de uma “ciência jurídica verdadeiramente científica”³⁸⁵, duas das mais importantes contribuições trazidas por esse autor para o estudo do direito continuam inabaladas em sua *Introdução Crítica*. Falamos aqui da 1) denúncia da falácia que é a definição do direito como ciência normativa centrada exclusivamente no estudo do direito positivo e 2) da identificação da *instância jurídica* como a categoria explicativa para se pensar o que é o direito.

Da primeira contribuição retiramos que o “mundo jurídico” não pode ser verdadeiramente conhecido e compreendido a partir de si mesmo. Na medida em que o real-concreto-do-mundo-lá-fora é coisa diversa e muito mais complexa do que está codificado, a juridicidade deve ser encarada em relação a tudo o que permitiu a existência de determinada regra de conduta e fará seu futuro possível³⁸⁶. A ciência jurídica, como toda ciência social, deve ter um papel explicativo, superando em muito a capacidade meramente descritiva do paradigma jurídico hegemônico. “Este tipo de análise desbloqueia o estudo do direito do seu isolamento, projecta-o no mundo real onde ele encontra o seu lugar e a sua razão de ser, e, ligando-o a todos os outros fenômenos da sociedade, torna-o solidário da mesma história social”³⁸⁷.

Já que a juridicidade é um fenômeno complexo, o estudo desse fenômeno deve ser tratado como tal. A ciência do direito deve ser tratada em sua complexidade, fugindo das fórmulas simplistas e das “explicações” auto-referenciais: a ciência jurídica tradicional “limita-se a ser uma apresentação, exhaustiva em alguns casos, por amostragem representativa

³⁸⁵ WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico* p. 36-41.

³⁸⁶ MIAILLE, Michel. *op. cit.* p. 23.

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 23.

noutros, das regras e instituições”³⁸⁸. Com o pensador da *Critique du Droit* não tratamos mais da noção de “ciência jurídica” que hoje alcança *status* de ‘senso comum teórico dos juristas’. Desde a teoria crítica do direito há a necessidade de se estabelecer uma teoria intimamente relacionada com a prática, com a realidade social. Estabelecendo definitivamente a vinculação entre o discurso jurídico e do direito com as relações sociais concretas este autor vai nos auxiliar em muito na reflexão acerca da regulação do cooperativismo pelo Direito Positivo, pois reforça e dá novos contornos ao critério que até o momento vimos utilizando no qual o Direito deve adequadamente qualificar o fenômeno social que intenta apreender.

O fenômeno da *regulação* das relações sociais pelo Direito Moderno é uma atividade que deve merecer maior atenção dos juristas e demais cientistas sociais, pois o paradigma normativo hegemônico mais do que simplificar a realidade trabalha na tarefa de falseá-la³⁸⁹.

O que é espantoso aos “juristas” tradicionais, haja vista que treinados como autômatos nas técnicas jurídicas, é total falta de reflexão *sobre* os textos de lei com o qual operam. Qual é o conteúdo da lei? Qual é o seu sentido e sua função? Que papel cumpre na sociedade? Representa um determinado diploma legal algum interesse de classe, ou o texto de lei é neutro? Quem elabora as leis, e por que motivo o faz? O que leva homens e mulheres concretos a acatar uma determinação legal que nada tem que ver com a realidade histórica de um determinado agrupamento social³⁹⁰?

A medida em que consegue dar respostas (ou ao menos pistas) para a solução dessas indagações é que a categoria de *instância jurídica* comprova seu grande poder explicativo, e possibilita uma verdadeira revolução no estudo acerca da regulação dos fenômenos sociais pelo Direito. O Direito deve ser capaz de dizer o que as relações sociais *são* e não o que eles *devem-ser*. Assimilado como um conjunto de norma de *dever-ser* o Direito passa a ser visto ou como obrigação ou como “instrumento de medida”, que como a moeda³⁹¹ nas trocas capitalistas não tem outra função se não a de esconder as verdadeiras relações sociais que ocorrem sob o véu dos enunciados de *dever-ser*.

³⁸⁸ Ibid., p. 27.

“... a ciência jurídica tal como é praticada habitualmente, não é mais do que uma formalização, uma espécie de racionalização de textos jurídicos mais ou menos homogêneos e compatíveis entre si”.

³⁸⁹ Adiante veremos como Óscar Correias trabalha esta problemática.

³⁹⁰ Exemplo: obrigar que a cultura indígena (que é poligâmica) se renda à relação marital monogâmica, pois tal é a conceituação de casamento no Código Civil. Para mais *vide* ZANONI, Eduardo. *El concubinato*. Buenos Aires, de Palma, 1970.

³⁹¹ Cf. MARX, Karl. *O capital*. Capítulos I, II, III e IV.

Se desde o início fica patente na produção teórica de Mialle a necessidade de ligação íntima entre o Direito e a realidade social, com a incorporação da *instância jurídica* na estrutura do pensar fica evidente a trama (verdadeira dependência) das regras de direito com as diversas expressões históricas da vida em sociedade. “*Porque em definitivo trata-se de saber porque é que dada regra jurídica, e não outra, rege dada sociedade, em dado momento. Se a ciência jurídica apenas nos pode dizer como essa regra funciona, ela encontra-se reduzida a uma tecnologia jurídica perfeitamente insatisfatória. Temos direito de exigir mais dessa ciência, ou melhor, de exigir coisa diversa de uma simples descrição de mecanismos*”³⁹².

Por que o nosso Direito é esse e não outro? Por que a legislação civil do Brasil é essa e não outra? Por que a legislação cooperativista brasileira é essa e não outra? A definição de *instância jurídica* proposta pelo jurista francês ajuda a consideravelmente explicar essas indagações. Com a leitura da longa transcrição abaixo fica evidenciado que a produção das regras de Direito nada mais é do que *decorrência da produção de instrumentos necessários ao funcionamento e à reprodução de um determinado modo de produção* da vida social – é por isso que Mialle, propondo uma mudança de terreno epistemológico, vai parar de tratar o “<<direito>> no sentido geral de um sistema de regras” e vai se referir apenas à uma *instância jurídica*, cujas características são definidas pelo modo de produção hegemônico da sociedade (que no caso dele, e do nosso, é o capitalismo).

Todos os manuais que querem fazer a introdução do conhecimento do direito utilizam sempre o termo único de <<direito>>, qualquer que seja o sistema de direito utilizado. Sem querer, logo à partida, comete-se um erro fundamental, porque são agrupadas sob essa designação realidades muito diferentes. Demonstrarei que o <<direito>> como sistema de regras não tem, na sua existência e no seu funcionamento, nem na ideologia que suscita, o mesmo sentido numa sociedade feudal ou numa sociedade capitalista. *É pois incorrecto não tomar em consideração estas diferenças.* O conceito de instância jurídica dá conta desta necessidade. O próprio termo indica que *se trata de uma parte do todo e que portanto não tem valor ou não é compreensível senão em função de deste todo*; mas, por outro lado, significa que este todo, sendo um dos modos de produção teoricamente definidos, *dá a esta instância um lugar, uma função, uma eficácia particulares.* Funcionando o sistema de regras jurídicas de modo diferente seguindo os modos de produção, é pois necessário abandonar radicalmente a imagem de um <<fenômeno jurídico>> que atravessaria as épocas e as sociedades, sempre igual a si próprio³⁹³.

³⁹² MIALLE, Michel. *op. cit.* p. 23.

³⁹³ Ibid., p. 84. (sem o grifo no original).

Assim, para Miaille a *instancia jurídica* – ou “mais precisamente a região jurídica da instância político-jurídica” – é definida como o “*sistema de comunicação formulado em termo de normas para permitir a realização de um sistema determinado de produção e trocas econômicas e sociais*”³⁹⁴. Mas qual a importância da definição do direito como *instancia jurídica* para o esclarecimento do “sistema de direito” *vigente* como subsistema da lógica de *totalidade*?

Essa contribuição teórica é fundamental, pois evidencia o “sistema de direito” *vigente* como característico e determinado pelo modo de produção capitalista. Os fundamentos e princípios jurídicos deixam de ter uma base universal e passam a ser vinculados a uma base espaço-temporal historicamente determinada: como Miaille nos fala o <<direito>> do modo de produção feudal é diferente do <<direito>> do modo de produção capitalista, que por sua vez será diferente do <<direito>> de um modo de produção para além-do-capital. Essa concepção de direito permite desvendar o que há de oculto no discurso jurídico e do direito hegemônicos, que por serem ideológicos contribuem para a manutenção do “sistema de direito” como instrumento que serve unicamente para “legalizar a injustiça”.

Para não ser acusado de mecanicista na sustentação desse argumento tentaremos tratar da configuração do “sistema de direito” *vigente* como subsistema da totalidade com todo o cuidado.

Começemos com investigação das principais características do direito atual. Grande parte dos “manuais” de ensino do Direito é unânime em sustentar que as principais características do direito atual (que dessa forma o diferencia das instâncias jurídicas das formações históricas anteriores) são a *abstração* e a *generalidade*. De fato, “em nenhum outro modo de produção da vida social o direito possui esta hegemonia e esta abstração”³⁹⁵. Não é à toa que o Direito é definido pelo senso comum como um conjunto de normas estabelecidas pelo poder político que se impõem e regulam a vida social de um dado povo com o intuito de

³⁹⁴ Ibid., p. 96.

³⁹⁵ Ibid., p. 96.

“Não é pois um carácter específico do <<direito em geral>>, como fazem pensar actualmente os autores da doutrina. Bem pelo contrário, estudos particulares esclarecem que os sistema jurídicos das sociedades arcaicas é um sistema compartimentalizado, fundado na casuística, na situação individual”.

obter o equilíbrio social, impedindo as desordens e os delitos³⁹⁶. Mas por que motivo, então, o Direito Moderno tem essas características?

A preocupação com as “classificações jurídicas” (ex: sujeito de direito, direito subjetivo, direito objetivo, direito público, direito privado, hierarquia das leis, etc) parece ser o campo por excelência da ciência do direito. Segundo a tradição da teoria jurídica tradicional – o paradigma juspositivista do Direito – as classificações são apresentadas e assimiladas pelos “juristas” sem que sejam necessárias muitas explicações, são facilmente tidas como “naturais”. Via de regra, as classificações e conceitos jurídicos são aceitos em virtude da autoridade do discurso, ou seja, *a priori* interessa *quem* o pronuncia: a Lei, o emérito professor, o Tribunal etc. O fato de tal “saber técnico” ser, “cientificamente”, tido como lógico e racional consolidam a incorporação desta “racionalidade” no imaginário coletivo em relação ao Direito.

Acostumados a pensar o Direito de forma a-crítica³⁹⁷, ninguém discute a função precisa que estas “construções” jurídicas (historicamente definidas!) desempenham no seio de nossa sociedade: garantir ideológica e (jurídico-)institucionalmente o funcionamento da sociedade capitalista capitaneada pela produção e reprodução de determinado sistema de trocas.

O que há mais <<construído>> que uma classificação³⁹⁸ que toda a gente sabe ser uma ordem que permite dominar intelectualmente o real simultaneamente móvel e caótico?³⁹⁹

Rumo à definição da *instância jurídica* da sociedade capitalista, ciente de que o real é mais complexo que a teoria (e assim aquele é determinante desta, e não o contrário), e explicitando toda a importância do debate político acerca do tema da *regulação*, Michel

³⁹⁶ DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. 11. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 243.

³⁹⁷ Sendo o Direito é sinônimo de lei, e que quem opera o direito é somente o “advogado”.

³⁹⁸ “As categorias jurídicas como produto do pensamento humano representam um recorte possível do real, determinado por um segmento social focado numa determinada situação e num tempo histórico. O fato de o processo científico de produção do conhecimento ser construído pelo pensamento humano faz com que as categorias jurídica não sejam definitivas, mas que sejam passíveis de serem transformadas a qualquer tempo.

Esse forma de refletir a categoria é uma tentativa de se afastar de como ela vem sendo tratada pelo Direito, que constrói à sua maneira, deslocada da realidade social. Para Bourdieu, o Direito cria as coisas e os grupos, tal o seu poder simbólico”. SHIRASHI NETO, Joaquim. *op. cit.* p. 65

³⁹⁹ MAILLE, Michel. *op. cit.* p. 140.

Miaille vai acusar o *fetichismo jurídico* como uma importante armadilha a ser combatida pela teoria crítica do direito⁴⁰⁰. Declaradamente inspirado em Marx, a categoria fetiche é utilizada pelo jurista francês no sentido de “um objecto ao qual são atribuídas características extraordinárias”. Se para o primeiro o fetichismo fora trabalhado no desvendamento do que é a mercadoria nas relações de produção capitalista, para o segundo é a *norma* que vai ser trabalhada no sentido de revelar que o “sistema de direito” *vigente* esconde as verdadeiras relações sociais da economia capitalista.

Na Primeira Parte da pesquisa tivemos a oportunidade de observar que o modo de produção capitalista determina uma específica forma de organização social ao nível da produção e comercialização de mercadorias. Naquele momento ficou comprovado que as relações de produção e comercialização na economia capitalista, tal como definida pela Economia Clássica, escondem as relações sociais de exploração que se dão entre os indivíduos – o encontro *face-a-face* do *trabalho vivo* com o capitalista. Para a economia burguesa o plano econômico seria caracterizado por relações entre coisas, que por serem equivalentes poderiam ser trocadas sem o menor pudor. A novidade agora é compreender a ligação existente essa base econômica e a *instância jurídica* da sociedade capitalista. É dessa aproximação que teremos a explicação que do que hoje em dia é o Direito. *No discurso jurídico e do direito hegemônicos o aspecto ideológico da explicação clássica da economia aparece invertido* – a relação que se daria entre coisas ganha “aparência” de relações interpessoais –, evidenciando o porquê da natureza e do funcionamento do Direito Moderno.

Para explicar o que realmente é o Direito, Miaille vai dizer que *a mercadoria na esfera econômica tem o mesmo papel que a norma na esfera jurídica*⁴⁰¹. A citação abaixo explica essa assertiva do pensador francês:

O fetichismo da norma e da pessoa, unidos doravante sob o vocábulo de único de direito, faz esquecer que a circulação, a troca e as relações entre pessoas são na realidade relações entre coisas, entre objectos, que são exactamente os mesmos da produção e da circulação capitalistas. E, de facto, no mundo do direito tudo parece passar-se entre as pessoas: as que mandam e as que obedecem, as que possuem, as que trocam, as que dão, etc. Tudo parece ser objecto de decisão, de vontade, numa palavra, de Razão.

⁴⁰⁰ Ibid., p. 86 e ss.

⁴⁰¹ Ibid., p. 94.

Jamais aparece a densidade de relações que não são queridas, de coisas às quais os homens estariam ligados, de estruturas constrangedoras mas invisíveis⁴⁰².

Lendo o mundo a partir do Direito vigente a realidade aparece repleta de sujeitos exatamente iguais. Vimos anteriormente que é a desigualdade e não a igualdade é o fator característico da sociedade capitalista. Nesse sentido explica-se o porquê de serem as características do formalismo jurídico a generalidade e abstração das normas jurídicas, pois é esse mecanismo que permite à instância jurídica da sociedade capitalista *representar a unidade social de maneira ao mesmo tempo real e imaginária*⁴⁰³. A ambigüidade que essa última colocação engendra não pode confundir a leitura que devemos fazer da *regulação* jurídica. Como determinação de um modo de produção eivado de contradições intrínsecas não soa como absurdo algum que tais ambigüidades sejam transferidas da esfera infra-estrutural para a sua *instância jurídica* – a legislação de uma sociedade vai reproduzir as contradições sociais vivenciadas por ela⁴⁰⁴. A longa citação a seguir transcrita é esclarecedora.

É necessário captar esse ponto. As relações econômicas e sociais capitalistas existem realmente segundo o tipo de organização que o capital implica mas, efectivamente também existem as relações jurídicas que exprimem e, veremos, as reproduzem. Nesse sentido, as relações jurídicas não são pura imaginação: existem, têm uma materialidade indiscutível, tão real como as instituições do aparelho do Estado que lhe estão ligadas, tais como a justiça, a polícia, a administração. Mas ao mesmo tempo (...), as relações reais estão ocultas por todo um imaginário jurídico: *o direito designa e desloca ao mesmo tempo os verdadeiros problemas*. Este imaginário é o da pessoa sujeito de direito e o da norma regra imperativa. Por que estou convencido de que o homem é a fonte de direito, posso submeter-me ou resignar-me a obedecer a um sistema de normas de que ele é o autor. Mais precisamente, estas normas parecem-me lógicas e necessárias para organizar relações que eu não posso então perceber que estão organizadas <<noutro lado>>. *Ao realizar-se, o direito não diz pois o que deve ser, diz <<aquilo que já é>>*. Mas esta realidade não pode surgir-me uma vez que, à semelhança da mercadoria, *a norma me deixa crer que é fonte de valor*, que ela é pois *um imperativo primeiro e categórico*. É aqui que entra fetichização: atribuo à norma jurídica uma qualidade que parece intrínseca (a obrigatoriedade, a imperatividade), justamente quando esta qualidade pertence não à norma mas ao tipo de relação, de direito, de relação social real de que esta

⁴⁰² Id.

⁴⁰³ Ibid., p. 95.

“O sistema jurídico da sociedade capitalista caracteriza-se por uma generalização da forma abstracta da norma e da pessoa jurídica”.

⁴⁰⁴ No próximo item vamos tratar de esclarecer essa ambigüidade, explicada na diferenciação entre os discursos deôntico e ideológico do direito.

norma é a expressão. Da mesma maneira que a mercadoria não cria valor mas o realiza no momento da troca, *a norma jurídica não cria verdadeiramente a obrigação: realiza-a* no momento das trocas sociais⁴⁰⁵.

O discurso do direito aparece, então, como ele é: “uma produção determinada pelo conteúdo social e político da sociedade na qual se realiza”⁴⁰⁶. Essa informação para o movimento cooperativista pensar o Direito Cooperativo é fundamental: como pensar uma regulação das cooperativas (uma base real de produção que é a antítese das relações de produção hegemônicas) no contexto social dominado pelos processos de poder comandados pelo capital?^{407 408}

Por isso é fundamental no estudo do direito superarmos de vez a tradição imposta pelo formalismo positivista que restringe a discussão *na* norma jurídica e passarmos à uma investigação acerca das causas do aparecimento e do funcionamento (o *uso*) de tais normas. Romper com uma estrutura *fetichizada* que legaliza a injustiça⁴⁰⁹ e construir um Direito como instrumento de *libertação* dos pobres, esse é o horizonte que deve permear a mente e espíritos dos juristas em suas atividades diárias.

Delimitado os pontos que nos interessam da obra de Michel Miaille passamos a discorrer sobre as reflexões propostas por Óscar Correias, que ao nosso ver representa um avanço nas posições defendidas pela escola da *Critique du Droit* na árdua tarefa de esclarecer “Porque o direito diz isto que diz e não outra coisa”?

Avancemos na análise das *causas* e do *referente* do Direito.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 95.

“Este fetichismo é tanto mais acentuado quanto o sistema jurídico se tornou, entre todos os sistemas normativos, o que conquistou a hegemonia na função de <<dizer>> o <<valor dos actos sociais>>”.

⁴⁰⁶ Ibid., p. 322.

⁴⁰⁷ Essas e outras indagações serão debatidas no capítulo final desta dissertação.

⁴⁰⁸ “As definições contidas nos textos legais devem ser interpretadas a partir das situações vivenciadas de fato, sob pena de que os Direitos inscritos nos textos não sejam aplicados. Trata-se, portanto, de teoricamente tentar reconhecer a validade e a plena eficácia desses dispositivos perante situações “reais” (...)

Tais problemas, como se percebe, colocam em questão o próprio Direito, que sempre se ocupou em individualizar ou atomizar os fenômenos jurídicos no interior da sociedade. Na esfera do direito privado, as diferenças das pretensões podem se colocar como auto-evidentes, mas não naturais.

O que se traz em pauta com tais argumentos é se há alguma possibilidade de o Direito servir como instrumento para a proteção e o desenvolvimento de identidades coletivas no Brasil. *Em outras palavras, o Direito – que herdou toda a tradição do pensamento liberal, voltado para a proteção de direitos e garantias individuais – seria adequado para responder às demandas desses grupos sociais, que ensejam “práticas jurídicas” absolutamente diversas das utilizadas pelo Direito?”* SHIRASHI NETO, Joaquim. op. cit. p. 16- 17 (grifo nosso).

⁴⁰⁹ Um direito pautado em um puro idealismo, nunca preocupado com a solução dos concretos problemas sociais.

4.2.2. A crítica do Direito e da ideologia jurídica

Óscar Correias vai concordar com Michel Miaille e a escola crítica francesa no entendimento de que o Direito é um instrumento de dominação, que o Direito deve ser analisado em decorrência da sociedade histórica em que ele incide e que o estudo do direito não se esgota no estudo das normas. Contudo, na perspectiva de avançar na investigação do direito como “algo mais que um conjunto de normas”, uma série de questões e procedimentos teóricos vai acarretar no distanciamento entre a crítica mexicana (a *Crítica Jurídica*) e a *Critique du Droit* – mas nada que implique em uma real divergência entre as duas escolas⁴¹⁰, que em verdade se completam.

Enquanto a preocupação teórica dos juristas críticos franceses está voltada para o desvendamento e a explicação do *uso* da regulação jurídica (no que ocorre depois da produção da lei), o pensador mexicano está interessado em dirigir a sua crítica contra a ideologia jurídica; seu objeto de estudo é a enunciação do sentido ideológico do discurso do direito e do discurso jurídico e não a teorização do fenômeno da regulação jurídica através de seus usos e efeitos. São pontos de partida diferenciados, apenas isso, de modo que o próprio autor admite que aquela é a maior interlocutora de sua *Crítica do Direito*.

A *Crítica do Direito* não é o mesmo que a crítica das normas ou do seu sentido deontológico. A crítica do sentido deontológico do discurso do direito não pode ir além do juízo de rechaço ético pela injustiça ou do juízo político de rechaço pela inconveniência de seu conteúdo. A *Crítica do Direito* é, mais propriamente, uma crítica que conduz, mais que ao rechaço às normas, à mostra da ocultação produzida pelas pseudo-descrições constituídas, precisamente por seu ocultamento, em ferramentas do poder⁴¹¹.

Interessado na descoberta da *ideologia jurídica*, o jurista mexicano vai demonstrar que na letra “fria” da lei do Direito Capitalista encontra-se incorporados diferentes discursos cujos os sentidos devem ser analisados. Para isso distingue no discurso do direito os sentidos

⁴¹⁰ CORREAS, Óscar. *op. cit.* p. 125 e ss.

“Aqui não há nenhuma divergência real entre a crítica francesa e a presente pesquisa, exceto que esta simplesmente não deixa de reconhecer que a consideração do *uso* do direito, estudo de “como” se produz a regulação jurídica das relações sociais, é aquilo que consiste a *Sociologia do Direito*”. *Ibid.*, p. 130.

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 242.

deôntico e ideológico da lei. Para ele o sentido deôntico do discurso do direito provém *das* relações sociais (ainda que não se refira *a* elas) enquanto que o sentido ideológico *refere-se* as descrições fictícias (aparência) destas “mesmas” relações. “Ao ‘referir-se’ a ficções o sentido ideológico do oculta *o mesmo* que o sentido deôntico protege, ou seja, a vil mercadoria, sua circulação e seus muito vis aproveitadores”⁴¹². É pela existência da *ideologia jurídica* no discurso do direito e no discurso jurídico que o Direito Moderno é capaz de contribuir na manutenção da a produção e reprodução do modo de produção capitalista.

Estando presente no discurso do direito o *sentido ideológico* do direito moderno – que é uma *ocultação* das relações de produção capitalista – a consequência lógica é que o sentido deôntico do direito aparece ao mundo da vida como o sentido deôntico do próprio capitalismo.

A *Crítica do Direito* avança nas proposições defendidas por Michel Miaille na perspectiva de explicar *o que é o Direito*, na medida em que desvenda o grau de relação (e o distanciamento) entre a regulação jurídica e o fenômeno social concreto:

Para uma *Sociologia* tradicional, ainda que de cunho marxista, isto é, que aceita a descrição marxiana da sociedade capitalista, o discurso do direito se apresenta como *causado* – “determinado” – pelas relações sociais de produção. Não obstante, a análise do discurso de um ponto de vista semiótico oferece como resultado que a causa não pode ser o conjunto de relações de produção entendidas como “fatos” senão que a causa deve ser buscada nos *discursos descritivos destas relações*. Mas como as descrições que aparecem no direito não coincidem com a marxiana, para uma análise de ideologia do direito inspirada no pensamento de Marx, estas descrições resultam ficções ou *aparência*. Por isto a *causa* do sentido do direito é esta aparência e não a “realidade social”⁴¹³.

Não fica claro nos argumentos de Miaille o nexos causal entre os textos jurídicos e as relações sociais às quais aqueles devem regular; embora correto em suas colocações, em Miaille a explicação acerca do funcionalização econômica do direito peca pelo mecanicismo: afinal, o Direito aparece para o “mundo da vida” tal como *é* a relação social capitalista ou o Direito capitalista oculta a essência das concretas relações econômicas sociais? Ou as duas

⁴¹² Ibid., p. 262.

⁴¹³ Ibid., p. 160.

coisas? Como explicar essa ambigüidade? Onde se produz a distorção entre a explicação das relações sociais concretas e a descrição da sociedade imposta pela lei?

Pois bem. Inspirado na explicação da sociedade capitalista proposta por Marx, e pautando a crítica jurídica na análise do discurso, Óscar Correias vai trazer uma importante contribuição para a compreensão acerca do *referente* e da *causa* do discurso do direito. Menos preocupado em responder *como* se produz a regra de direito o autor está interessado em desvendar a *ideologia* que suplanta as leis. “Para a *Crítica do Direito* o importante não são as normas em si mesmas enquanto tais, mas sim a *ideologia* que elas reproduzem cotidianamente ao ser usadas, ainda que para estudar a ideologia contida nas normas seja necessário poder identificá-las”⁴¹⁴.

O objetivo desta crítica é a crítica da específica maneira de exercer o poder através destes discursos, da técnica que permite tornar o homem contemporâneo um objeto do poder daqueles que são os beneficiários do organização social contemporânea, ou seja, da específica maneira de repartir a riqueza nesta sociedade⁴¹⁵.

Na medida em que demarcarmos o sentido ideológico do direito capitalista, estaremos colaborando para identificação da *negatividade* gerada pelo “sistema de direito” *vigente* como subsistema de *totalidade* que é. O objetivo aqui, aproveitando as reflexões de Óscar Correias, é identificar as ideologias que estão presentes no discurso do direito: a circulação mercantil, a produção capitalista da mercadoria e a acumulação do capital.

A idéia é a que o direito moderno é capitalista, e por isso protege a produção e a circulação do valor. “Parecia óbvio que o direito privado protegia a circulação mercantil, que o direito do trabalho fazia o mesmo com a produção capitalista e que o *direito econômico* protegia e promovia a circulação do capital”⁴¹⁶.

⁴¹⁴ “A *Crítica do Direito*, como aqui a definiremos, não se interessa pelo como se produz a regulação jurídica, mas sim *pela ideologia* cujo uso reproduz a sociedade capitalista”. Ibid., p. 18.

⁴¹⁵ Ibid., p. 140.

⁴¹⁶ Ibid., p. 261.

Algumas mediações são propostas pelo autor em sua *Crítica da Ideologia Jurídica*. Algumas categorias, por serem fundamentais para a demarcação das questões que nos propomos neste item, devem ser expostas tal qual propostas na obra.

1) a primeira delas é a definição do direito enquanto discurso⁴¹⁷;

Proponho usar neste trabalho a palavra “discurso” para fazer referência a ideologia já formalizada (...) Vale a pena dizer que se, conforme propusemos, “discurso” tem como referente a ideologia quando esta aparece formalizada, e esta somente pode aparecer formalizada, então a ideologia não existe fora do discurso. Pode perguntar-se, então, porque não se equiparam ambos termos. A razão é que teoricamente é possível pensar na diferença entre ideologia e discurso de tal modo que seja possível entender que a ideologia pode existir em distintos discursos ou que a própria ideologia, a totalitária, por exemplo, possa existir em distintos discursos, no jurídico ou no científico, por exemplo. Poderia dizer que a diferença entre ideologia e discurso, conforme propusemos aqui, é similar a diferença entre a matéria e forma em Aristóteles⁴¹⁸.

2) a segunda é enunciação do discurso do direito e do discurso jurídico;

Com a expressão “discurso do direito” ou, simplesmente, *direito*, nos referiremos aos discursos que podem ser identificados conforme os critérios até aqui estabelecidos: prescrições que ameaçam com a violência, reconhecimento como produzidos por funcionários e autorizados conforme o sistema normativo eficaz. Com a expressão “discurso jurídico” se fará referência, por outro lado, aos discursos prescritivos ou descritivos que acompanham o direito no próprio texto ou constituem meta-discursos a respeito dele⁴¹⁹.

3) e, por fim, a diferenciação entre os sentidos deôntico e ideológico no discurso do direito;

O objetivo era analisar as ideologias que estão presentes no discurso do direito (...) Buscávamos um critério para encontrar, dentro deste discurso do direito já reconhecido como tal, outras ideologias que já

⁴¹⁷ Cf. os capítulos iniciais da obra citada de Óscar Correia.

⁴¹⁸ Ibid., p. 33-34.

⁴¹⁹ Ibid., p. 114.

não são a ideologia de que uma conduta é devida. Queríamos saber como está dito neste texto que esta conduta é devida e, sobretudo, a ideologia presente nesta forma de dizê-lo. Por isto podemos fazer, dentro do *discurso do direito*, a distinção entre *sentido deôntico* e *sentido ideológico* do direito, que é uma das mais importantes desde trabalho e oferece um par de conceitos-chaves para as propostas finais⁴²⁰.

A proposta final do autor rompe com a forma que teoria jurídica tradicional enxerga o fenômeno da *regulação*. O objetivo da *Crítica do Direito* é de submeter a explicação das normas à causalidade que supõe instalada nas relações sociais⁴²¹: as relações sociais de produção capitalistas são a causa – ainda que em “segundo nível” – tanto das leis como da distorção da ‘realidade’ que eles engendram. Se a teoria jurídica tradicional transmite a idéia de que às regras do ordenamento vigente corresponde, efetivamente, à direta (e correta!) qualificação das relações sociais, o papel da teoria crítica é efetivamente de demonstrar a falácia dessa construção teórica⁴²². A solução para esse problema pode chocar a muitos, pois *o discurso do direito não está ligado ontologicamente às relações sociais, se essa relação existe ela merece ser precisada*.

O ponto de partida para a compreensão do mistério atinente ao conteúdo do Direito está em Nietzsche, que vai advogar que “não há, em realidade nenhuma semelhança nem afinidade prévia entre o conhecimento e estas coisas que seriam necessário conhecer”, e em Górgias, que “... em seu tratado *Acerca do não ser ou acerca da natureza*, dispõe em ordem três coisas capitais: a primeira delas é que nada existe, a segunda é que, ainda que existisse, seria incompreensível para o homem, e a terceira é que embora fosse compreensível, certamente seria incomunicável e inexplicável ao vizinho”⁴²³.

⁴²⁰ Ibid., p. 116.

⁴²¹ Ibid., p. 174 e ss.

⁴²² “Assim como os juristas tradicionais buscam o “verdadeiro” sentido das normas, a crítica jurídica, do modo em que propusemos aqui, busca o sentido “não verdadeiro” destas mesmas normas e dos discursos que as repetem. Se os juristas, para a sua *Dogmática* querem limpar os textos jurídicos para encontrar estritamente o que se deve ou não se deve fazer sob pena de sanção, para “explicar” as normas, como dizem, à crítica jurídica interessa justamente isto que incomoda aos juristas, ou seja, a ideologia que encobre as normas. Assim, como os juristas querem – dizem eles que querem isto – apresentar o direito como isento de qualquer ideologia, a crítica jurídica quer apresentá-lo como um discurso que diz muito mais do que os juristas dizem que ele diz. Esta crítica jurídica não se pergunta pelo *como* se utiliza o direito mas sim pelo que ele diz”. Ibid., p. 266.

“Desde logo, a ciência apologética do direito não encontra dificuldades para encontrar na lei este referente que a *Crítica Jurídica* busca em outro lugar. Para a ciência tradicional, se o código diz que o contrato é um acorde de vontades, então o enunciado que se repete é verdadeiro. Para esta ciência jurídica, para esta “Metodologia Jurídica”, entre os juristas e os papagaios não há diferença significativa...”. Ibid., p. 143.

⁴²³ Citados por CORREAS, Óscar. *op. cit.* p. 145.

Muito embora seja “insensato renunciar a busca de alguma conexão entre as relações sociais postuladas como ontologicamente existentes e os discursos que *reputam* falar delas”, com o que foi exposto no parágrafo acima, no estudo acerca da *regulação*, fica comprovada a impossibilidade de negarmos o critério da irredutibilidade entre o pensamento (a lei) e a realidade. Cuidadoso com essa questão, Óscar Correias vai demonstrar que o mais correto é aceitar que a causa do direito – como discurso que é! – deve ser fundamentada em outro discurso (apenas de modo simplificado, e somente assim, deve-se aceitar que a “realidade social” é causa dos *conteúdos* do discurso do direito). “Parece que a idéia de “causa” é mais viável caso exista homogeneidade ontológica entre ambos termos da relação causal”^{424 425}.

Mas como o direito se refere à um discurso?

As normas jurídicas são estabelecidas por uma autoridade humana competente – qualquer coisa pode ser entendida como sendo este último. Para a *Sociologia* a questão tem sido sempre saber se a autoridade estabelece as normas jurídicas conforme certa maneira de ver ou crer como é necessário que os membros da comunidade se conduzam ou se as estabelece “determinada” pelas relações sociais. A solução parece ser que a autoridade produz um discurso normativo conforme suas idéias, as quais, no entanto, não provém de nenhuma fonte inata ou revelada, senão que são geradas em um contexto cultural cuja explicação se encontra nas relações sociais⁴²⁶.

Óscar Correias mata a charada atinente ao fenômeno da *regulação* interposta pelo Direito Capitalista quando aponta como a “causa” dos conteúdos dos textos legais não o reclame das concretas relações sociais, mas sim a intervenção intelectual do produtor do discurso jurídico. Ou seja, o que vale é a descrição da realidade aceita pelo “legislador”, de tal forma que se há um referente para o discurso do direito este é outro discurso, “cujos produtores reputam como

⁴²⁴ Ibid., p. 195.

⁴²⁵ Não se trata de que o direito seja uma *deformação ideológica*, mas simplesmente de que não há contato ente sentido e mundo empírico. Na afirmação sociológica tradicional se supõe que o referente – e se entende por referente às “relações sociais” – *determina* a linguagem do direito, ou seja, é sua *causa*. Aqui tratamos é de, precisamente, destacar a dificuldade de chamar “causa” ao que é referente, sendo que a análise da linguagem mostra um hiato entre direito e relações sociais. Como pode ser causa de algo o que não tem contato com este algo? Como pode haver causalidade se há ruptura ontológica entre os termos que se pretende conectar através desta relação? Ou ainda, como podemos afirmar, com plausibilidade, que algo a respeito do que não podemos dizer que tenha homogeneidade ontológica com outra coisa seja a causa desta? Ou, dito de outro modo, do que se trata é destacar que a afirmação tradicional é uma *hipótese* que é necessária fundamentar com muito mais cuidado do que geralmente o fazem. Ibid., p. 153-154.

⁴²⁶ Ibid., p. 175.

referido às relações sociais”. Do que se trata é, então, da adoção de certas “ideologias descritivas” já elaboradas de antemão. Quando o Direito subsume estas “explicações” passa também a descrever as “relações sociais” tal qual ditadas por determinada ideologia, “ainda que o produtor não o repute assim”. “Por isso o produtor do discurso do direito não pode referir-se às relações sociais mas apenas à aparência delas, que é uma construção ideológica ou *ficção*”^{427, 428}. Dessa forma, fica explicitada tanto as causas da existência do discurso do direito, como também, e fundamentalmente, do sentido ideológico do direito positivo vigente.

Segundo Correias, a tentativa do legislador em demarcar a realidade social como o referente do discurso do direito não tem outra função senão a de enganar. O sentido ideológico do direito incorpora nos enunciados normativos um “algo a mais” que deve ser combatido, pois incorpora no discurso do direito um outro discurso que tem como tarefa ocultar as relações sociais as quais tenta dominar – aí a ideologia jurídica. *A ideologia jurídica não se refere às relações sociais, mas somente à aparência delas*: “... o caráter capitalista da sociedade, cujo o direito analisamos, é causa de que tanto o sentido o deontico como o ideológico do discurso do direito seja este e não outro. Assim, o sentido ideológico do direito não se refere às relações sociais capitalistas, porque as está ocultando em benefício da obscuridade que convém aos poderosos”⁴²⁹.

Assim, desde a análise do discurso, fica delimitado que as relações sociais são apenas as causas “indiretas” do discurso do direito. Assim, fica comprovado que o mecanismo da regulação forjado pelo Direito Moderno não tem outra razão que não a de salvaguardar as relações capitalistas de produção. Assim, fica impossível negar que uma sociedade capitalista produz um direito capitalista (por mais óbvio que esta afirmação possa parecer).

Essa informação é de suma importância para o nosso estudo, pois impõe de forma irrefutável a necessidade de nos atentarmos para o sentido e o conteúdo das leis. Tendo o discurso do direito capitalista um sentido ideológico é inevitável que *esse* Direito diga mais do que aquilo que lhe é devido, que é prescrever condutas que expliquem as concretas relações sociais. Assim, subsumindo um discurso descritivo (e cogente) com um sentido

⁴²⁷ Ibid., p. 197.

⁴²⁸ “É o legislador quem, em primeiro lugar, *reputa* esta ficção como causa do sentido do discurso do direito, embora não seja uma tarefa de sua exclusiva competência. Normalmente reputar a ficção como causa é tarefa do discurso jurídico, do discurso que pronunciam os legisladores quando debatem as leis no parlamento, dos professores, dos patrões, e de todos aqueles que estão interessados em que todo o mundo acredite que o salário é justa compensação pelo esforço do trabalhador”. Ibid., p. 199.

⁴²⁹ Ibid., p. 210.

deliberadamente ideológico, o Direito Moderno é um importante instrumento de manutenção da lógica da *totalidade*, na medida em que oculta as relações de exploração e dominação da sociedade capitalista e através de lei simula uma realidade “boa” e “justa”.

A causa dessa distorção que acusamos na legislação vigente deve ser buscada, então, não nas relações sociais, mas sim nos discursos que as procuram descrever. Por isso a necessidade de construir uma ciência crítica do direito que rompa com o isolacionismo que caracteriza a ciência jurídica tradicional. Por isso a necessidade de afirmação de conteúdos materiais no estudo do direito e da construção de toda a primeira parte dessa pesquisa.

4.3. A insuficiência do Direito moderno na regulação de fenômenos complexos como o cooperativismo

Após a exposição dos momentos *positivos* e *negativos* do direito esperamos que estejam suficientemente claros algumas das determinações das causas de *negatividades* geradas pelo subsistema jurídico integrada à lógica da totalidade: o *fetichismo* e a *ideologia jurídicos*. É contra isso que deve insurgir uma *práxis jurídica alternativa*: negação da *negação* tendo em vista a afirmação da *positividade*.

Passamos partir de agora a delimitar a discussão atinente à *regulação* no ponto específico desta pesquisa: o Direito Cooperativo brasileiro⁴³⁰. Analisemos brevemente a incapacidade do paradigma jurídico hegemônico em apreender fenômenos sociais como é o cooperativismo de base *popular*.

Norberto Bobbio, discorrendo sobre os pontos fundamentais da doutrina juspositivista, vai definir em sete as características fundamentais do positivismo jurídico⁴³¹. Uma de suas determinações fundamentais seria o fato do Direito partir do critério *formal* para fundamentar e explicar a sua própria dinâmica, prescindindo assim de conteúdo, importando apenas *como* o Direito se produz e não *o quê* ele estabelece.

⁴³⁰ Tema do Capítulo seguinte.

⁴³¹ BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico*: Lições de filosofia do direito (compiladas por Nello Morra, tradução e notas Márcio Pugliese, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues). São Paulo, Ícone, 1995. p. 131-134.

1) a teoria da validade do direito, também conhecida como a teoria do formalismo jurídico; 2) a teoria da coatividade do direito; 3) a teoria da legislação como fonte proeminente do direito, 4) a teoria da norma jurídica (teoria imperativista do direito); 5) a teoria da coerência e completude; 6) a teoria da interpretação mecanicista e 7) a teoria da obediência absoluta da lei enquanto tal.

*Se desejarmos tentar precisar a característica fundamental das definições positivistas, veremos que está representada pelo fato de que as mesmas procuram estabelecer o que é o direito prescindindo do seu conteúdo, vale a pena dizer, da matéria por este regulada*⁴³².

Nesse sentido, Michel Mialle, em sua *Introdução Crítica ao Direito*, vai definir a “ciência” jurídica (tradicional) como o conhecimento sistemático das formas jurídicas⁴³³. Demonstra o citado autor que, embora uma grande parte dos juristas não ouse em explicitamente defender seus pressupostos, a teoria formalista⁴³⁴ alcança o *status* de “senso comum teórico”, e dessa forma “o conhecimento do direito identifica-se com a análise de uma construção hierárquica de normas que se engendram umas as outras”^{435 436}. Mas, a teoria formalista do direito incorre num insanável paradoxo:

De fato, por um curioso paradoxo, a escola formalista, que repudia qualquer incursão política ou filosófica, começa por estabelecer princípios que, na realidade, se apóiam numa filosofia do conhecimento muito particular. Em nome de uma separação nítida entre ciências da natureza e ciências morais que os juristas formalistas podem propor a autonomia da ciência jurídica^{437 438}.

Para a ciência jurídica tradicional, ainda presa à episteme moderna, o “senso comum teórico dos juristas” realiza, como se natural fosse, uma dialética involutiva⁴³⁹ que parte da faticidade para negá-la, rechaçando o mundo sensível. “A partir dessa negação inicial, o movimento dialético realiza-se involutivamente, em direção à consciência, à razão”. E a partir daí tudo será deduzido, algo magistralmente denunciado por Michel Mialle em sua obra citada quando aponta o *idealismo* como um dos desafios epistemológicos a serem superados para a consecução de uma ciência do Direito “verdadeiramente” científica.

⁴³² Ibid., p. 145.

⁴³³ MIAILLE, Michel. *op. cit.* p. 298.

⁴³⁴ Que tem sua construção teórica mais consistente nos escritos de Hans Kelsen: teoria normativista.

⁴³⁵ MIAILLE, Michel. *op. cit.* p. 299.

⁴³⁶ “Acreditar que possa estudar um mundo de puras formas, sem nunca se referir aos conteúdos socioeconômicos, de que elas são expressão é pura ilusão para os juristas mais honestos ou pura hipocrisia para os juristas que conhecem as realidades que as formas escondem”. Ibid., p. 298.

⁴³⁷ Ibid., p. 300.

⁴³⁸ O autor vai definir o Positivismo como uma corrente do pensamento, uma atitude epistemológica geral. Ibid., p. 42-43.

⁴³⁹ Fortemente influenciada pelo pensamento de Descartes e Kant. SILVA, José Carlos Moreira da. *op. cit.* p. 69 e ss.

Atento a esse movimento Plauto Faraco de Azevedo vai ensinar com toda a clareza a perversidade que permeia o paradigma hegemônico do Direito, pois “quer o positivismo que se veja o direito como *ser em si*, constituído de normas e de conceitos que se auto-explicariam, não admitindo nenhum juízo sobre a validade intrínseca ou sobre a legitimidade da fonte de que procedem”⁴⁴⁰.

No discurso jurídico hegemônico observa-se como essa forma de se enxergar o fenômeno jurídico é extremamente presente. No tratamento do Direito Cooperativo isso não podia ser diferente. Walmor Franke, jurista responsável pela elaboração do anteprojeto e do projeto de lei que deu vida à famigerada Lei n. 5.764/71, citando Geraldo Ataliba, deixa claro essa postura quando escreve (explicitando assim os pressupostos teóricos sempre presentes nos comentários que faz acerca do cooperativismo e sua *regulação*):

A norma para o jurista, é um dogma. O trabalho científico do jurista é a exegese e aplicação das normas ... Não se espere do jurista (não é sua tarefa, não é sua missão, nem para isso é formado) que discuta o mérito político, sociológico, biológico, psicológico, financeiro, econômico, administrativo (ou outro qualquer) da norma jurídica ... A discussão do mérito das normas jurídicas não é tarefa jurídica, mas tarefa política, resolvida e desempenhada pelo legislador...

(...)

Poderá o jurista entender que o legislador não devia ter adotado essa técnica, mas outra mais “lógica” ou mais “racional”. Embora discordante, não lhe é devido, porém, desqualificar, a seu alvedrio, a palavra ou a vontade da lei⁴⁴¹.

Para o paradigma tradicional do direito o objeto da dogmática jurídica é a regra positiva, considerada como um dado real: o Direito é reduzido à “Lei”⁴⁴². Na perspectiva de *libertação* “o Direito mostra-se aberto à complexidade do real, capaz de reconhecer na

⁴⁴⁰ AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica*. 5. reimpressão. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1989. p. 24.

⁴⁴¹ FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973. p. 136-137.

⁴⁴² “Nesse contexto o Direito (ainda vinculado à racionalidade do dominador norte-atlântico) mantém-se como um “discurso que faz a lei, e não um discurso que diz o direito”. Esse discurso da absoluta legalidade proscree o pensar, reprime o dizer e o fazer; ele é lógico e emana de uma “razão sã”, “civilizada” e “humanista”. Conseqüentemente, jamais pode ser questionado, vinculando-se ao aspecto resposta por ser representação perfeita da verdade”. ALMEIDA, Dean Fabio Bueno de. *op. cit.* p. 71.

“imprevisibilidade essencial” do fenômeno social latino-americano seu indispensável comprometimento com a defesa incondicional da vida”⁴⁴³.

... a norma estatal positivada nada mais é do que um instrumento comprometido com aqueles que estão no poder. O Direito, “isolado neste campo de concentração legislativo”, representa exclusivamente a vontade da classe dominante em forma de lei. Amparado por um legislativo burocratizado, comprometido e ineficiente no exercício de suas funções, o poder hegemônico transforma seus próprios postulados ideológicos em “lei”⁴⁴⁴.

Como visto no item anterior, e na mesma perspectiva que trabalhado por autores como Miaille⁴⁴⁵, Monreal⁴⁴⁶ e Wolkmer⁴⁴⁷, irrefutavelmente⁴⁴⁸, resta demonstrado que o Direito Moderno está geneticamente vinculado com o surgimento, manutenção e reprodução do modo de produção capitalista. O subsistema jurídico está, pois, subsumido ao sistema de *totalidade* gerador de *negatividades*. A legislação cooperativista brasileira, ao ser conivente com a existência de *trabalho morto* no interior das “cooperativas”, é exemplo cabal disso.

Analisando o discurso do direito Oscar Correias vai revelar que a “Lei” em verdade revela dois discursos: 1) o deontico, que propõe como obrigatórias as condutas necessárias para a reprodução do “modelo sociológico” reputado como verdadeiro, e 2) o ideológico, que propõe uma descrição mentirosa das relações sociais.

Consideraremos que se a análise constata a presença destes dois discursos no mesmo texto, teremos uma boa prova de que o sentido ideológico do direito moderno é uma ocultação, uma ficção destas relações capitalistas. Em outras palavras, o sentido deontico do direito moderno, ao surgir como o sentido deontico próprio do capitalismo, é a prova de que o sentido ideológico constitui um ocultamento ou ficção que permite a dominação e a preservação do capitalismo. Finalmente, a plausibilidade desta

⁴⁴³ Ibid., p. 48

⁴⁴⁴ Ibid., p. 80.

⁴⁴⁵ MIAILLE, Michel. *op. cit.*

⁴⁴⁶ MONREAL, Eduardo Novoa. *op. cit.*

⁴⁴⁷ WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo Jurídico*.

⁴⁴⁸ Evidenciando a insuficiência do paradigma jurídico dogmático em contextos de nações periféricas.

*demonstração tornaria plausível em igual medida a veracidade da afirmação segundo a qual as relações capitalistas são a causa do direito moderno, que por isso merece o nome de direito capitalista*⁴⁴⁹.

Sob a égide das premissas e pressupostos do paradigma tradicional do Direito é impensável que a vigente *regulação* do cooperativismo⁴⁵⁰, venha a servir aos interesses dos sujeitos envolvidos na construção de um projeto de transformação social absolutamente factível como é o cooperativismo.

⁴⁴⁹ CORREAS, Óscar. *op. cit.* p. 208.

⁴⁵⁰ Enquanto *práxis de libertação* - isso deve ficar sempre bem claro na argumentação aqui desenvolvida.

CAPÍTULO V - O DISCURSO HEGEMÔNICO DO DIREITO COOPERATIVO

“... toda a lei cooperativa brasileira se refere a bens ou serviços, que não são frutos do cooperativismo mas do próprio capital, já que serviço está economicamente ligado à salário e salário prevê a contribuição do capital, ao contrário do trabalho que deve prever o retorno à sua capacidade”.

(Palmyos Paixão Carneiro)

Tudo o que foi escrito até o momento tem o objetivo de fundamentar as reflexões que serão expostas neste Capítulo. Caminhamos para o final do texto. Foi especificamente a problemática da *regulação* do cooperativismo pela legislação brasileira e a necessidade de colocar em xeque a legislação vigente que nos motivou a empreender essa trabalhosa pesquisa. Embora vital para a argumentação aqui defendida, este Capítulo será breve, o recado a ser dado aos conservadores de plantão é “curto e grosso”: *em cooperativas não pode haver exploração do trabalho, não pode haver trabalho assalariado*. Evidenciados geneticamente as essências do cooperativismo e do Direito Moderno⁴⁵¹ (capitalista) passamos, finalmente, a discorrer a nossa reflexão crítica acerca do Direito Cooperativo brasileiro (notadamente em relação à Lei Federal n. 5.764/71) – identificando como neste ramo do Direito também reproduz a lógica de produção e acumulação capitalista, em mais uma ficção que o sentido ideológico do discurso do direito traz para o seio de nossa sociedade no sentido de “legalizar a injustiça”.

A falta de um tratamento ontológico consistente⁴⁵² do cooperativismo pela “Lei”, bem como de uma reflexão crítica acerca dos limites⁴⁵³ do paradigma tradicional do Direito em regular a matéria, trazem como consequência lógica a existência na juridicidade – tanto no plano do “discurso do Direito” (enunciados normativos), quanto no plano do “discurso jurídico” (texto sobre ou acerca dos enunciados normativos)⁴⁵⁴ – de um discurso que legitima e valida no campo da faticidade a presença de empreendimentos que, embora formalmente levem a alcunha de cooperativas, genuínas cooperativas não são, pois colocam em xeque todo um projeto de sociedade⁴⁵⁵ pautado em uma economia alicerçada na produção e apropriação

⁴⁵¹ Capítulos I, II, e IV desta dissertação.

⁴⁵² Esforço empreendido na Primeira Parte desta dissertação.

⁴⁵³ Tema do capítulo anterior – item 4.2.2 e 4.3.

⁴⁵⁴ CORREAS, Óscar. *op. cit.*

⁴⁵⁵ A partir da constatação de que vivemos em uma realidade caracterizada por um processo mundial de globalização excludente as *vítimas* do sistema lutam pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos, operando transformações em diversas “frentes de libertação” (*práxis de libertação*): trata-se dos novos movimentos

coletiva da riqueza em vista da negação do *trabalho objetivado*⁴⁵⁶, um projeto de desenvolvimento econômico-social não capitalista que efetivamente se inicia desde “os de baixo”.

O tratamento do cooperativismo na literatura jurídica brasileira, ou, mais especificamente, a sua *regulação* pelo Direito Positivo pátrio é marcada por uma enorme imprecisão teórica/ontológica. Essa imprecisão reforça o “campo jurídico” como um poderoso instrumento da *política* na manutenção do *status quo*⁴⁵⁷, sendo, pois, um dos obstáculos a serem superados pelo movimento cooperativista em relação ao Direito no contexto da globalização hegemônica⁴⁵⁸. A problemática que aqui causa perplexidade é a constatação de que a legislação cooperativista brasileira não qualifica adequadamente o ente que deveria regular, de modo que há uma distância enorme entre a lógica do *ser* e a do *dever-ser*, entre ideologias descritivas capitalistas e de *libertação*. Investigar os porquês dessa evidência, tendo em vista a necessidade de existência de um marco regulatório para o cooperativismo, e apontar os obstáculos legais a serem enfrentados pelo movimento cooperativista na era da globalização excludente é uma tarefa particularmente urgente. Acreditamos que somente depois de cumprido todo o movimento metódico elaborado nesta pesquisa é que se pode adentrar nesta discussão.

A reflexão que consta neste Capítulo materializa a problemática que deu origem a esta dissertação: a análise do abismo que se impõe entre o cooperativismo promovido pelo *pauper* (lógica material) e a *regulação* do “cooperativismo” pelo Direito hegemônico (lógica formal). Porque este não qualifica adequadamente aquele? Tudo o que foi escrito até aqui teve a finalidade de sustentar os argumentos que agora serão desenvolvidos. Trataremos o Direito Cooperativo desde uma perspectiva crítica, e assim procuraremos evidenciar o compromisso do discurso jurídico e do direito hegemônicos com o sistema mundo de *totalidade* – é o

sociais, políticos, econômicos, raciais, ecológicos, do “gênero”, étnicos etc, que surgem no final do século XX. DUSSEL, Enrique. *Ética...*

⁴⁵⁶ Como causa da rentabilidade do capital.

⁴⁵⁷ Exploração da força de trabalho em favorecimento do capital, subsumindo o *trabalho vivo* com salários de subsistência mínima.

⁴⁵⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. *Globalização e as ciências sociais*. Boaventura de Souza Santos (org.). São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-96

Globalização hegemônica seria a globalização (neoliberal) hoje em curso, (re)produtora das *negatividades* geradas pelo sistema-mundo de totalidade vigente. É pautada numa nova divisão internacional do trabalho, globalização da produção, consumo e circulação com a supremacia das multinacionais.

“Os traços principais desta nova economia mundial são os seguintes: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transportes; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais; emergência de três grandes capitalismos transnacionais”.

Direito como subsistema da lógica de *totalidade* –, na perspectiva da defesa intransigente que a legislação cooperativista jamais poderia aceitar o trabalho assalariado no interior das organizações coletivistas de trabalho.

O caminho a ser percorrido, na análise cuidadosa do discurso do Direito Cooperativo pátrio e dos textos acerca desses enunciados normativos, tem o intuito de comprovar que a legislação cooperativista brasileira é causadora de *negatividades* – e por isso torna-se inválida e ilegítima aos olhos da *vítima* (do *pauper* que luta contra a subsunção do *trabalho vivo* à lógica do capital). Dessa feita, primeiramente, importa revelar o quão imbuído de uma visão *totalizada* de cooperativismo estão os juristas tupiniquins; o “cooperativismo”, e por isso o Direito Cooperativo, é pensado pelos intelectuais orgânicos do *status quo* desde a *totalidade*. Há que se mudar essa atitude; como *práxis de libertação* que é, o verdadeiro cooperativismo deve ser pensador desde um *outro* lugar, bem como os pressupostos para pensar a sua *regulação*.

5.1. O vício de origem dos “doutrinadores” cooperativistas brasileiros

Como dito acima, um dos principais problemas da “ciência jurídica” na *regulação* do cooperativismo é a falta de um adequado tratamento ontológico do quê seja o fenômeno cooperativista ao nível do real-concreto. Vimos anteriormente a dificuldade que a ciência jurídica tradicional tem para pensar além do seu próprio umbigo, ou seja, da lei positiva. E que o próprio discurso do direito é imbuído de ideologias que precisam ser identificadas e criticadas. A incapacidade do “sistema de direito” *vigente* em dar resposta às crescentes demandas sociais é patente. Em relação a esta problemática se insere o cooperativismo enquanto *práxis de libertação*.

No ambiente de crise do direito, os juristas brasileiros mostram-se incapazes de pensar o cooperativismo desde a *exterioridade*, bem como de assumir a impossibilidade epistemológica do Direito Moderno em regular fenômenos sociais complexos (contestatórios) como é o cooperativismo de base popular. Se mesmo os autores tradicionais do Direito Cooperativo defendem que o Direito é obrigado a acompanhar o dinamismo da organização

cooperativa⁴⁵⁹, essa retórica mostra-se vazia quando se observa que no “campo jurídico” não é feito o menor esforço para elaboração e vigência de um Direito que efetivamente dê conta de responder aos problemas sociais do *povo* pobre.

Passamos a primeira parte dessa pesquisa no esforço de esclarecer dialeticamente qual seria a ontologia do movimento cooperativo (e, assim, das cooperativas que são a sua determinação), esse *ente* que o discurso do direito (em seu sentido deôntico) deve adequadamente regular. Mas em relação à *regulação* das cooperativas, a “Lei” *vigente* vai simplesmente dizer⁴⁶⁰ que o “cooperativismo” é *outra coisa*, algo como que se o real tivesse que se submeter às ordens do pensamento (“ciência” = lei), e não o contrário⁴⁶¹. Parece que “legislador” pátrio, e um sem número de advogados reprodutores da lei, à moda de grandes ditadores como Stálin⁴⁶², são avessos à teoria.

Irrefutavelmente restou esclarecido que falar de cooperativismo é falar de uma *práxis de libertação* movida pelas *vítimas* de um modo de produção que relega para segundo plano o trabalho (*vivo*) no processo produtivo – comandado pelo capital. Falar de cooperativismo é indiscutivelmente falar em ruptura com a lógica de produção e reprodução do capital, é falar da defesa do *trabalho vivo* enquanto *exterioridade* que é. Cooperativismo é a *práxis* concreta do *pauper*⁴⁶³, que excluído do mercado formal de trabalho (como “não-ser”) funda a produção e repartição da riqueza em organizações coletivistas de trabalho. Como estratégia dos trabalhadores no enfrentamento contra o “senhor capital”, o cooperativismo se fundamenta nos princípios da *autogestão*: a gestão democrática, o domínio do processo de trabalho pelos trabalhadores e a partilha coletiva dos resultados em proporção a sua participação no trabalho. Qualquer coisa diferente disso cooperativismo não é – é qualquer outra coisa, em regra configurando-se já como um firma capitalista (que pode muito bem ter a inovação da gestão como característica diferenciadora das rígidas sociedades de capitais, mas ainda é uma firma capitalista⁴⁶⁴).

⁴⁵⁹ Ganhando extrema importância a tarefa de superação da visão tradicional do Direito, com seus “conceitos vetustos” e sua “visão estratificada da sociedade e do Direito”. BULGARELLI, Waldirio. *Elaboração do Direito Cooperativo (um ensaio de autônima)*. São Paulo: Editora Atlas, 1967. p. 14.

⁴⁶⁰ Aí a importância do poder cogente do discurso do Direito.

⁴⁶¹ “É um outro aspecto da racionalidade instrumental que tende a considerar como irracional todo o que não se coaduna com a sua lógica. É o que Herbert Marcuse denunciava como um discurso que “se fecha a todo outro discurso que não emprega seus termos”. GAULEJAC, Vincent de. *La société malade de la gestion: Idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*. Éditions du Seuil: Paris, s/d. p. 55.

⁴⁶² Como mencionado no belo documentário *Nós que aqui estamos por vós de esperamos*.

⁴⁶³ Jamais do capitalista, pois este está irremediavelmente inserido na *totalidade*

⁴⁶⁴ Pois lembre que cooperação não é sinônimo de cooperativismo.

Vínhamos demarcando que a legislação cooperativista vigente no Brasil simplesmente considera como “cooperativas” a antítese do cooperativismo enquanto *práxis de libertação* – o “cooperativismo” subsumido ao capital. O objetivo deste capítulo é, desde os enunciados normativos do cooperativismo brasileiro e dos comentários a esses, efetivamente dar conta desse posicionamento.

Neste ítem passaremos em revista a questão que consideramos ser um primeiro ponto explicativo do porquê que o cooperativismo é tão mal-tratado pela “ciência jurídica”: na certeza de que existem outras explicações, esta será a nossa contribuição para o desenvolvimento de um problema inteiramente inexplorado.

A nossa tese é que no Brasil os juristas não sabem (ou não querem!) compreender a diferença ontológica existente entre o cooperativismo popular (dos *pauper*) e o “cooperativismo” hegemônico (da classe rica e poderosa, detentora dos meios de produção) – o cooperativismo de elite, como nos diria Gilvando Rios⁴⁶⁵ –, cuja expressão são os empreendimentos tutelados pela famigerada OCB: as UNIMEDs, as grandes cooperativas do agronegócio (as COAMOs, as COCAMARes etc) e as cooperativas de intermediação de mão-de-obra.

Tal como nos ensina Óscar Correias, por hora, estaremos mais próximos da crítica da ideologia jurídica que em relação à crítica do discurso do direito em sentido *strito*.

5.1.1. O mito da gênese: as cooperativas de serviço como o “verdadeiro” cooperativismo

Via de regra, como autômatos bem treinados no paradigma positivista do Direito, os “juristas” tupiniquins tratam todo tipo de relação social a partir da lei^{466, 467}. Com o

⁴⁶⁵ Obra citada.

⁴⁶⁶ Se no escritório de um “bom” advogado chega um jovem casal pleiteando a separação judicial o “profissional” jamais vai perguntar o motivo da separação, se ainda existe amor entre os rebentos ou recomendar que pensem mais no assunto e procurem se reconciliar etc – a primeira e única pergunta que lhe cabe fazer é: qual o regime de comunhão de bens? Resolver *juridicamente* a questão, é isso que lhe compete, é isso que importa e é isso o que ele sabe fazer. É para isso que ele foi “treinado”. É nisso que ele é bom. É para isso que ele recebe rechonchudos honorários.

⁴⁶⁷ “Com efeito, temos a preocupação em não sermos confundidos com mero “operador do direito” que, “ingenuamente”, se limita a descrever os fatos e a aplicar a Lei. Este ato poderia implicar um processo de desconhecimento do Direito, em função de uma total dissociação das situações de fato e do Direito. Tal dissociação marca a impossibilidade de ambos se encontrarem, dado o grau de racionalidade que separa o fato da norma, pois o conhecimento somente pode ser reduzido da razão jurídica. Em outros termos, a razão e a experiência sempre foram colocadas em posição antagônica no Direito”. SHIRASHI NETO, Joaquim. *op. cit.* p. 37.

cooperativismo isso não poderia ser diferente. Não bastasse a parca bibliografia de Direito Cooperativo disponível no país, *via de regra a literatura jurídica sobre a matéria se resume à reprodução dos textos de lei em vigência*, sem trazer qualquer contribuição crítica ou mínima reflexão teórica *sobre* o tema.

Só para citar um exemplo dessa incoerência (na verdade uma brutal violência) nos valem de um texto do assessor jurídico da OCB, o advogado Guilherme Krueger, em um artigo da obra por ele mesmo organizada⁴⁶⁸. Objetivamente, a comprovação de que o cooperativismo no Brasil é comumente tratado a partir da lei está estampada na discussão acerca do número mínimo de associados em uma cooperativa. De acordo com a “melhor doutrina” a cifra é definida em vinte *simplesmente porque os artigos 6º, I e 63, V da Lei n. 5.764/71 impõe esse número*⁴⁶⁹ – a lei “disse” está dito, pronto!, e não importa se no domínio urbano a constituição (em verdade formalização⁴⁷⁰) de cooperativas populares fica prejudicada em virtude da dificuldade (que em muitos casos beira a impossibilidade) de se agrupar essa “sacra” quantia de trabalhadores^{471, 472}. Personificando a visão de mundo da OCB, na tarefa de defender o “juízo de melhor Direito”⁴⁷³, a tese defendida neste texto citado

⁴⁶⁸ KRUEGER, Guilherme (org.) *Cooperativismo e o Nono Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. Em outros artigos dessa obra podem ser observados essa mesma atitude teórica que é de uma cientificidade que deixa de cabelo em pé qualquer Barão de Münchhausen (para quem não entendeu o trocadilho *vide* a obra de Michel Lowy intitulada *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994).

⁴⁶⁹ “Neste passo, outra não pode ser a conclusão que permaneçam vigentes na Lei 5.764/71:

a) os arts. 6º, I, e 63, V, que impõem o número mínimo de vinte associados para a constituição e funcionamento das cooperativas, eis que tal número é necessário para a estrita observância de todas as características e regras de integração dos órgãos societários contidas nos arts. 38 a 56 da citada Lei”. KRUEGER, Guilherme. *O número mínimo de associados e os juros pagos ao capital nas sociedades cooperativas*. In: Guilherme Krueger (org.) *Cooperativismo e o Nono Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. p. 176.

⁴⁷⁰ Em virtude dessa limitação legal muitas organizações coletivas de trabalho, embora existam de fato, não são formalizadas sob a forma de cooperativas, ou ainda não são formalizadas. Sobre esse tema tivemos oportunidade de escrever o artigo intitulado *Da forma à função: a necessidade de formalização dos empreendimentos solidários e a problemática da regulação das cooperativas no ‘novo’ Código Civil* para a Revista “Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania” (no prelo).

⁴⁷¹ Como o “cooperativismo” no país é erguido sobre as bases da indústria agrícola é fácil de perceber em que medida esse número faz sentido. Sobre a origem do cooperativismo brasileiro recomendamos a leitura da obra *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil* de Maria Tereza Leme Fleury (São Paulo: Global Editora, 1983).

⁴⁷² Como não importa também tantas outras mazelas geradas no domínio social em virtude de um formalismo cego, anacrônico e autoritário.

⁴⁷³ Seja lá o que isso signifique.

advoga a supremacia de Lei n. 5.764/71 no tratamento do cooperativismo⁴⁷⁴. Essa postura é evada de significados (interesse de classe)⁴⁷⁵.

Se a ciência jurídica se resume a repetir o que instituído em lei, de fato, entre os juristas e os papagaios não há nenhuma diferença significativa.

Os juristas que se atrevem a ir um pouco além de ler o cooperativismo através do Direito (=Lei), e enfrentar o tema relacionado à *regulação* do cooperativismo desde o que esse fenômeno social é no mundo concreto, acabam caindo em um outro tipo de equívoco⁴⁷⁶: considerar que o cooperativismo nasceu em Rochdale e, assim, sob a égide do cooperativismo de serviço (é a reprodução da “doutrina cooperativista”, amplamente divulgada pela Aliança Cooperativa Internacional e a OCB) implica a aceitação de certos preceitos e princípios que são remetidos à *todo* o cooperativismo.

Essa discussão comprova o que Óscar Correias defende acerca das *causas* e do *referente* do Direito: para a compreensão do fenômeno jurídico fundamental é questionar-se acerca dos discursos que descrevem as relações sociais, haja vista que verdadeiramente estas “nada” dizem.

Entre os juristas que defendem que o “cooperativismo” “nasce” apenas em 1844 podemos citar:

- Betina Trieger Grunpenhmacher, tributarista, para quem “o cooperativismo teve início na Inglaterra em 1843, quando a indústria de flanela estava em plena ascensão, proporcionando muito trabalho às mais importantes fábricas de Rochdale, no distrito de Lancashire”⁴⁷⁷;

⁴⁷⁴ “... apenas onde há inequívoca incompatibilidade com a Lei n. 5.764/71, prevalecerá o Código Civil”. Nesse sentido os dispositivos legais do ‘novo’ Código Civil só revogam a Lei 5.764/71 em duas questões pontuais, quais sejam o caso da dispensa de capital social e o alargamento da responsabilidade dos associados pelos negócios realizados pela cooperativa. KRUEGER, Guilherme. *O número mínimo...* p. 176.

⁴⁷⁵ Do ponto de vista do cooperativismo popular a Lei Federal n. 5.764/71 deveria ser revogada. A princípio porque não lhe diz respeito (ainda que pretenciosamente leve a alcunha de lei geral do cooperativismo), mas fundamentalmente por ser um verdadeiro obstáculo à formação desses empreendimento autogestionários.

⁴⁷⁶ E aqui aí análise de Óscar Correias na *Crítica da Ideologia* é extremamente necessária.

⁴⁷⁷ “Neste quadro, a frustrada pretensão de aumento salarial por parte dos operários das mencionadas indústrias levou-os a desenvolver uma atividade independente instalando, em 1844, em armazém social que evoluiu para a sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. GRUNPENHMACHER, Betina Trieger. *ISS sobre Cooperativas de Trabalho*. In Problemas atuais do Cooperativismo. Renato Lopes Becho (coord.). São Paulo, Dialética: 2002. p. 39.

- Fátima Nancy Andrichi, para quem, embora as “ações cooperativas” remontem muitos séculos (sendo inclusive praticada por Jesus Cristo e seu apóstolos⁴⁷⁸), “somente em 1844, o cooperativismo apareceu como doutrina econômica, na cidade de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, onde foi criada uma associação que, mais tarde, seria chamada de cooperativa”⁴⁷⁹;

- Paulo César Andrade Siqueira, no recente *Direito Cooperativo Brasileiro (Comentários à Lei 5.764/71)*, apesar de constatar a existência do cooperativismo anterior à 1844 vai cair na armadilha (ideológica) de aceitar “que é com os chamados Pioneiros de Rochdale que verdadeiramente nasce o cooperativismo visto sob uma orientação mais realista”⁴⁸⁰.

- Waldirio Bulgarelli, na sua obra *Elaboração do Direito Cooperativo (um ensaio de autônima)*, vai defender que o “sistema cooperativista” tem sua origem “em 1844, com os Pioneiros de Rochdale”⁴⁸¹.

- Walmor Franke, na obra onde comenta seus trabalhos teóricos e práticos vinculados à experiência de participar na elaboração do ante-projeto de lei que acabou convertendo-se na “Lei do cooperativismo”, vai defender que “as cooperativas surgiram em meados de século XIX, sem que o direito então vigente estivesse aparelhado para disciplinar, de forma adequada esse novo tipo societário”⁴⁸².

O cooperativismo, e por isso o Direito Cooperativo brasileiro, jamais é enxergado pelos *expertos* a partir do *pauper*. Jamais é enxergado como reserva de *exterioridade* que impulsiona o movimento de superação *ana-dialética* da história. Encarados desde “o mesmo”, desde a lógica da *totalidade*, o “cooperativismo” brasileiro e a sua regulação jurídica que vêm a reboque continuarão a produzir e reproduzir os mesmos mecanismo e interesses de um sistema-mundo auto-referencial no qual o regime social é pautado pelas relações sociais comandadas pelo capital.

⁴⁷⁸ Esse é um outro tipo de problema gerado pela não distinção entre cooperação e cooperativismo.

⁴⁷⁹ ANDRIGHI, Fátima Nancy. *A autonomia do direito cooperativo*. In: Guilherme Krueger (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. p. 49.

⁴⁸⁰ SIQUEIRA, Paulo César Andrade. *Direito Cooperativo Brasileiro (Comentários à Lei 5.764/71)*. São Paulo: Dialética, 2004. p. 13.

⁴⁸¹ BULGARELLI, Waldirio. *Elaboração do Direito Cooperativo (um ensaio de autônima)*. São Paulo: Editora Atlas, 1967. p. 9.

⁴⁸² FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973. p. 131.

Essa postura teórica (ideológica) adotada pelos juristas tupiniquins traz implicações gravemente sérias. Aceitando a versão imposta pelo discurso oficial do “cooperativismo” – e nesse sentido a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) tem um papel central – assume-se sem maiores esforços o cooperativismo de consumo de Rochdale como matriz do pensamento cooperativista⁴⁸³. Vimos anteriormente que o cooperativismo de produção e o cooperativismo de consumo disputam ferozmente a hegemonia do conceito e a orientação política do movimento. O “campo jurídico” tradicional, ao adotar sem a mínima reflexão *essa* postura (o cooperativismo de consumo, de serviços), acaba por legitimar um estado de coisas em que é visível uma ideologia política muito bem arquitetada. Ganha a lógica da *totalidade* em detrimento da *exterioridade*. E o “sistema de direito” vigente continua como dantes.

O *nomen juris* “cooperativa” está historicamente vinculado a uma economia de mercado, em que o cooperado encontra, na associação, instrumentos de melhoria econômica e afirmação pessoal, peculiaridade do regime de livre iniciativa, os quais não podem ter, evidentemente o mesmo significado num sistema estatal em que a liberdade de indústria e comércio não existe. A própria palavra “Kooperatismus” (cooperatisme”), criada, em 1863, por PFEIFFER, o pai do cooperativismo de consumo alemão, nasceu do estudo da Cooperativa das Equidosos Pioneiros de Rochdale, os quais *não eram hostis à propriedade privada*, considerada em si mesma, mas, sim, ao abuso ou mau uso desse direito”⁴⁸⁴.

Essa passagem demonstra como um determinado discurso acerca do cooperativismo (que é o hegemônico) está irremediavelmente subsumido ao sistema de *totalidade*. “As considerações expostas não devem deixar dúvida de que, a meu juízo, o cooperativismo é elemento integrante da economia social, fundada no sistema da propriedade privada. Cooperação é atividade pessoal dos interessados e não um movimento coletivista em que a força atuante raramente repousa sobre a decisão individual”⁴⁸⁵. Oriundo de sua inserção no modo de produção capitalista, o “sistema cooperativo”, cuja teorização encontra-se na “doutrina cooperativista”, não visa a sua superação das relações de produção comandadas pelo capital. Desde a lógica da *totalidade* é impensável o desencadeamento de uma *práxis de libertação*.

⁴⁸³ Gerando a hegemonia do pensamento único no pensamento cooperativista.

⁴⁸⁴ Ibid., p. 86. (o grifo é nosso)

⁴⁸⁵ Ibid., p. 83.

Os comentários acerca da produção teórica dos “doutrinadores” constantes neste item demonstram como o discurso jurídico do Direito Cooperativo repete, deontica e ideologicamente, as *negatividades* intrínsecas ao “sistema de direito” capitalista apontadas no capítulo anterior: o fetichismo da norma jurídica e a perpetuação do sentido ideológico do discurso do direito. Como instrumento que oculta o que está por detrás da aparência das relações de produção e acumulação da riqueza, o Direito Cooperativo tupiniquim, e sua literatura jurídica, sustentam um discurso apologético de manutenção do atual estado de coisas.

Essa discussão atinente ao papel da lógica formal em legitimar a produção de *negatividades* no contexto social deve ser aprofundada. Rumamos para a análise mais acurada do discurso jurídico do cooperativismo. As obras dos dois maiores “doutrinadores” pátrios em relação à *regulação* do cooperativismo são um prato cheio para a continuação do estudo acerca da crítica da ‘ideologia jurídica cooperativista’.

5.1.2. O discurso hegemônico no Direito Cooperativo brasileiro

Waldírio Bulgarelli⁴⁸⁶ e Walmor Franke⁴⁸⁷ destacam-se como os juristas que com maior rigor trataram do tema da regulação do cooperativismo pelo Direito – apesar de pensarem o cooperativismo e o Direito Cooperativo dentro da lógica da *totalidade*. São eles os dois juristas que mais influenciam o direcionamento do Direito Cooperativo brasileiro (a referência à obra desses autores na literatura jurídica é sempre presente). Ambas foram figuras fundamentais na elaboração do projeto de lei da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Na tradição representada por esses pensadores, as cooperativas e o Direito que as regulam jamais são pensados fora da lógica da *totalidade*. Isso é algo que salta aos olhos na leitura de suas obras.

Acima já tivemos a oportunidade de deixar clara a visão que Walmor Franke tem acerca do Direito: *a norma para o jurista é um dogma. Embora discordante, não lhe é devido, porém, desqualificar, a seu alvedrio, a palavra ou a vontade da lei. A discussão do mérito das*

⁴⁸⁶ BULGARELLI, Waldirio. *Elaboração do Direito Cooperativo (um ensaio de autônima)*...

⁴⁸⁷ Na qual comenta seus trabalhos teóricos e práticos vinculados à experiência de participar na elaboração do ante-projeto de lei que acabou convertendo-se na “Lei do cooperativismo”.
FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas*...

normas jurídicas não é tarefa jurídica, mas tarefa política, resolvida e desempenhada pelo legislador. Já sabemos as consequências e o porquê das normas serem encaradas como fetiche.

Em relação às cooperativas é Waldirio Bulgarelli quem vai explicitar a soberba da ideologia hegemônica, que em relação o direito cooperativo procura apenas a legitimação da lógica de reprodução sociometabólica do capital: o cooperativismo “se distingue do socialismo porque sustenta que o indivíduo explorado é muito mais o consumidor que o trabalhador e o fim que busca é menos a supressão do trabalho assalariado, do que o lucro, compreendendo-se pela supressão do lucro o restabelecimento do justo preço”⁴⁸⁸. Mas, não é a extinção do salariado o objetivo do cooperativismo? Em que condições o consumidor é mais explorado que o trabalhador?

A principal tese defendida pelos juristas na legitimação do “cooperativismo” subsumido ao capital (o cooperativismo de serviço), embora isto seja muito mais presente nas teorizações de Walmor Franke, é que as cooperativas são definidas pelo fato dos associados exercerem em relação ao empreendimento um duplo papel: o de “sócio” da cooperativa e o de “usuário” (ou “cliente”) de seus serviços. “É o que, em direito cooperativo, se exprime pelo nome de “princípio de dupla qualidade”, cuja realização prática importa em regra a abolição da vantagem patrimonial chamada “lucro” que, não existisse a cooperativa, seria auferida pelo intermediário”⁴⁸⁹.

É claro que essa definição jurídica de “cooperativa” é oriunda da aceitação de uma determinada *descrição* da realidade social: o cooperativismo de consumo como sinônimo de *todo* o cooperativismo. Desvendar o quão fictícia é esta descrição é uma questão de grande importância para o nosso estudo, todavia será tratada apenas em um segundo momento. Continuemos com a descoberta dos fundamentos do discurso do direito cooperativo – a *ideologia jurídica* – expostos pelos principais “doutrinadores” brasileiros.

Waldírio Bulgarelli⁴⁹⁰ é explícito em aceitar que o ordenamento jurídico brasileiro vai sanar todos os desvios anteriormente cometidos em relação à qualificação das cooperativas quando a partir de 1932 (com o Decreto 22.239) passa a aceitar os princípios consagrados

⁴⁸⁸ BULGARELLI, Waldirio. *Elaboração do Direito Cooperativo...* p. 28.

⁴⁸⁹ FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas...* p. 13-14.

⁴⁹⁰ BULGARELLI, Waldírio. *As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 11-12.

pela ACI na organização e funcionamento dos empreendimentos coletivistas. O fato da legislação cooperativista brasileira assumir as orientações rochdalianas é festejada com grande entusiasmo. Somente com referência aos princípios de Rochdale é que se passa a caracterizar objetivamente as cooperativas, conferindo-lhe originalidade em relação às empresas tradicionais. “Na América Latina, todos os países contam hoje, com uma legislação cooperativista específica, inspiradas sobretudo, no sistema europeu, caracterizado pelo consagração dos princípios rochdalianos”⁴⁹¹. Antes de seguir o pensamento europeu e não tomar os princípios de rochdale como parâmetro de *todo* o cooperativismo a legislação era ruim, depois dessa mudança o ajuste se torna “coerente”: é isso que diz o discurso hegemônico.

Walmor Franke assina em baixo esse postura defendida por Bulgarelli:

O tipo cooperativo ideal⁴⁹² seria o que preenchesse todos os requisitos teoricamente enunciados pela organização mundial das cooperativas, a ACI. Quando esses requisitos se verificam no caso concreto, a tipicidade da cooperativa se torna inquestionável⁴⁹³.

Essa constatação de qual seja o *referente* do direito é importante para que se perceba a importância do discurso do direito na proteção de determinadas relações sociais. Como tentamos demonstrar até aqui o conteúdo das normas jurídicas não é neutro, o fato de um diploma legal dizer *isto* e não *outra* coisa é eivado de significado.

É Diva Benevides, e, portanto, a “doutrina cooperativista”, quem vai definir as cooperativas como “sociedades de pessoas, organizadas em bases rochdalianas, que visam a suprir seus membros de bens e serviços, além de realizar determinados programas educativos e sociais”⁴⁹⁴, ⁴⁹⁵. Quais as consequências da incorporação dessa visão de “cooperativismo” no Direito?

⁴⁹¹ BULGARELLI, Waldírio. *As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica...* p. 97.

⁴⁹² Ler mais Weber do que Marx trazem realmente sérias consequências.

⁴⁹³ FRANKE, Walmor. *op. cit.* p. 116.

⁴⁹⁴ PINHO, Divas Benevides. *Cooperativas e desenvolvimento econômico...* p. 49.

⁴⁹⁵ Em 1948, no Congresso de Praga, a definição de cooperativas dada pela ACI era exatamente essa: “Será considerada como cooperativa, seja qual for a sua constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale”.

A consequência da incorporação de tal descrição de cooperativismo no “sistema de direito” vigente implica a defesa das cooperativas como uma *empresa de serviços*, “destinada exclusivamente a atender às necessidades de seus associados”: *é o princípio da dupla qualidade, que põe às claras o papel desempenhado pela sociedade cooperativa*⁴⁹⁶.

Por força da característica das cooperativas, de empresas de serviços, resulta que estes são ao mesmo tempo (...), associados e clientes. Destinam-se as cooperativas, portanto, em função de sua natureza intrínseca a operar com seus associados e os atos por elas praticados dirigem-se não ao mercado, mas, prevalece aos seus associados.

Tem-se então a primeira distinção: as cooperativas são organizadas para atender aos associados, fornecendo-lhes bens e serviços; as empresas capitalistas⁴⁹⁷.

Outro defensor, ainda mais ferrenho, dessa conceituação de cooperativas, como já salientado, é Walmor Franke. Para ele é na “relação sócio-utente” que se deve começar a buscar o elemento distintivo das sociedades cooperativas.

O elemento substancial, diferenciador da cooperativa, residiria (...), exatamente na execução do *princípio da dupla qualidade*, também denominado *princípio da identidade*, em vista da unidade de fim entre o associado e a empresa na realização dos negócios sociais⁴⁹⁸.

Mas ora, desde a primeira vista este critério (verdadeiro conceito) para a definição de cooperativas demonstra-se bastante limitado, dá conta de explicar alguns eventos sócio-econômicos nos quais aparece a *cooperação*, mas isso não garante que se possa chamá-lo de

⁴⁹⁶ BULGARELLI, Waldírio. *As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica...* p. 21.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 24.

⁴⁹⁸ FRANKE, Walmor. *op. cit.* p. 117.

Outras passagens confirmam esse visão do autor:

“... para poder distinguir as cooperativas de outras sociedades, não se deve perder de vista que a indústria por elas exercida o seja a serviço direto dos sócios. É o que com segurança assinala a *diferença substancial* entre as sociedades cooperativas e as sociedades não-cooperativas”. Ibid., p. 117.

“O tipo “sociedade cooperativa”, a que é essencial a relação sócio-utente, compõe-se, desde a experiência dos pioneiros de Rochdale, de RAIFFEISEN, SCHULTZE-DELITZSCH e outros, de um conjunto de práticas societárias internas, acolhidas, mas tarde, pelas legislações, na disciplina jurídica deste tipo”. Ibid., p. 118.

“... o único elemento que, em maior ou menor extensão está presente em todas as espécies de sociedades cooperativas é a co-atividade interna dos associados, expressa na relação cooperado-utente”. Ibid., p. 107.

cooperativismo. O exemplo é dado pelo próprio Waldírio Bulgarelli quando trata da *entrega* da produção dos associados à cooperativa para que ela a armazene, a beneficie e a venda no mercado (*prestando um serviço*) e/ou *forneça bens* aos associados da cooperativa. Nesse caso descrito pelo jurista paulista, a cooperativa se presta muito bem a ser uma *empresa de serviços*, atendendo o associado e prestando-lhe bens e serviços: *é o caso típico da grande cooperativa do agro-negócio brasileiro*, modelo para a nossa legislação.

Na pesquisa de campo que tivemos a oportunidade de realizar uma das perguntas do questionário era saber exatamente se os cooperados de uma cooperativa de produção que tipos de serviço eles achavam que a cooperativa prestava para eles: nenhum (ou 0% como gostam alguns) soube responder essa questão, tendendo a responder que a cooperativa não prestava nenhum serviço para eles. Resta comprovado que é o real-concreto que antecede a teoria e não o contrário (quando a teoria não dá conta de explicar o real essa teoria é falha (ideológica), e por isso deve ser rechaçada).

Até aqui se percebe que o conceito de “cooperativa” dado pelo Direito confere perfeitamente com a descrição de uma atividade econômica bem específica, e que em *nada* se assemelha ao cooperativismo defendido pelo *pauper* na luta contra o *trabalho objetivado*.

Essa insuficiência na demarcação do que seja o cooperativismo pelo discurso hegemônico do Direito Cooperativo perpassa todas as obras analisadas dos autores citados⁴⁹⁹. Constatamos um crônico mal estar quando eles tentam demonstrar a capacidade explicativa da fundamentação teórica por eles defendida. Não é coincidência que as cooperativas agrícolas, de consumo, de crédito e de intermediação de mão-de-obra sejam exemplos recorrentemente citados. Para estas espécies de cooperativas tal discurso descritivo funciona, o problema é em relação às cooperativas de produção – e principalmente os empreendimentos autogestionários de cunho popular cultivado pelo *pauper*.

Walmor Frank chega a identificar claramente a limitação do discurso (ideológico, como vai nos dizer Correia) que descreve o cooperativismo como uma *empresa de serviços*. Confessa ele que esses tipos de “explicações” “padecem do defeito de partirem (...) das cooperativas de consumo”, de tal modo que sua característica principal (qual seja, a ‘utilidade

⁴⁹⁹ De Walmor Frank: *Direito da Sociedade Cooperativas*. E de Waldírio Bulgarelli as obras: *As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica* e *Elaboração do Direito Cooperativo* (um ensaio de autonomia).

aos associados’) “não se aplica, em grande parte, às cooperativas de produção, bem como nem sempre às cooperativas de crédito”⁵⁰⁰. É isso que estamos a cinco capítulos tentando dizer!

Embora parecesse que finalmente o discurso hegemônico fosse reconhecer a sua incapacidade na explicação das relações sociais – aceitando que é necessário “levar em conta outros momentos, não de menor importância” – simplesmente a hegemonia opta por tangenciar a fratura e seguir em frente com seu rolo compressor.

Contestada pela própria complexidade das relações sociais, a ciência apologética do *status quo*, na necessidade de legitimação do pensamento único, vai mostrar toda a sua truculência o impor pela força⁵⁰¹ (momento formal) a supremacia da *aparência* sobre a *essência* do fenômeno – na mais perfeita ode à supremacia da racionalidade instrumental que caracteriza o pensamento ocidental. Nesse sentido, Walmor Franke, após atestar a incapacidade do Direito Moderno em lidar com fenômenos complexos e dinâmicos como é o cooperativismo, vai explicitar toda a agressão realizada pelo “sistema de direito” *vigente* em detrimento da organização popular de orientação contra-hegemônica:

A dificuldade de uma conceituação unitária (...), cresceu (...) com o aparecimento de novas categorias de cooperativas. Parece-nos, porém, que o dado fático que para CRÜGER, se revestia de *suma importância* no julgamento das cooperativas, ou seja, a utilização, pelos associados, dos serviços comuns, é, na realidade, elemento decisivo para caracterizá-las, pois não se concebe cooperativa em que os associados não operem com a sociedade, praticando, com ela, os *negócios internos*, o negócio-fim, por cujo intermédio a cooperativa, em contato com o mercado, deverá promover o incremento das economias dos sócios e a obtenção de recursos destinados a obras de assistências, cultura e educação⁵⁰².

Ou seja, é muito, muito, difícil conceituar o cooperativismo; o “legislador” deveria seriamente pensar em desistir dessa desgastante tarefa; é quase que é melhor desistir desse intento e passar a estudar caso a caso a espécie e a natureza da cooperativa. “*Mas espere aí*”, temos um trunfo: a descoberta do elo perdido que unifica todas as categorias de cooperativas: *a utilização dos serviços sociais comuns pelos cooperados*. Última forma! Esqueçam a nossa

⁵⁰⁰ Cf. FRANKE, Walmor. *op. cit.* p. 67.

⁵⁰¹ Aí a importância do sentido deontológico do discurso do direito.

⁵⁰² *Ibid.*, p. 68

fraqueza, erramos por duvidar da capacidade da *razão* humana, voltemos a pensar que uma conceituação unitária é possível. É assim é feito. A ordem volta ao nosso reino. Confie na lei, é que dizem os arautos do admirável mundo novo.

Essa incompreensível forma de fazer “ciência” volta adiante na argumentação do autor citado, e de forma ainda mais reveladora⁵⁰³ - ao invés de parar de esmurrar a ponta da faca decide-se aumentar a força da agressão:

... é evidente que a noção de “cooperativa” é de conteúdo complexo, pois, na realidade, nenhum dos elementos que lhe compõem a fisionomia, é por si só, suficiente para caracterizá-la (...) [Seus] aspectos tornam difícil, quando não impossível, distinguir as cooperativas por uma nota ou característica que lhe seja exclusiva e que, por si só, permita a sua tipificação (...) É difícil colocar todo esse conteúdo, matizado de aspectos objetivos e subjetivos, econômicos e psicológicos ao mesmo tempo, no invólucro de uma definição jurídica que o traduza, de modo perfeito, em toda a sua densidade e extensão.

Ademais nem sempre o que é conceituado como ótimo no terreno doutrinário é exequível no plano da realidade prática (...), *a crescente complexidade da economia moderna*, em que, ao lado da iniciativa privada, o dirigismo estatal se faz sentir, dia a dia, com maior intensidade, *obriga o legislador a proceder com espírito pragmático, desprezando, por vezes formas teoricamente puras, para admitir figuras híbridas, as quais, a seu juízo, melhor entendem, na emergência, às necessidades do desenvolvimento sócio-econômico*⁵⁰⁴.

A simplicidade com que o pensamento único trata da complexidade que caracteriza a vida em sociedade é algo tocante. Na dúvida, *optemos* pela “obrigação” de proceder com o espírito pragmático, desprezando as “verdades” reivindicadas pela ética da vida concreta.

Mas, se a cooperativa é um fenômeno social de conteúdo complexo, que dificulta a sua caracterização em uma definição jurídica que a traduza, por que não abandonar a pretensão inalcançável de tentar regulá-la de forma tão taxativa e unitária como é Lei n. 5.764/71? Por que não fazer uma legislação genérica de modo a fazê-la mais auto-aplicável possível? Por que não assumir de vez um paradigma normativo que prime pelo pluralismo jurídico? Se é difícil a definição dos aspectos que definem uma cooperativa por que adotar “a existência de uma empresa posta a serviço de seus membros” como o critério jurídico-formal definidor

⁵⁰³ Atenção para os trechos grifados da transcrição a seguir.

⁵⁰⁴ Ibid., p. 74. (o grifo é nosso)

desse tipo de empreendimento? Por que não ser este critério a proibição do trabalho assalariado no interior de uma organização coletivista de produção? Figuras híbridas? Não há uma escolha em jogo? Cooptação? A questão é meramente pragmática? Ainda há que se acreditar no mito da neutralidade jurídica?

Em relação ao cooperativismo, o discurso jurídico hegemônico (nessa tentativa de definição do quê é o cooperativismo e qual o papel do “mundo jurídico” na descrição deste fenômeno), prepara contra si um xeque-mate quando seus intelectuais orgânicos, sem a mínima preocupação confirmam, que o “o direito positivo consagra, às vezes, por motivos pragmáticos (inclusive de estímulo à “cooperação”), normas de acomodação com práticas inerentes ao sistema capitalista”⁵⁰⁵. E desta maneira é aceitável a existência de dispositivos legais que impliquem na contradição formal com os princípios do cooperativismo⁵⁰⁶. Está desvendado o mistério. O trabalho assalariado, a subordinação do trabalhador ao capital pelo contrato de trabalho, a heterogestão, a exploração do trabalho, a dominação e a humilhação dos trabalhadores pelos seus respectivos patrões ou gerentes devem, efetivamente, ser instrumentos valiosos no estímulo à cooperação. Brilhante dedução teórica! Sob a justificativa do fomento das economias cooperadas tudo é válido, principalmente se se copia as práticas das empresas capitalistas.

Conceituar cooperativas nesses termos é reduzir a complexidade do tema. É negar a razão de ser da proposta *clássica* do movimento social e subsumi-lo à lógica do capital.

Waldirio Bulgarelli, retomemos isso, chega a tocar nessa fratura, embora tenha optado por não incorporá-la em seu pensamento. Percebe o citado autor que ao longo do desenvolvimento do movimento cooperativista – até a fundação da ACI – duas correntes se formaram na defesa do que seria o cooperativismo: o cooperativismo de produção e o cooperativismo de consumo. “... uma a das cooperativas profissionais, formadas por trabalhadores, que dela retiravam sustento; no campo, as cooperativas de produtores agropecuários; nas cidades, as cooperativas operárias de produção – e de outro lado, a dos *consumidores*, integradas pelas mais diversas categorias sociais e profissionais, que na fase inicial, *buscavam apenas o justo preço na aquisição de gêneros alimentícios e artigos do*

⁵⁰⁵ Ibid., p. 74.

⁵⁰⁶ “Entre a doutrina cooperativista e o direito positivo de países do mais alto desenvolvimento econômico e cultural, existem, por igual dissonâncias, que se por um lado mostram a plasticidade da fórmula cooperativa, por outro lado contradizem princípios doutrinários básicos”. Ibid., p. 75.

lar”⁵⁰⁷. Ainda que não reconheça a existência de luta entre ambas correntes (tal qual nos remete Palmyos Carneiros⁵⁰⁸) vai afirmar, contudo, que permanece uma oposição clara, tendo em vista os interesses diversos que agrupam as duas correntes⁵⁰⁹. Walmor Franke também está ciente desse conflito quando vai, com todas as letras, afirmar que “A formulação dos chamados “princípios de Rochdale”, apresentados à ACI, em 1934, no Congresso de Londres, *inspirou-se, visivelmente, na organização das cooperativas de consumo*” e que “Não há como negar que o princípio da “livre adesão” ou de “porta aberta” poderá ter aplicação irrestrita nas cooperativas de consumo; nem sempre, porém, a terá nas cooperativas de produção, com capacidade técnica limitada”⁵¹⁰.

Na verdade essa discussão atinente à luta (de classe!) pela hegemonia do conceito de cooperativismo e a vitória da cooperativa de serviço como o modelo de “todo” o movimento não são temas novos. Já tratamos disso anteriormente. Nosso interesse aqui é alertar para o papel do discurso do direito (em sentidos deôntico e ideológico) e do discurso jurídico em corroborar com o “cooperativismo” subsumido ao capital: *legalizando a injustiça*. O que importa aqui é ressaltar duas coisas: 1) o “mundo jurídico” tem a exata noção do conflito com que está tratando (menos grave seria não soubesse); 2) fica evidente que uma escolha foi tomada, e o discurso do Direito tem um importante papel no sentido de (formalmente) legitimar e aprofundar esse estado de coisas que vislumbra o “cooperativismo” como o “reino do consumidor”.

Apesar porém dessa diversidade, e da existência de diversas correntes doutrinárias, os princípios de sua doutrina foram sendo elaborados e consolidados, não mais no sentido das cooperativas distributivas apenas, mas, para que abranger todas as formas de cooperativas, até porque, por ocasião do XV Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, entidade que reúne cooperativas do mundo inteiro, foram afinal fixados os seguintes princípios, inspirados no programa de Rochdale, por isso tomando-lhe o nome, e conhecidos como Princípios de Rochdale:

⁵⁰⁷ BULGARELLI, Waldirio. *Direito Cooperativo*... p. 20. (sem o grifo no original).

⁵⁰⁸ Cf. Primeira Parte deste trabalho..

⁵⁰⁹ “A própria Aliança Cooperativa Internacional até certa época, fazia restrições às cooperativas de produção; tanto que em 1910 por ocasião do Congresso de Hamburgo, emitiu declaração que afirmava (§ 30) – “Porém, por apreciáveis que sejam as vantagens que propicia a seus membros, deve esclarecer-se que essas entidades tornaram-se nocivas se, seguindo tendência de seus membros, como produtores deixam-se arrastar até o aumento de preços dos artigos, em prejuízo dos interesses gerais dos consumidores. Se isso chega a acontecer são exatamente tão prejudicadas como os cartéis e os trusts capitalistas”. Ibid., p. 20

⁵¹⁰ FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas*... p. 70-71 (sem o grifo no original)

“É sabido que os Equidosos Pioneiros de Rochdale não “codificaram” tais princípios e que estes foram introduzidos, pela doutrina, da estrutura e das práticas de sua cooperativa de consumo”.

Principais;

- adesão livre
- cada associado um voto
- distribuição do excedente *pro rata* das transações dos membros
- juros limitados sobre o capital

Acessórios:

- neutralidade política e religiosa
- vendas a dinheiro e a vista
- desenvolvimento da educação⁵¹¹

Diante do conflito em torno da hegemonia do conceito de cooperativas a ciência jurídica tradicional assiste a tudo com uma passividade impressionante: ingenuamente incorpora-se o cooperativismo como uma terceira via em relação ao capitalismo e o socialismo, uma opção que *harmonizaria* os princípios de um e de outro⁵¹². Essa postura de assumir uma posição que em tese dissolve todos os conflitos é tipicamente jurídica, é a solução *eclética* tão ao gosto do senso comum teórico dos juristas⁵¹³.

Mas nem sempre é possível uma solução de compromisso que atenda a todos. Tal como vimos procurando mostrar, a *exterioridade* e a *totalidade* possuem lógicas completamente diferentes, de modo que é impossível encontrar um meio termo para compatibilizar esses dois sistemas-mundo: o conflito é a tônica do sistema, mais do que escamoteado ele deve ser, sim, é explicitado. Nesse sentido soa como uma falácia a proposta de que os princípios de Rochdale são mais consistentes que os das cooperativas de produção porque abrangem todas as formas de cooperativas. Espera-se ter deixado claro que esse embate refere-se, pois, a uma questão não só teórica, mas também política.

⁵¹¹ BULGARELLI, Waldirio. *Direito Cooperativo...* p. 21.

⁵¹² *Ibid.*, p. 28.

⁵¹³ Sobre uma magnífica discussão sobre a influência do “ecletismo” na filosofia brasileira recomendo a leitura da obra de Roberto Gomes intitulada *Crítica da Razão Tupiniquim* (Curitiba: Criar Edições, 1986).

Embora possa parecer, não pensamos que autores como Franke e Bulgarelli deliberadamente arquitetam, desde o cooperativismo, um discurso jurídico que venha a defender a produção e reprodução do modo de produção capitalista. Nem que eles são os responsáveis pelo o Direito Cooperativo brasileiro ser o que é⁵¹⁴. Não, eles não teriam poder para tanto. O que criticamos *nesses* autores é, antes de tudo, a falta da *crítica da ideologia jurídica* denunciada por Óscar Correias, e, dessa maneira, as repercussões desse discurso no mundo dos fatos.

Defensores da descrição do cooperativismo proposta pela Escola de Nîmes (de Charles Gide e companhia), Franke e Bulgarelli vão acreditar que a transformação social proposta pelo movimento cooperativista, na “correção dos excessos capitalistas”, vai se dar de forma pacífica, pois pautada na defesa do homem como consumidor⁵¹⁵. “Daí sua divisa de que o consumidor não sendo nada deve ser tudo. Trata-se, pois de uma verdadeira revolução nos conceitos tradicionais da economia liberal, passando o controle da economia das mãos dos produtores para as do consumidor. Esse chamado “reino do consumidor “seria alcançado através da reunião dos consumidores em cooperativas que acabariam por absorver toda a sociedade [no projeto de três etapas]”⁵¹⁶.

Para o setor ligado à “doutrina cooperativista” a essência do cooperativismo estaria ligada à *abolição* do lucro. Até aí não se perceberia a divergência do “cooperativismo” convencional com o cooperativismo enquanto *práxis de libertação*. A falácia da concepção cooperativista pautada nos ensinamentos de Charles Gide está determinada nos *meios* para a consecução deste fim. Para a “doutrina cooperativista” o lucro desapareceria simplesmente pela eliminação do intermediário nas trocas mercantis, pondo fim aos “elementos artificiais” que encarecem os bens e serviços.

Para Gide, a essência do cooperativismo está justamente na abolição do lucro, o que correlaciona com a obtenção do *justo preço*. Este seria o preço despido de todos os elementos artificiais que encarecem os bens e serviços; e as cooperativas por representarem os consumidores de um lado e os produtores do

⁵¹⁴ “... é necessário dizer que é totalmente verossímil que o produtor do discurso do direito, tomando como toma seus conceitos da economia apologética capitalista, não tenha nenhuma responsabilidade na construção das descrições incluídas nos textos de direito”. CORREAS, Óscar. *op. cit.* p. 206.

⁵¹⁵ “É assim um movimento pacífico; a sua doutrina não se apresenta com os laivos radicais que impregnam outras ideologias – respeitando a estrutura básica em que se assenta a sociedade, sem querer a destruição, pela violência de suas instituições”. BULGARELLI, Waldírio. *Elaboração do Direito Cooperativo...* p. 27.

⁵¹⁶ *Ibid.*, p. 19-20.

outro, obtêm-no, pois elimina o intermediário que acrescia o preço com o lucro – substituindo-o nessa atividade sem a intenção do ganho⁵¹⁷.

Das duas uma, ou estamos equivocados em tudo a busca ontológica pela essência do *verdadeiro* cooperativismo realizado na primeira parte da pesquisa (e a teoria do valor de Marx não tem qualquer sentido) ou o cooperativismo convencional ainda tem um grande papel social a cumprir. Como ainda não veio a tão aclamada transformação social prometida pela “doutrina cooperativista”, há ainda que se supor que ela virá?

O discurso jurídico hegemônico sabe que a resposta para esta pergunta é negativa. É Walmor Franke quem mais uma vez deixa escapar:

Já contava GIDE que a cooperativa de consumo, embora extinga o *patronato capitalista*, todavia “não faz desaparecer o *salariado* e que, portanto, neste ponto, não realiza o sonho dos socialistas franceses de 1948”⁵¹⁸.

Desde Marx resta comprovado que lucro se refere à uma parcela da mais-valia que incorporado pelo capitalista. Está intimamente ligada à exploração do trabalho (já *objetivado*) na esfera produção da riqueza. Tentar convencer que é na circulação que aparece o lucro é confundir as coisas.

Em *Um comentario a los Grundrisse*⁵¹⁹, Dussel vai ressaltar como Marx combate a insistência de certas teorias auto intituladas como críticas em defender a centralidade da circulação na explicação da crise vivida pela sociedade capitalista. Logo no início dos *Grundrisse*⁵²⁰ se questiona Marx:

“... ¿es posible cambiar las relaciones de producción existentes y las relaciones de distribución a ellas correspondientes (...) transformando la organización de la circulación? ... Si toda transformación en tal

⁵¹⁷ Ibid., p. 56.

⁵¹⁸ FRANKE, Walmor. *op. cit.* p. 145.

⁵¹⁹ DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx...* Capítulo 3. Génesis de la Teoría del Dinero. p. 67 e ss.

⁵²⁰ Em passagem já citada neste trabalho.

sentido de la circulación requiriese a su vez como supuesto previo transformaciones de las otras condiciones de producción y sacudimientos sociales, es evidente que esto refutaría a priori tal doctrina ... Bastaría la falsedad de esa premisa fundamental para demostrar una comprensión igual de la conexión interna de las relaciones de producción, de distribución y de circulación”⁵²¹.

Marx procura mostrar a parcialidade da análise econômica das teorias que definem a esfera da *circulação* como causa principal da crise estrutural da sistema capitalista. Em sua teorização o filósofo alemão vai dar proeminência ao momento material por excelência da *produção*. Tudo consequência do procedimento metódico que impõe que na análise social se parta do superficial até o profundo, do complexo ao simples, “da mercadoria ao valor, e, por último do valor ao trabalho vivo”.

Expondo a passagem dialética da circulação à produção, Marx, definitivamente, vai demarcar o nível da produção como o local onde se encontra o segredo de toda a crise (ética) vivenciado pelo modo de produção capitalista. “La crisis no se explica em nível de la circulación (...) sino en el nivel de la producción, de la mercancía”⁵²².

Essa distinção acerca dos pontos de partida para a negação das *negatividades* geradas pelo sistema-mundo capitalista é vital para qualquer análise das ciências sociais – e por isso da ciência jurídica. É somente com Marx (que afirma a produção e a análise da mercadoria como ponto de partida) que teremos a discussão sobre o *trabalho vivo* como o ponto de partida metafísico radical que fundamenta um pensar crítico (de *libertação*). Somente sabendo compreender as relações entre as esferas da produção, circulação e distribuição é que conseguiremos enxergar que “detrás do trabalho está um horizonte que é o *fundamento* absolutamente último do pensar dialético: a vida, a vida humana”^{523, 524}.

Essa visão ingênua do que seja a natureza do capital é expressão maior da incapacidade dos juristas tradicionais em estabelecer uma leitura indisciplinar do contexto social em que estão inseridos, isso acarreta na incompreensão da natureza e da função da legislação cooperativista pátria. *Estabelecer um diálogo crítico acerca da regulação do cooperativismo é tarefa impossível de ser realizada pelos juristas imbuídos do senso comum teórico do Direito*

⁵²¹ Ibid., p. 67.

⁵²² Ibid., p. 73.

⁵²³ Ibid., p. 75.

⁵²⁴ Tudo isso foi visto no Capítulo I, da Primeira Parte dessa pesquisa.

– o positivismo jurídico – e da explicação da sociedade moderna proposta pelos arautos da Sociedade de Mont-Pélerin.

É como expressão dessa limitação epistemológica que o discurso hegemônico do Direito Cooperativo vai acreditar que é possível estabelecer, no Direito Cooperativo, uma harmonização entre os princípios de uma economia comandada pelo capital (o capitalismo) e outra na qual o trabalho e o ser humano são elementos centrais (o socialismo). A princípio isto é impossível, mas não se pode duvidar do poder de um sistema que nos obriga a obedecer uma prescrição que nada tem que ver com as verdadeiras relações sociais⁵²⁵.

5.2. O trabalho assalariado nas “cooperativas”: a questão central

Diferentemente dos pressupostos e premissas da teoria jurídica tradicional a crítica jurídica é a crítica da ideologia que transmite o direito, e, assim, tenta mostrar que o Direito consegue ocultar as relações sociais que verdadeiramente se impõem como sua causa.

O problema de como é possível o direito ser eficaz no domínio dos homens caso se refira a ficções das relações entre estes homens não é o maior problema para nosso objetivo neste trabalho. O problema fundamental consiste, uma vez aceito, que o direito se refere a ficções, em como sabermos de que são ficções?⁵²⁶

Tratando do tema da eficácia do discurso do direito – mesmo se o referente do direito não é o referente do discurso, mas sim uma descrição falsa do real-concreto – somente a questão da *hegemonia* e do *poder* vão explicar a reprodução de um estado de coisas gerador de *negatividades*. Insere-se aqui o debate, agora, menos relacionado ao discurso jurídico e mais voltado para o discurso do direito.

⁵²⁵ Cf. CORREAS, Óscar. *op. cit.*

⁵²⁶ *Ibid.*, p. 207.

“Se as postulamos como ficções, de que modo poderemos conseguir alguma conexão que nos dê elementos para a comprovação da hipótese da relação causal entre relações sociais e o direito? Para isto necessitamos mostrar que aquilo que o direito descreve incorretamente é o mesmo que a ciência sociológica descreve corretamente. Temos de mostrar que o direito se dirige a dominar relações sociais que *não estão em seu discurso*, posto que se estivessem se referiria as descrições verdadeiras da sociedade e não a de aparências ou ficções. Em outros termos, temos de mostrar que as ficções que são o *referente* do direito, são ficções ou a aparência *das relações sociais que a sociologia aceita previamente descreve de modo distinto*”.

A principal e irremediável problemática da legislação cooperativista vigente é a permissão de trabalho assalariado no interior das unidades coletivistas de trabalho – reflexo da expressão no direito cooperativo do sentido deôntico e ideológico próprios do capitalismo. Esse é o que aqui se chama de um primeiro quadro do cooperativismo brasileiro cancelado pela legislação vigente, cujos exemplos poderiam ser a contratação direta pelas “cooperativas” agrícolas de um sem número de trabalhadores rurais responsáveis pela produção ou ainda o caso das UNIMEDs com suas alegres e sorridentes secretárias e serventes.

Na legislação essa permissão não é explícita:

Art. 31 – O associado que aceitar estabelecer relação empregatícia com a cooperativa perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

A permissividade vai ficar escancarada adiante, quando no artigo 91 estabelece:

Art. 91. As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

No discurso jurídico e do direito hegemônicos a contratação de funcionários por cooperativas é absolutamente permitida, e por isso, diríamos, incentivada. Sob o discurso de que atividade fim se diferencia de atividade meio, para o cumprimento dessas últimas (atividades “menos nobres” por sinal), uma infinidade de indivíduos é submetida ao trabalho subordinado, enquanto para o cumprimento daquelas apenas a “elite cooperada” se presta – e coincidentemente são eles que enriquecem.

No Brasil essa afronta ao *projeto* cooperativista chega a um descalabro tal que não raro os empregados nas cooperativas quantitativamente superam em muito o número de “cooperados”.

Na perspectiva de revelar a ficção sobre a qual se debruça o Direito, antes de continuar com a argumentação faz-se necessário mais um esclarecimento acerca do fenômeno da cooperação: a diferença existente entre um “cooperativismo” subsumido à lógica da *totalidade* e o cooperativismo de *libertação* que até agora se vem tratando. Distante do princípio ético material do respeito incondicional à vida – do *trabalho vivo* – o “cooperativismo” hegemônico – “que aparece na TV” – permanece ligado a uma “ética” superficial e questionável: do *capital*. Observe que não se fala em uma “falta” de valores éticos, mas de um padrão ético desvinculado da alteridade e da realidade concreta. Por isso ser possível questionar se as “grandes cooperativas agrícolas” (COAMO, COCAMAR, etc), as UNIMEDs, as cooperativas de intermediação de mão-de-obra etc deveriam ser denominadas cooperativas. Infelizmente, o cooperativismo chancelado pelo Direito Positivo brasileiro é o falseamento imposto pelo capital.

Para a crítica da legislação que ora se propõe, um critério a mais será adotado, qual seja o de que existem duas grandes famílias de cooperativas⁵²⁷:

1) aquelas que se relacionam aos *usuários*⁵²⁸; e 2) aquelas que agrupam os *produtores*⁵²⁹.

Embora seja difícil de se negar que ambas possam ser, a princípio⁵³⁰, materialmente, cooperativas⁵³¹ – uma vez que traduzem empresas radicalmente diferentes das empresas capitalistas –, não há como se negar que se trata de entes distintos. Não compreender isso é confundir as coisas, “dai a confusão de algumas legislações – como a do Brasil – em não conceituarem o cooperativismo de trabalho, mas sim o de serviço (...) chegando ao absurdo de interpretar o ato cooperativo somente em relação a “serviços” com a cooperativa, e não ao trabalho em si”⁵³².

Na Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas são assim definidas:

⁵²⁷ CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 175.

⁵²⁸ Tais como as cooperativas agrícolas, de consumo, de habitação e de crédito.

⁵²⁹ Como as cooperativas de pescadores ou de trabalhadores industriais.

⁵³⁰ Pois como dito, os empreendimentos ontologicamente vinculados à lógica de *totalidade* do capital não deveriam ser considerados cooperativas, haja vista que materialmente figuram como verdadeiras empresas capitalistas, tendo o *trabalho morto* como sua determinação mais importante.

⁵³¹ “A origem de toda a cooperativa (...) se encontra um grupo de usuários ou de produtores que investem direta e pessoalmente em uma empresa comum as esperanças do trabalho, do conhecimento, economias e energias e que se tornam, assim, empreendedores coletivos...” CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 176, citando um discurso de Antoine Antoni.

⁵³² *Ibid.*, p. 179-186.

Art. 3º - Celebram contrato de cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

Art. 7º - As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados.

Ignora-se, assim, o *trabalho*, o processo de trabalho, como se ele não existisse⁵³³.

Marx de forma irrefutável demonstrara a co-determinação dos diversos momentos da economia: produção – consumo – distribuição – intercambio. “Produção, distribuição, intercambio e consumo formam assim um silogismo: a produção é o elemento universal; a distribuição e o intercambio são o elemento particular; e o consumo é o elemento singular com o qual o todo se completa”⁵³⁴. Cada um dos elementos não se limita a ser o outro de maneira imediata, nem tampouco o mediador do outro, senão que, realizando-se, cria o outro e se cria o enquanto outro.

Contudo, na análise ontológica da relação dialética entre esses diferentes momentos Marx dará preeminência ao momento material por excelência da produção⁵³⁵, mostrando que o problema deve situar-se em ‘nível mais profundo’, invisível à consciência e não em um plano superficial ao fenomênico, ou seja, o da circulação. Passando do superficial para o profundo é que o filósofo desvenda uma nova teoria do dinheiro. No início dos *Grundrisse* Karl Marx já fazia uma pergunta fundamental: “¿es posible cambiar las relaciones de producción existentes y las relaciones de distribución a ellas correspondientes mediante una transformación del instrumento de la circulación, es decir, transformando la organización de la circulación?”⁵³⁶.

Todas as propostas de transformação social que resumem a problemática ao nível da circulação acabam por deixar intacta o caráter individual abstrato do trabalho do produtor,

⁵³³ Os próximos sete parágrafos já foram escritos anteriormente. Por serem fundamentais para a argumentação dessa pesquisa serão utilizados como fundamentação do tema em debate.

⁵³⁴ DUSSEL, Enrique. *La producción...* p. 40.

⁵³⁵ Ibid., p. 71.

⁵³⁶ Ibid., p. 67.

perdendo de vista se o trabalho produtor de riqueza é *vivo* ou *objetivado* – e isso é grave, pois, viu-se, o primeiro é eticamente justo, o segundo injusto. O mecanismo teórico do discurso ideológico da ciência burguesa parte da mera relação simples de intercâmbio, em verdade uma simplificação da realidade, cujo resultado é o contentamento com a mera aparência do fenômeno⁵³⁷.

Para a ciência burguesa, denotando todo o seu “estatuto ideológico”, é “normal” que o indivíduo *A* troque seu produto *a* com o indivíduo *B* pelo seu produto *b* já que por definição *A* e *B* não têm diferença, sendo seus produtos considerados perfeitamente equivalentes (só se diferenciando pelo fato de terem sido produzidos por indivíduos diversos). Mas as relações econômicas ao nível do *real concreto* não são caracterizadas pela igualdade, muito pelo contrário, elas são oriundas da diversidade entre os indivíduos. Assim, “do que se trata, é evidente, é de que se se abstrai todo condicionamento ou oposição nas relações de produção, cada indivíduo (seja *A* ou *B*) é igual; são iguais por definição. Mas construir sobre dita igualdade abstrata qualquer discurso *concreto* é uma construção puramente ideológica”⁵³⁸. Aqui o mito da economia política capitalista: a igualdade de condições entre os sujeitos.

Essa abstração a-histórica do discurso hegemônico permite camuflar as posições já determinadas dos sujeitos no processo produtivo, tais como a acumulação de dinheiro (enquanto capital) por uns e a total falta de acesso aos meios próprios de produção por parte de outros. Ambos sujeitos “aparecem” como iguais sendo que em realidade são desiguais, determinados por uma história de captura do produto do trabalho do outro e sua conseqüente acumulação privada.

“Marx”, explicando o motivo do alerta feito por Oscar Correias em relação à *regulação* do Direito, “indica que a “ciência” que só restringe nessas “determinações abstratas” que são “as primeiras a aparecer”, esquece inúmeras determinações concretas (...) Não se vê que já na determinação simples do valor de troca e do dinheiro se encontra latente a contradição entre o trabalho assalariado e o capital”⁵³⁹.

⁵³⁷ “Es decir, se trata de un manejo ideológico por el que se oculta la dominación ética del sistema, y, partiendo solo de las relaciones (un productor con su producto, otro productor con el suyo, simple intercambio de ambos productos para las necesidades del otro) el capitalismo recibe una justificación “científica”. Para ello es necesario realizar “adecuadas” abstracciones justificatorias de hecho, aunque no en la conciencia del economista”. Ibid., p. 111.

⁵³⁸ Ibid., p. 112.

⁵³⁹ Ibid., p. 116.

Então, para a economia política clássica o “mundo das mercadorias” – o nível fenomênico da circulação – seria o nível essencial da economia. Para Marx este seria apenas o nível acidental, o nível profundo da realidade do capital seria o da *produção*. “Em seu duplo sentido: fruto da produção, instrumento de produção; e ao mesmo tempo síntese: processo auto-reprodutivo desde sua permanência como “relação social”. Quer dizer, a mera circulação manipula as mercadorias, mas não as produz. Na circulação simples o *valor* circula, mas não se faz aumentar. Isso se dará no interior do processo de trabalho com a objetivação do *trabalho vivo*: é a “morte do sujeito”, é o desvendamento da *mais-valia*.

Para Marx la “forma” del objeto es la objetivación de la vida. Es una cuestión antropológica fundamental. El producto porta parte de ser del hombre – como si fuera miembro objetivado y autonomizado de su vida. Esto es esencial para comprender dos cuestiones: el sentido ético del robo del producto (se roba vida humana), y la acumulación del valor del producto en el capital como acumulación de vida humana (es el fetiche que vive de la muerte del trabajador): la objetivación de la subjetivade en el proceso de trabajo no se consume como subjetivación igual de la objetivade en el salario. He allí la injusticia ética del capitalismo: sua perversidade desde el trabajador⁵⁴⁰.

A “conformação ideal” do capitalismo é a idealização abstrata da circulação simples na qual os sujeitos e as mercadorias são iguais e equivalentes. A legislação cooperativista, comprovando a crença do “legislador”⁵⁴¹ nesse mito, aceita essa falácia sem questionar, impondo essa ficção de tal modo que a essência das “cooperativas” passa a ser definida simplesmente nos ‘produtos e serviços’ a serem prestados por essas organizações – o que se passa como causa desses bens é simplesmente ignorado (contenta-se, então, com a aparência do fenômeno). Segundo a determinação legal não importa, assim, se para a materialização desses bens e serviços o *trabalho morto*, assalariado, foi o principal fator de produção. Exemplo: nas grandes cooperativas agrícolas, que funcionam como receptora dos produtos realizados “pelos cooperados” (soja, arroz, milho etc), o serviço prestado pela cooperativa aos associados é a venda dessa produção “coletiva” no mercado nas melhores condições possíveis (que individualmente não se poderia alcançar) – é essa a grande função do cooperativismo proposto pela Lei n. 5.764/71. Restrito à aparência do fenômeno a relação parece justa. Mas ora, a produção entregue pelo “cooperado” é produzida por quem? e em que condições? Os

⁵⁴⁰ Ibid., p. 149.

⁵⁴¹ Esse ente “abstrato” e “neutro”!

produtos são entregues sem qualquer vergonha pelos “cooperados” como se ele fosse efetivamente o dono da mercadoria, quer dizer, dono ele é pois na sua fazenda se comporta como empregador de um infinidade de trabalhadores rurais que da “cooperativa” nada são (às vezes são empregados formais, como já analisado). A engenhosidade é assustadora, pois sob a aparência (máscara) da legalidade o processo de produção e valorização do capital ocorre sem nenhum questionamento, e via de regra sem pagamento de direitos trabalhistas e sociais, sendo que na verdade é a carne e sangue dos trabalhadores assalariados que fazem de tais mercadorias serem o que são - o *capital* coopta um instrumento de crítica ao sistema para se retro alimentar.

A legislação cooperativa ao eleger a prestação de serviço aos cooperados como a essência da cooperativa determina seu segundo erro⁵⁴² crasso. Ideologicamente o Direito se restringe a descrever a aparência do fenômeno, sem qualquer capacidade explicativa, permitindo a exploração do trabalho no interior das “cooperativas” – que assim se apresentam como verdadeiras empresas capitalistas. Tem-se pintado o segundo quadro do cooperativismo brasileiro

*Assim, toda a lei cooperativa brasileira se refere a bens ou serviços, que não são frutos do cooperativismo mas do próprio capital, já que serviço está economicamente ligado à salário e salário prevê a contribuição do capital, ao contrário do trabalho que deve prever o retorno à sua capacidade (...) A lei cooperativista brasileira, ao contrário de outras legislações, não contempla a forma mais primitiva, mais nobre e mais autêntica da atividade humana que é o trabalho*⁵⁴³.

O Direito Cooperativo jamais poderia admitir a possibilidade de existência do trabalho assalariado no interior das cooperativas. Isso representa uma afronta ao cooperativismo enquanto *práxis de libertação*. Se a legislação cooperativista vigente não consegue proteger a essência do movimento cooperativista, aquela se mostra injusta e ilegítima diante dos olhos das vítimas. Vejamos as implicações dessa constatação.

⁵⁴² Se bem que na lógica do capital não há erro nenhum, as coisas vão muito bem, obrigado!

⁵⁴³ CARNEIRO, Palmyos Paixão. *op. cit.* p. 197.

CONCLUSÃO

Crítica ao Direito Cooperativo: por uma práxis jurídica alternativa

“Pedimos, por favor, não achem natural o que muito se repete”.

(Bertold Brecht)

Ao longo da pesquisa que agora chega ao fim nos esforçamos para demarcar a problemática do afastamento do discurso jurídico e do discurso do direito cooperativo vigentes em relação à *regulação* da realidade-concreta vivida pelo *pauper*, naquilo que denominamos de “verdadeiro” cooperativismo: a ação consciente de um conjunto de “sujeitos negados” que ao descobrirem as causas das suas *negações* de vida – a *objetivação* do *trabalho vivo* – optam (ético-criticamente) pela organização coletiva em unidades de produção autogestionárias⁵⁴⁴ como estratégia de negar essa *negação*.

Esperamos ter deixado claras as conseqüências dessa ambigüidade tanto para a factibilidade da práxis histórica das *vítimas*, como para a manutenção de um paradigma normativo (de base positivista e conservadora) que se mostra, irremediavelmente, incapaz de atender às demandas da sociedade. Colocamos em xeque a legislação cooperativista brasileiro, fundamentalmente a Lei Federal n. 5.764/71 que permite em seus artigos 31 e 91 o regime de trabalho assalariado nas cooperativas brasileiras.

Todo uso da força *contra os novos direitos*, que se vão manifestando histórico-progressivamente aos próprios olhos das vítimas, agora já não será para eles “coação *legítima*” mas estritamente violência: uso da força contra o direito do Outro, sem valides nem consistência objetiva (será a força destruidora da “exclusiva reprodução” do sistema vigente, mas não a reprodução e desenvolvimento da vida humana)⁵⁴⁵.

O Direito Cooperativo brasileiro, como se evidenciou, legitimando formalmente a exploração do trabalho nas organizações coletivistas de trabalho presta um enorme desfavor

⁵⁴⁴ Que têm nos princípios da gestão democrática, do efetivo controle do processo de produção pelos trabalhadores e da na distribuição do resultado proporcional ao trabalho realizado a sua radical diferenciação em relação às relações de produção características da tradicional empresa capitalista.

⁵⁴⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética...* p. 547.

ao *projeto* cooperativista: a autogestão social. Acentua a lógica de acumulação capitalista geradora de *negatividades* em um imaginário de viés marcadamente contra-hegemônico. Trata, pois, a legislação vigente (*materialmente*) de empresas capitalistas, não de cooperativas.

O rótulo jurídico confunde pois, mais do que identifica, o que é o cooperativismo. Sobretudo se se quiser identificar o cooperativismo conservador do renovador. O cooperativismo dos grandes daquele dos pequenos. O cooperativismo dos latifundiários daquele dos sem-terra. O cooperativismo capitalista do de perfil socialista⁵⁴⁶.

Se estamos corretos em nossos pressupostos, é a partir da *negatividade material* que se descobre a *negatividade formal*. Como vai nos ensinar Jesús Antonio de la Torre Rangel, as *vítimas* do “sistema de direito” hegemônico são resultado da aplicação do Direito vigente, e não da falta dele. É o *pobre* que sente todo o peso da injustiça provocada pela aplicação do Direito vigente. As *vítimas* geradas pela “instância jurídica” capitalista aparecem, primeiro, quando apresentam-se para o sistema-mundo de *totalidade* como seres *sem-direitos* (o trabalhador desempregado), e, adiante, quando, organizadas em frentes de libertação, aos olhos do subsistema da totalidade *não têm sido re-conhecidas como diferentes* (os cooperados). O que demarcamos aqui, fundamentalmente, é a necessidade da juridicidade reconhecer a diferença (a *essência*) desse movimento popular que se inicia desde os de baixo: o *cooperativismo popular* (autogestionário) que é invisível para o Direito capitalista.

Nesse sentido, procuramos ressaltar a estreita ligação do Direito Cooperativo brasileiro com o “sistema de produção sociometabólica do capital”. Individualismo e patrimonialismo são características essenciais de um Direito que regula um fenômeno social que não tem no individualismo, na exploração do trabalho e na acumulação do capital a sua razão de ser. Anteriormente tivemos a oportunidade de levantar a questão: “como pensar uma regulação das cooperativas (uma base real de produção que é a antítese das relações de produção hegemônicas) no contexto social dominado pelos processos de poder comandados pelo

⁵⁴⁶ RIOS, Gilvando Sá Leitão. *op. cit.* p. 60.

“A prática efetiva e não a mera etiqueta jurídica é o critério identificador da associação cooperativa, a qual pressupõe as seguintes características: propriedade, gestão e repartição cooperativas. Essa características, e não o registro junto aos “órgãos competentes”, são os reais indicadores de uma prática cooperativista”.

capital?”. Apenas agora temos condições de responder esse questionamento: *é impossível que esse Direito apreenda o cooperativismo* (como movimento social de transformação social).

Dessa forma, sob as bases da legislação cooperativista vigente, em relação ao cooperativismo como *práxis de libertação*, nada há o que ser feito⁵⁴⁷. Para operar com o direito das cooperativas em uma perspectiva crítica é insuficiente a tese da legalidade relida (o instituído relido), e muito menos da legalidade sonegada (o positivismo de combate). O instituído tem muito pouco, ou nada, a oferecer. Estamos diante de uma necessária ruptura; algo consoante com o significado da incorporação da tese do direito alternativo propriamente dito (legalidade negada)⁵⁴⁸ – na certeza de que é aí que se encontram as bases do “novo” para a *regulação* da autogestão social. Muito mais que o tom apocalíptico desse posicionamento (político-teórico), deve-se ressaltar que estamos a tratar de uma questão de *libertação* – de uma *práxis* e de uma filosofia jurídica *alternativa*.

Sem um tratamento deontológico adequado, sem que o referente da norma jurídica seja um discurso comprometido com a produção e reprodução da vida humana, é impensável que o cooperativismo tenha a possibilidade de cumprir seu *projeto* de transformação social: a defesa do *trabalho vivo*.

Eduardo Novoa Monreal, Roberto Lyra Filho, Antônio Carlo Wolkmer, Michel Miaille, e, mais ainda, Óscar Correias, vão mostrar que o “sistema de direito” *vigente* é geneticamente atrelado ao “sistema de reprodução sociometabólica do capital”. Como cada modo de produção determina uma “instância jurídica” característica, estamos imersos em um Direito Capitalista: mais uma determinação do capital. Fica difícil pensar que *esse* Direito vigente possa dar conta de fazer com que o cooperativismo *popular* se desenvolva. A se manter a

⁵⁴⁷ Tal como ressalta Joaquim Shirashi Neto em relação às quebradeiras de coco de babaçu:

“Os quilombolas e as quebradeiras, ao se constituírem como identidades, construíram uma rede de relações interna e externa, que expressa uma forma própria de se posicionar no mundo; forma que se traduz em “práticas jurídicas” igualmente específicas que lhes asseguram e garantem um sistema econômico singular, como produção específica e permanente, ou seja, com reprodução física e social. Para além de uma racionalidade econômica de acumulação de bens e capital, movida por categorias como trabalho assalariado e lucros, os quilombolas e as quebradeiras organizam a sua produção em base familiar e em consonância com as duas necessidades e capacidades de trabalho, relacionando-se aos circuitos do mercado de modo próprio. Essas constatações indicam as dificuldades de se tentar aproximar as formas organizativas previstas no ordenamento jurídico das situações de fato experimentadas por esses grupos sociais, uma vez que não se pode reduzir a complexidade das relações sociais às formas previstas nos estatutos jurídicos, quer no plano constitucional, quer no infraconstitucional”. *op. cit.* p. 16.

⁵⁴⁸ Cf. ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. *op. cit.* p. 67 e ss.

concepção de uma juridicidade e de um cooperativismo atrelados à lógica da *totalidade* qualquer alteração legislativa será inócua⁵⁴⁹.

São grandes os desafios epistemológicos a serem transpostos para que o cooperativismo tenha uma regulação jurídica adequada. Ao nosso ver, sob o capital, essa ambigüidade é insuperável. Tanto isso é verdadeiro, que projetos de lei que hoje tramitam no Parlamento acerca do novo marco regulatório do cooperativismo brasileiro comprovam esse posicionamento. Tanto o Projeto de Lei do Senador Suplicy (PT-SP) como do Senador Álvaro Dias (PDT-PR) tangenciam a questão do salariado nas cooperativas⁵⁵⁰: o trabalho assalariado (e assim a exploração do trabalho) continua presente nas cooperativas. Em relação à esta discussão Miaille⁵⁵¹ deixa claro que ao permanecer o fenômeno da juridicidade sob a égide do racionalismo positivista-formalista *a mera mudança legislativa, verdadeiramente, não muda nada*⁵⁵².

Trata-se, pois, e este estudo sobre a *regulação* do cooperativismo como outros⁵⁵³ aponta para isto, de empreender uma mudança radical na perspectiva de construir uma “nova cultura no Direito”⁵⁵⁴.

A legislação cooperativista vigente em nosso país, por permitir a presença do trabalho assalariado no processo de trabalho das cooperativas, configura-se como um subsistema da lógica de *totalidade*. Se o “sistema de direito” vigente não tem outra função senão a de “legalizar a injustiça”, como vai nos dizer Enrique Dussel, como conclusão desse trabalho apontamos uma certeza fundamental: o “sistema de direito” *vigente* deve ser transformado, analeticamente.

⁵⁴⁹ O que se vislumbra não é a mera reinterpretação ou descoberta de novos textos legislativos, mas sim a disposição de *criar novos pressupostos* para o direito.

⁵⁵⁰ O segundo de forma bem mais gritante que o primeiro, é verdade! E não coincidentemente este está prestes a ser aprovado...

⁵⁵¹ MIAILLE, Michel. *op. cit.* p. 52.

⁵⁵² Mais do que um Direito Cooperativo “atualizado”, defendemos a construção de um *outro* Direito Cooperativo.

“Ao abstrair as situações de fato, o Direito vem tendo um papel importante que tem servido como instrumento que foi moldando as estruturas sociais e econômicas, no sentido de ir minimizando as possíveis tensões e os conflitos que pudessem dela se originar. Ao reduzir as complexidades das situações, simplificando as operações, ignorou a diversidade e as diferenças ontológicas da sociedade e dos indivíduo”. SHIRASHI NETO, Joaquim. *op. cit.* p. 76.

⁵⁵³ Mais uma vez fazemos referência à obra *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito* de Carlos Frederico Marés de Souza Filho.

⁵⁵⁴ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico...*

Com tudo o que foi exposto acerca da problemática da ciência jurídica hegemônica não ser capaz solucionar as demandas da sociedade *carente de direitos* – dos sujeitos *marginais*, vítimas da globalização hegemônica – percebe-se a necessidade de uma formulação teórica que trate conceitualmente da necessidade e possibilidade da aproximação entre a lógica do *ser* e do *dever-ser*, da *necessidade* e *normatividade*.

Dussel, em sua *Ética da Libertação*⁵⁵⁵ vai expor um ensinamento que é de grande valia para a ciência do direito, ou, mais especificamente, para a superação do paradigma jurídico vigente – na construção de projeto de libertação *transmoderno*⁵⁵⁶. Propõe o autor argentino, desde uma fundamentação ético-filosófica, a reaproximação entre *ser* (ontologia) e *dever-ser* (deontologia). Embora muitos pensadores discordem dessa possibilidade, Dussel defende que tal proposta é *factível*, tendo sua condição de possibilidade na superação da *lógica formal*, afirmando uma *lógica material* (concreta, dialética).

Desde o paradigma da vida concreta torna possível (necessário) o estabelecimento de uma “práxis jurídica alternativa”⁵⁵⁷, que tem a *exterioridade* como ponto de partida, como fonte de justiça.

Esta exigência de justiça identificada com os direitos dos oprimidos, enquanto exterioridade (reserva permanente no interior das dominações) e fundamento de uma alternatividade jurídica deve incidir nos diferentes planos já enunciados (nível da política, erótica, pedagógica, econômica...). Pois, em todos há uma negação de ser, dada a relação de dominação, porém, há também a afirmação analética em cada um dos níveis. A Justiça é em cada um desses níveis concretos a garantia de efetividade da exterioridade, negada na lógica da ontologia totalitária da identidade⁵⁵⁸.

Diante da crise e ineficácia da legalidade positivista em um contexto de subordinação político-econômico-cultural (na qual povos clamam por direitos) a ruptura desse sistema de

⁵⁵⁵ DUSSEL, Enrique, *Ética...*

⁵⁵⁶ Como já dito: “Um projeto de racionalidade ampliada, onde a razão do Outro tem lugar numa ‘comunidade de comunicação’ na qual todos os humanos (...) possam participar como iguais, mas ao mesmo tempo no respeito a sua Alteridade, ao seu ser-Outro, “outredade” que sabe que está garantida até no plano da ‘situação ideal da fala’ (para falar com Habermas) ou na ‘comunidade de comunicação ideal’ ou ‘transcendental’ (de Apel). DUSSEL, Enrique. 1492... p. 173.

⁵⁵⁷ LUDWIG, Celso. *A aternativade jurídica...*

⁵⁵⁸ Ibid., p. 141.

totalidade (um Direito idealista afastado das concretas relações sociais) se impõe como necessidade, flertando com a construção alternativa de um novo paradigma de produção normativa⁵⁵⁹.

Esse novo paradigma jurídico a ser formatado onde haja sujeitos que gritam por efetividade de direitos (básicos) não poderá priorizar as regras técnico-formais e as ordenações genérico-abstratas, mas sim inspirar-se na práxis da vida cotidiana e na auto-regulação comprometida com a dignidade do outro injustiçado⁵⁶⁰. Estamos próximos da aceitação do pluralismo jurídico (ainda que intuitivamente – um estudo mais consistente que esclareça a relação entre autogestão é pluralismo jurídico é uma das decorrências dessa dissertação⁵⁶¹).

No contexto atual da globalização, a precarização das condições de trabalho e o retrocesso efetuado com relação aos direitos sociais têm sido exemplos de processos de vitimização e perda do protagonismo por parte da maior parcela da população do planeta.

No Brasil, a partir da exacerbação da “contra revolução conservadora”, é expressiva a quantidade de iniciativas populares que optam pela organização cooperativa como meio de reagirem contra a exclusão social gerada pela reestruturação do sistema produtivo em escala mundial – trata-se, fundamentalmente, da proteção do trabalho (*vivo*)

Ainda que a massa de despossuídos que nas cidades se organizam em unidades coletivistas de trabalho seja considerável, a legislação brasileira até o momento não se deu conta desse pujante fenômeno social; uma vez que a legislação cooperativista vigente não considera a existência desse grupo social acaba por se configurar como um obstáculo para o sucesso dos empreendimentos autogestionários. Mais do que se mostrar defasada em relação à realidade social, a atual legislação cooperativista assume-se incapaz de reconhecer a alteridade dos *sujeitos cooperativos* – desconsiderando o papel do cooperativismo (popular) enquanto *práxis de libertação* o Direito se configura como um obstáculo à transformação

⁵⁵⁹ Como já tivemos a oportunidade de expressar: “Sendo a marca do Direito Moderna a *injustiça* – é o Direito como subsistema de uma lógica de *totalidade* geradora de *negatividades*! – nos orienta o movimento *anadialético* que um *outro* paradigma normativo deve ser construído desde um “não-lugar”, um “não-ser” que é a *exterioridade*. Vide *supra* Capítulo IV.

⁵⁶⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico*...

⁵⁶¹ Se, como sustenta Jesús Antonio de la Torre Rangel, os novos movimentos sociais – como novos sujeitos de direito – geram o pluralismo jurídico na medida em que são criadores de uma juridicidade distinta daquela que se produz desde a emanção da legislação e do julgo estatal, então, temos no cooperativismo *autogestionário* um estupendo objeto de pesquisa para estudo e construção de um paradigma jurídico *alternativo* ao hegemônico.

social (o que é extremamente grave num Estado de incontestável papel indutor na redução de injustiças sociais: está a se tratar, pois, de uma questão de Justiça social).

Para a inclusão desses sujeitos *marginais* que gritam por direitos, para serem ouvidos e reconhecidos, é necessário mudar a concepção que se tem do Direito. Por isso a necessidade de ruptura com o paradigma do positivismo jurídico. Para a construção de um *outro* projeto de vida, que vá além da sociabilidade proposta pela modernidade, há que se pensar em um paradigma jurídico que parta da *exterioridade*, há que se pensar em um projeto futuro que, desde a Filosofia de Libertação de Enrique Dussel, denomina-se de *transmoderno*, de *libertação*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Dean Fábio Bueno de. *América Latina: Filosofia Jurídica da Alteridade*. In: Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina. Antônio Carlos Wolkmer (org.) São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001. p. 47-88.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. *A autonomia do direito cooperativo*. In: Guilherme Krueger (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. *Direito Moderno e Mudança Social: ensaios de Sociologia Jurídica*. Belo Horizonte, Del Rey, 1997.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica*. 5. reimpressão. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1989.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito* (compiladas por Nello Morra, tradução e notas Márcio Pugliese, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues). São Paulo, Ícone, 1995.

_____. *Teoria da Norma Jurídica* (trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti/apresentação Alaôr Caffé Alves). Bauru, SP: EDIPRO, 2. ed. revista, 2003.

BULGARELLI, Waldírio. *As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

_____. *Elaboração do Direito Cooperativo (um ensaio de autônima)*. São Paulo: Editora Atlas, 1967.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Co-operativismo*. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981.

CLOT, Yves. *La fonction psychique du travail*. (Mimeo).

CORREIA DE OLIVEIRA, José Lamartine. *A Dupla Crise da Pessoa Jurídica*. São Paulo : Saraiva, 1979.

CORREAS, Óscar. *Crítica da Ideologia Jurídica* (trad. Roberto Bueno). Sérgio Antônio Fabris Editor: Porto Alegre, 1995.

Dicionário do pensamento marxista. BOTTOMORE, Tom (org.). São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1988.

DINIZ, Maria Helena. *Código Civil anotado*. 10. ed. rev. e atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406 de 10-1-2002). São Paulo Saraiva: 2004. p. 327-397.

DOBB, Maurice. *Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith*. Siglo XXI editores: Buenos Aires, 1976.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt* (trad. Jaime A. Clasen). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. *Ética da Libertação: na Idade da globalização e exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão* (trad. Georges I. Maissiat). 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995. p. 5-78.

_____. *Hacia una Filosofía Política crítica*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001. p. 9-39, 145-169.

_____. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. 3. ed. México: Siglo Vientiuno Editores, 1998.

_____. *Método para uma filosofia de libertação: superação analética da dialética hegeliana* (trad. Jandir João Zonotelli). São Paulo: Loyola, 1986.

_____. *The architectonic of the ethics of liberation*. In: *Philosophy and Social Criticism* (London). Vol. 23, 3 (1997).

FARIA, José Henrique. *Relações de Poder e Formas de Gestão*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.

FARIA, José Ricardo Vargas de. *Organizações coletivistas de trabalho: Autogestão nas unidades produtivas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas: Curitiba, 2003.

FERNANDÉZ, Carolina Ortiz. *Processos de Descolonización del imaginário y del conocimiento en América Latina: poéticas de la violencia e da crisis*. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2004.

FLEURY, Maria Tereza Leme. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1983.

FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

GAULEJAC, Vincent de. *La société malade de la gestion: Idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*. Éditions du Seuil: Paris, s/d.

GONÇALVES, Marcos Rafael G. *Da crítica ao Direito Cooperativo à crise do sistema: reflexões para uma práxis jurídica alternativa*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Preparatório para o XIV Congresso Nacional do CONPEDI: realizado em Marília/SP no dia 25 de maio de 2005.

_____. *Da forma à função: a necessidade de formalização dos empreendimentos solidários e a problemática da regulação das cooperativas no 'novo' Código Civil*. (Inédito). Mimeo.

GRUNPENHMACHER, Betina Trieger. *ISS sobre Cooperativas de Trabalho*. In Problemas atuais do Cooperativismo. Renato Lopes Becho (coord.). São Paulo, Dialética: 2002.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical* (trad. Hélio Pólvera). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 7-93

KRUEGER, Guilherme (org.) *Cooperativismo e o Nono Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

KRUEGER, Guilherme. *O número mínimo de associados e os juros pagos ao capital nas sociedades cooperativas*. In: Guilherme Krueger (org.) *Cooperativismo e o Nono Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000 (Coleção Debates).

LANDER, Edgardo (compilador). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2003.

LISNIOWSKI, Simone Aparecida. *Identidade de Grupo na Formação de uma Cooperativa Popular*. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2004.

LUDWIG, Celso Luiz. *Esquema de aula: paradigma da vida concreta de cada sujeito* (mimeo).

_____. *Verbete: Filosofia da Libertação*. Mimeo.

_____. *A alternatividade jurídica na perspectiva da libertação uma leitura a partir da filosofia da libertação de Enrique Dussel*. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 1993.

_____. *Da Ética à Filosofia Política Crítica na Transmodernidade: reflexões desde a filosofia de Enrique Dussel*. In: Repensando a Teoria Geral do Estado. FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Belo Horizonte: Fórum, 2004.

MANCE, Euclides André. *Uma introdução conceitual às filosofias de libertação*. IN: Revista Libertação – Liberación (Instituto de Filosofia da Libertação). Curitiba, Paraná, Brasil, n. 1, 2000. p. 25-80.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I* (trad. Reginaldo Sant'Anna). 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao Direito*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MONREAL, Eduardo Novoa. *O Direito como obstáculo à transformação social*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

MOURA, Valdiki. *Diretrizes Cooperativistas* (notas e comentários). São Paulo: Editora Brasiliense, 1946. p. 11-31, 187-196, 250-348.

Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo. Marcio POCHMANN (org.). São Paulo: Cortez, 2003.

PINHO, Diva Benevides. *Cooperativas e Desenvolvimento Econômico: o cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil* (Boletim n. 289. Cadeira de Economia Política e História das Ciências Econômicas n. 7). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: São Paulo, 1963.

_____. *Que é cooperativismo?* São Paulo: Buriti, 1966.

PONTES, Daniele Regina. *Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro: da economia ao direito.* Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2004.

RANGEL, José Antônio de la Torre. *Inaturalismo, Personalismo y Filosofía de la Liberación: una visión integradora.* Sevilla: Editorial MAD, 2005.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo?* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RUBIN, Isaak Il'ich. *A teoria marxista do valor* (trad. Jose Bonifacio de S. Amaral Filho). São Paulo : Polis, 1987.

RUBIO, David Sanchez. *Direitos Humanos, Ética da Vida Humana e Trabalho Vivo.* In: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). *Direitos Humanos e Filosofia jurídica na América Latina*: Editora Lumen Júris: Rio de Janeiro, 2004. p. 139-177.

_____. *Filosofía, Derecho y Liberación en América Latina.* Bilbao: Desclee, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio da Janeiro: Civilização Brasileira: 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza e César Rodriguez. *Introdução: para ampliar o cânone da produção.* In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio da Janeiro: Civilização Brasileira: 2002. p. 23-77

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. *Globalização e as ciências sociais.* Boaventura de Souza Santos (org.). São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-96

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SHIRASHI NETO, Joaquim. *O direito das minorias: passagem do “invisível” real para o “visível” formal?* Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2004.

SILVA, José Carlos Moreira da. *Filosofia Jurídica da Alteridade.* 1ª ed., 2ª tir. Curitiba: Juruá, 1999.

Sindicatos, cooperativas e socialismo. Fernando Hadad ... (et all.). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003 (Coleção Socialismo em Discussão).

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SIQUEIRA, Paulo César Andrade. *Direito Cooperativo Brasileiro (Comentários à Lei 5.764/71)*. São Paulo: Dialética, 2004.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Fundamentos da Crítica no Pensamento Político e Jurídico Latino-Americano*. In: Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina. Antônio Carlos Wolkmer (org.) São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001. p. 1-46.

_____. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 1-41, 140-214.

_____. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001. p. 1-168.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Albornoz, Suzana. *O que é trabalho*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002 (Coleção Primeiros Passos; 171).

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana* (trad. Roberto Raposo, posfácio Celso Lafer). 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. *Costume e inovação: ondas longas e estágios do desenvolvimento capitalista*. In *A ilusão do desenvolvimento* (trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos). Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 7-51

ARRUDA JR, Edmundo Lima e RAMOS, Alexandre Luiz (org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo* (trad. de Álvaro Lorencini). São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURGOS, Elizabeth. *Meu nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu em mim a consciência*. (trad. Lólio Lourenço de Oliveira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CAMPANELLA, Tommaso. *A Cidade do Sol* (trad. Paulo M. Oliveira). São Paulo: Martin Claret, 2004.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã:1996.

_____. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 07-139.

Citações e notas de rodapé. Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001 (Normas para apresentações de documentos; 7).

COELHO, Fábio Ulhoa. *Kelsen*; prólogo de Tércio Sampaio Ferraz Jr. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria Crítica do Direito*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DUSSEL, Enrique. *Alguns princípios para uma ética ecológica de libertação (relações entre a vida na terra e a humanidade)*. IN: Por um mundo diferente: alternativas para o mercado global. Jorge Pixley (coord.) (Trad. De Orlando Reis). Petrópolis: Vozes, 2003. p. 23-35.

Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. José Antônio Peres Gediel (org.). Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. (Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al. J.). Rio de Janeiro, NAU Editora, 2003.

GOMES, Roberto. *Crítica da Razão Tupiniquim*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HADDAD, Fernando. *Trabalho e Classes Sociais*. (Mimeo).

IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LAFARGUE, Paul. *O Direito ao Ócio*. IN: A Economia do Ócio. Domenico de Mais (org. e introdução). Tradução Carlos Irineu Carlos W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2001. p. 139-183.

LOWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução* (trad. Livio Xavier). São Paulo: Expressão Popular, 199.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos; 62).

_____. *Por que estudar Direito, hoje?* Brasília: Edições Nair: 1984.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização* (trad. Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz). 6. ed. São Paulo: Globo, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista* (trad. Sueli Tomazzini Barros Cassal). Porto Alegre: L&PM, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital* (trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa). São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Introdução.

MORE, Thomas. *A Utopia* (trad. Pietro Nassetti). São Paulo: Martin Claret, 2001.

NUNES, A. J. Avelãs. *Introdução à história do pensamento econômico*. Coimbra: SASUC 2000. p. 79-114

- _____. *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- _____. *O keynesianismo e contra-revolução monetarista*. Coimbra: SASUC, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O ornintorrinco*. IN: Crítica à razão dualista/O ornintorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 121-150.
- _____. *O surgimento do Antivalor: Capital, força de trabalho e fundo público*. IN: Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 19-48.
- PICCOLI, Ricardo de Mattos. *Licitações e Sociedades Cooperativas*. 1ª ed. (ano 2004), 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2005.
- PIRES, Maria Luiza Lins e (org.). *Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro*. Recife: Bagaço, 2004.
- Problemas atuais do direito cooperativo*. Renato Lopes Becho (org.). São Paulo: Dialética, 2002.
- QUIJANO, Anibal. *Sistemas alternativos de produção?* IN: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-514.
- Redação e Editoração*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001 (Normas para apresentações de documentos; 8).
- Referências*. Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001 (Normas para apresentações de documentos; 6).
- SINGER, Paul. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. IN: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-129.
- _____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito*. 1ª ed., 4ª tiragem. Curitiba, Juruá, 2005.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. 6. ed. Petrópolis: VOZES, 1998. p. 07-86 e 151-242.
- TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida*. São Paulo: Edição Perseu Abramo, 2001.
- TZU, Sun, *A Arte da Guerra*. Lisboa: Editorial Futura, 1974.
- VERAS NETO, Francisco Quintanilha. *Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2002. p. 19-138.

YUNUS, Muhammad. *O Banqueiro dos Pobres* (trad. Maria Critina Guimarães Cuppertino). São Paulo: Editora Ática, 2003.

ZANONI, Eduardo. *El concubinato*. Buenos Aires: de Palma, 1970.

Revistas

Paraná Cooperativo. Ano I. N. 2. Ago/2004.

Paraná Cooperativo. Ano I. N. 5. Nov/2004.

Paraná Cooperativo. Ano I. N. 7. Jan/2005.

Paraná Cooperativo. Ano I. N. 12. Jul/2005.

Paraná Cooperativo. Ano I. N. 13. Ago/2005.